

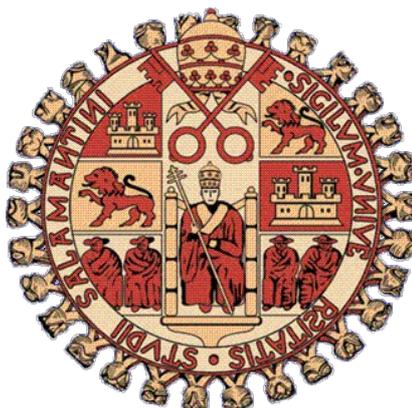
---

**Universidade de Salamanca**

Instituto Universitário de Ibero-américa

---

Programa de Doutorado Interuniversitário em  
*Antropologia de Ibero-américa*



**A Fundação Franklin Cascaes e a Gestão Pública  
Municipal de Cultura em Florianópolis**

Diretor:  
Dr. D. Ángel B. Espina Barrio

Tese doutoral apresentada pelo doutorando  
**ADEMIR DOS SANTOS**

Setembro de 2015



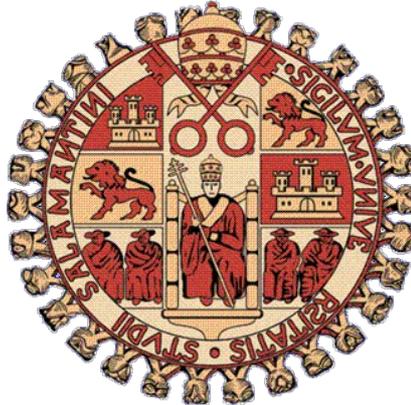
---

# Universidade de Salamanca

Instituto Universitário de Ibero-américa

---

Programa de Doutorado Interuniversitário em  
*Antropologia de Ibero-américa*



## **A Fundação Franklin Cascaes e a Gestão Pública Municipal de Cultura em Florianópolis**

Tese de doutorado apresentada  
pelo doutorando Ademir dos Santos  
sob orientação do Professor Dr. D.  
Ángel B. Espina Barrio, do  
Programa Interuniversitário de  
Doutorado de Antropologia de Ibero-  
américa.

Setembro de 2015



**O objetivo central de uma política cultural deve ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de o Estado monitorar a atividade criativa, e sim abrir espaço para o seu florescimento.**

Celso Furtado

**O papel da cultura é construir o futuro.**

João Carlos Silveira de Souza



Aos meus pais,

Olindina Francisca dos Santos e Casimiro Albino dos Santos, referências de trabalho, solidariedade humana e integridade.

Aos meus filhos Elisa, Felipe e Victor que são motivo de orgulho e forte razão para que eu procure me tornar a cada dia uma pessoa melhor.

E à minha companheira Nani Eskelsen, grande incentivadora, cujo apoio foi fundamental para eu conseguir levar até o fim esta árdua e ousada jornada acadêmica.



## Agradecimentos

Aos estimados professores da prestigiosa Universidade de Salamanca, homens de saber e erudição notáveis, que com maestria pedagógica conduziram a mim e os meus colegas pelos amplos e fascinantes horizontes da Antropologia e que se tornaram referências para a minha vida e para a minha formação,

Dr. D. Renato Monteiro Athias, Dr. D. Rodrigo Simas de Aguiar, Dr. D. Antonio Carlos Motta Lima, Dr. D. Gabriel Espinosa Pineda, Dr. D. Pablo Palenzuela Chamorro, Dr. D. Alberto Morales Damián, Dr. D. David Lagunas, Dr. D. Juan Carlos Ochoa Abaurre, Dr. D. Eufemio Lorenzo Sanz, Dr. D. Emiliano Gonzáles Díez, Dr. D. Francisco Javier Rodriguez Pérez, Dr. D. Carmelo Lisón Tolosana, Dr. D. Eloy Gómez Pellón, Dr. Donizete Rodrigues, Dr. D. José Carlos Venâncio, Dr. D. Modesto Escobar Mercado, Dr. D. Pedro Cordero Quiñones, Dr. D. Pedro Iriso Napal, Dr. D. Ángel San Juan Marciel, Dr. D. Salvador Santiuste Cué, Dr. D. Juan Andrés Blanco Rodriguez, Dr. D. Alfonso Gómez Hernandez, Dr. D. José Antonio Fernández de Rota y Monter, Dr. D. Alfredo Jimenez Eguizábal, Dr. D. Óscar Fernández Alvarez.

Ao Dr. D. Ángel Baldomero Espina Barrio, renomado antropólogo internacional, sábio e paciente orientador, que com o passar dos anos só me enriqueceu intelectualmente e me concedeu a honra de partilhar a sua amizade, meus profundos agradecimentos.

Ao amigo Dr. D. Luiz Nilton Corrêa, que sem o seu apoio intelectual e sua competência técnica esta tese não teria sido concluída, imensa gratidão.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
LIMITES GEOGRÁFICOS E TEMPORAIS.....	15
OBJETIVOS.....	17
METODOLOGIA DE PESQUISA.....	17
O CONCEITO DE CULTURA.....	19
IDENTIDADE CULTURAL.....	26
POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E A GESTÃO CULTURAL.....	30
<b>1 FLORIANÓPOLIS: FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE CULTURAL.....</b>	<b>35</b>
1.1 ILHA DE SANTA CATARINA: FORMAÇÃO CULTURAL.....	35
1.1.1 A Pré-História de Santa Catarina.....	40
1.1.2 Os Primeiros Europeus.....	54
1.1.3 A Fundação do Primeiro Povoado: Desterro.....	57
1.1.6 Os Açorianos.....	59
1.1.7 Africanos e Afrodescendentes.....	68
1.1.8 Alemães, Italianos e Outras etnias.....	80
1.2 IDENTIDADE CULTURAL: APONTAMENTOS ETNOGRÁFICOS.....	86
1.2.1 Festa do Divino Espírito Santo.....	91
1.2.2 Festa no Nosso Senhor Jesus dos Passos.....	92
1.2.3 Farra do Boi.....	94
1.2.4 Festa das Nações.....	95
1.2.5 Carnaval de Florianópolis.....	97
<b>2 FLORIANÓPOLIS E A GESTÃO PÚBLICA DE CULTURA.....</b>	<b>99</b>
2.1 UMA VISÃO GERAL DE FLORIANÓPOLIS.....	99
2.2 FLORIANÓPOLIS: CULTURA E IDENTIDADE.....	105
2.3 ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA.....	109
2.4 POLÍTICAS CULTURAIS E O PROJETO NACIONAL DE CULTURA.....	114
2.5 A VALORIZAÇÃO DA CULTURA: OBSERVAÇÕES ETNOGRÁFICAS.....	119
<b>3 FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES. 123</b>	
3.1 FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES: GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA.....	123
3.2 ESTRUTURAS FÍSICAS E SERVIÇOS DA FUNDAÇÃO.....	125
3.2.1 O Forte Santa Bárbara.....	126
3.2.2 A Casa da Memória.....	127
3.2.3 O Teatro da União Beneficente Recreativa Operária (UBRO). ....	128
3.2.4 A Galeria de Artes Pedro Paulo Vecchiatti. ....	128
3.2.5 O Centro Cultural Bento Silvério. ....	129
3.2.6 A Casa das Máquinas.....	129
3.3 ADMINISTRAÇÃO, ESTRUTURA E IDENTIDADE DA FUNDAÇÃO.....	130
3.4 FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES E SEUS PROJETOS.....	132
<b>4 OBSERVAÇÕES DE CAMPO: ETNOGRAFIA E INTERPRETAÇÕES.....</b>	<b>137</b>
4.1 ORIGENS E EVOLUÇÃO DA FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES.....	137
4.2 ESTRUTURA E CULTURA DA INSTITUIÇÃO: UMA ETNOGRAFIA.....	152
4.2.1 A SEDE E SUA ESTRUTURA FÍSICA.....	168
4.3 FRANKLIN JOAQUIM CASCAES: PATRONO DA FUNDAÇÃO.....	177
4.3.1 FRANKLIN CASCAES: UM LÍDER INSPIRADOR.....	183
4.3.2 PATRONO E CULTURA DA FUNDAÇÃO.....	185
4.4 A SUPERINTENDÊNCIA E A CULTURA DA FUNDAÇÃO.....	187
4.5 ETNOGRAFIA E CULTURA DA INSTITUIÇÃO.....	192
4.5.1 LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO.....	197
4.5.2 SUBCULTURAS E CONTRA CULTURA.....	199

4.6 APONTAMENTOS SOBRE A CULTURA INSTITUCIONAL.....	200
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>207</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>214</b>
FONTES.....	214
BIBLIOGRAFIA .....	214

## INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho, que constitui uma iniciativa pioneira, pretende-se abordar as dinâmicas da gestão pública de cultura no município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, através da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, comumente conhecida por Fundação Franklin Cascaes (FFC), seus antecedentes histórico-culturais, os trabalhos que vem sendo por ela desenvolvidos ao longo de vinte e cinco anos.

Para isto pretende-se iniciar por uma retrospectiva histórica e sociocultural da cidade de Florianópolis com um levantamento histórico da Fundação Franklin Cascaes, com o intuito de identificar as formas de interação desta órgão da administração pública municipal com a sociedade local, suas práticas e iniciativas visando a promoção da cultura.

Já no início, desenvolve-se brevemente alguns conceitos preliminares pertinentes a esta abordagem como o conceito de cultura, da sua forma mais abrangente em sua conotação antropológica à mais restrita para fins operacionais, acompanhado dos conceitos de identidade cultural, tão abrangente e flexível quanto o próprio conceito de cultura, seguido por uma abordagem sobre identidade cultural, as políticas públicas de cultura e sobre gestão pública da cultura, estabelecendo e definindo minimamente certo referencial teórico deste trabalho.

Na sequência, apresenta-se o enquadramento do objeto de estudo, com os seus limites geográficos e temporais, o período de estudo e o tempo que envolveu a pesquisa, seguido da apresentação dos objetivos do estudo e da metodologia aplicada na pesquisa, baseada sobretudo em um trabalho de campo com uma observação participativa.

Em seguida, no primeiro capítulo do trabalho, desenvolve-se a apresentação do cenário onde tudo acontece, a Ilha de Santa Catarina e a Cidade de Florianópolis, com uma abordagem histórica da Ilha de Santa Catarina, tendo por base as pesquisas apresentadas em trabalhos e bibliografias especializadas no assunto, sobretudo em trabalhos desenvolvidos nos últimos anos, começando com um panorama geral do que

era a região no período do descobrimento, remontando à pré-história local e a seus primeiros ocupantes.

Apresentar-se-á a passagem dos primeiros europeus pela Ilha nas viagens de exploração do novo mundo, na busca de um acesso ao Pacífico e das fabulosas minas de ouro e de prata procuradas em todos os lugares. Apresenta-se as ocorrências dos navegadores que aportavam na ilha, chamada de “Meiembipe” pelos nativos, que segundo alguns, em Guarani, significa “Elevação ao Longo do Rio”, com breves relatos do que viam na paisagem local, sobre a receptividade de seus moradores, seus costumes, atividades e possibilidades de desenvolvimento.

Na continuidade se relatará as incursões dos navegadores europeus pela ilha; as entrada de portugueses vicentistas em busca dos índios como mão-de-obra escrava; a tragédia que se abateu sobre a população nativa; as tentativas de ocupação e a fundação dos primeiros povoados até se consolidar com a chegada de povoadores açorianos; a vinda compulsória de africanos como escravos; a imigração de alemães, italianos e outras tantas etnias nos séculos XIX e XX, bem como os intensos fluxos migratórios provenientes de regiões brasileiras e nos últimos 40 anos, que contribuíram para a configuração deste complexo e diversificado contexto cultural.

Neste mesmo desenvolvimento, apresenta-se algumas manifestações culturais mais marcantes relacionadas à cultura popular da Ilha de Santa Catarina, com destaque para as Festas do Divino Espírito Santo, a Festa do Nosso Senhor Jesus dos Passos, a polêmica Farra do Boi, a Festa das Nações e o Carnaval da Cidade de Florianópolis. Algumas destas apoiadas ou promovidas pela própria Fundação Franklin Cascaes, objeto de nosso estudo.

No segundo capítulo passa-se a abordar a gestão pública de cultura, a partir de uma visão panorâmica da cultura do município de Florianópolis, com suas principais referências identitárias, seguida por uma abordagem histórica da gestão pública de cultura em nível nacional, e seus desdobramentos locais na constituição do sistema municipal de cultura.

O terceiro capítulo adentra-se no universo do objeto de pesquisa, a Fundação Franklin Cascaes, iniciando-se com uma abordagem sobre o patrono da Fundação, o próprio Franklin Cascaes, através de um esboço biográfico, de considerações sobre a importância de seu trabalho e sua

simbologia na cultura popular de Florianópolis; seguido de uma retrospectiva sobre a própria Fundação, sua estrutura, administração, seu organograma institucional, fazendo referência à importância de seu patrono na identidade da instituição.

Neste capítulo ainda se aborda o papel dos superintendentes da Fundação, sua relação com as estruturas e serviços da instituição, seguido com um relatório sobre o patrimônio material sob sua responsabilidade. Sua estrutura física, seus edifícios e sede, projetos executados e os resultados alcançados no decorrer de sua história.

No quarto capítulo, aborda-se o trabalho de campo desenvolvido nos últimos anos junto à Fundação Franklin Cascaes, através, basicamente, de uma pesquisa etnográfica e sua interpretação, tendo como método fundamental a observação participativa junto à instituição. Nesta abordagem, enfoca-se as dinâmicas mais íntimas da cultura organizacional, os meandros das relações internas da instituição, o espírito do patrono como guia intuitivo da forma de trabalho dos colaboradores e dos projetos da mesma.

## LIMITES GEOGRÁFICOS E TEMPORAIS

Este trabalho foi desenvolvido a partir da observação participativa realizada na Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, mais conhecida por Fundação Franklin Cascaes, entre os anos de 2007 e 2012, enquanto atuava como Técnico em Atividades Culturais à disposição deste órgão municipal de gestão da cultura em um primeiro momento, após o período de docência do Programa de Doutorado em Antropologia de Iberoamérica da Universidade de Salamanca, realizado em 2007, continuando os trabalhos em fase posterior, mesmo quando passei a exercer a função de Gerente de Promoção Cultural e Projetos na própria Fundação.

Este fato por si só poderia inviabilizar o estudo proposto, pelo que tive que, antes de mais nada, despir-me do papel de colaborador da instituição estudada, retirar meus preconceitos e ideias pré-formuladas para poder, assim, observar a cultura da instituição de forma imparcial e sem juízo de valor, tanto quanto fosse possível.

Por outro lado, tendo em vista minha formação em Filosofia, encontrei na antropologia teorias e técnicas que me possibilitaram um novo olhar sobre os trabalhos que desenvolvia dentro da Fundação, bem como a possibilidade de desenvolver novos enfoques sobre os procedimentos, as práticas e relações efetuadas no âmbito da Fundação Franklin Cascaes.

Tenho como limites geográficos deste trabalho o Município de Florianópolis, com uma área de 436,5 km<sup>2</sup>, dos quais 97% se situam na Ilha de Santa Catarina e os 3% restantes se encontram no continente, situado no litoral do Estado de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil, com cerca de 420 mil habitantes. É o município onde se situa a jurisdição da Fundação Franklin Cascaes e o local onde ela exerce seus trabalhos.

### Localização Geográfica de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

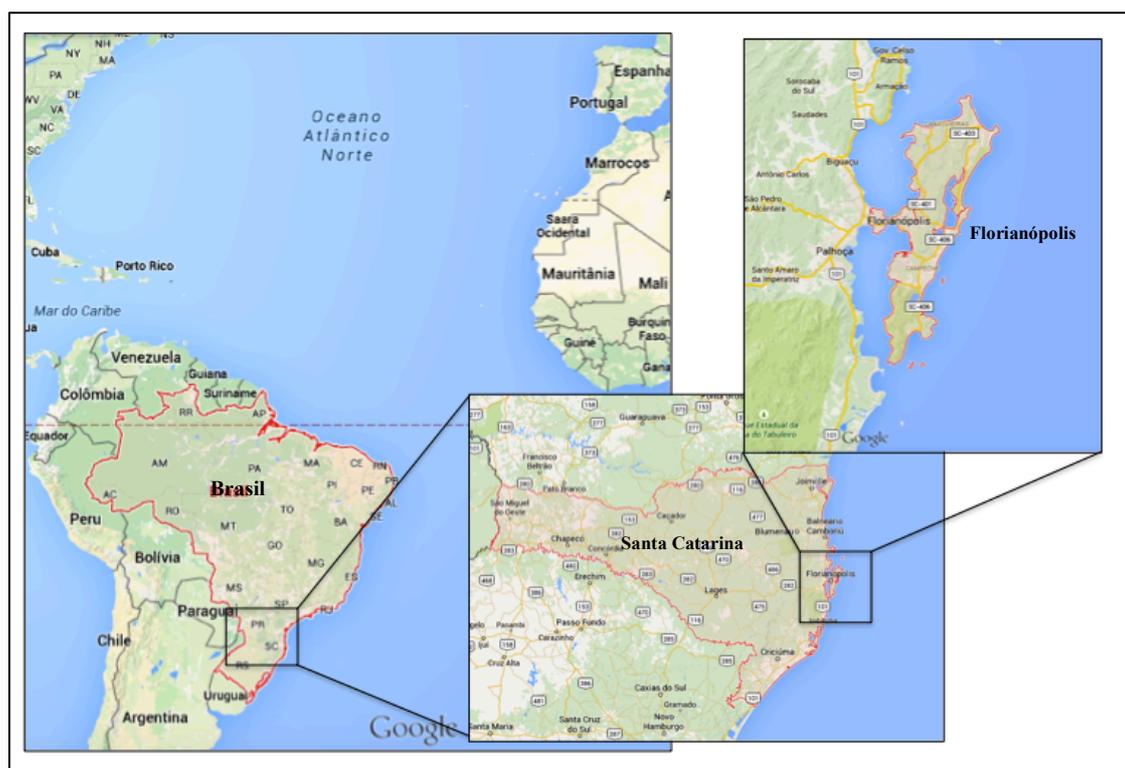


Figura 1. Mapa com localização de Florianópolis. Fonte: Google Mapa.

Circunscrito aos limites da cidade de Florianópolis, o objeto de estudo desta pesquisa é a própria Fundação Cultural Franklin Cascaes, na sua prática institucional como órgão público municipal responsável pela gestão da

cultura local, suas realizações, seus limites e possibilidades, no período de 25 anos de sua existência.

## OBJETIVOS

Dentre os objetivos deste trabalho está o interesse em desenvolver um estudo sobre a atuação da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, o órgão de administração pública municipal de cultura de Florianópolis. Um estudo antropológico com foco na gestão da cultura local, analisando a estrutura organizacional e as dinâmicas da instituição, fazendo algumas referências a outras instituições de gestão pública de cultura de outras cidades ou estados brasileiros.

Um dos pontos importantes a desenvolver neste estudo é tentativa de entender a perspectiva do público em relação às atividades promovidas ou apoiadas pela Fundação Cultural Franklin Cascaes, suas expectativas e conclusões sobre a importância da instituição na promoção da gestão cultural.

Neste estudo também há uma busca pela identificação de possíveis falhas no atendimento e abrangência das atividades da Fundação em relação às demandas culturais da cidade de Florianópolis. Mas também identificando as possíveis contribuições da gestão cultural para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade.

Dentre os objetivos, ainda pode-se citar como um dos fundamentais, o entendimento antropológico e a interpretação da cultura da instituição, bem como a percepção da influência do patrono Franklin Cascaes na cultura organizacional da fundação cultural de Florianópolis.

## METODOLOGIA DE PESQUISA

O trabalho de campo teve início logo após o final do primeiro período de docência do programa de doutorado em Antropologia de Ibero-américa. Neste tempo dedicado ao trabalho de campo, foi desenvolvida uma pesquisa etnográfica, focando pontos como a questão ritual, identitária e as redes de relações sociais dentro da instituição estudada. Sempre embasado em leituras

e uma profunda pesquisa bibliográfica sobre métodos, dinâmicas e cultura organizacional e a própria história da cultura local.

O principal método aplicado neste trabalho foi a observação participativa, uma vez que através dela foi possível me integrar e participar dos processos cotidianos que envolviam a Fundação, visto que continuei fazendo parte do seu corpo técnico. O que permitiu elaborar uma descrição etnográfica mais densa e “real” dos trabalhos realizados.

Para isto não pude deixar de observar os trabalhos de Malinowski, e a importância dada na sua observação participativa que passou a ser fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Era preciso integrar-se nas atividades do grupo estudado, pensar na mesma lógica do grupo, partilhando seus sentimentos, sentindo-se e comportando-se como membro do mesmo<sup>1</sup>, para assim compreender e analisar a experiência vivida durante alguns anos na Fundação Franklin Cascaes.

Meu trabalho também envolveu um resgate de informações que acumulei ao longo dos anos como colaborador da Fundação, período em que participei de muitos eventos relacionados à gestão cultural em Florianópolis, complementado com entrevistas aos antigos superintendentes da Fundação e a membros que seguem atuando como gestores da cultura na instituição.

Uma das batalhas que enfrentei durante os trabalhos etnográficos tem a ver com o próprio etnocentrismo, algo pessoal que me fazia imaginar que a minha solução seria sempre a mais eficaz e comprometida com a realidade, o que aos poucos foi caindo por terra, na medida em que observava que não raramente, meu ponto de vista estava errado, ou não levava em consideração elementos que ao longo do trabalho pude descobrir e analisar.

A medida que fui me afastando pessoalmente do objeto de estudo e adquirindo informações através de bibliografia sobre antropologia e etnologia, passei a observar a Fundação, a organização e a cultura institucional de forma mais acadêmica e formal, com uma maior objetividade. Para tanto me valeram os parâmetros antropológicos estudados em classe, a bibliografia especializada, entrevistas a pessoas pertencentes ou envolvidas com a

---

1 Cf. Donizete Rodrigues, *Sociologia da Religião: Uma Introdução*, Porto, Edições Afrontamentos, 2007. P. 86.

instituição e a imersão atenta no seu cotidiano durante um longo do período de estudo.

## **ALGUNS CONCEITOS PRELIMINARES**

### **O CONCEITO DE CULTURA**

Ao se pretender tratar de gestão pública municipal de cultura, há que se discorrer minimamente sobre alguns conceitos, a começar pelo de cultura, passando ao menos, na sequência, pelo de políticas públicas de cultura e pelo de gestão pública e seu recorte em nível do município, com o intuito de delimitar, ao menos razoavelmente, a abrangência do trabalho.

Em relação à cultura, certamente seria pretencioso querer estabelecer uma definição precisa deste conceito, visto ele é, sem sobra de dúvida, um dos conceitos mais complexos, sendo estudado em diversas áreas como filosofia, sociologia, antropologia, história, administração, economia e outras. Além deste caráter interdisciplinar, ao longo da história, a concepção de cultura passou por inúmeras modificações semânticas, dependendo não só das tradições de pensamento, mas também dos contextos históricos dos quais ela emerge.

Para o professor Terry Eagleton, da Universidade de Oxford, em sua obra “A ideia de Cultura”, 2011, o termo “cultura” é uma das palavras mais complexas da língua inglesa, dando ao termo “natureza”, oposto da cultura, o título de ser o termo mais complexo de todos. E longe de estarem desvinculados, considera que há uma estreita ligação entre estes dois termos, considerando que o conceito de cultura, etimologicamente, deriva do conceito de natureza, tendo o seu significado ligado ao cultivo da terra.

Inicialmente, na antiguidade, a ideia de cultura estava relacionada ao cuidado da terra, do campo, da própria natureza, como uma atividade transformadora, que procurava atender às necessidades humanas. Através do cultivo da natureza bruta, agreste, selvagem o homem foi desenvolvendo o conhecimento e as técnicas necessárias para produzir e ampliar um dos bens essenciais à sua existência, os alimentos.

Com o tempo, a cultura como ação transformadora das coisas materiais, passa a ser relacionada ao universo imaterial, às faculdades humanas, ao conhecimento. Daí advém as expressões de cultivar o conhecimento, cultivar o espírito, o raciocínio, a sensibilidade, com vistas a transformar o homem ignorante, inculto em um sábio, culto, refinado.

Todavia, esta concepção de cultura com sentido figurado, segundo Cuche (2002), vai se consolidar somente por volta do século XVIII, no Dicionário da Academia Francesa (1718), quando se fala da “cultura das artes”, “cultura das letras”, “cultura das ciências”. Mas, progressivamente, a concepção de cultura vai se transformando, e já no final do mesmo século ela é empregada como uma condição, um estado do indivíduo que tem cultura, que se opõe ao indivíduo natural e sem cultura. Nesta concepção, própria dos iluministas franceses, “a cultura é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo da história” (Cuche, 2002: 20-21).

Dentro desta perspectiva, cultura reflete o universalismo e o humanismo dos filósofos e ela é associada às ideias de progresso, de evolução, de educação e razão. A cultura está intimamente associada à ideia de civilização, concebida como um processo de melhoria das instituições, que afeta a sociedade como um todo e que contribui para diminuir tudo o que é irracional em seu funcionamento. A civilização é vista como um processo que pode e deve se estender a todos os povos e mesmo os mais selvagens podem nela se inserir e avançar, superando o seu atraso, conforme o mesmo autor.

Na Alemanha, o termo Kultur é utilizado no século XVIII no mesmo sentido figurado e com a mesma acepção francesa de cultura, visto ser esta língua especialmente apreciada pelas nobreza alemã, distanciada das classes médias, da burguesia em ascensão. Todavia, aos poucos, o termo Kultur adotado pela burguesia intelectual vai adquirindo novos nuances, associados aos valores “espirituais”, baseados na ciência, na arte, na filosofia e na religião, considerados autênticos e profundos, em contraposição aos valores “cortesões”, próprios da aristocracia, considerados superficiais, sem sinceridade.

Esta contraposição vai se intensificar na segunda metade do século em questão, com os intelectuais oriundos da burguesia passando a criticar os nobres que governam os diversos Estados alemães pela superficialidade, por descuidar das artes e literatura alemãs, por se render às maneiras “civilizadas” da corte francesa. Dois termos, cultura e civilização, que a princípio quase se identificavam, passam a exprimir dois sistemas de valores antagônicos:

(...) tudo o que é autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence à civilização. A cultura se opõe então à civilização como a profundidade se opõe à superficialidade. (Cuche, 2002: 25).

Processa-se então um movimento hegemônico pela burguesia intelectual alemã no sentido de valorização da língua nacional, daquilo que é autenticamente alemão e se a unidade nacional ainda não é possível em termos políticos, esta unidade pode ser construída em termos culturais. “Diante do poder dos Estados vizinhos, a França e a Inglaterra em particular, a “nação” alemã, enfraquecida pelas divisões políticas, esfacelada em múltiplos principados, procura afirmar sua existência glorificando sua cultura” (Cuche, 2002: 27).

A partir daí a noção alemã de Kultur vai acentuar cada vez mais as diferenças nacionais, sobressaindo-se neste contexto as ideias de Herder, que advogava o espírito de cada povo (*Volksgeist*), a diversidade de culturas como manifestação da riqueza da humanidade, em contraposição ao universalismo uniformizante do Iluminismo francês, considerado empobrecedor.

Tal postura é corroborada por Luiz Nilton Corrêa, em sua tese doutoral de 2012, quando sustenta que em reação às ideias iluministas e à revolução industrial, surge em meados do século XVIII, sobretudo na Alemanha, um resgate e uma valorização das tradições e dos costumes, da cultura popular, daquilo que mais afirmava o *Volksgeist* alemão.

No século XIX, concepção de cultura alemã se liga cada vez mais ao conceito de nação, do que identifica um povo, seu gênio, seu espírito. “A cultura aparece como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e

morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade.” (Cucho, 2002: 28

Ainda de acordo com Cucho, ao longo do século XIX, o romantismo alemão vai valorizar cada vez mais a cultura como a alma de um povo, contrapondo-se à civilização enquanto progresso material vinculado ao desenvolvimento econômico e técnico. E esta concepção essencialista e particularista da cultura vai servir de fundamento à construção do Estado-nação alemão. Enquanto que na França houve uma evolução diferente, o termo cultura passou de referência ao aprimoramento intelectual do indivíduo para o conjunto de características próprias de uma comunidade, em um sentido geralmente vasto e impreciso, muito mais próximo do termo civilização (cultura francesa, cultura inglesa, etc.).

Estas diferenças persistiram até o século XX, mantendo-se um debate entre duas concepções de cultura, uma particularista germânica marcada pela ideia de diversidade do gênero humano, e outra universalista, francófona, marcado pela ideia de unidade do gênero humano, e que tiveram uma clivagem e aprofundamento nos períodos das grandes guerras, influenciando profundamente nas duas maneiras de conceituar a cultura no mundo

É no decorrer do século XIX, com os avanços do conhecimento científico sobre o homem e sobre a sociedade, que vai surgir a sociologia e a antropologia, sendo esta última a se ocupar mais diretamente sobre a especificidade humana e a diversidade dos povos, com seus hábitos e costumes.

De acordo com Laraia, se o termo *Kultur* era utilizado na Alemanha para referenciar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, e a palavra francesa *civilización* se referia às realizações materiais de um povo, Eduard Tylor, em sua obra *Primitive Culture*, de 1871, sintetizou estes dois termos utilizando um vocábulo inglês *culture*, e elaborou o que pode ser considerada a primeira definição de cultura de uma perspectiva antropológica. Para Tyler, cultura constitui “este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Laraia, 2008: 25).

Nesta definição simples e abrangente, Tyler, o fundador da antropologia britânica, sustenta que a cultura é expressão da totalidade da vida social do

homem, destaca sua dimensão coletiva e que ela é adquirida. Ademais, Tyler filho do seu tempo, defendia os postulados evolucionista, pelos quais haveria uma escala evolutiva das sociedades selvagens a ser percorrida até chegar ao estágio das sociedades civilizadas, tentando conciliá-los com a concepção universalista de cultura vinculada aos pensadores iluministas.

A reação mais significativa ao evolucionismo, dá-se com Franz Boas (1858-1949), considerado o inventor da etnografia, por ter sido o primeiro antropólogo a efetuar pesquisas através da observação direta e prolongada das sociedades a serem estudadas, e que teve uma grande influência na antropologia americana.

Em oposição a Tylor, Boas combate a noção universalista de cultura e defende a existência de “culturas”, cada uma com suas especificidades, cada uma totalidade singular. “Cada cultura é dotada de um “estilo” particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas dessa maneira. Este estilo, este “espírito” próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos” (Cuche, 2002: 45).

Com o desenvolvimento dos estudos antropológicos no século XIX e XX, inúmeras definições de cultura foram elaboradas, de acordo com as várias escolas ou correntes que foram se constituindo, como a escola evolucionista, a difusionista, a funcionalista e a estruturalista, apenas para citar algumas. Algumas valorizando mais os aspectos materialistas, outra mais idealistas. Algumas considerando a cultura como sistema cognitivo, outra que a considera como sistema estrutural, conforme Claude Lévi-Strauss; ou ainda outras como sistema simbólico, tendo estas como seu maior expoente Clifford Geertz.

Para se ter uma ideia da profusão de elaborações a respeito da cultura, na década de 1950, o antropólogo americano Alfred Kroeber teve o trabalho de compilar as definições de cultura e teria encontrado mais de 250 variações, sendo que, naquela época, não deveria ter um número muito maior de antropólogos em atuação (Gomes, 2008: 33). Agora, é de se supor que, caso fosse feita, a compilação apresentaria um número expressivamente superior.

E pouco contribuiria para o escopo deste trabalho elencar as mais diversas concepções de cultura, elaboradas pelos mais renomados

antropólogos, dado o caráter de generalidade e a amplitude que as caracterizam.

Entretanto, dentre as inúmeras concepções de cultura, é possível verificar que há elementos relativamente consensuais entre elas, como:

- a percepção de que a cultura não se subordina a determinismos de ordem biológica, isto é, não resulta de capacidades e atributos herdados geneticamente;
- o entendimento de que a cultura não é condicionada por determinismos geográficos, uma vez que a cultura age seletivamente e não casualmente sobre o meio ambiente;
- a compreensão, em consequência, de que a cultura é uma construção histórica – isto é, que decorre da história das relações (no mais das vezes desiguais) entre os grupos sociais;
- a percepção de que a cultura tem uma natureza dinâmica, mutável e plural;
- o entendimento de que a pluralidade e a diversidade de culturas não se compadecem de lógicas hierarquizantes – segundo as quais existiriam culturas superiores e culturas inferiores;
- a percepção de que a cultura, enquanto conjunto dinâmico, mutável e plural, é aprendida e difundida socialmente – ou seja, culturas são carregadas de códigos e convenções socialmente transmitidos; e, enfim,
- a compreensão de que a cultura diz respeito a artefatos produzidos pelos homens;<sup>2</sup> (Loiola e Miguez, 2007: 6)

Visto que o enfoque deste trabalho está relacionado à gestão pública da cultura, que implica em políticas públicas para o setor, da forma efetiva como ela é realizada em determinado espaço, geográfica e temporalmente determinado, pouca operacionalidade teriam as concepções de cultura generalizantes e que simplesmente abarcam tudo o que é produzido pelo homem.

Com vistas a uma maior clareza e objetividade, optou-se por se adotar três concepções contemporâneas fundamentais de cultura, que combinadas delimitam com relativa precisão o universo a se trabalhar, enquanto objeto de política pública, qual sejam, cultura entendida como: 1) modos de vida que caracterizam uma coletividade; 2) obras e práticas da arte, da atividade

---

<sup>2</sup> Loiola, Elisabeth; Miguez, Paulo. Sobre cultura e desenvolvimento. Anais III ENECULT, Salvador, 2007

intelectual e do entretenimento; e 3) fator de desenvolvimento humano, sugeridas por Daniele Canedo<sup>3</sup>.

Na primeira concepção, enfatiza-se cultura como um sistema de signos e significados, criado pelos diversos grupos sociais, que interativamente elaboram seus modos de pensar, de sentir, seus valores e comportamentos; acentua-se o que se convencionou chamar de patrimônio imaterial, que constitui os modos de se fazer, a tradição oral, as formas de organização, os costumes e as crenças. Nesta perspectiva, todos os indivíduos participam e são produtores de cultura.

Na segunda acepção, percebe-se uma visão mais restrita da cultura, atendo-se às obras e práticas da arte nas suas mais diversas linguagens, à atividade intelectual e à área do entretenimento, em um âmbito mais especializado, que requer determinadas formas de organização e visa atingir determinado tipo de público. Compreende todo um sistema que inclui a produção, distribuição e consumo de bens e serviços culturais, e que possui grande capacidade de gerar emprego e renda ao se inserir nas dinâmicas de mercado.

E na terceira concepção destaca-se o papel da cultura como fator de desenvolvimento social, sendo as atividades culturais ou artísticas desenvolvidas com uma perspectiva socioeducativa com finalidades diversas como a aquisição de determinados conhecimentos, o aprendizado de certas práticas, o desenvolvimento de potenciais habilidades, e até mesmo como meio de enfrentamento de problemas sociais como a violência, a marginalidade, a deterioração da qualidade de vida das cidades.

A cultura concebida sob estes três enfoques, ainda que de forma sucinta, simplificada e até restrita frente às inúmeras e complexas elaborações antropológicas, parece englobar satisfatoriamente a ideia de cultura utilizada pela maioria dos gestores, dos produtores culturais, artistas e cidadãos em geral, quando se referem à forma como o poder público vem trabalhando a cultura da cidade de Florianópolis. É esta compreensão que basicamente serve de instrumental de seleção de dados, análise de conteúdos e formulações conclusivas do presente trabalho, tendo sempre presente todavia,

---

<sup>3</sup> Cultura é o que? - Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. VENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009

que a cultura envolve a totalidade da vida e é essencial para que esta seja considerada humana, na sua aceção antropológica mais ampla.

## IDENTIDADE CULTURAL

Identidade cultural, assim como cultura, é um conceito complexo, polissêmico, sujeito a múltiplas abordagens, às mais diversas interpretações. Normalmente é concebido como expressão de um conjunto de características relacionadas a um grupo social ou a um povo, a uma nação, que define os membros a ele pertencem como “os espanhóis”, “os portugueses”, “os brasileiros”, “os catarinenses”, “os florianopolitanos”, dentre inúmeros outros.

Nesta concepção, a origem, o território ocupado, a língua, as práticas, hábitos e costumes, as crenças, a religiosidade, enfim as representações simbólicas e até certo perfil psicológico são essenciais para a configuração de uma identidade. Além disso, estes elementos considerados próprios da cultura de determinado grupo são vistos, de um modo geral, como fixos, imutáveis, definitivos, e determinantes de um sistema complexo, unitário e coerente que compreende todo um grupo ou um povo.

Em sua tese doutoral, Luiz Nilton Corrêa, por exemplo, destaca que identidade cultural possui sempre um sentido de pertença, de identificação com um grupo social específico<sup>4</sup>, a percepção das semelhanças étnicas, racial, linguística ou religiosa com determinado grupo, um vínculo simbólico, com elementos semelhantes, possuidores dos mesmos significados e representados pelos mesmos códigos. Assim, tem-se o povo judeu, cuja identidade está ligada à religião, ou povo português, ligado entre si por símbolos como o idioma ou a música.

O mesmo autor lembra que neste sentido, a identidade cultural tem também uma conotação psicológica, na linguagem de Herder, o *Volksgeist*<sup>5</sup> (espírito do povo). Um processo psicológico com determinantes políticas, históricas, econômicas e culturais, ao ponto de orientar o comportamento individual de toda uma população. Um pouco o papel exercido pela educação

---

4Cf. Frederico Javaloy, El Paradigma de la Identidad Social en el Estudio del comportamiento Coletivo y de los Movimientos Sociales. In: Psicothema, Vol. 5, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1993, PP. 277-286.

5 Cf. Johann Gottfried von Herder, Filosofía de la Historia para la Educación de la Humanidad, Buenos Aires, Editorial Nova, 1950.

institucional, ou mesmo pelas redes de comunicação social, as emissoras de televisão de redes nacionais.

Assim, o papel das manifestações culturais, como as festas na atualidade, são elementos de identidade cultural de um povo. Por vezes, uma espécie de “identidade criada”, uma invenção da cultura, ou adoção, de certas manifestações criadas ou adaptadas, ou por vezes até adotadas de outras regiões.

É uma dinâmica que também se repete quando se trata de identidade local, e quando se trata de Florianópolis, pode-se lembrar do grande mosaico e da diversidade cultural que formou o que a cidade é hoje em termos de cultura, com sua diversidade de origens e história. E por vezes, neste contexto pode haver uma espécie de construção de uma identidade cultural, a formação de um modelo ou de uma identidade única.

Esta criação identitária também pode ocorrer diante de interpretações imprecisas de determinados documentos ou crônicas, ou de comparações menos técnicas ou mais diplomáticas, que acabam por gerar ideias errôneas, mas aceitas em sua grande maioria, pelas comunidades referidas nestas comparações ou documentos, acabando por criar, recriar ou moldar as manifestações culturais a luz do que passa a ser considerado autêntico.

Dentro das ciências sociais, de acordo com Denys Cuche (2002) o conceito de cultura é frequentemente associado ao de identidade, que também se caracteriza por sua polissemia e fluidez. E esta associação é tão comum e tão frequente na atualidade, que as crises culturais são vistas como crise de identidade. Questões como o enfraquecimento dos Estados-nações, a política supranacional e a globalização da economia estariam colocando esta problemática em evidência.

Todavia, o autor adverte sobre o cuidado em não confundir as coisas, pois a cultura pode existir sem consciência de identidade, já que em grande parte depende de processos inconscientes, o que não acontece com as estratégias de produção de identidade, utilizadas por indivíduos ou grupos sociais para defesa, afirmação e valorização de elementos identitários, que são intencionalmente produzidas, exigem necessariamente consciência, e inclusive podem modificar culturas.

Elaborada nos Estados Unidos nos anos cinquenta, para se tentar analisar os problemas de integração dos imigrantes, a ideia de identidade cultural era concebida como imutável e determinante da conduta dos indivíduos. Esta concepção rígida seria logo superada por outras mais dinâmicas que levam em consideração o contexto das relações, remetendo à questão mais abrangente da identidade social, que considera o conjunto de vinculações de um indivíduo a um sistema social, relacionando-o a uma classe sexual, a uma classe social, a uma região, a uma nação. Ela possui um duplo caráter de inclusão e de exclusão, na medida em que identifica aqueles que possuem características comuns com um grupo e os distingue de outros.

A princípio, predominava basicamente duas concepções de identidade cultural, uma objetivista e outra subjetivista. Para a primeira, a identidade cultural se define em decorrência de alguns critérios determinantes, considerados objetivos, como a origem comum, a língua, a cultura, a religião, a psicologia coletiva, o vínculo comum a um território. Já para a subjetivista, a identidade cultural não é algo recebido definitivamente, estático, relacionado a uma comunidade imutável; nesta concepção, a identidade etno-cultural não é mais que um sentimento de vinculação ou uma identificação a uma coletividade imaginária, e o que importa são as representações que os indivíduos fazem da realidade social com suas divisões.

Posteriormente, na tentativa de os impasses por estas concepções opostas, de acordo com o mesmo autor, Frederik Barth(1969) pensa a identidade cultural como uma construção, que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato. A identidade é concebida como manifestação relacional.

Nesta perspectiva, para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. Ademais, os membros de um grupo não são vistos como definitivamente determinados por sua vinculação etno-cultural, pois eles são os próprios atores que atribuem uma significação a esta vinculação em função da situação relacional em que se encontram.

Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente, no interior das trocas sociais que se estabelecem entre os

indivíduos ou entre grupos. A dinâmica desta concepção se opõe àquela que via na identidade um atributo original e permanente, que não poderia se transformar, e não define a identidade por uma suposta essência, mas pela relação.

Deste modo, a identidade é sempre resultante, a rigor, de um processo de identificação, no interior de uma situação relacional, possível de mudança, caso mude a situação. Daí o fato de alguns preferirem o conceito de identificação, que manifesta uma afirmação ou mesmo imposição de identidade, frente a outros grupos, do que puramente identidade que implica em uma concessão, em uma negociação com outro, que pode lhe conferir uma identidade indesejável.

Cabe ressaltar que nem todos os grupos têm o mesmo poder de identificação, já que este poder depende da posição que cada grupo ocupa no sistema de relações que os envolve. Somente aqueles que dispõem de autoridade que lhes é atribuída pelo poder, podem impor suas próprias definições de si mesmo e dos outros, pode estabelecer uma representação de si e dos outros. Esta autoridade legítima detém o poder simbólico de fazer reconhecer como fundamentadas as suas categorias de representação da realidade social, bem como os seus próprios princípios de divisão desta mesma realidade.

Cuche (2002) ressalta que desde a formação dos Estados modernos, há uma tendência à identificação única, à identidade exclusiva, mesmo que em suas composições existam uma pluralidade de grupos étnicos, objetivando reconhecer uma única identidade cultural para definir a identidade nacional, como verdadeira, como legítima. E esta tendência é percebida em muitas sociedades contemporâneas, que parecem ter uma dificuldade de se perceber e se assumir na sua pluralidade.

Entretanto, na contemporaneidade, em decorrência das novas dinâmicas globais, que efetivamente atingem a todos, e dos fluxos migratórios cada vez mais intensos, não existem mais culturas puras e as sociedades obrigatoriamente precisam levar em conta a heterogeneidade de todo o conjunto social. “A identidade plenamente unificada, completa, segura, coerente, é uma fantasia” (Hall, 2006: 13).

E esta é uma constatação muito comum no Brasil, com sua configuração étnica miscigenada, proveniente de origens diversas, onde elementos culturais indígenas foram incorporados pelos portugueses colonizadores e combinados com os dos africanos inicialmente, que depois receberá o aporte de grandes levas de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos.

Esta diversidade etno-cultural, de forma similar também se reproduziu no sul do país, no estado catarinense e na sua capital Florianópolis. Daí que quando se fizer referência à identidade cultural local, considera-se uma sociedade heterogênea, diversificada, múltipla, híbrida, dinâmica, em contínua transformação, ainda que ela, enquanto representação de si, tenha a pretensão de se reconhecer com uma identidade única, exclusiva, qual seja a denominada açoriana.

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E A GESTÃO CULTURAL

A princípio, a título de introdução, entende-se por Política Pública de Cultura um conjunto de diretrizes, objetivos metas e ações sistematicamente articuladas visando atender as demandas culturais de determinada instituição, município, estado ou país. No caso brasileiro, pode-se afirmar sem sombra de dúvidas que até o início do século XX não havia qualquer elemento oficial de uma política cultural em nível nacional, que procurasse atender os diversos segmentos sociais.

Este panorama começa a se modificar lentamente depois da proclamação da República com a necessidade de criação de elementos necessários a afirmação de uma nova identidade nacional. Dá-se a criação do Instituto de Patrimônio Histórico Nacional, e iniciativas são tomadas no sentido de preservação, principalmente do patrimônio arquitetônico tradicional brasileiro. O Ministério da Cultura, só viria a ser criado nos anos 1960, quando a cultura passa a ter uma importância mais expressiva nas políticas públicas nacionais, mas com forte controle do estado no período militar.

[...] a ação dos governos militares na área da cultura, se foi acompanhada da criação e da reordenação de instituições, revelando interesse de se ampliar o papel do Estado, teve também sua face repressiva ao censurar filmes, peças de

teatro, publicações e outras formas de expressão cultural; ao mesmo tempo em que se criavam estruturas de apoio e de expansão das atividades culturais, restringiam-se meios de expressão artística e cultural, repetindo, de certa forma, o que havia ocorrido nos anos 30. Por isso, também no período dos governos militares, a cultura voltaria ser objeto da ação dos “técnicos” da área (Moisés, 2001: 31-32)<sup>6</sup>.

Era uma fase histórica em que a preservação da cultura era sinônimo de preservação do patrimônio histórico, os bens culturais ajudavam a contar a história de personagens históricos do Brasil (CPDOC, 1997)<sup>7</sup>. O período pós-ditadura vem introduzir políticas culturais ambíguas, ampliando o papel do estado como fomentador cultural, mas ao mesmo tempo passa para a iniciativa privada a escolha da atuação cultural com leis como a Lei Sarney ou outras leis de incentivo a cultura com a isenção fiscal. O que retira do estado o poder de decisão sobre quem receberá financiamento e quais setores da cultura serão privilegiados e o que será prioridade, passando esta decisão para as empresas privadas e seus administradores visando muitas vezes o melhor retorno em termos de marketing (Rubim, 2007: 3).<sup>8</sup>

Esta forma de financiar cultura de maneira indireta, sustenta a ideia de que a cultura tem um potencial de gerar recursos e retornos financeiros, porém deixa de lado as atividades culturais menos expressivas ou de menor repercussão. Sem falar que agente cultural, o artista que atua com cultura, acaba se exaurindo dos temas econômicos, não sabendo como lidar, muitas vezes, com a busca por recursos e patrocínio dentro dos meios econômicos e culturais (Ramos, 2001 apud Guimarães, 2007)<sup>9</sup>.

Os anos 80 também é marcado por todos os movimentos sociais que despontam com a crise na ditadura militar e redemocratização da política brasileiras, o traz novos dinamismos a gestão pública da cultura. Há uma maior abrangência de vozes e diferentes interesses e reivindicações ligadas a

---

6 MOISÉS, José Álvaro. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. Cadernos do Nosso Tempo: cultura e democracia. Rio de Janeiro: Funarte, v. 1, pp. 13-55, 2001.

7 CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (1997), A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945, Rio de Janeiro, CPDOC.

8 RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafio e enfrentamentos. Anais III ENECULT, Salvador, 2007.

9 GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. No campo das políticas públicas culturais em Pernambuco, os caranguejos com cérebro se organizam para desorganizar. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Programa de Pós Graduação em Administração – PROPAD, Recife, 2007.

cultura num processo contínuo de democratização e abrangência do poder e do próprio conceito de cultura (Nogueira, 2005:133).<sup>10</sup>

Neste contexto, a dimensão da cultura começa a ganhar uma dimensão cada vez mais significativa e as políticas culturais cada vez mais se tornam objeto de discussão, seja nas esferas do poder público, seja nas instituições privadas que também desenvolvem alguma atuação no setor.

Daí se fazer necessário um melhor esclarecimento do que se compreende ao se falar de política de cultura, e para tanto Teixeira Coelho pode contribuir ao dizer que

(...) a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (Coelho, 1997: 293).

Retirando a conotação científica que o autor neste mesmo verbete apresenta sua concepção de política cultural, ela parece aceitável tendo em vista as atividades desenvolvidas pelo objeto de estudo em questão. E dela se pode inferir que, mesmo que entidades privadas e organizações da sociedade civil tenham suas políticas de cultura, e isto tem se expandido de forma crescente nas últimas décadas, cabe ao Estado, nas suas diversas esferas, estabelecer uma interação com estes outros agentes, visando a potencialização do fomento da cultura.

Como bem disse Celso Furtado, renomado economista que pioneiramente no Brasil pensou a relação cultura e desenvolvimento, “o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim abrir espaço para que ela floresça” (Furtado, 1984: 32).

---

10 NOGUEIRA, Marco Aurélio (2005), Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática, 2. ed., São Paulo, Cortez.

No atual estágio do debate sobre esta temática, ganha cada vez mais espaço, a compreensão de que as políticas públicas de cultura, desenvolvidas pelos órgãos governamentais, devem contemplar em seus planos e estratégias o diálogo e alguma forma de parceria com estas outras instituições, que também desenvolvem intervenções na área cultural, para que os diversos setores da sociedade possa acessar aos bens culturais por ela produzidos, e permitir o desenvolvimento de suas estratégias de identificação e suas representações simbólicas.

E em uma realidade marcada por profundas desigualdades sociais como é a brasileira, que se dissemina de uma forma mais ou menos acentuada pelos diversos estados e cidades do Brasil afora, a partir de uma perspectiva humanística, as políticas públicas de cultura tem como “missão”, de acordo com Hamilton Faria, “além de contribuir para a melhoria cultural, a superação da exclusão e de desajustes e da distância cultural entre integrados e excluídos, sua missão também é contribuir verdadeiramente para a gestação de um novo projeto civilizatório centrado no direito à vida em todas as suas manifestações” (Faria: 46, in Políticas Culturais, vol. I, org. Leonardo Brant, 2003)

De acordo com Dennis Hanson, de uma forma muito sucinta e objetiva, o termo “gestão” é utilizado como sinônimo de “administração” que compreende a direção e controle de um grupo de pessoas ou uma organização, visando a determinados objetivos. Para a consecução destes objetivos se faz uso de recursos humanos, materiais e financeiros, que se inserem dentro de um planejamento estratégico, cuja implementação é conduzida por uma liderança que coordena e controla todo o processo.

Com muita frequência, os autores que tratam das iniciativas culturais implementadas, seja pelo Estado, seja pelas instituições da sociedade civil geralmente não fazem distinção entre política cultural e gestão da cultura. Normalmente, ao tratarem de política cultural em determinado período ou em determinado governo, costumam descrever as atividades, as ações efetuadas, a organização dos recursos e dos modos de execução, associados a ideias, diretrizes, objetivos e valores.

Todavia, de acordo com Alexandre Barbalho, esta forma de abordagem “parece identificar política com gestão cultural, quando, na realidade, a

primeira trata (ou deveria tratar) dos princípios, dos meios e dos fins norteadores da ação e a segunda de organizar e gerir os meios disponíveis para a execução destes princípios e fins. A gestão portanto, está inserida na política cultural, faz parte de seu processo” (Barbalho, 2008:21).

Quando se trata de gestão de cultura no Brasil, todavia os autores que trabalham as questões relativas as políticas públicas de cultura, normalmente identificam estas políticas com a própria gestão. Teixeira Coelho, que elaborou um prestigiado dicionário crítico de política cultura, não dedica em sua obra nenhum verbete específico sobre gestão cultural.

Todavia, em uma conferência realizada sobre o patrocínio do Banco Itaú Cultural, disponível no youtube, Teixeira Coelho trata especificamente sobre a questão. Afirma que gestão cultural não é só gerenciamento, administração de recursos financeiros e pessoais no campo da cultura, gestão cultural é também a criação das condições necessárias para que as pessoas inventem seus fins culturais.

Não basta ter políticas de cultura elaboradas por intelectuais, técnicos em atividades culturais, e representantes do meio artístico cultural, e não implementa-las. Ter boas ideias para os diversos setores da cultura e não ter recursos financeiros para concretiza-las, ou ter estas condições e não ter pessoal suficiente capacitado e disponível para viabiliza-las. Daí que, para a gestão da cultura, é imprescindível recursos financeiros suficientes para atender as diversas demandas sociais envolvendo as diversas linguagens artístico/culturais. Bem como, dispor de uma equipe suficientemente capacitada para que tenha as condições técnicas e intelectuais e motivacionais para implementação das políticas culturais elaboradas.

Ademais, para enriquecer as observações sobre gestão de cultura, é preciso considerar diversos tipos de gestão, tais como gestão aberta e democrática, gestão centralizadora, e a gestão participativa. O que se depreende das observações e dos estudos efetuados é que as gestões democráticas tendem a ser mais efetivas e produtivas do que a gestões centralizadoras que restringem as instâncias de planejamento, decisão e simplesmente delegam para os subalternos a execução do planejado.

## **1 FLORIANÓPOLIS: FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE CULTURAL**

### **1.1 ILHA DE SANTA CATARINA: FORMAÇÃO CULTURAL**

De acordo com relatos históricos, antes da chegada dos europeus, no século XVI, a cidade de Florianópolis era denominada de Meimbipe (Elevação ao longo do rio) pelos nativos Guarani, que ocupavam a região. Mais tarde chamou-se de Ilha dos Patos, Ilha de Santa Catarina e, depois, Nossa Senhora do Desterro ou somente Desterro até 1894, quando adotou a denominação que até hoje perdura.

Por suas características naturais, sua posição geográfica e desenvolvimento histórico, tornou-se aos poucos o centro político-administrativo de uma Unidade Federativa do Sul do Brasil, o Estado de Santa Catarina. O seu crescimento, que se deu de forma bastante vagarosa ao longo dos séculos, contou com a participação de elementos de numerosos grupos étnicos, oriundos na sua quase totalidade do continente europeu e do continente africano.

Nos séculos XVI e XVII, navegadores das mais diversas nacionalidades, especialmente portugueses e espanhóis, mas também franceses, ingleses e outros, em suas viagens aos mares do Sul, não deixavam de aportar na ilha para reparar avarias e reabastecer suas naus, visto que era considerada o melhor porto de toda região. Nestas ocasiões, de acordo com registros históricos, por vezes, alguns condenados eram nela desterrados, desertores nela procuravam refúgio e mesmo naufragos, segundo relatos, se abrigavam nos espaços daquela que recebeu o nome de Ilha de Santa Catarina.

Portugueses já sediados na então Capitania de São Vicente, chamados de vicentistas, na busca de ouro e de índios para serem utilizados como mão de obra escrava nas plantações de cana-de-açúcar nordestinas, faziam incursões frequentes à capitania denominada de Santo Amaro e Terras de Sant'Ana, que compreendia quase todo o atual litoral catarinense (Corrêa, 2005). Espanhóis sonhadores à procura do "El Dorado", região mítica de fabulosas minas de ouro e prata, compareciam também com frequência por estas paragens.

Nos séculos seguintes, açorianos em sua diáspora rumo à terra prometida, africanos forçados traficados na condição de escravos, alemães esperançosos de construir um mundo melhor, italianos que viam nas terras da América a possibilidade de realização de suas vidas, e ainda gregos, sírio-libaneses, poloneses, árabes, holandeses, ucranianos, húngaros, letões, russos e japoneses, dentre muitos outros, foram construindo, o diversificado e multicultural estado sulino brasileiro de Santa Catarina

Por ser o melhor porto da região Sul e pela condição política de capital, centralizou o recebimento destes imigrantes, que se distribuíram por todo o território do Estado de Santa Catarina e abrigou parte destes contingentes humanos que optaram por permanecer em seu espaço.

A ocorrência deste processo na Ilha, ao longo do tempo, resultou numa população diversificada, constituinte de um quadro cultural singular, marcado pelas múltiplas influências e interações étnicas, inencontrável em outro lugar.

Atualmente, pelos parâmetros urbanos brasileiros, Florianópolis é uma cidade de médio porte, com uma população de mais de 400 mil habitantes, e designada desde 2006 como a Capital Turística do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL-, uma aliança comercial formada pelos países do Cone Sul, compreendendo a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, incluindo a Venezuela.

Suas belezas naturais, com destaque para suas praias, além de outras características socioculturais como qualidade de vida, baixa criminalidade e a fama de bem receber, que fazem com que a maioria dos que a visitam retornem, contribuíram para receber esta distinção. E não por acaso, a cidade tem na indústria turística uma de suas maiores fontes de recursos, em termos econômicos.

A cidade é reconhecida popularmente, por agências de propaganda e para efeitos de marketing, como Ilha da Magia. Tal denominação se deve, sobretudo, à divulgação dos trabalhos do etnógrafo autodidata e artista plástico Franklin Cascaes, que por décadas pesquisou e procurou preservar diversos traços da cultura de base açoriana, rica em lendas de bruxas, lobisomens e encantamentos. Estes registros, que depois de elaborados e divulgados aos nativos, foram ao encontro de um movimento de afirmação da identidade açorianista, iniciado no final dos anos 40 nos círculos acadêmicos,

mas que se espraiou por amplos segmentos da sociedade nas décadas seguintes e teve seu apogeu nos anos 80 e 90 (Leal, 2005), foram fundamentais para o fortalecimento de uma concepção mágica da ilha, que ainda hoje é utilizada para divulgação turística como slogan atrativo, juntamente com as praias e a deslumbrante natureza local.

Nas últimas décadas, a cidade foi se firmando como um dos grandes destinos turísticos do Brasil, perdendo apenas para as cidades do Rio de Janeiro e de Salvador, na Bahia. Suas belezas naturais, suas inúmeras praias, a diversidade das paisagens, os contrastes entre elementos da modernidade e a rusticidade rural, o desenvolvimento urbano e a melhoria de seus serviços, associados às características de um povo com fama de acolhedor e prestativo, juntamente com a posição de capital de melhor qualidade de vida do Brasil, tornaram Florianópolis, a antiga Desterro, o lugar dos sonhos de muitos que a visitam, sejam nacionais ou de outros países.

Situada entre 27°10` de latitude sul e 48°20` e 48°35` de longitude oeste, a Ilha de Santa Catarina possui uma superfície de 424,4 km<sup>2</sup>, dispostos em forma alongada no sentido norte-sul, paralelamente ao continente, com 54 km de comprimento contra 18 km de largura máxima. Sua orla mede 172 km, com contorno bastante recortado, pleno de baías e enseadas, pontas e promontórios, além de várias ilhotas adjacentes. O município de Florianópolis compreende a totalidade da Ilha de Santa Catarina, mais o subdistrito do Estreito (12,10 km<sup>2</sup>), na parte continental, totalizando 436,5 km<sup>2</sup> de território. (Florianópolis: uma síntese histórica, 2008, p. 7)

Entre a ilha e o continente encontram-se duas baías, a Baía Sul e a Baía Norte, que são separadas por um estreito de cerca de 500 metros de largura, cuja profundidade pode chegar a 28 metros, e sobre o qual foram construídas a Ponte Hercílio Luz (1926), a Ponte Colombo Machado Sales (1975) e a Ponte Pedro Ivo Campos (1991) que ligam a Ilha ao Continente.

De acordo com Augusto César Zeferino e Davi Vieira da Rosa Fernandes<sup>11</sup>, o Município de Florianópolis, efetivamente, compreendia 31 ilhas e 12 ilhotas, com duas já desaparecidas, absorvidas por aterros: a Ilha do Carvão, na baía sul, onde se encontram as sedes dos clubes de regatas e a

---

11 Atlas do Município de Florianópolis/coordenado por Maria das Dores de Almeida Bastos. Florianópolis: IPUF, 2004. p. 56

ilha do Forte de Santa Bárbara, onde se encontra a sede da Fundação Franklin Cascaes, ambas na área central da cidade<sup>12</sup>.

Quase toda a floresta original foi derrubada, muitas áreas de restinga e de manguezais foram invadidas e as espécies primárias foram praticamente extintas. Todavia, por mais contraditório que possa parecer, foi justamente o crescimento da cidade, através da redução da produção agrícola, da mudança de hábitos dos moradores, que a vegetação local experimentou uma significativa recuperação, notadamente a partir da segunda metade do século passado<sup>13</sup>.

Quando em 1900, Virgílio Várzea, um dos maiores escritores catarinenses e um mestre na arte da descrição de ambientes, referindo-se a sua amada cidade natal, anota:

Florianópolis (Desterro), Capital do Estado, é uma cidade pitoresca e agreste, colocada bem ao centro da costa ocidental da Ilha, ao fundo da baía sul, em uma espécie de península que forma uma das pontas do Estreito, por onde decerto, em remotíssimas épocas geológicas, a Ilha se ligava à terra firme. Com suas casas risonhas e brancas, a antiga povoaçãozinha de Velho Monteiro, dir-se-á talhada para um grande destino, pois se assemelha, por sua situação, como por uma ocorrência de origem, a mais célebre cidade do mundo, a Roma, a velha Babilônia latina, porque à maneira de Roma, foi regada com sangue ao nascer e se assenta sobre sete colinas... E Florianópolis não é para os catarinenses senão outra Roma... mas uma Roma pequenina e marítima (Várzea, 1984:25).

A sensibilidade do homem de letras encontra outras características que nos permitem vislumbrar como era a pequena cidade, no início do século XX:

A capital catarinense é talvez um pouco triste, para os que estão acostumados nas cidades movimentadas e ruidosas... Com uma pequena população que não passa de 15.000 almas, disseminada em grande parte por arrabaldes longínquos... ela só apresenta movimento e bulício do alvorecer ao meio-dia, hora em que as ruas do comércio... e a

---

12 As demais são: Ilha dos Noivos (+ 1 ilhota); Ilha dos Guarás Grande; Ilha dos Guarás Pequena; Ilha do Diamante; Ilha do Raton Pequeno; Ilha do Raton Grande; Ilha de São Francisco de Paula (do Francês ou do Argentino); Ilha do Arvoredo; Ilha Deserta; Ilha dos Moleques do Norte(+1 ilhota); Ilha do Mata Fome; Ilha do Badejo (+ 3 ilhotas); Ilha das Aranhas Grande; Ilha das Aranhas Pequena; Ilha do Xavier (+2 ilhotas); Ilha do Campeche; Ilha dos Moleques do Sul (+ 4 ilhotas); Ilha Irmã de Fora; Ilha Irmã do Meio; Ilha Irmã Pequena (ou Costeira); Ilha de Araçatuba (ou da Fortaleza); Ilha dos Cardos; Ilha das Pombas; Ilha do Largo; Ilha Dona Francisca (ou das Flechas); Ilha das Laranjeiras; Ilha das Vinhas (+1 ilhota); Ilha da Praia da Saudade; Ilha das Conchas; Ilha de Santa Catarina. ( ATLAS do .... p.56-57)

13 Atlas, Ricardo Wagner Ad-Vincula Veado, A vegetação do Município de Florianópolis, p.35-41.

Praça Quinze de Novembro na parte do cais, transbordam de povo, em afluência contínua, sobrelevada duas vezes por semana pela feira dos alemães e nacionais, acudindo à cidade com seus gêneros e mercadorias, trazidos das colônias e sítios próximos do continente e da Ilha

À tarde o aspecto é mais triste; e à noite, com a falta de iluminação a eletricidade ou a gás (o que é incompreensível, hoje, em um centro que tanto tem progredido ultimamente), reina certa melancolia, particularmente se o rebojo do sul bate na cidade, embocando furioso nas ruas e uivando em rajadas (Idem:33).

A partir destas observações preliminares, importa ressaltar que Florianópolis foi se construindo, ao longo da sua história, como quase todas as cidades do novo mundo, de imigrantes que vinham de outras partes do velho e do novo mundo, formando uma mistura de raças, culturas, costumes e ideias. Tal processo foi transformando um território antes ocupado por indígenas e despovoado por mãos de caçadores de escravos, aos poucos, em uma cidade multicultural e miscigenada, composta por múltiplas etnias, cujas mudanças persistem nos inícios do terceiro milênio, pelo contínuo fluxo de novos migrantes.

Assim como o Estado de Santa Catarina, a cidade de Florianópolis tem a sua composição humana marcada pela multiculturalidade. Na condição de capital tem o poder de centrar as culturas das diversas etnias que ajudaram a construir o estado. Seja por meio do poder político ou por sua dinâmica econômica, constituiu-se ao longo da história da ocupação catarinense, como foco principal de chegada da maioria dos imigrantes que adentravam pelo estado catarinense, em busca de melhores condições de vida ou simplesmente tentando encontrar um pouco dos sonhos que acalentavam.

Assim, para melhor exemplificar esta dinâmica e multiculturalidade, nada melhor do que dar uma visão geral da construção do mosaico cultural catarinense, descrevendo a sucessiva chegada de povoadores, com a descrição sequencial da redução dos primeiros habitantes, através da captura das populações indígenas e a chegada sucessiva de europeus ao longo dos séculos, incluindo também uma expressiva parcela de afrodescendentes.

Assim, na sequência, será apresentada a evolução do estado e principalmente de sua capital, a Ilha de Santa Catarina, como centro administrativo e aglutinador de grupos populacionais das mais diversas

procedências, como espaço síntese de interação de elementos de diversas culturas, com um universo cultural diversificado, híbrido, por muitas contribuições constituído.

### **1.1.1 A Pré-História de Santa Catarina**

O material historiográfico referente às populações indígenas que habitavam o litoral catarinense e a Ilha de Santa Catarina, quando da chegada dos europeus, é extremamente escasso. Além de certo descaso de nossos pesquisadores por uma das vertentes fundamentais da nossa cultura, há que se considerar ainda o desaparecimento definitivo destes nativos já no final do século XVII, seja pelas doenças contraídas pelo contato com os europeus, para as quais não possuíam resistência, seja pelas sistemáticas caçadas posteriormente empreendidas pelos vicentistas<sup>14</sup>, para utilizá-los como mão de obra escrava na agricultura que se começava a praticar em larga escala no nordeste brasileiro. Este rápido desaparecimento, juntamente com os poucos registros efetuados até então, dificultam o resgate histórico da cultura destes nossos ancestrais.

Mesmo que haja teorias diversas entre os especialistas sobre a origem do homem americano, estando esta questão ainda longe de ter uma resposta definitiva, a maioria dos pesquisadores está de acordo que o homem da América veio de fora e que a migração mais importante para o povoamento da América foi a de elementos asiáticos, afluindo em levas sucessivas através do Estreito de Bering; os primeiros contingentes humanos teriam chegado à América por volta de 12 mil anos atrás (Melatti, 1994). Nômades, iam se deslocando aos grupos, de uma região para outra e pela sucessão de levas, havendo pressões de um grupo sobre outro, foram avançando para o Sul.

Da Bacia Amazônica, há mais ou menos 10 mil anos, teriam iniciado um processo de dispersão, aproveitando os afluentes do rio Amazonas, vindo a ocupar uma vasta região que compreendia o atual Uruguai, o Paraguai, a Argentina e parte meridional do Brasil. No território de Santa Catarina, é

---

<sup>14</sup> Habitantes da Capitania de São Vicente, donde se expandiu a colonização das terras brasileiras, famosos por suas expedições em busca de metais preciosos e captura de índios

provável que estes primeiros povoadores tivessem entrado pelo Rio Uruguai, afluente do Paraná, visto que pesquisas arqueológicas encontraram nas margens deste rio vestígios de ocupação humana datados de 8 mil anos aproximadamente.

Já no litoral, outros estudos vieram mostrar que a ocupação humana foi mais recente. A ocupação do chamado “homem do sambaqui” data de aproximadamente 5 mil anos. A Ilha de Santa Catarina, segundo as evidências disponíveis, estaria povoada desde esta época (Santos,1977). Pelos dados arqueológicos existentes e pelas pesquisas de Rodrigo Luiz Simas de Aguiar, os primeiros humanos a habitarem o litoral catarinense e a Ilha de Santa Catarina eram caçadores e coletores, a quem foi atribuída a construção dos sambaquis (montes de conchas), sobre os quais habitavam.

Situados próximos às praias ou das margens de rios, os sambaquis eram resultantes do acúmulo de conchas, ossos e outros resíduos alimentares, provenientes das atividades de coleta, caça e pesca. O contínuo acréscimo destes materiais, por gerações diversas, por vários povos durante milênios, nos mesmos locais, permitia que estes montes alcançassem dimensões impressionantes de até trinta metros de altura por centenas de metros de comprimento, constituindo em solo catarinense os maiores sambaquis conhecidos do mundo.

Nos sítios arqueológicos restantes, visto que a maioria dos sambaquis foi destruída desde os tempos coloniais ao se fazer uso destes “casqueiros” na construção de casas, nas indústrias de cal ou para pavimentação de estradas, foram encontrados instrumentos simplesmente lascados, em outros, objetos em diabásio cuidadosamente polidos e trabalhados e até mesmo zoólitos. Encontraram-se também utensílios feitos em osso, pedra ou conchas, compondo lâminas de machados, anzóis, pontas de projéteis, furadores, batedores, facas, agulhas, entre outros (Aguiar, 2001). Também é possível mesmo hoje se encontrar em certas pedras da Ilha as chamadas oficinas líticas, utilizadas para dar acabamento, através do polimento das peças ou para produzir o fio em algum instrumentos de corte.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o homem do sambaqui praticava certos rituais de sepultamento, como a pintura corporal do morto, revelada por resíduos de tintura nos esqueletos, acompanhado de variados objetos como

machados, pontas de flechas e adornos diversos. Tais cuidados podem sugerir a crença em uma vida após a morte, para a qual o indivíduo disporia de elementos de identificação e de instrumentos necessários à sua manutenção neste mundo dos mortos.

Mais de 4 mil anos depois da chegada dos caçadores e coletores, apareceram no litoral os primeiros indivíduos da tradição itararé, derivada do grupo Gê. Provavelmente, migraram do planalto em busca de novas terras e novos recursos. (Aguiar, 2001, p.12).

Novamente, os dados quanto ao período da chegada das primeiras populações Itararé no litoral catarinense são deficientes. Dos poucos sítios arqueológicos datados da cultura Itararé, estima-se que elas teriam chegado por volta de 2.000 anos atrás.

Ainda de acordo com o mesmo autor, apesar de conhecerem a cerâmica, pelos indícios arqueológicos, possivelmente não praticavam a agricultura. Sua dieta era constituída pela caça, pesca, frutas silvestres e raízes basicamente, com a coleta de moluscos como complementação.

Além de confeccionarem instrumentos de pedra e de ossos, os grupos da tradição Itararé são bem caracterizados através “de uma cerâmica que não apresenta pinturas ornamentais, mas somente motivos impressos na massa ainda fresca feitos com as unhas ou com bastonetes e até com impressões de objetos de vime<sup>15</sup>”. Esta cerâmica, geralmente lisa, com a cor variando do pardo escuro ao preto, era utilizada exclusivamente no preparo e consumo de alimentos. (Aguiar, 2001:27)

Escolhiam geralmente as planícies úmidas das praias para montar suas aldeias e os sepultamentos domiciliares, nos quais os mortos eram sepultados com os seus pertences, eram dispostos em semicírculos. Com muita probabilidade, segundo estudiosos diversos, teriam convivido por algum tempo com as populações Guarani, últimos grupos humanos que ocuparam e dominaram o litoral catarinense e a Ilha de Santa Catarina, antes da chegada dos primeiros europeus.

---

15 Fossari, Teresa Domitila. Cultura pré-histórica da Ilha de Santa Catarina, in História Sócio-Cultural de Florianópolis, Osvaldo Ferreira de Melo, coord. Florianópolis: Clube Doze de Agosto: I.H.G.S.C.: Lunardelli, 1991, p.23

Dominando a horticultura e contando com contingentes expressivos, além de forte motivação religiosa, os Guarani avançaram para o litoral sul, exterminando, dominando ou expulsando outros povos, entre eles, provavelmente, os construtores dos sambaquis e de outras tradições culturais.” (Santos, 2007:39).

Para Teresa Domitila Fossari, arqueóloga e conhecedora das pesquisas de João Alfredo Rohr, pioneiro nos estudos arqueológicos em Santa Catarina, as evidências permitem inferir que a Ilha era densamente povoada por estes nativos, distribuídos em várias aldeias, cada uma composta por 30 a 80 habitações aproximadamente, ocupando também o litoral com muitas aldeias, pelo que pode-se estimar que haveria uma população com centenas e até milhares de habitantes<sup>16</sup>.

Considerando os trabalhos de um dos maiores pesquisadores das populações indígenas em Santa Catarina, o antropólogo Silvio Coelho dos Santos:

Todo o litoral sul, de Cananéia (SP) até a Lagoa dos Patos (RS), os vales interiores e as margens dos rios da bacia Paraná-Paraguai eram ocupados por esses índios. A denominação Carijó foi dada pelos europeus nos anos imediatos à conquista. Organizados em subgrupos e distribuídos em diversas aldeias, os Carijó tinham vida sedentária e dominavam técnicas de horticultura, caça, coletas, olaria, cestaria e fiação de algodão, além de serem profundos conhecedores de toda a região, do seu relevo, da flora e da fauna (Santos, 2007:38).

Em relação à sociabilidade por eles demonstrada, a partir das poucas anotações feitas pelos primeiros navegadores, já que a maioria das expedições exploratórias era cercada de sigilo, em decorrência das disputas pelas novas terras entre as coroas ibéricas, todos são unânimes quanto à cordialidade e a índole pacífica deste povo, que os recebia com amabilidade, sendo por isto considerado como o melhor gentio da costa.

Esta boa recepção era acentuada por um traço cultural próprio dos diversos grupos Guarani, que era o chamado “cunhadismo”, prática que facilitava a incorporação de estranhos à comunidade, através da oferta de uma jovem índia como esposa aos recém-chegados. Tal instituição era comum entre elementos das diversas tribos, e foi estendida aos estrangeiros

---

16 História Sócio-Cultural de Florianópolis, coord. Osvaldo Ferreira de Melo, p.17 e 19.

européus que aqui se estabeleceram. Ao aceitar a moça, o estrangeiro passava a ter vínculos de parentesco com todos os homens da tribo a ela vinculados, sejam pais, sogros, irmãos. Por este costume, os europeus não tiveram maiores dificuldades de travar relações com as populações nativas. Não era raro um europeu se vincular a dezenas de índias, o que permite imaginar a vasta rede de parentesco que se constituía, a quantidade de pessoas que ele podia dispor a seu serviço e o quanto isto contribuiu para o processo de mestiçagem na formação do povo brasileiro (Ribeiro,1995), incluindo a população da Ilha e do litoral catarinense.

Em relação à compleição física e seu aspecto geral, de acordo com o Almirante Lucas Alexandre Boiteux, para alguns o mais fecundo historiador catarinense, em seu estudo “Notas para a história de Santa Catarina”, da Enciclopédia Almirante Carneiro:

O aspecto geral destes silvícolas era agradável, estatura mediana, tronco ereto, firme e musculoso, cabeça regular, olhos pretos e pequenos, oblíquos e um tanto encovados, mãos pequenas e pés largos, rosto largo e com zigomas salientes, nariz um tanto achatado, boca regular, dentes fortes e regulados, cabelos negros e corredios, tez morena e cobreada. Andavam nus usando apenas uma tanga de esteira fina, pele o ou pena, presas aos quadris; no usavam sobre os ombros mantos de algodão ou peles de animais inverno (Boiteux).

Os Carijós, segundo o referido estudioso, viviam agrupados em tribos, chefiados por um líder, ou “tuchaua” que possuía a autoridade absoluta na guerra e grande prestígio em tempo de paz. A chefia era em geral hereditária, mas quando eletiva, distinguia sempre o mais valente, o mais bravo. A autoridade deste era respeitada, entretanto, em situações de gravidade ou de grande importância para a tribo, era costume o líder reunir e ouvir o conselho antes de qualquer deliberação. Havia ainda um outro líder de grande prestígio que era o pajé, uma espécie de conselheiro, médico e adivinho.

Os Carijós faziam também largo consumo dos produtos marinhos. A pesca fazia parte do cotidiano das tribos, mas havia um período, que coincidia com o fim do inverno, em que praticavam a pesca coletiva, com a participação de elementos de outras comunidades conhecidas. Os que habitavam em localidades mais interioranas acorriam ao litoral e a pesca se tornava um

momento de confraternização, de fortalecimento dos laços de parentesco e de amizade, materializado na distribuição do pescado que era dividido em porções iguais entre os participantes.

Para a pesca, usavam como transporte duas espécies de canoas. Uma delas, construída de um pau só, era chamada de igara, feita de madeiras como o garapuvu, a guaruva e o cedro. Quando o tronco era mole, como o garapuvu, utilizavam apenas a técnica da escavação, e quando era mais resistente, faziam uso da queimação para facilitar a retirada do material e conseguir a forma desejada. Ainda nos tempos atuais é possível encontrar uns poucos artífices, raros, que dominam esta técnica de escavação e que utilizam troncos de garapuvu, derrubados por causas naturais, como matéria-prima para a construção destas canoas, utilizadas há muito tempo pelos pescadores da ilha de Santa Catarina e do litoral catarinense<sup>17</sup>.

O outro tipo utilizado de canoa era a piroga, construída por meio de uma técnica que retirava a casca de certas árvores da raiz à copa; depois de aquecida a casca no fogo, os seus extremos eram ligados com cipó, e atravessavam varas de paus no seu interior para adquirir a forma adequada e não achatasse. Ainda que mais frágeis, segundo Boiteux, havia relatos de que estas canoas podiam comportar até 50 pessoas.

Os Carijós utilizavam anzol feito de madeira preso a uma fibra; redes de várias malhas tecidas de fibras de tucum ou de gravatá, sustentadas e sinalizadas por catutos, porongos ou pedaços de madeira leve, e o puçá, artefato composto por pequena rede em forma de cone presa a uma vara, destinado à captura de pequenos peixes; faziam uso também do sumo de certas plantas como o timbó e o tingui, cujas propriedades narcóticas entorpeciam os peixes, tornando-os presas fáceis.

Uma de suas técnicas, quando pescavam em conjunto, era espantar os cardumes batendo todos ao mesmo tempo na água com remos ou pedaços de pau, obrigando-os a irem em direção às redes ou às armadilhas, convenientemente dispostas para capturá-los. Outra técnica, para uso noturno, era a utilização de fochos acesos que atraíam os peixes e estando estes próximos, batiam com o remo na água ou na borda da canoa, fazendo

---

17 Em 15 de junho de 1992, através da lei municipal 3.771, o Garapuvu tornou-se a árvore símbolo de Florianópolis, e proibiu-se o seu corte para qualquer tipo de uso.

com que eles, espantados, saltassem para dentro da embarcação. O arco e a flecha eram também muito utilizados, tanto na pescaria marítima quanto nas dos rios.

Não comiam o pescado cru, assavam-no sobre brasas ou sobre uma grade ou grelha de madeira, no espeto ou ainda envolto em certas folhas como as de bananeira. Não usavam o sal como condimento, mas apenas um pouco de cinza. Conheciam o caldo de peixe e o peixe seco ao sol ou peixe escalado, variedades de preparo do pescado que podem ser encontradas ainda hoje nos restaurantes de frutos do mar da região.

Faziam uma espécie de farinha de peixe que se conservava por muito tempo. Depois de assar o peixe ou defumá-lo, deixando-o bem duro, rasgavam-no em pequenos pedaços, recolocavam outra vez no forno e em seguida socavam-no no pilão, e por fim passavam em uma peneira.

Os Carijós também desenvolveram a cultura de várias espécies vegetais, tais como a mandioca, o milho, a batata, a abóbora, o feijão, o amendoim, o algodão, a banana da terra, etc. Depois da derrubada da mata, com os machados de pedra, ateavam fogo; após a limpeza do terreno as mulheres iniciavam o plantio, e terminada a colheita, abandonavam a roça. Costumavam convidar os vizinhos para efetuar a colheita e no término deste serviço realizavam grandes festas.

Da mandioca faziam diversos tipos de farinhas e produziam a tapioca, o beiju; com o milho faziam a canjica, a farinha, a pamonha, a pipoca e também uma bebida fermentada. Com a mandioca e com o milho, mas também com outras frutas como o caju, mastigadas, preparavam o cauim, uma bebida fermentada.

O principal produto da agricultura nativa era a mandioca, que era produzida em grande quantidade e permitia inclusive abastecer as naus dos primeiros navegadores europeus que chegavam à região. Quando Don Rodrigo de Acuña aportou na ilha de Santa Catarina em 1526, adquiriu dos Carijós 30 quintais (1800 quilos) de farinha de mandioca e outros produtos.

Instrumentos de caça como o laço para apanhar aves, armadilhas para os quadrúpedes e a arapuca para os pássaros, ainda hoje são utilizadas ao longo do litoral catarinense pelos lavradores ou povos que vivem muito próximo às florestas da região. Mesmo no interior da ilha, até bem pouco

tempo, quando o abate de aves e animais silvestres ainda fazia parte do complemento alimentar da população, estes artefatos de origem carijóara continuavam a ser utilizados.

Nas décadas subseqüentes ao descobrimento, e com a implementação de planos de ocupação efetiva do Brasil pelos portugueses, os indígenas foram envolvidos nesses empreendimentos, sendo utilizados como mão de obra escrava nas fazendas de cana-de-açúcar do Nordeste. Devido ao caráter afável dos Carijós, são justamente eles que começarão a ser aprisionados e escravizados pelos vicentistas e paulistas, que se especializaram na caça ao índio, para vendê-los como escravos. Relatos registram que em 1635, no porto de Laguna, que se tornou o principal ponto de comércio de escravos indígenas, encontravam-se 62 embarcações, nas quais os escravagistas pretendiam levar milhares de Carijós.

Para Darcy Ribeiro (1995), a relação entre o colonizador e as populações autóctones se caracterizou por ser uma verdadeira hecatombe, com o sacrifício de milhares de vítimas, que se instaurou desde o início da colonização e se perpetuou nos séculos seguintes. Para substituir o escravo negro, demasiado caro, os colonos paulistas e de outras regiões do Brasil usaram intensamente a mão de obra indígena nas suas lavouras e nos demais serviços, ou então faziam da captura e venda de índios o seu principal negócio.

Por terem sido uma das principais vítimas deste processo, ao serem caçados incessantemente nos dois séculos que se seguiram à descoberta, os Carijós desapareceram do litoral catarinense já em fins do século XVII. (Santos, 1995: 26).

E mesmo que muitos elementos da sua cultura não sejam tão evidentes, os Carijós ainda se fazem presentes, de forma muito expressiva na linguagem regional. Prova disto são os inúmeros vocábulos como Anhatomirim (cão pequeno), Arapuça (armadilha), Araranguá (vale dos papagaios), Biguaçu (biguá grande), Camboriú (rio onde corre o leite), Canjica (grão mole ou cozido), Capivara (comedor de capim), Capoeira (mato velho ou extinto), Cubatão (terra montanhosa), Garopaba (lagoa da canoa), Imaruhy (mosquito), Ipanema (rio imprestável), Itaguaçu (pedra grande), Itajaí (Rio do Taiá), Jaraguá (vale do senhor), Jararaca (o que tem bote venenoso),

Maracujá (fruto que faz vaso), Massiambu (o caminho do rio do pato), Parati (tainha pequena), Tapera (aldeia extinta), Tijucas (brejo ou lama), Aipim (mandioca mansa), Baguaçu (árvore grande), Minhoca (o que é arrancado), Beiju (bolo de mandioca torrada), Cafundó (sítio escuro), Guasca (tira de couro ou correia), apenas para citar alguns termos consolidados na linguagem corrente das populações da região.

Atualmente não se encontra nenhuma aldeia ou assentamento indígena na Ilha de Santa Catarina, nem se percebe no dia a dia da capital dos catarinenses qualquer manifestação expressiva que lembre os antigos Carijós, os antigos habitantes destes espaços. Todavia, depois de um secular distanciamento, indivíduos que ainda mantém características físicas semelhantes às deles, começaram a aparecer na região nas últimas décadas do século passado. Oriundos do Rio Grande do Sul e mesmo do Uruguai e do Paraguai, foram se instalando e constituindo pequenas aldeias no Morro dos Cavalos e em Massiambu, no município de Palhoça, a 30 km de Florianópolis, e também em São Miguel, no município de Biguaçu, distante uns 20 km da ilha. Fazem parte dos Mbyá, que junto com os Kayová e os Ñandéva formavam, em outros tempos, o grande grupo dos Guarani do Brasil (Litaiff, 1996).

E ainda que os Mbyá não sejam descendentes diretos dos Carijós (Aguiar, 2001), com eles tem similaridades culturais, visto que estes indivíduos que reaparecem no litoral são remanescentes da grande nação Guarani, que ocupava todo o litoral sul do Brasil, parte do território do Uruguai, da Argentina e do Paraguai, sobreviventes do processo de colonização, que estariam retornando ao litoral, dando continuidade a uma migração iniciada há uns dois mil anos, por motivações religiosas, em busca da Terra sem Males (Bueno, 2003).

E o visitante que circular pelo centro da cidade de Florianópolis, poderá encontrar durante alguns dias da semana, em alguma rua, sentada na calçada e acompanhada de uma ou duas crianças, alguma índia expondo aos transeuntes peças de artesanato, constituídas de pequenas animais esculpidos em madeira como onças, tamanduás, tatus, ou aves como corujas e tucanos, alguns cestos de variados tamanhos, de dimensões reduzidas,

coloridos, alguns instrumentos musicais como flautas, chocalhos, e colares de miçangas.

Vestidas com trajes próprios das populações urbanas brasileiras pobres, são mulheres e crianças Mbyá daquelas pequenas aldeias, recentemente constituídas nos referidos municípios próximos à Florianópolis, desenvolvendo atividades que os homens não realizam e que hoje é fundamental para a sua sobrevivência: o comércio de alguns artefatos de sua produção. É um comércio sem marketing, sem propaganda, sem outros apelos além da mera exposição. O silêncio da expositora só é interrompido quando algum transeunte interessado nas peças, ou compadecido diante daquela condição de miserabilidade, lhe faz alguma indagação sobre o preço, sobre o material e outras curiosidades que a cena desperta e quando a venda é efetuada, quando se segue um breve agradecimento.

Em meio às peças artesanais, um dos cestos é disponibilizado para receber as poucas moedas e notas de dinheiro resultante de um ou outro passante caridoso, visto que a grande maioria não demonstra percebê-las, passando sem que o olhar ou algum gesto revele qualquer reconhecimento ou significância. Em certas ocasiões, as crianças pedem alguma coisa ou alguma moeda aos passantes, incorporando o hábito da mendicância.

Mesmo que não se possa estipular com precisão a quantidade de índios quando da chegada dos portugueses, sabe-se pelos poucos registros efetuados que passava de dois milhões, podendo se aproximar de três milhões espalhados por todo o Brasil, segundo alguns autores. Todavia, depois de cinco séculos, eles pouco passam de 320 mil, divididos em 215 nações que falam 170 línguas diferentes (Bueno, 2003).

Recentemente (2013), a imprensa brasileira divulgou a descoberta de um extenso documento dado como perdido, o chamado Relatório Figueiredo, produzido nos anos de 1967 e 1968, pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia que, a pedido do Ministério do Interior, percorreu mais de 16 mil quilômetros e visitou mais de 130 postos indígenas pelo Brasil afora, com o intuito de apurar denúncias de crimes cometidos contra as populações indígenas. Neste material de mais de cinco mil páginas, ao qual foi possível ter acesso a partes, através da internet, gravíssimas violações dos direitos humanos são apuradas.

De acordo com este relatório, o próprio Serviço de Proteção ao Índio, SPI, órgão federal criado em 1910 para proteger as populações indígenas, era conivente com matanças e nas próprias áreas de reserva sob o seu controle eram cometidos abusos sexuais, violências, torturas e assassinatos por motivos fúteis.

Há relatos de extermínios de tribos inteiras pelo uso de explosivos, metralhadoras e outras armas de fogo, por envenenamento, através da distribuição de açúcar misturado com estricnina, e inclusive pela inoculação proposital do vírus da varíola. Nas reservas do SPI não raros eram os açoitamentos e práticas de torturas como o uso do “tronco”, que permitia esmigalhar os tornozelos da vítima, por qualquer desobediência ou descumprimento de normas. Estes tratamentos bárbaros se estendiam também às crianças, que como castigo chegavam a ser dependuradas pelos polegares, tendo como consequência as pontas dos dedos esmagadas.

As crueldades eram tamanhas e a corrupção tão disseminada que não restou alternativa ao Governo Federal senão extinguir o referido órgão, substituindo-o pela Fundação Nacional do Índio em 1967, que passa a ser então o órgão do governo federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista em todo o território brasileiro.

Todavia, há que se ressaltar que este levantamento dos crimes contra os índios ocorreu durante a ditadura militar (1964-1985), e como a divulgação do Relatório Figueiredo repercutiu muito mal internacionalmente, o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) ao invés de apurar as denúncias e penalizar os culpados, utilizou de todos os recursos para abafar e silenciar o caso, convocando inclusive, em 1970, uma reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana para que se posicionasse, negando qualquer genocídio indígena no Brasil!

Com a substituição do Serviço de Proteção ao Índio pela Funai pretendeu-se aparentar que o governo militar preocupava-se seriamente com os silvícolas brasileiros. Entretanto, não se tem conhecimento de qualquer punição àqueles que perpetraram crimes tão hediondos contra as populações indígenas, e estas continuaram a ter que enfrentar fazendeiros, latifundiários, mineradores e madeireiros em defesa de suas terras, não raro sofrendo baixas, com estas mortes sendo ignoradas.

Em Santa Catarina, quando da ocupação do interior pelos colonos alemães e italianos principalmente, iniciada por volta do fim do primeiro quartel do século XIX e intensificada nas décadas posteriores, não raro ocorriam confrontos entre os imigrantes e as tribos indígenas, os Xokleng, que tinham como seu território tradicional a Mata Atlântica, situada entre o litoral e o planalto, e os Kaingáng, do planalto, situado mais ao Oeste catarinense, tribos nômades de caçadores e coletores que se movimentavam por uma vasta área do território catarinense.

A ocupação deste espaço pelos imigrantes europeus era efetuada pelas Companhias de Colonização e garantida pelo governo, que não desconhecia a presença dos índios na região. E para tanto, usavam de todos os recursos para sujeitar ou eliminar os obstáculos, as indesejáveis populações nativas, elementos ameaçadores que ofereciam resistência à instalação dos novos ocupantes.

Esta “empreitada civilizatória” que se processou durante quase todo o século XIX e até as primeiras décadas do século XX, com o estabelecimento de inúmeros núcleos de povoação que constituiriam as cidades interioranas catarinenses, contavam sempre com forças armadas, seja de militares ou de civis contratados pelo governo ou pelas companhias colonizadoras.

Dentre os últimos, notabilizaram-se os “bugreiros”, matadores de índios, que tinham como função remunerada limpar a mata das presenças indesejáveis ou perigosas. A tarefa deles não era afugentar os indígenas, mas exterminá-los. E ainda que praticassem uma atividade abominável, não eram discriminados pelas comunidades em que viviam, mas eram considerados por elas cidadãos respeitáveis, seus protetores<sup>18</sup>.

Ou seja, durante o período em que o governo brasileiro estimulou novos fluxos migratórios para ocupar principalmente as regiões interioranas, incluindo Santa Catarina, não mais os Guarani, que já tinham sido exterminados ou expulsos, mas os Xokleng e os Kaingáng sofreram as consequências da ocupação de suas terras, foram vitimados pelas doenças contraídas dos imigrantes ocupantes e muitos deles simplesmente foram mortos, para não obstaculizar o progresso e pacificar a região. Os reduzidos

---

18 Rodrigo Lavina, *Índigenas de Santa Catarina: História de Povos Invisíveis*, in: *História de Santa Catarina estudos contemporâneos*, Ana Brancher org.)

grupos sobreviventes encontram-se hoje confinados em algumas reservas indígenas, criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio e mantidas pela Funai.

Envolvidos em um projeto de ocupação e de exploração das terras, e mais recentemente em um projeto de desenvolvimento econômico no qual eles não fazem parte, a não ser como elementos a serem transformados em mão de obra de um mercado que lhes é estranho, os Mbyá-Guarani que vê-se em Florianópolis, como de resto todas as populações indígenas catarinenses e brasileiras, vivem em situação de miséria e desamparo institucional, tendo os seus direitos desrespeitados e sendo vítimas de violências com frequência, mesmo em pleno século XXI.

“Do descobrimento até hoje, mais de mil grupos étnicos já foram extintos no Brasil. Sobram 200 tribos e pouco mais de 300 mil índios... o Brasil ainda trata seus nativos como mero entrave ao avanço da civilização... De todos os dramas vividos pelas tribos brasileiras, o mais rumoroso tem sido o do suicídio coletivo dos Guarani-Kayowá, de Mato Grosso do Sul. Agrupados em reservas improdutivas, submetidos a um regime de trabalho semiescravo e despojados de suas tradições, 236 Kayowá se mataram em menos de uma década. Só em 1995, foram 54 os que cometeram o *deduí*, o suicídio ritual – ou o rito de “apagar o sol”, como os próprios índios, trágica e poeticamente, o denominam.” (Bueno, 2003, p. 25)

Talvez se possa afirmar sem receio de maior imprecisão que, dentre todas as etnias que compõem a sociedade brasileira, as populações indígenas são as que se encontram em maior condição de risco de perda das suas identidades, enquadradas entre as mais excluídas e parecem estar condenadas a um processo inexorável de extinção. A história destes povos é uma tragédia que se estende por cinco séculos, e o seu desfecho, desde o princípio anunciado, não parece ser outro senão a morte.

Além de não terem qualquer representação política própria no congresso nacional, estão completamente ausentes do cenário cultural brasileiro, vitimados que foram também por uma invisibilidade a eles imposta, que insiste em ignorá-los e que só é quebrada quando ocasionalmente a mídia os expõe em alguma manifestação de protesto, em episódios dramáticos ou policialescos.

Pelo exposto, percebe-se que o extermínio das populações indígenas foi um processo que teve início na ocupação da terra pelos europeus, mas que continuou praticamente ao longo de toda a história brasileira, visto que ainda hoje há notícias de confrontos nos quais os índios remanescentes ainda são vitimados.

Dos contatos amistosos iniciais com os navegantes, mas não isentos de consequências graves como a morte por contaminação de doenças para os quais os nativos não tinham resistência, passaram a ser sistematicamente caçados nos séculos seguintes pelos vicentistas, que tinham na captura e venda dos indígenas uma de suas principais atividades econômicas, fazendo-os desaparecer ao menos do litoral já no final dos anos seiscentos. A medida em que a ocupação do território se interiorizava, através dos movimentos colonizatórios as populações indígenas iam sendo dizimadas e os sobreviventes expulsos.

Ainda que não explícita, no imaginário das elites brasileiras que sempre tiveram como referência a ser perseguida o refinamento e os avanços da civilização europeia, a presença de povos indígenas sempre foi um fato desabonador para a imagem do Brasil. A existência deles, juntamente com as populações negras, era utilizada para justificar o atraso do Brasil em relação às nações do velho mundo. Não por outro motivo, durante muito tempo, implementou-se uma política de “branqueamento” da população brasileira, através do estímulo à imigração europeia. Tratava-se de reduzir a presença destas populações que estavam associadas ao atraso, a um estágio inferior de civilização.

Em Santa Catarina é possível ainda se encontrar algumas áreas de reserva, nas quais os antigos habitantes da terra vivem em condições precárias, quase em estado de miserabilidade. Em Florianópolis, se não fosse a atividade de algumas vendedoras de artesanato, acompanhadas de algumas crianças Mbyá-Guarani, que vem de duas reservas situadas em municípios vizinhos, não se perceberia praticamente nada dos antigos Carijós, ou de povos anteriores a eles.

Além do museu do Homem do Sambaqui que se encontra no Colégio Catarinense, das inscrições rupestres a muito custo preservadas em alguns sítios arqueológicos, da “comemoração” nas escolas em 19 de abril do Dia do

Índio, dos variados topônimos guarani existentes na cidade só reconhecidos por alguns poucos, a presença viva dos povos indígenas na dinâmica e no cotidiano da sociedade local hoje restou inexistente.

### **1.1.2 Os Primeiros Europeus**

Talvez os primeiros europeus a chegarem à região de Santa Catarina tenham sido os da expedição do francês Paulmier de Gonneville, em 1503, que teria aportado na Ilha de São Francisco. É celebre o relato de que levou consigo o filho de um chefe indígena que, recebido como um príncipe na França, se casou com a própria filha do navegador e constituiu família por lá, tendo uma vida longa, sem nunca mais ter retornado à sua terra. Além de Gonneville, muitos outros navegadores passaram pela região, atraídos pelas terras recém-descobertas, ainda indefinidas se de Portugal ou de Espanha quanto ao direito de posse, pelas dificuldades de precisar os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas.

Os portugueses, a princípio, demonstravam pouco interesse pelas terras do Sul do Brasil, priorizando a colonização da costa da Capitania de São Vicente, mais próxima do foco de desenvolvimento canavieiro do Nordeste. Os espanhóis consideravam estas terras como suas e os navegadores ingleses, franceses e holandeses, que transitavam pela região, viam nas baías que separam a ilha do continente um ótimo local para efetuar reparos em suas embarcações e se abastecer de madeira, água e víveres (Corrêa, 2005: p. 27).

Quando foram descobertas as minas de prata nas regiões de Cuzco e Potosi, no altiplano boliviano, os espanhóis também começaram a transitar através do atual território de Santa Catarina, porque era muito mais seguro do que navegar ao longo da costa, (Caruso, 2007: p. 31). Destes exploradores que percorreram a região destaca-se Aleixo Garcia, que na segunda década após o descobrimento do Brasil já transmitia notícias de um El Dorado real e alcançável desde a região Sul, seguindo as informações dos indígenas locais. Esta certeza levou a substituição do nome do Rio Solís, dado em homenagem ao comandante-mor da esquadra espanhola da qual Aleixo Garcia fazia parte, para Rio da Prata.

De acordo com um dos maiores historiadores catarinenses, Osvaldo Rodrigues Cabral, em *História de Santa Catarina* (1987), inúmeros navegadores europeus passaram pela Ilha de Santa Catarina nos anos que se seguiram ao descobrimento. Uma expedição lusitana, comandada por D. Nuno Manoel e Cristóvão de Haro, teria chegado à ilha e a denominado de Ilha dos Patos, em 1514.

Em 1516, Juan Dias de Solís, já anteriormente citado, piloto-mor espanhol em viagem aos mares do sul, teria passado pela ilha quando se dirigia ao Rio da Prata, onde seria morto. Uma das embarcações da sua expedição, no retorno à Espanha, ao adentrar em uma das baías da ilha, foi de encontro aos rochedos e dos 15 componentes da tripulação, 11 deles conseguiram alcançar a terra, sendo acolhidos pelos nativos, dentre os quais Aleixo Garcia. Até hoje o local é conhecido como Praia dos Naufragados.

Em 1526, outra expedição espanhola em direção às Molucas, comandada por Sebastião Caboto, muda de itinerário e se dirige ao Rio da Prata, passando pela Ilha dos Patos, onde ficou alguns meses e, nesta ocasião, em 25 de novembro, teria denominado a ilha de Ilha de Santa Catarina, em homenagem à Santa de Alexandria.

O navegador Diego Garcia também esteve na ilha em 1527 e 1528. E Don Pedro de Mendoza, nomeado Adelantado (Governador Geral) do Rio da Prata, ao fundar Buenos Aires em 1535, e não contando mais com a colaboração dos nativos para a sua manutenção, enviou o seu sobrinho, Gonzalo de Mendonza, para buscar víveres e mantimentos na Ilha de Santa Catarina.

Era uma época em que os mapas não definiam com precisão os limites geográficos, sobretudo em fronteiras como a do sul do Brasil. O Tratado de Tordesilhas estabelecia quais terras pertenciam a Portugal e a Espanha, no entanto era muito complicado definir fisicamente onde terminava os domínios de um e onde começava os domínios do outro reino. E não faltaram expedições que possuíam como missão identificar a real fronteira destes dois reinos no além-mar. Muitas vezes os mapas eram construídos ou criados, distorcendo as linhas do litoral em vantagem de um ou de outro reino. Ademais, estando em vigor o direito de posse pela ocupação da terra,

espanhóis e portugueses reivindicavam, cada qual, a ilha como pertencente aos seus domínios.

A mando da Coroa espanhola, em 1538, um dos três navios da expedição de Alonso Cabrera passou pela Ilha e deixando nela dois padres franciscanos (Corrêa, 2005:32).

Em 1541, o novo Adelantado de Buenos Aires, Don Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, tomou posse da Ilha e das terras próximas em nome do Rei de Espanha, ao chegar à região. Após permanecer nela por meses, deixou entre os indígenas 140 espanhóis para seguirem até Buenos Aires e ele próprio “acompanhado de quase mil índios carijó e 250 companheiros, seguiu para o norte, em direção à foz do rio Itapocú, onde adentrou pela rota do Peabirú, em direção a Assunção, no Paraguai. No caminho, descobriu as Cataratas do Iguaçu” (idem,32).

De acordo com o próprio relato de Cabeza de Vaca, “antes de partir, o governador deu muitos presentes aos índios da ilha, para que ficassem contentes com a sua estada por ali, o que fez com que muitos decidissem acompanhá-lo em sua entrada pela terra, tanto para ensinar-lhe o caminho como para servi-lo em outras necessidades” (Naufrágios & Comentários, 1999:156-7).

Outro renomado cronista que deixou relatos sobre sua passagem pela ilha foi Hans Staden, que veio ao novo mundo com a expedição dos Sanabria, destinada ao Paraguai, e aportou na região em 25 de novembro de 1549. Staden, que descreveu longamente o mundo dos indígenas brasileiros, elaborou o primeiro mapa da Ilha de Santa Catarina e fez algumas referências a seus habitantes.

A aldeia dos selvagens chamava-se Cutia, e o homem que havíamos encontrado chamava-se Juan Fernando e era um basco da cidade de Bilbao, e os selvagens eram os Carijós. Trouxeram-nos muita caça e pescado. Em troca lhes demos anzóis.<sup>19</sup>

Além destes, outros navegadores das mais diversas nacionalidades aportaram nas baías que separam a Ilha de Santa Catarina e o continente no século XVI. Entretanto, nenhum deles permaneceu muito tempo na Ilha, visto que se tratava apenas de um entreposto em busca das hipotéticas e fabulosas

---

<sup>19</sup>Staden, Hans, Duas viagens ao Brasil, L&PM Pocket, 2007, p.51.

riquezas acessadas pelo Rio da Prata ou para alcançar Buenos Aires, ponto estratégico para consolidação dos domínios espanhóis a leste da linha de Tordesilhas (Corrêa, 2007:35).

### **1.1.3 A Fundação do Primeiro Povoado: Desterro**

Na falta de definição exata dos limites estabelecidos entre Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas, a posse da terra era assegurada através da ocupação, e os portugueses se consideravam os legítimos proprietários das Terras de Sant'Ana, região do atual estado de Santa Catarina, concedidas em 1530 a Pero Lopes de Souza, por meio do sistema de capitanias hereditárias. Estas terras abrangiam metade da costa do atual Estado do Paraná até dois terços da costa do Estado de Santa Catarina, atingindo no extremo sul, a cidade de Laguna (Cabral, 1987:16), cidade onde hoje se encontra o marco definitivo, pelo qual passa a linha do Tratado de Tordesilhas.

Neste contexto, os vicentistas e paulistas radicados na Capitania de São Vicente, que se lançaram em busca das tão cobiçadas minas de ouro e prata e se especializaram na caça dos indígenas para servirem de mão de obra escrava nas plantações de cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil, tiveram um papel determinante na consolidação do domínio português no Brasil meridional.

Dos náufragos e desertores, que ficaram na Ilha de Santa Catarina nos 250 anos seguintes à sua descoberta, nenhum vestígio deixaram de sua passagem. Durante este tempo, a Ilha teve diversos pretendentes para colonizá-la, sem que se efetuassem, entretanto, qualquer trabalho efetivo de ocupação e fixação, antes do paulista Francisco Dias Velho.

Francisco Dias Velho que já conhecia a região, pois na sua mocidade tinha acompanhado o pai em expedições de caça aos índios e em busca de metais preciosos, por volta de 1673, segundo Evaldo Pauli (1973), teria enviado seu filho José Pires Monteiro, com mais de 100 homens para empreender plantações, e ele próprio teria vindo acompanhado da família, com um agregado e seus familiares, 500 índios e 02 padres jesuítas. Retornando a São Paulo no mesmo ano e só voltando em 1675, permaneceu

por três anos no local, quando, em 1678, teria erguido uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Desterro (Corrêa, 2005:40).

No ano seguinte, requereu a posse da terra que havia ocupado e iniciado uma agricultura de subsistência ao governador da Capitania de São Vicente, à qual as Terras de Santo Amaro e de Sant'Ana estavam vinculadas. "A partir daí a Ilha passou a exercer um importante papel na fundação da Colônia do Sacramento, defronte a Buenos Aires, o que se deu definitivamente em 1680... Nesta labuta, envolveram-se diretamente Dias Velho e seus filhos" (Corrêa, 2005: 40-41).

Todavia, o trabalho agrícola não foi desenvolvido. Francisco Dias Velho era um faiscador com seus acompanhantes, que partiam da Ilha à procura de ouro, que não foi encontrado. Por volta de 1689, o fundador da pequena póvoa foi morto por piratas, em represália à apreensão da carga e aprisionamento da tripulação de um navio corsário, de nacionalidade ignorada, que fundeou no norte da Ilha de Santa Catarina para se abastecer de água e efetuar reparos dois anos antes.

De acordo com Cabral (1987), com a morte de Dias Velho, o pequeno núcleo de povoação foi praticamente abandonado. Seus parentes retornaram a São Paulo, um de seus filhos foi para Laguna, permanecendo na Ilha apenas aquele agregado que com ele viera. Sem recursos, sem assistência, o povoado ficou entregue a própria sorte. Em 1711, o capitão Manoel Gonçalves de Aguiar percorrendo o litoral sul, no povoado de Dias Velho encontrou apenas uns poucos moradores que se reuniam em torno da sua igreja.

O povoamento da Ilha deu-se muito lentamente e de forma intermitente. Ainda assim, em 23 de março de 1726, o Ouvidor Antonio Laines Peixoto elevava a povoação da ilha aos foros de Vila, sob a denominação de Nossa Senhora do Desterro, data esta que se comemora oficialmente a fundação e o aniversário da Cidade.

Em 1739, a Vila recebeu uma força militar composta de um alferes, dois sargentos, 52 soldados e 07 artilheiros, comandados pelo capitão Oliveira Bastos. Juntamente com estes vieram algumas famílias naturais de Portugal. A vinda deste pequeno contingente militar e o envio do Brigadeiro José da Silva Paes para governar a Ilha eram medidas que se colocavam dentro de

uma estratégia portuguesa de ocupação e defesa das conquistas sulinas, ameaçadas pelas incursões espanholas.

Silva Paes tratou logo de iniciar os trabalhos de fortificação da Ilha, ponto estratégico das rotas para o sul. Iniciou a fortaleza de Anhato-mirim, no ano seguinte, 1740, iniciou outra frente àquela, na Ilha em Ponta Grossa e logo a seguir uma terceira, construída na Ilha Grande dos Ratores. E estava trabalhando numa quarta fortaleza para defender o acesso à Baía Sul, quando foi enviado para o Rio Grande e Colônia do Sacramento em 1743, permanecendo por lá até 1746, quando retornou para prosseguir os seus trabalhos, permanecendo no governo da Ilha de Santa Catarina até 1749, período em que recebeu os primeiros açorianos.

### **1.1.6 Os Açorianos**

A retomada da ocupação humana na Ilha de Santa Catarina e no litoral catarinense, após o desaparecimento dos Carijós e do fracasso do empreendimento de Francisco Dias Velho, teve início verdadeiramente apenas em meados do século XVIII, com a chegada dos primeiros povoadores açorianos. Antes disso, a ocupação limitava-se a algumas dezenas de habitantes dispersos pela ilha e por vários sítios ao longo do litoral, apresentando um crescimento populacional bastante reduzido.

“Em 1712, o viajante Frézier escreve que a região tinha 147 moradores, sem contar negros e índios” (Carneiro, 1987, p.74). Ainda assim, apesar da escassa população e de um crescimento inexpressivo, em 23 de março de 1726, o Ouvidor Antônio Laines Peixoto elevava a povoação da ilha aos foros de Vila, sob a denominação de Nossa Senhora do Desterro. E em 1737, a vila recebeu uma força militar vinda de Santos, da Capitania de São Vicente, composta de um alferes, dois sargentos, 52 soldados e 07 artilheiros, comandada pelo capitão Antônio de Oliveira Bastos. Juntamente com estes vieram algumas famílias naturais de Portugal.

A vinda deste pequeno contingente militar e do brigadeiro José da Silva Paes para governar a “Capitania da Ilha de Santa Catarina”, instalada em 1739, eram medidas que se colocavam dentro de uma estratégia de ocupação e defesa das conquistas sulinas, ameaçadas pelas incursões espanholas,

adotando o sistema já utilizado por Portugal em outras terras, o “uti possidetis”, ou seja, a “posse pela ocupação”.

Silva Paes tratou logo de iniciar os trabalhos de fortificação da ilha, ponto estratégico das rotas para o sul. Em 1739 começou a construir a fortaleza na ilha de Anhatomirim; em 1740, iniciou outra frente àquela na Ilha, em Ponta Grossa, e logo a seguir uma terceira, na ilha grande de Ratonés. E estava trabalhando numa quarta fortaleza para defender o acesso à baía meridional, quando foi enviado para o Rio Grande e Colônia do Sacramento. Embarcando em agosto de 1743, lá ficou até 1746, quando retornou para prosseguir os seus trabalhos e continuar no governo da Ilha até 1749.

Foi nos últimos anos da sua administração que, para ocupar e garantir o domínio das terras ao sul do Brasil, ameaçado pelas contínuas disputas com os espanhóis, que chegaram as primeiras levas de imigrantes vindos do Arquipélago dos Açores, cujos habitantes já tinham uma tradição de migrarem para outras terras, estimulados que eram pela política de colonização portuguesa.

Povoadas já em meados do século XV, as ilhas açorianas passaram a ter um importante papel no apoio às navegações na estratégia expansionista portuguesa. Isoladas no Oceano Atlântico, além das condições climáticas inóspitas, das atividades sísmicas e vulcânicas, as ilhas sofriam com relativa frequência ataques de corsários.

Convivendo com estas adversidades geográficas, acrescida da condição de viverem permanentemente em situação de fronteira, desenvolvendo uma grande capacidade de adaptação, os ilhéus foram continuamente acionados como um recurso do poder central na hora de povoar e defender outras fronteiras. Os povoadores que tinham ajudado a expandir os limites do império português para o centro do oceano Atlântico partiam então, em maior quantidade, em direção a novas fronteiras do reino, nas terras do Brasil, como já vinham fazendo desde o século XVI.

O arquipélago açoriano, de acordo com Olyntho Sanmartin, é composto por nove ilhas, denominadas de São Miguel, Santa Maria, Terceira, São Jorge, Graciosa, Faial, Pico, Flores e Corvo, situado a Oeste de Portugal, com uma superfície total aproximada de 2.400 km<sup>2</sup>. A maior ilha do grupo é a de São Miguel, sendo também a mais próxima do continente; a menor delas e

também a mais distante é a ilha do Corvo. Geograficamente, o arquipélago se divide em Oriental, composto pelas ilhas São Miguel e Santa Maria, em Central, composto pelas ilhas Terceira, São Jorge, Graciosa, Faial e Pico, e finalmente o grupo Ocidental, composto pelas ilhas das Flores e do Corvo.

O solo é de origem vulcânica e o seu relevo é pitoresco com montanhas e vales fertilíssimos, tendo a sua maior altitude é no cimo da ilha do Pico, que atinge 2.300 m. O clima é temperado, com temperaturas variando entre 24° e 11°, havendo portanto pouca diferença entre o inverno e o verão, com chuvas em todas as estações.

Conforme o mesmo autor, há controvérsias quanto à descoberta do arquipélago antes de 1432, visto que há mapas desde 1339 que fazem referências a estas terras perdidas no Atlântico. Oficialmente, em 1432, o Comendador de Almourol, Gonçalo Velho Cabral descobria a Ilha de Santa Maria, para 21 anos mais tarde ficar todo o arquipélago descoberto. A descoberta propriamente foi em 1431 e no seguinte iniciou-se a sua exploração. A ideia primeira de povoamento prendia-se mais no sentido de ter uma base para melhor rota à descoberta da Índia do que qualquer outro princípio de expansionismo. A quantidade de açores – aves de rapina – deu origem ao nome do arquipélago.

Com a carta de 2 de julho de 1439, o Infante D. Henrique, por determinação de D. Afonso V, deu caráter jurídico ao povoamento do arquipélago, que se iniciou tendo por base a distribuição de terras reguladas pelas Ordenações Afonsinas, mediante as quais se concediam sesmarias. Com o correr dos anos, o arquipélago foi abrigando gente de todas as procedências, inclusive de origem moura. O contingente flamengo cresceu na ilha do Faial onde encontrou clima propício. O mesmo ocorrendo com os germânicos que a colonizaram. Dessa ilha expandiu-se a colonização para as ilhas de São Jorge, Flores e Pico. Na ilha das Flores houve fixação colonial de alguns espanhóis. Ainda há vestígios de alguns italianos que habitavam a ilha do Pico.

Percebe-se, portanto, que além do português predominante, uma variedade de elementos étnicos contribuiu para a formação da sociedade açoriana. E ainda que houvesse diferenciações entre as diversas ilhas do

arquipélago, a agricultura e a pecuária constituíam as principais atividades produtivas dos Açores.

Na ilha de São Miguel, em suas terras fertilíssimas plantava-se linho e o trigo, chá, laranja, milho, ananases, beterraba, café e criava-se gado em quantidade. Na ilha de Santa Maria cultivava-se o trigo, cana de açúcar e videiras, principalmente e exportava-se a cal com que se pintavam as casas açorianas, além do barro para olaria. Na ilha Terceira se produzia trigo e cevada, mas se produzia também um vinho muito apreciado. Ainda assim a principal atividade era a pecuária, com a existência de grandes rebanhos vacum.

Na ilha das Flores predominava a pecuária sobre a agricultura, na ilha de São Jorge produzia-se trigo e o seu vinho era excelente; possuía uma pecuária muito desenvolvida e seus produtos laticínios eram também apreciados. A ilha Graciosa produzia vinho bom em abundância e algum milho e trigo. O gado era abundante e os laticínios alcançavam uma produção considerável. Na ilha do Faial predominava a agricultura sobre a pecuária e as principais produções eram o trigo e o centeio. O Pico produzia o melhor vinho do arquipélago, com as videiras importadas do Chipre em 1470; o solo não era muito propício ao trigo, que era produzido em pouca quantidade; havia gado vacum e ovino.

Na ilha das Flores predominava a pecuária sobre a agricultura, tendo como maior produção o leite, que era transformado em manteiga e em queijos. Exportava lenha para Corvo, que não possuía nenhuma. A ilha do Corvo, com uma produção mais reduzida, cada família tinha o seu gado e a sua pequena lavoura; plantavam o milho e o trigo para a subsistência; do leite preparavam o queijo e as ovelhas forneciam lã para os tecidos; o peixe era abundante.

O artesanato açoriano foi uma das grandes contribuições à cultura catarinense. As rendeiras e bordadeiras eram habilíssimas e trouxeram para o novo mundo confecções que ainda eram próprias da época medieval, visto que o Arquipélago dos Açores, pelo seu isolamento, não acompanhou as transformações provocadas pela Revolução Industrial que já se processavam nos países europeus.

Há que se destacar ainda o trabalho dos oleiros, que produziam louças de barro. A arte oleira teve como centro a ilha de Santa Maria, expandindo-se daí para as demais ilhas do arquipélago, sobretudo na ilha de São Miguel. Curiosamente, todas as ilhas utilizavam o barro proveniente de Santa Maria, única ilha a possuir barro aproveitável, com mais argila, para a fabricação de peças de olaria, telhas e louças. Raramente se utilizava barro de outras ilhas.

Sobre a deslocação de populações açorianas para o Sul do Brasil, tal fato não era novo, pois em 1728, frei Agostinho da Trindade já havia sugerido à Coroa Portuguesa e em 1742 novamente foi solicitado por Silva Paes. Mas só em 1746 o Conselho Ultramarino decidiu pelo empreendimento, vindo os primeiros casais em 1748.

Na verdade, o Arquipélago dos Açores vinha enviando povoadores para todas as partes do Brasil, desde o início de sua ocupação, de acordo com o antropólogo e historiador Luiz Nilton Corrêa em sua tese doutoral de 2012, quando sustenta que já em 1549, a coroa portuguesa solicita 300 açorianos que seriam levados a povoar a recém-fundada cidade de Salvador da Bahia, no nordeste brasileiro.

Sobre às razões pelas quais os açorianos teriam deixado o seu arquipélago e seguido para o Brasil há muitas versões e divergências. Para alguns, a superpopulação, gerando fome e miséria, impeliu os açorianos a solicitar ao El-Rei emigrarem para o Brasil, justamente quando se fazia conveniente ocupar a região sul. Para outros, a razão da penúria dos açorianos era mero pretexto, já que tal miséria não teria ocorrido; tratava-se de um objetivo político-estratégico de ocupar e defender as conquistas do sul, ameaçadas pelos espanhóis, que contou com o espírito nacionalista, corajoso, aventureiro e sequioso de melhores condições dos açorianos, cuja tendência migratória já fazia parte de sua tradição.

Sendo este último enfoque o defendido pela maioria dos historiadores, o fato determinante é que no período de 1748 a 1756, em cinco transportes, aproximadamente 6000 açorianos vieram povoar as terras sulinas, sem contar as forças militares recrutadas nas ilhas. E estima-se que metade destes permaneceu na ilha. Além dos problemas da viagem, que duravam mais de três meses e era uma aventura terrível na qual muita gente morria, as dificuldades continuavam ao desembarcarem.

As promessas feitas pelo Rei no edital de receberem gado, cavalos, instrumentos e dinheiro até poderem se manter, jamais foram inteiramente cumpridas. De início não havia nem gado para o consumo. A promessa de um quarto de légua em quadrado de terra para cada família não foi respeitada; uns receberam muito mais, outros muito menos.

Diante das notícias destas frustrações iniciais, as pessoas capacitadas que se inscreveram para vir para o Brasil, já não mais se dispunham. Então, para preencher as lotações, nos últimos transportes foram incluídas pessoas idosas, doentes, deficientes físicos e até forçados, o que aumentava os problemas, ao invés de minimizá-los.

Para assentar os imigrantes era necessário incrementar a lavoura. A metrópole estimulava as culturas de trigo, do linho, da mandioca e do pinheiro. Em Desterro, a cultura do trigo foi decepcionante, o solo não era adequado. A mandioca tornou-se a grande cultura, que em pouco tempo possibilitou a exportação para outras capitanias. Impôs-se a cultura de algodão para servir aos interesses da Metrópole, com pesadas multas para quem não a desenvolvesse, o que prejudicou enormemente a agricultura na ilha, pois os colonizadores eram obrigados a descuidarem das culturas mais promissoras para escapar das multas e mesmo do confisco da terra.

Outro fator prejudicial ao desenvolvimento agrícola em Desterro eram os contínuos recrutamentos e exercícios militares que os governadores impunham aos agricultores, quando o Rei, para estimular a vinda para o Brasil, tinha dispensado os imigrantes do serviço militar. E esses recrutamentos e exercícios militares se intensificaram por volta de 1775, com os prenúncios de guerra no sul, que de fato viria a acontecer, envolvendo a Ilha e sua gente.

Em 1777, o castelhano D. Pedro de Zeballos, comandando uma esquadra poderosa, desembarca em Canasvieiras a 23 de fevereiro e avança sobre as guarnições da ilha, que contavam com uns 2.000 homens. Dominados pelo terror, a resistência não disparou um único tiro. Aqueles que não se entregaram, embrenharam-se apavorados mata adentro. Estimulados pela disposição dos militares, aqueles da população civil que puderam, fugiram abandonando tudo.

Quando em 1778, após vinte meses de ocupação, pelo Tratado de Santo Ildefonso os espanhóis deixaram a região, o estado da Capitania era lastimável, com boa parte das edificações existentes destruídas. Fazia-se necessário recomeçar a colonização, conceder benefícios, estimular o agricultor não muito entusiasmado. Novamente, procurou-se a retomada de diversas culturas, como o linho-cânhamo, o anil, extração de madeira, fumo, arroz, cana-de-açúcar, café, algodão, trigo e mandioca. Entretanto, praticamente todas elas entraram em decadência nos inícios do século XIX ou se restringiram a uma produção pouco expressiva, com exceção da mandioca, que continuou sendo, por muito tempo, o principal gênero de produção e exportação para as outras províncias.

Além desses gêneros, o povoador açoriano e os seus descendentes dedicavam-se ao cultivo do quintal em torno da casa, plantando nele os legumes e os frutos necessários à subsistência. E as indústrias caseiras produziam manteiga, queijo, peixe seco, panos de algodão e cordoalha de fibra. Preparavam também, para consumo e comércio, em indústrias distintas, o óleo de baleia, as tintas e a louça de barro.

Uma série de fatores fez com que a colonização açoriana, como tentativa de estabelecimento agrícola resultasse em fracasso: os recrutamentos periódicos para o serviço militar; talvez nem 1/3 dos emigrados dedicava-se à agricultura, pois os que tinham algum traço de nobreza, não queriam se submeter aos árduos trabalhos, e os imprestáveis ao serviço, que formavam um número considerável, contentavam-se com os benefícios recebidos; uma política colonialista que inviabilizava a expansão de iniciativas, como a proibição de todas as fábricas e manufaturas em 1785; a baixa cotação dos produtos não manufaturados, além dos atrasos e não efetuação dos pagamentos e além de todos estes fatores, acrescia-se a não preocupação em melhorar as técnicas agrícolas, nem efetuar qualquer tratamento do solo.

De acordo com Cabral, a causa principal do fracasso, além das anteriores meramente adjuvantes, deveu-se ao fato de que o açoriano não era agricultor. O anseio de se libertar da terra pela total falta de pendor agrícola, aliado a todos aqueles entraves, fez com que muitos logo abandonassem a terra em busca de outros ofícios ou atividades em que melhor se adaptavam.

Ainda conforme Cabral, isto teria levado a Capitania, no último quartel do século XVIII, a uma situação deplorável, com a pobreza atingindo a quase todos, com a agricultura quase que inteiramente abandonada, resultando em uma indigência numerosa. Só nos inícios do século XIX haveria um processo de ascensão.

Contrário à tese de Cabral, Manuel de Souza Menezes, em seu ensaio, *Os Casais Açorianos no Povoamento de Santa Catarina*, separata do 20º volume do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, considera os açorianos um povo agricultor por excelência, até por imposição geográfica, e comprova pela evolução da produção agrícola das ilhas que, se passaram por crises, elas teriam sido circunstanciais e suficientemente superadas. Ainda afirma a grande capacidade do açoriano em se adaptar a novas culturas como foi o caso da laranja, da vinha, do milho e de outros cereais que davam possibilidade a grandes exportações.

Segundo Manuel de Souza Menezes, o fracasso agrícola deu-se pela inadequação do terreno, bem diferente do chão fértil e cheio de húmus a que estavam habituados nas suas ilhas e pela falta de uma política agrária que possibilitasse condições favoráveis, e não por não serem agricultores. Agravada ainda pela diversidade ambiental, que obrigava os açorianos a conviver com florestas, animais como serpentes e outros tipos de feras, às quais não estavam habituados, além de um clima diferenciado que exigia um árduo e demorado processo de adaptação.

Estando este processo de assentamento coordenado por um militar, o Brigadeiro José da Silva Paes, estrategista militar com uma longa folha de serviços, que incluía ações de caráter defensivo nos Açores, ao longo das fronteiras do Alentejo, nos limites do território português com a Espanha, na Península Ibérica, ficava evidente que se queria priorizar iniciativas que garantissem estrategicamente a defesa da região.

Talvez por conveniência, ou por pura visão militar, de acordo com Luiz Nilton Corrêa, os povoadores foram assentados em regiões de fácil acesso, com ampla visão do horizonte ou de outros pontos da ilha e próximos a acidentes geográficos, que possibilitaria a fuga no caso de alguma invasão. Estratégia utilizada durante a reconquista de península Ibérica e comum na época, até para facilidade no desenvolvimento dos próprios assentamentos.

No caso, junto ao mar e de fácil acesso aos fortes que poderiam ser utilizados na defesa de qualquer invasão estrangeira.

Luiz Corrêa também lembra que evidentemente, além dos objetivos militares de garantir a posse da terra, o deslocamento destes ilhéus dos Açores para o Brasil significava o transplante de uma parte de Portugal para outra região dos domínios portugueses, levando consigo toda uma série de hábitos, costumes, crenças e posturas. Implicava na transferência de toda uma formatação cultural já consolidada por séculos, na qual se destacavam a vassalagem para com El Rei de Portugal e a religião, que deveria ser católica<sup>20</sup> (Corrêa, L.N. 2012), e que constituíam os dois pilares fundamentais da identidade portuguesa na época.

Implicava também em um grande esforço de adaptação, visto que as condições naturais, geográficas e climáticas eram bem diversas daquelas a que estavam acostumados. Este amoldamento deve ter sido um longo e penoso processo, pois a terra não era propícia ao cultivo de espécies a que estavam acostumados como o trigo, o ambiente natural com florestas tinha características bem diversas das ilhas açorianas, e tiveram que assimilar complexos culturais que lhes eram desconhecidos para poder sobreviver.

Estes povoadores provenientes dos Açores encontraram uma diversidade de culturas. Tiveram que adotar a mandioca e sua farinha, legado dos antigos Carijós, como base fundamental de sua alimentação, em substituição ao trigo e seus derivados. O pirão d'água, feito de farinha de mandioca e água quente, conhecido até hoje pelas pessoas mais antigas da cidade, já era citado por George Shelvocke<sup>21</sup>, que em 1719 diz ter comprado 150 arrobas de “farinha de pau” feitas da raiz da mandioca, “tão fina quanto a nossa farinha de aveia” e que para preparar este alimento basta-se para isso ferver a água e derramar uma quantidade dessa farinha nela”.

Além de se apropriar da produção da farinha de mandioca, para a complementação alimentar tiveram que se dedicar à caça e à pesca, já que as prometidas vacas para os “casais”, nunca chegaram. A pesca da tainha e a

---

<sup>20</sup> Exigência que consta na própria provisão regia de 9 de agosto de 1747.

<sup>21</sup> Cf. Ilha de Santa Catarina, relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX, Idem, ibidem.

fabricação de redes, a construção de canoas, foram outras incorporações culturais que se tornaram necessárias.

Nas construções de residências, Luiz Corrêa lembra que “dos Açores, vulcânico e pedregoso, onde as casas eram feiras em pedras de basalto, ao sul do Brasil, com solo argiloso, estes novos habitantes tiveram que adotar as formas de construção já existentes na região”, usavam barro, paus e palha para construções de “pau a pique barreado”, cobertas de palha. Somente com o passar dos anos, desenvolvimento tecnológico e vinda de artífices de outras partes do reino, é que passaram a construir os edifícios mais elaborados, com estilo colonial português, semelhante aos encontrados em outras regiões do Brasil, ou mesmo, nas terras pertencentes a Portugal pelo mundo.

De forma geral, pode-se encontrar uma série de características da cultura popular que vem se formando e se transformando ao longo de quase três séculos, iniciado com a chegada dos açorianos e sua adaptação a um novo ambiente, incorporando os saberes, práticas e técnicas de culturas de outros povos que os antecederam. Este processo de adaptação imprimiu na região um legado cultural marcante que tem vindo a se delimitar e se apresentar como um legado cultural com base nas ideias e costumes trazidos dos Açores, formando-se assim o que muitos chamam de “Cultura de Base Açoriana”<sup>22</sup>, que culturalmente caracterizaria a Ilha de Santa Catarina.

### **1.1.7 Africanos e Afrodescendentes**

De acordo com Walter F. Piazza, em sua obra “O Escravo numa Economia Minifundiária”, na história da humanidade, desde os tempos mais remotos, até o século XIX, a escravidão foi utilizada, por sociedades as mais diversas, como forma de sujeição dos vencidos aos vencedores. “A conquista dos dois lados do Atlântico – Brasil e África – por Portugal fez com que as estruturas sociais e econômicas se ligassem, entrelaçando-se, firmemente...” (Piazza, 1999: 33)

De acordo com Hugh Tomaz na obra “La Trata de los Esclavos: História del Tráfico de seres humanos del 1440 a 1870”, foi a partir de 1440, com a

---

<sup>22</sup> Termo utilizado por Wilson Farias ao referir que hoje o açoriano adquiriu contextos culturais muito para além dos por ele trazido dos Açores.

conquista do litoral africano, especificamente do Rio do Ouro, por Antão Gonçalves, que introduzem-se em Portugal os primeiros escravos africanos, organiza-se a “Companhia de Lagos”, que efetivará e fomentará o tráfico de escravos, o que veio suprir as necessidades de mão de obra cada vez maiores das lavouras de cana-de-açúcar no nordeste brasileiro já nos primeiras décadas após o descobrimento. (Tomaz, 1987)

Pelos dados disponíveis, os elementos negros que ingressaram na estrutura populacional catarinense vieram indiretamente de outros portos brasileiros como São Luís, Recife, Olinda, Salvador e Rio de Janeiro e mesmo diretamente dos portos de Angola e de Moçambique. “Infelizmente, para o período colonial (até 1800, pelo menos) não se tem dados estatísticos sobre o número de escravos, apesar de se saber pelos dados coletados nos arquivos paroquiais da existência de contingentes, às vezes, bastante expressivos...” (Piazza, 1999:11-13).

#### QUADRO GERAL DA POPULAÇÃO DE SANTA CATARINA

Ano	Total	Escravos	Índice
1810	30.339	7.203	23,70%
1819	44.031	9.172	21,90%
1860	98.281	13.316	16,60%

Conforme dados citados por Oswaldo Rodrigues Cabral, na sua obra *Laguna e Outros Ensaio*, em 1810 Santa Catarina possuía 23,7% da sua população composta por escravos. Nove anos depois esta percentagem desce para 21,9%. Nota-se que na mesma época o estado do Maranhão possuía 133.332 escravos, compreendendo 66% de uma população. Em 1860, Santa Catarina com uma população de 98.281 habitantes, incluía 13.316 escravos, perfazendo 16,6% da população, e em 1881, dos 1.200.000 escravos que o Brasil possuía, Santa Catarina contava com 10.821, compreendendo 0,9% do total.

Assim como não há registros precisos, nem documentação consistente, detalhada, sobre as origens ou sobre a quantidade de africanos trazidos para o Brasil durante todo o período da escravatura, com referências e números variando de autor para autor, também não existem registros mais precisos

sobre os africanos ou afrodescendentes desta época em Santa Catarina. Documentos com alguns dados que resistiram ao tempo e às conjunturas políticas, datam do início do século XIX.

Nos arquivos da Prefeitura Municipal de Florianópolis encontram-se dois livros de registros das transações de escravos realizadas na então cidade de Desterro, referentes ao período de 1809 a 1822, onde se pode colher algumas indicações. Eles abrangem, entretanto, um período demasiadamente curto, o que inviabiliza a generalização das origens dos escravos a partir destes dados.

Pode-se, portanto, apenas inferir a origem dos escravos catarinenses a partir do contingente negro importado para o Brasil, que provinha de dois grandes grupos: o Sudanês e o Bantu. O grupo Sudanês compreendia todas as nações localizadas do Cabo Verde ao Golfo de Guiné; o Bantu, com nações oriundas da costa ocidental da África, e da costa oriental do continente. Sabe-se que o grupo dominante aqui, como em todo o Brasil foi o grupo Bantu.

Um dado que se deve assinalar é a enorme deficiência documental. Os registros são escassos, esparsos, apresentam lacunas, nos mais diversos períodos e praticamente em todas as localidades catarinenses.

QUADRO 1 – ESCRAVOS NA ILHA SANTA CATARINA<sup>23</sup>

Ano	Número de Escravos
1810	2.313
1840	4.122
1856	3778
1872	3.359
1883	2.543
1884	1.319
1886	765
1887	680

Em termos de relação entre os senhores e seus escravos, o contexto da escravidão nas pequenas lavouras de subsistência, na área urbana

<sup>23</sup> Dados do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

dedicada a serviços domésticos, de utilidade pública ou de marinharia, não se compara com a escravidão da agricultura de exportação das áreas açucareiras, cafeeiras ou mineradoras das regiões sudeste e norte do país. Todavia, têm-se registro de fugas, de instruções para prender ou matar os fugitivos resistentes e ainda a formação de quilombos na Ilha de Santa Catarina, na região da Lagoa da Conceição e na Enseada de Brito, localidade ao Sul, a 50 km de Desterro.

A abolição gradual da escravidão no Brasil pode remontar aos tratados e convenções com a Inglaterra, mas ela tem início efetivamente com a lei Eusébio de Queiroz, de 04 de setembro de 1850, que estabelece medidas de repressão ao tráfico. Legislações posteriores de 1861, 1867, 1868, 1869 e 1871, tanto por parte do Império quanto por parte da Província de Santa Catarina, bem como o crescimento do movimento abolicionista, contribuem para a emancipação do escravo, estabelecem taxas de compra e venda para criar fundo de alforria, até a abolição total em 13 de maio de 1888.

Quanto ao número de africanos que ingressaram no Brasil durante todo o período da escravidão, existe muita disparidade entre os autores. De acordo com o quadro a seguir pode-se ver um pouco das discrepâncias que vão de 13 milhões a 3,5 milhões de escravos. (Piazza, 1999: 37-38).

QUADRO 2 - ESCRAVOS TRANSPORTADOS PARA BRASIL

AUTOR	NÚMERO DE ESCRAVOS
Pandiá Calógeras	13.500.000
Afonso d'E. Taunay	3.600.000
Roberto Simosen	3.500.000
Pedro Calmon avalia	6.000.000
Corrêa Lopes	8.000.000
Walter Piazza	4.500.000

Quanto à determinação das origens dos escravos, as dificuldades não são menores, devido novamente à falta de registros documentais. Indicações em arquivos, eclesiais principalmente, permitem inferir algumas nações africanas, cujos membros são encontrados no território catarinense, tais como:

Congo, Moçambique, Cabinda, Angola, Costa da Guiné, Rebola, e ainda, Mina, Benguela e Monjolo.

Ainda de acordo com o historiador Piazza, quando em 1872 é feito um Recenseamento Geral do Império do Brasil, a população da Província de Santa Catarina é constituída por 143.365 brasileiros; 15.148 estrangeiros e 14.831 escravos. O aumento da população livre cresce ainda mais com ingresso de grandes contingentes italianos e de outras etnias a partir de 1875, de modo que, quando se deu a abolição da escravatura em 1888, o número de escravos era proporcionalmente bem pequeno. (Piazza,1999: 57)

“Quanto à atividade profissional dos escravos, em Santa Catarina, pode-se dizer que mais se concentraram em trabalhos urbanos e/ou domésticos e que se fixaram, predominantemente, na área litorânea” (idem, p.61). De acordo ainda com as pesquisas de Piazza, quanto à origem dos africanos no litoral catarinense, constata-se a supremacia do grupo Bantu, procedentes de Angola, do Zaire, de Benguela e de Moçambique. “A partir de 1803 são constatados escravos africanos, vindos diretamente da África para Santa Catarina” (Piazza, 1999: 61).

Como assinala-se anteriormente, a escravidão foi utilizada em grande parte da história da humanidade, desde os tempos mais remotos até muito recentemente, pelas sociedades mais diversas. E, ainda que restringindo um pouco o universo abordado, outro autor destaca que “a escravidão, seja de negros, índios ou de brancos... era uma instituição vigente na sociedade europeia muito antes da descoberta da América” (Caruso, 2007: 94).

No século XVI, o tráfico de escravos deixou de ser uma simples atividade de pirataria, tornando-se uma atividade mercantil, que movimentava grandes recursos financeiros, equipamentos como portos e navios e uma quantidade expressiva de pessoal relacionada a este comércio (idem:100). Na verdade, “todos os povos colonizadores ou mercadores, portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, holandeses, dinamarqueses, hanoverianos, flamengos, montaram postos de compra e venda de escravos no litoral ocidental africano” (Donato, 2000: 8).

A descoberta das novas terras de dimensões continentais e a necessidade de ocupá-las e extrair delas as riquezas que fossem viáveis, apesar da pequena população de Portugal à época da descoberta do Brasil,

fez com que a Coroa Portuguesa, ao implantar a cultura da cana-de-açúcar no nordeste brasileiro, recorresse aos escravos negros, que passaram a ser peças fundamentais da economia das plantações. (Piazza, 1999: 09).

A primeira leva de escravos negros chegou ao Brasil em 1549, na vila de São Vicente, dezessete anos após a sua fundação. Este foi o primeiro passo de um processo que em três séculos iria transportar agrilhoados para as fazendas e minas brasileiras milhões de africanos (Caruso, 2007: 99).

Em Santa Catarina, a totalidade dos pesquisadores que fizeram referência à temática ressalta a carência, a escassez e a imprecisão dos dados referentes aos escravos negros. Ainda que “não pode restar dúvidas quanto à participação do negro, se bem que reduzida, na vida de Santa Catarina desde o início da colonização” (Cardoso, 2000: 46), lamentavelmente, não se tem registros precisos sobre o número de escravos, ao menos até 1800. Mesmo assim, de acordo com dados coletados em arquivos paroquiais é possível atestar a existência de contingentes por vezes bastantes expressivos, conforme Piazza.

Todavia, é sabido que o número de escravos em Santa Catarina, e por consequência, em Desterro, quando comparado com outras províncias, nunca foi muito elevado. Enquanto em 1819 o Maranhão, por exemplo, chegou a ter 133.332 escravos, perfazendo 66% da população total de 200 mil habitantes (Cabral, 1994:167), em Santa Catarina o maior percentual foi de 33,0%, com 15.533 escravos numa população total de 45.410 habitantes, em 1824. E daí em diante esta porcentagem só decresceu, ainda que em 1858 a quantidade de escravos atingisse o seu ápice, 19.131, numa população total de 127.786 habitantes, perfazendo 15,0% (Piazza, 1999:12).

Os diversos autores que tratam da história catarinense relacionam a reduzida mão de obra escrava à debilidade da economia da Província. Até meados do século XVIII os poucos habitantes que viviam na região tinham vivido do extrativismo florestal e de uma agricultura de subsistência. Com a vinda dos açorianos-madeirenses (1748-1756) a situação mudou um pouco, mas nos anos posteriores predominou a agricultura baseada na pequena propriedade, com um reduzido excedente, o que não exigia mão de obra numerosa.

Santa Catarina não se inseriu na economia colonial propriamente dita, com a produção em larga escala voltada para a exportação (Cardoso, 2000: 78-79). Como assinala outro autor já referido, “ao contrário do latifúndio e das grandes plantações de cana de açúcar, algodão ou fumo de outras partes do Brasil, durante décadas as pequenas propriedades rurais açorianas produzirão, basicamente, o necessário para o consumo familiar e o de algumas poucas vilas. Será, então, nessa economia minifundiária, que aos poucos será instalado o escravo.” (Caruso, 2007: 101).

Neste contexto, de acordo com Cabral, a mão de obra escrava na Ilha de Santa Catarina era utilizada principalmente nas lides marítimas das embarcações de pesca, nas Armações das Baleias, como empregados domésticos e das casas de comércio para todos os tipos de serviços. Os escravos eram utilizados como carregadores, serventes, encarregados da limpeza, vendedores ambulantes, pedreiros, carpinteiros, etc. As mulheres, quase na sua totalidade, eram empregadas nas atividades de cozinheiras, doceiras, amas e outras atividades domésticas (Cabral, 1987: 167).

Ao contrário de certa historiografia que difundiu o caráter diferenciado da escravidão em Santa Catarina, onde os negros eram “em geral bem tratados” (Cabral, 1987:168), de acordo com Fernando Henrique Cardoso, em *Negros em Florianópolis*, as condições em que os escravos viviam eram as piores possíveis, sendo comum andarem seminus, descalços. Como de resto em todo o Império, eram forçados essencialmente ao trabalho braçal, para o qual eram considerados aptos. Discriminados, não podiam adentrar em certos recintos exclusivos dos homens brancos. A convivência entre os próprios negros era restringida nas ruas, nos espaços públicos, sujeitos à prisão por perturbarem a ordem pública, proibindo-se ajuntamentos, danças e folguedos inclusive para os libertos. Nas relações sociais o escravo estava para o senhor ou seus familiares na condição de “coisa” da qual se espera a submissão e se precisa pelo uso da violência (Cardoso, 2000: 179).

Os estudos historiográficos e antropológicos sobre a contribuição dos negros à cultura em Santa Catarina, e em especial em Florianópolis, ainda estão por se fazer. Cabral, um historiador prolífico, dedicou aos negros, em sua *História de Santa Catarina*, de 1968, menos de duas páginas. Piazza, mesmo fazendo um estudo bem alentado sobre a participação negra na

economia catarinense, em relação à contribuição cultural, não concede maior espaço e restringe à contribuição dos afrodescendentes à superstição do lobisomem, que teria origem africana.

Neste trabalho (1999), Piazza afirma que as atividades do elemento negro, assim como em todo o Brasil escravocrata, dividiam-se entre urbanas e rurais. Sendo que as atividades urbanas compreendiam inúmeras ocupações, predominando as atividades domésticas, como lavar, engomar, passar roupa, cozinhar, fazer o serviço da casa, costurar. Há que se considerar ainda aquelas ligadas às artes manuais e mecânicas, aos serviços de utilidade pública e relacionados à marinharia, onde se ocupavam especialmente os homens. Nos serviços pesados das armações, ligadas à pesca da baleia, foram os escravos muito utilizados.

Havia escravos especializados nos ofícios de pedreiro, carpinteiro, padeiro, tanoeiro, sapateiro, torneador, marceneiro, alfaiate, funileiro. Além de serviços mais comuns como carregar caixas, fazer compras, etc. Também na marinharia se utilizavam escravos, cujo número foi se reduzindo com a intensificação da repressão ao tráfico empreendida pelos ingleses. Quanto às atividades rurais, além daqueles que se dedicavam à agricultura especificamente, havia os que se dedicavam às atividades subsidiárias como fornecer a farinha, fazer açúcar, aguardente, cevar mandioca.

São escassas as documentações sobre os ritos e as atividades culturais dos escravos africanos em Santa Catarina. O registro apurado do modo de vida, das concepções de mundo, da religiosidade, das formas de organização, das relações sociais, dos projetos, aspirações e desejos dos dominados, ainda que elaborado pela ótica do dominador, seria atribuir-lhes um valor que a relação de dominação nega e, portanto, não o desenvolve. E como a quase totalidade da população negra não tinha familiaridade com a escrita, não era alfabetizada, poucos foram os registros por eles efetuados.

Ainda que reiteradamente reforçado por certa historiografia tradicional, o difundido “bom tratamento dispensado aos escravos”, não os desestimulou a buscar formas de resistência e de luta pela liberdade. Sabe-se da criação de quilombos na Lagoa da Conceição, portanto no coração da Ilha, que custou muito às autoridades destruí-lo e também na Enseada do Brito, no Município da Palhoça, distante uns trinta quilômetros de Florianópolis. Ou seja, as

formas de resistência efetuadas pelos escravos existiam, mas poucos registros deles se fizeram. Nos jornais da segunda metade do século XIX é comum anúncios de fugas, de “transgressões” de atos que ferem as normas de conduta das sociedade desterrense, praticados por negros ainda na condição de escravos.

O escravo foi submetido à religião dos seus proprietários. A legislação forçava os senhores a batizar os escravos com menos de 10 anos de idade, dispensando o seu consentimento. A religiosidade não era uma opção para os homens de cor; eram obrigados a seguir as festividades, os ritos, as rezas e as devoções próprias do catolicismo. Evidentemente que estas imposições não conseguiam impedir a persistência da manutenção, em paralelo, da religiosidade de seus ancestrais. Como forma de resistência, desenvolviam sincretismos religiosos, pelos quais elementos do catolicismo eram absorvidos pelos cultos afro-brasileiros, onde por exemplo, Santa Bárbara passava a ser referência à divindade africana Iansã (Ortiz, 1985).

Entretanto, apesar das proibições e da repressão que inviabilizavam o ajuntamento dos negros até mesmo em ocasiões de caráter recreativo, como o bangalô ou de manifestações tradicionais como os reisados, eles constituíram confrarias, irmandades, juntas de alforria, nos interstícios do permitido, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. Institutos que ao menos minimamente permitiam tratar de seus problemas, dar assistência ao sepultamento de seus membros, contribuir para a libertação de cativos. Além de, enfrentando todo o sistema repressivo, criarem espaços de resistência efetiva como os citados quilombos, para poderem dar continuidade às suas tradições.

Como consequência, os afrodescendentes conseguiram preservar elementos fortes da sua religiosidade como a Umbanda e o Candomblé, folguedos como o cacumbi, a arte da capoeira, os batuques que deram origem aos tão apreciados gêneros musicais como o samba, o calipso, o blues, a energia e os ritmos incomparáveis demonstrados nas festividades carnavalescas, onde a sua presença é hegemônica.

Se durante o período escravagista, o negro era considerado apenas enquanto força de trabalho, negado em sua humanidade e destituído de qualquer resquício de cidadania, apesar de ser o grande responsável durante

séculos pelas riquezas produzidas neste país, após abolição oficial da escravatura, em 1888, a sociedade “não proporcionou muitas possibilidades de ascensão social aos negros, que continuaram a desempenhar como antes, os serviços para os quais eles eram naturalmente aptos: o trabalho braçal econômica e socialmente desqualificado” (Cardoso, 2005:200).

A abolição da escravatura não alterou as avaliações discriminatórias que os brancos tinham sobre os negros, nem alterou substancialmente as condições em que viviam. “Os libertos e seus descendentes continuaram sendo negros, isto é, naturalmente inferiores” (Cardoso, 2005:200). Muitos, sem instrução alguma, sem terras, sem alternativas, continuaram a servir os antigos senhores, “como domésticos, mesmo sem ganho algum, salvo o alimento, a roupa escassa e o teto...” (Cabral, 1987: 168).

A associação da cor negra ao trabalho escravo, às atividades indignas do menor traço de fidalguia ou nobreza, à condição de inferioridade e de responsabilidade pelo atraso do Brasil, encontrava respaldo mesmo nas elaborações que se pretendiam e eram reconhecidas como científicas. De acordo com Ortiz (1985), o preconceito racial estava presente naqueles teóricos como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, que foram os precursores das Ciências Sociais no Brasil, e cujas explicações para o atraso brasileiro em relação à Europa, encontravam na mestiçagem e na população negra um elemento fundamental.

Estas teorias, elaboradas nos fins do século XIX e início do século XX, vinham ao encontro de uma política imigratória já de longa data desenvolvida no Brasil, que contribuía para o “branqueamento” da população brasileira e, conseqüentemente, a partir desta concepção racista, para a superação do seu atraso histórico.

Longe de promover uma integração social dos negros, a Abolição os deixou à própria sorte, sem recursos, sem terras, sem qualquer assistência governamental.

“No Nordeste, a situação do ex-escravo não melhorou nada; pelo contrário, tendeu a piorar. Os latifúndios ocupavam toda a região, impossibilitando a formação de pequenas propriedades, mesmo em nível de subsistência. Além disso, a crise da lavoura açucareira e as inovações técnicas reduziram ainda mais a procura de mão-de-obra. Na região Sudeste,

nas áreas em que a lavoura açucareira estava em decadência, alguns ex-escravos tiveram oportunidade de se estabelecer e cultivar sua pequena roça. Esses casos foram, no entanto, uma exceção. A regra geral foi a não-integração do negro à sociedade. Ele não tinha condições de concorrer com o imigrante, melhor qualificado tecnicamente...Os negros foram atirados no mundo dos brancos sem nenhuma indenização, garantia ou assistência. A grande maioria deslocou-se para as cidades, onde os aguardavam o desemprego e uma vida marginal.” (Alencar,1981: 167-168).

Na medida em que se estabelecia o trabalho assalariado e as relações capitalistas de produção no Brasil, aos negros, iletrados, sem formação ou qualificação técnica, eram reservados os trabalhos mais árduos e pouco remunerados. E durante décadas, para a grande maioria da população negra no Brasil, não restou outra coisa senão esta condição de miserabilidade, associada ao preconceito de inferioridade, que praticamente lhe inviabilizara qualquer possibilidade de alteração do seu status quo, a não ser em casos excepcionais.

Em Santa Catarina e em Florianópolis, as dificuldades para a superação destes problemas talvez tenham sido ainda maiores, visto que neste Estado, mais do que em qualquer outro estado brasileiro, ao longo do século XIX e até as primeiras décadas do século XX, imigrantes europeus das mais diversas etnias foram estimulados a se estabelecer, produzir, desenvolver atividades mercantis e industriais e contribuir para o desenvolvimento da região e do país. E para tanto, terras eram doadas, materiais e equipamentos eram concedidos, facilidades eram oferecidas aos imigrantes europeus para ocuparem a região. E esta política foi bem sucedida, visto que Santa Catarina, nas peças publicitárias de turismo é vendida como o mais europeu dos estados brasileiros. Os negros, entretanto, não encontraram as mesmas facilidades, as terras não lhes foram doadas, os incentivos não lhes foram concedidos, as oportunidades não lhes foram oferecidas.

A luta dos negros contra o preconceito, pela afirmação da sua dignidade e pela conquista dos direitos humanos não tem sido nada fácil no Brasil, apesar da tão propalada “democracia racial brasileira”. Só muito recentemente os negros puderam acessar as universidades, mas ainda em reduzidíssimo número; excluindo as celebridades ligadas ao esporte e à

música, poucos são os negros que desfrutam de um padrão de vida elevado. Em um país de gritantes desigualdades sociais e onde o preconceito racial é dissimulado, os negros, historicamente inferiorizados, ainda encontram enormes dificuldades para garantir os direitos necessários a uma vida efetivamente digna, para poder exercer a cidadania de forma plena.

Iniciativas legais e medidas governamentais como o estabelecimento de manifestações de racismo como crime inafiançável; a ilegalidade de qualquer discriminação baseada em cor, gênero ou religião; a obrigatoriedade da inclusão nos currículos escolares de disciplinas que tratem da história e da cultura negra; o estabelecimento do sistema de cotas que reserva vagas para o ingresso na universidade aos candidatos de origem negra, indígena, indígena, deficientes, estudantes de escola pública e de baixa renda, e a ampliação dos programas de bolsas de estudos foram avanços institucionais e conquistas sociais recentemente efetivadas, que tem alterado de forma significativa este quadro secular perverso de preconceito, de inferiorização, de marginalização e exclusão social.

A gravidade desta situação se constata quando se verifica que 51% da população brasileira se enquadra entre negros e pardos, conforme designação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E justamente nesta população é que se encontra o maior percentual dos economicamente mais pobres, dos que ocupam os empregos menos remunerados, da população carcerária, dos analfabetos.

Apesar das desigualdades ainda acentuadas entre negros e brancos, nas últimas décadas houve alguns avanços em determinadas instâncias. Pouco a pouco se percebe um número mais expressivo de estudantes universitários negros, que nos anos 70 e 80 praticamente inexistiam; verifica-se uma melhoria na sua condição geral, alcançando posições de destaque no mundo dos esportes, de alguns setores das artes e acessando às chamadas profissões liberais (antes impensável), ainda que posturas preconceituosas, historicamente arraigadas, persistam.

Santa Catarina, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, é o estado brasileiro com o maior número de pessoas que se declaram brancas, perfazendo 84% (oitenta e quatro por cento) de toda a população. E conforme o mesmo censo, é o estado brasileiro com a menor proporção de negros do

país, com um contingente de 15,35 % da população catarinense. Daí advém a denominação tão difundida pelas agências de merchandising que vendem o estado para fins de promoção turística como “o mais europeu dos estados brasileiros”.

Em Florianópolis, 14,68% de sua população se autodeclara como negra, o que também representa um contingente populacional relativamente pequeno. Mas o municípios mais próximos, São José, Palhoça e Biguaçu, que fazem parte da região metropolitana, apresentam, de acordo com o mesmo censo de 2010, percentuais similares, com 15,06%, 15,09% e 15,59% respectivamente.

Para os movimentos em defesa da igualdade racial estes baixos percentuais podem ser resultantes da própria introjeção do preconceito, que faz com que uma parcela significativa oculte a sua origem afrodescendente. Todavia, mesmo que estes percentuais sejam aproximados, 15% de um universo de 420 mil habitantes, não é um contingente inexpressivo.

Ultimamente tem existido um esforço em prol do reconhecimento da contribuição africana na formação cultural do Brasil. Apesar a nítida contribuição que presente em quase todo o panorama cultural Brasileiro, ainda há uma série de preconceitos que por muito tempo tentaram “invisibilizar” o negro como sujeito participativo dos mais diversos setores da sociedade e nos diversos processos históricos.

Florianópolis, através da Lei Municipal nº 7.517\07 dispõe sobre a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial, cria o Conselho e a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade racial (COPPIR), voltada ao combate ao racismo, xenofobismo e intolerâncias correlatas. Nas universidades locais já é bem mais expressiva a presença de afrodescendentes, e tanto na Universidade Federal, quanto na Universidade Estadual encontram-se núcleos de estudos da cultura negra, e disciplinas foram introduzidas nos currículos universitários abordando relacionadas a esta temática.

### **1.1.8 Alemães, Italianos e Outras etnias**

Em novembro de 1828, mediante acordos e contratos com empresas colonizadoras, chegam à Ilha de Santa Catarina os primeiros alemães

imigrantes, com intuito de povoar as terras mais no interior do Estado. Tal disposição iria resultar em confrontos com populações indígenas que já habitavam as regiões interioranas catarinenses ou que se evadiram do litoral para fugir da caça a que foram sujeitos nos primeiros séculos da colonização brasileira. Na realidade, estes atritos entre culturas diferentes, entre os que ocupavam as terras e os imigrantes colonizadores, com consequências funestas para os primeiros, se estenderiam até meados do século XX.

É importante lembrar que os primeiros alemães a chegarem em Santa Catarina, instalaram-se temporariamente em regiões já habitadas, sobretudo por descendentes de açorianos que haviam chegado há cerca de 80 anos, como era o caso de Florianópolis. E logo em seguida, resolvidos todos os trâmites, rumavam para as terras a eles prometidas pelo governo ou pelas respectivas empresas de colonização.

Muitos deles chegavam depauperados, sem recurso algum, mas é também importante ressaltar que diversos deles tinham formação elevada se comparada aos padrões locais, e eram provenientes de um país em que já se processava uma revolução industrial, enquanto que na região predominava a produção artesanal, o que lhes dava uma certa vantagem intelectual e técnica sobre os nativos na exploração das potencialidades da região.

Como é sabido, além da ética protestante que os estimulava ao trabalho e à prosperidade pela formação luterana, alguns deles trouxeram equipamentos, máquinas simples como de costura, plantas de casas e mesmo conhecimento técnico de uso diário ou industrial, o que lhes dava um diferencial produtivo em relação à população autóctone. Isto talvez explique o acentuado desenvolvimento industrial e técnico encontrado até hoje nas cidades originárias das antigas colônias de povoamento germânico, e mesmo italiano, que se sobressaem em relação às demais regiões.

Ainda que não deixasse de se estabelecer uma separação e até mesmo uma segregação, visto que se inseriam em um contexto em que predominavam os descendentes açorianos, extremamente católicos.

Os primeiros 523 emigrantes<sup>24</sup> alemães eram na maioria agricultores e artesãos, vindo da região de Bremen na Alemanha ainda com poucos

---

24 Werner Zotz, *Gente Catarina, Origem e Raízes*, Ed: Terras Brasileiras, Florianópolis, 2002.

recursos, porém, em pleno início de revolução industrial. Traziam consigo técnicas, costumes e ferramentas desconhecidas no novo mundo. Juntos fundaram em 1º de março de 1829 a colônia de São Pedro de Alcântara, a primeira colônia alemã no Estado de Santa Catarina, a primeira de muitas outras que surgiriam ao longo do século, como as de Blumenau, Brusque, Pomerode, etc.

Em decorrência da formação que possuíam, alguns deles com conhecimentos de filosofia e outras áreas técnicas, sobretudo os organizadores das empresas de colonização, logo passaram a se destacar como administradores locais, chegando a cargos políticos regionais e mesmo federais, como Lauro Muller, governador do Estado de Santa Catarina e senador da República, seu primo-irmão, Felipe Schmidt, Filho de Johann Philipp Schmidt e Felisbina Michels, foi governador do Estado de Santa Catarina por duas vezes, sendo também senador. Nomes alemães que, junto de muitos outros, são hoje também nome de instituições e ruas por toda a cidade.

No norte do estado de Santa Catarina, um matrimônio entre a realeza francesa e família imperial brasileira gera condições para a criação de Joinville, em 1851, com um primeiro grupo de 118 alemães e suíços e em seguida mais um de 74 noruegueses, com muitos outros vindos mais tarde, fomentando o povoamento do norte catarinense.

Outros imigrantes ainda viriam se instalar nas terras catarinenses, constituindo novos polos de desenvolvimento como São Bento do Sul, fundado em 1873 por gente originária da atual República Tcheca. Todavia, foram os italianos que começaram a chegar a partir de 1875, que constituíram a maior onda imigratória que se instalou em Santa Catarina. Dos atuais 293 municípios catarinenses, os italianos se encontram em 223 deles!<sup>25</sup> No interior do Estado, também poloneses ajudaram a povoar municípios como Brusque, Criciúma, Canoinhas e Mafra a partir de 1869. E austríacos fugidos da crise mundial da década de trinta do século passado, constituíram Treze Tílias.

No planalto norte do Estado, encontra-se municípios como Itaiópolis, também conhecido como pequena Varsóvia, por ter recebidos muitos colonos

---

25 Werner Zotz, *Gente Catarina, Origem e Raízes*, Ed: Terras Brasileiras, Florianópolis, 2002.

poloneses, ou ucranianos, que duas décadas mais tarde ajudariam a povoar Santa Terezinha, Papanduva, Moema entre outros. Assim como os húngaros que chegaram em Jaraguá do Sul por volta de 1889, através de empresas colonizadoras, como também os letões na mesma época, com objetivo de propagar o evangelho da Igreja Batista, ajudando a criar o que é hoje o município de Orleans.

Os sírio-libaneses chegaram ao Brasil a partir de 1885, deixando os domínios do então império turco-otomano e se estabeleceram em Florianópolis, Biguaçu, e Criciúma, entre outros municípios do estado catarinense. Assim também como os gregos que permaneceram mais centrados em Florianópolis onde possuem a igreja ortodoxa Grega de São Nicolau.

Em 1950, chegaram os primeiros holandeses, dedicando-se à agricultura, pecuária e produção de flores. Eles possuem uma presença muito marcante em municípios como Tijuquinhas, não muito distante de Florianópolis. E os japoneses, que por sua vez chegaram ao Brasil no início do século XX, em Santa Catarina fundaram o município de Frei Rogério, no oeste do estado, marcando sua presença também em São Joaquim, Caçador, Joinville e Florianópolis.

Muitas destas culturas ou origens étnicas são encontradas, sobretudo através das festas étnicas realizadas por todo Estado de Santa Catarina. Em conjunto elas refletem um pouco do que Florianópolis possui em menor escala. Dentre elas pode-se destacar as várias Oktoberfest realizadas por todo estado, que comemoram a origem alemã de seus habitantes; A Marejada, uma festa portuguesa, comemorada em Itajaí; A Festa da Maçã, com presença marcante de descendentes japoneses em São Joaquim; a festa Ritorno Alle Origini, em Urussanga, no Sul Catarinense que comemora o povoamento italiano do interior do estado. Também a Festa das Flores, em Joinville tipicamente holandesa, e em Treze Tílias a festa Tirolerfest tipicamente tirolesa, criada pelos descendentes de austríacos que chegaram na década de trinta do século passado em Santa Catarina. E completando, também há centenas de Festa do Colono, com caráter mais comunitário em localidades com predominância italiana e alemã, que são realizadas em muitos municípios do Estado.

Para o historiador Carlos Humberto Corrêa, dentre as várias etnias chegadas no fim do século XIX e início do século XX, há que se destacar quatro delas, dentre outras de menor contingente e influência socioeconômica, que tiveram importante contributo nos destinos históricos de Desterro, depois Florianópolis: a alemã, a italiana, a grega e a sírio-libanesa (Corrêa, 2005: 234).

Desde fins do período colonial a ilha de Santa Catarina já era conhecida por navegadores alemães, em 1829 é criada a colônia alemã de São Pedro de Alcântara no continente. Enquanto os lotes eram demarcados, permaneceram três meses na ilha, e das 146 famílias que se destinavam a colônia, 14 delas permaneceram em Desterro. Mais tarde seriam criadas as colônias de Santa Isabel em 1847, de Leopoldina em 1852 e de Teresópolis, em 1860, todas elas nas proximidades de Desterro.

(...) a presença dos alemães na região de Florianópolis contribuiu significativamente para a dinamização da economia desta micro-região, no início deste século, a maior parte das iniciativas industriais e do comércio estavam em mãos de empresas familiares germânicas, tais como Hackadt, Ebel, Wilman, Bade, Hoepcke, Noellmann, etc. O mesmo pode ser dito com referência a profissionais liberais, na área, por exemplo, da medicina, farmácia e arquitetura, onde se destacaram nomes como Gofferge, Horn, Grundel, Wildi e outros. Com ênfase especial ao arquiteto Theodor Grundel, que executou a maior parte das obras desta cidade nos últimos anos do século passado e nas duas primeiras décadas deste (Séc.XX). (Corrêa, 2005: 236-237).

Diversos alemães prosperaram e alcançaram uma condição proeminente na sociedade local. Dentre eles, destacadamente, Carl Hoepcke (1844-1924) que construiu um verdadeiro império econômico, calcado no ramo de comércio de transporte marítimo, diversas indústrias entre elas a fábrica de rendas e bordados (1913), em funcionamento até hoje, e a primeira concessionária de veículos Ford e depois Chevrolet.

Além destas iniciativas e destes empreendimentos, os alemães criaram inúmeras associações em várias épocas de finalidade recreativo-cultural, como a Associação dos Atiradores (1900) e a Associação Ginástica Jahn, a Comunidade Evangélica Alemã, a Associação Escolar Alemã para fins educacionais, a Sociedade Beneficente Alemã, e a mais antiga de todas, o

Clube Harmonie, fundado na antiga Desterro, de 1860. Durante muito tempo a maior choperia da cidade, até as últimas décadas do século XX, era o Tiro Alemão, recentemente adquirido pela Igreja Universal do Reino de Deus, que instalou no local um templo evangélico.

A contribuição italiana também foi expressiva, diferente dos alemães, não vieram através das correntes de imigração que colonizaram a região da grande Florianópolis. Os primeiros italianos chegaram em 1893, oriundos de Montevideu contratados para construir uma residência e dois anos depois reformarem o palácio do governo. Pelo final do século faz-se referência a uma Sociedade de Mútuo Socorro, denominada Fraternidade Italiana, que visava o aperfeiçoamento da vida civil de seus membros. Com a mudança da sede, mudou a denominação para Fratellanza Italiana que com a segunda guerra mudou novamente para Sociedade Recreativa 20 de Setembro.

No início do século XX, em 1906, Florianópolis contava com uma comunidade italiana de cerca de 500 pessoas. Comunidade esta que cresceu ao longo das décadas, com seus componentes atuando nos mais diversos setores da sociedade local. E hoje, percorrendo o centro da cidade, é possível degustar uma refeição na Fratellanza Italiana, transformada em restaurante, da família D'Aslascio, ou apreciar uma pizza com vinho na Macarronada Italiana da família Librizzi, dentre tantos estabelecimentos especializados em culinária italiana ou se inscrever em um dos cursos da Casa de Itália, na praça central da cidade, a XV de Novembro.

Ainda de acordo com Carlos Humberto P. Corrêa (2005), no final dos anos 80 do século XIX, outra etnia que imigrou para Desterro foi a grega, tendo início com a família Savas atraída pela semelhança da Ilha de Santa Catarina com as ilhas gregas e pelas perspectivas de empreendimentos comerciais. A família Kotzias viria em seguida, dedicando-se ao comércio de secos e molhados e tecidos. Logo depois já se estabelecia a primeira igreja grega ortodoxa no Brasil, em Florianópolis, dedicada a São Constantino, e depois foi erguida a igreja de São Nicolau. Aos primeiros imigrantes, somaram-se outros, que se dedicaram especialmente ao comércio, e com a vinda de novos grupos, logo o total de imigrantes e descendentes diretos era superior a mil pessoas.

A participação dos descendentes gregos em Florianópolis não se restringiu ao comércio, mas também a profissões liberais e à política. Nesta atividade, um de seus representantes, o Sr. Jorge Lacerda, chegou a alçar a condição de governador do Estado de Santa Catarina em 1956.

Os primeiros imigrantes de sírio-libaneses começaram a chegar à Ilha de Santa Catarina nos primeiros anos do século XX, tendo-se facilmente aculturado a comunidade local, sobretudo por trabalharem como mascates, como comerciantes, e até mesmo pela religião, visto que muitos eram cristãos. Ainda hoje tem uma presença marcante como comerciantes de roupas e armarinhos em Florianópolis, sobretudo na Rua Conselheiro Mafra.

Ostentam nomes como Amim, Helou, Daux, Mussi, Elias. Com destaque em alguns casos também na política, como o Sr. Espiridião Amim Helou Filho, que exerceu por duas vezes o governo do Estado de Santa Catarina, por duas vezes o da prefeitura da cidade de Florianópolis, foi senador da república e continua como um dos mais importantes líderes políticos de Santa Catarina.

Outro contingente de sírio-libaneses chegou na década de 80 do século XX. Estes, de religião muçulmana, criaram pelo Estado algumas mesquitas como em Criciúma, Lajes e um centro religioso islâmico na área central da cidade de Florianópolis, na Rua Felipe Schmidt, com permanência efetiva de um orientador religioso, o Sheik Amim Alkaram.

Pelos exposto percebe-se que a participação dos imigrantes europeus, destacadamente os alemães, italianos, gregos e sírio-libaneses, deu-se nas mais diversas áreas do universo cultural local, que vai da literatura a política, dos estabelecimentos comerciais a indústria naval ou ainda na expressiva culinária e tradições própria de suas etnias. Uma contribuição que não pode ser esquecida e que acrescenta características fortes no caráter e na identidade da cidade, mesmo naqueles que, por razões diversas, não percebem esta influência.

## 1.2 IDENTIDADE CULTURAL: APONTAMENTOS ETNOGRÁFICOS

A formação da identidade cultural de Florianópolis, se processou com a vinda de imigrantes várias origens e se fortaleceu com o crescimento lento, mas contínuo da cidade. Em 1872, a população de Desterro era de 25.709

habitantes, 30 anos depois chegou a 32.920, e vinte anos mais tarde alcançava 41.338 e, em 1950, não ultrapassava os 52 mil habitantes. Até 1850 a urbanização seguia um padrão colonial português, que foi se alterando com novos padrões trazidos pelos imigrantes de outras regiões da Europa que também muito contribuíram para o início da industrialização local.

Na virada do século, a velha Desterro, já chamada de Florianópolis, teria iluminação a querosene substituída por iluminação elétrica, os bondes a cavalo passam a ser substituídos por veículos automotores, e em 1926 inaugura-se a ponte Hercílio Luz.

Dentre as muitas transformações que ocorreram nas últimas décadas do século XIX, destaca-se uma de ordem política que se constitui num dos momentos mais tristes da história local e que terá como epílogo a mudança do nome da cidade de Desterro para Florianópolis. Tendo a Revolução Federalista sediado o governo na Ilha, a reação das forças legalistas, pró-governo federal, comandadas pelo coronel Moreira Cesar foi terrível para os cidadãos da ilha. Um estado de arbítrio foi implantado na região, enchendo as prisões e culminando no aprisionamento de 185 catarinenses acusados de inimigos da legalidade, em Anhatomirim, onde foram fuzilados sem qualquer julgamento. Ao fim da revolução, Assembleia Legislativa troca o nome da cidade de Desterro para Florianópolis, em homenagem a Floriano Peixoto, justamente aquele pela qual a população da ilha lutava contra e responsável maior pela morte de 185 cidadãos desterrenses.

A partir da construção da Ponte Hercílio Luz, a cidade assume sua condição de polo regional e intensifica seu contato com os outros municípios do Estado. Contudo, de acordo com Florianópolis: uma síntese histórica, p.43:

(...) até 1957 o Município de Florianópolis apresentava uma característica tipicamente rural, com ocupação esparsa ao longo das antigas estradas coloniais e concentração urbana na área histórica do centro da cidade,...., a partir de meados da década de 60, Florianópolis mudou sua paisagem urbana, iniciando um processo de adensamento das áreas centrais, acompanhando um processo desenvolvimentista nacional que priorizou o rodoviarismo e as construções verticalizadas, em substituição às residências unifamiliares.

A partir daí as mudanças se aceleraram, sobretudo com a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina (1960), com a criação da

Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (1965) e a instalação de diversas sedes de empresas estatais, dentre elas a Eletrosul ocasionando uma expressiva evolução econômica e demográfica.

Milhares de estudantes e profissionais com suas respectivas famílias se estabeleceram em Florianópolis, oriundos do interior, de outros estados e mesmo do exterior, provocando um grande incremento populacional. Com a criação da BR.101, ampliou-se o contato com os demais municípios do Estado e com o restante do país. Desenvolveu novos ramos da economia, e a Ilha tornou-se um grande polo turístico, alterou sua dinâmica e paisagem urbana, modernos edifícios passaram a substituir as construções seculares, duas novas pontes foram construídas a Colombo Sales e a Pedro Ivo Campos, e parte da Baía Sul foi aterrada.

Por meio destas mudanças e da divulgação na mídia das belezas e da qualidade de vida de Florianópolis, nas últimas décadas, conforme o quadro abaixo, a cidade cresceu extraordinariamente e sua população, que em 1970 era próxima de 140 mil habitantes, chega nos primeiros anos do século XXI, com uma população ultrapassando os 400 mil habitantes

QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS<sup>26</sup>

Ano	Florianópolis
1970	138.337
1980	187.871
1991	254.941
1992	260.593
1993	266.858
1994	272.073
1995	277.156
1996	*271.281
1997	285.279
1998	299.999
1999	315.479
2000	342.315
2009	408.161
2015	469.690

26 Fundação IBGE - Censo Demográfico de SC, 1991 Anuário Estatístico de SC – 1995.

De acordo com “Florianópolis: uma síntese histórica”, nas últimas décadas do século XX e durante a primeira do século XXI, observa-se que o processo migratório vem produzindo um incremento populacional significativo e crescente de todas as classes, atraídos para a capital do estado catarinense. Tal afluxo ocorre seja pelo decréscimo ou pela estagnação das atividades econômicas em seus locais de origem, seja pela melhor qualidade de vida que Florianópolis proporciona. Pessoas de todos os estratos econômicos e culturais abandonam suas regiões de origem, gerando um fenômeno demográfico econômico e multicultural sem precedentes.

Não apenas migrantes rurais pobres e com baixa escolaridade, mas também migrantes cultos e de classe média e alta vêm para a cidade que exibe num primeiro olhar paisagens exuberantes, certa infraestrutura, relativa qualidade de vida e gera a expectativa de oferta de emprego, exercendo forte atração, que incrementa, em certa medida, os problemas urbanos gerados pelo adensamento e crescimento desenfreado.

O mesmo texto assinala que a população florianopolitana experimentou um massivo incremento em sua população com um crescimento de 3,5 vezes entre 1960 e 2000. O crescimento da população foi acelerado, tanto em Florianópolis quanto em sua região metropolitana, devido ao declínio do setor primário, do êxodo rural e da atração exercida pela beleza do litoral catarinense sobre pessoas vindas de outros estados brasileiros e de países da América do Sul. Destes, predominam imigrantes vindos do oeste catarinense, do interior do rio Grande do sul e Paraná, seguidos por pessoas vindas de São Paulo e de outros estados do Brasil, com a contribuição de estrangeiros, tendo como contingente maior os argentinos.

Nas décadas de 1960 e 1980 ocorreram picos de crescimento populacional em Florianópolis, causados por uma expansão acelerada da população urbana, ocorreu ainda a expansão balneária, e algumas destas áreas foram incorporadas ao perímetro urbano. Nos anos 70, 80 e 90 houve também um crescimento expressivo da população fixa de diversos distritos, sobretudo em zonas de praia mais famosas e com condições de exploração imobiliária.

Apesar deste crescimento acentuado, Florianópolis mantém ainda 45% de sua área geográfica protegida como reserva natural, além de quase 600 edificações históricas, sítios arqueológicos pré-cabralinos e paisagens culturais preservadas.

No verão, estima-se que a população chegue quase a duplicar, com este incremento distribuído num período de dez semanas. Esta população flutuante vem crescendo a cada ano, tanto em valores absolutos como em valores relativos à população residente. No ano 2000 a população flutuante chegou a superar em 1,5 vezes a população residente, estimada em 400 mil, com grande impacto na infraestrutura urbana e comunitária, para absorver este incremento populacional.

Não se pode olvidar evidentemente, que este crescimento impressionante, motivado por fatores extremamente positivos, tem gerado paralelamente um acentuado crescimento da criminalidade, do número de homicídios, do tráfico de drogas, da violência e da insegurança. Ou seja, o que motiva os sonhos também produz seus pesadelos.

Por outro lado, talvez este crescimento rápido tenha chamado a atenção para o risco da perda da identidade local. O que fez com que as manifestações culturais e as festividades mais tradicionais recebesse uma atenção especial da própria população que temia o desaparecimento das mesmas. Ao mesmo tempo que era justamente este caráter popular da cultura local, reflexo da identidade, que trazia um sentido de pertença dos nativos e despertava o interesse dos novos habitantes da ilha. Sua cultura e identidade foi um dos atrativos que atraíam famílias de todo o Brasil para morarem na região.

Dentre todas as manifestações culturais e festividades atualmente existentes na cidade de Florianópolis, existe uma nítida preponderância dos festejos étnicos, muitas delas religiosas, relacionados a cultura popular dos vários povoadores e suas etnias. Algumas inclusive não se sabe ao certo quais suas origens, como os folguedos do Boi de Mamão, que se diz procedente da região ibérica tanto quanto de procedência africana.

Assim pode-se citar algumas destas manifestações com mais detalhes, talvez as mais expressivas, descrevendo e comentando a origem quando conhecida, e enquadrando cada uma delas no calendário festivo da Ilha de

Santa Catarina. Das festas culturais mais significativas, pode-se iniciar pela Festa do Divino Espírito Santo, seguindo pela Festa do Nosso Senhor Jesus dos Passos, a Farra do Boi, e outras promovidas pela própria fundação Franklin Cascaes como a Festa das Nações

### **1.2.1 Festa do Divino Espírito Santo**

A Festa do Divino Espírito Santo é a maior festa popular do Arquipélago de Açores, de meados do século XVIII até hoje. Esta herança tradicional da cultura açoriana, em Florianópolis, também se transformou na festa religiosa de maior expressão das mais diversas comunidades do Município. Por ocorrer praticamente em toda a municipalidade, a festa do Divino é muito mais do que uma tradição religiosa, é uma manifestação cultural dos habitantes da capital dos catarinenses.

As festividades ocorrem em Pentecostes, 50 dias depois da Páscoa, estendendo-se nos dias de hoje até o mês de setembro. O ciclo se inicia com a saída da bandeira, do cetro e da coroa pelas comunidades vizinhas à igreja que as conservam. Encimando o mastro da bandeira, enfeitado com fitas coloridas, fica a pomba de asas fechadas; a de asas abertas só é usada nos dias da festa. Normalmente uma moça carrega a bandeira, um irmão vestido de opa vermelha carrega a coroa sobre a salva e uma criança carrega o cetro.

O séquito é acompanhado pelo som cadenciado de um tambor. Ao chegar às casas, se a porta se abre, o grupo entra. A coroa é colocada sobre a mesa, as pessoas da casa beijam a bandeira ou a pombinha. Alguns se enrolam na bandeira, cobrem os doentes e as crianças para curá-los ou protegê-los. Entoam-se orações, rezas, sinal da cruz; alguns colocam uma fita na bandeira, sinalizando uma graça alcançada. Por fim, o dono da casa coloca uma oferta na coroa que pode ser dinheiro ou qualquer produto que possa servir para arrecadar fundos para a festa.

À noite, na casa em que a bandeira foi recolhida, ocorre uma novena com cantos do Espírito Santo, e ladainha de nossa senhora em latim. Faz parte do costume que o dono da casa ofereça aos participantes da novena uma sopa, café ou outro alimento qualquer. Assim a Bandeira do Divino

percorre as diversas comunidades vizinhas durante várias semanas, recolhendo ofertas, só retornando à igreja, na semana da festa.

A festa, propriamente dita, é composta basicamente pelo desfile do cortejo imperial que é buscado na casa do festeiro pelo padre, pela irmandade, e a banda de música. Originalmente, o cortejo era constituído por apenas um casal de crianças, representando o rei D. Dinis e a Rainha Santa Isabel; no decorrer dos tempos, o cortejo foi crescendo e atualmente representa uma corte inteira.

As roupas utilizadas se tornaram cada vez mais pomposas, parecendo-se com fantasias de carnaval representando figuras da nobreza. Durante a missa de domingo de manhã, o padre coroa o menino rei, que depois segue até o império com uma coroa na cabeça, acompanhado de toda a sua corte. Depois do desfile da corte imperial os fiéis podem se aproximar para beijar as alfaias sagradas e cumprimentar as crianças do cortejo no Império do Espírito Santo e durante todo o dia, a comunidade festeja, almoça junto, vende-se rifas, realizam-se sorteios para arrecadar recursos para a igreja.

A escolha do imperador da festa do ano seguinte pode ser por sorteio ou por escolha secreta da irmandade. Para o pagamento de promessas, que também faz parte dos rituais, os crentes fazem ex-votos com pães de massas sovada em forma do membro do corpo que foi curado, mão braço ou perna, ou mesmo de algum animal doméstico que sobreviveu a alguma enfermidade.

Como pode-se ver a seguir, esta festa tem sido promovida pela Fundação Franklin Cascaes, que apoia a organização das festas no município de Florianópolis, inclusive financeiramente, promovendo o lançamento do chamado Ciclo do Divino, com rituais de abertura e a presença de representantes de toda cidade, com suas insígnias e cortejo representativo, divulgando a festa de sua comunidade em um calendário que inicia na semana de pentecostes e vai até o mês de setembro em algumas comunidades.

### **1.2.2 Festa no Nosso Senhor Jesus dos Passos**

Esta festa em Florianópolis acontece no Sábado e no Domingo de Passos, duas semanas antes da Páscoa, desde o ano de 1766. Na Sexta-

Feira é feita a lavagem da imagem do Senhor dos Passos por duas crianças. Elas passam um pano embebido em água nos pés, mãos e rosto da imagem; esta água depois é distribuída aos fiéis que acreditam em seu poder milagroso.

A primeira procissão, que acontece no sábado de manhã, é a procissão da mudança. Geralmente pessoas mais pobres levam da capela do Menino Deus do Hospital de Caridade para a Catedral Metropolitana as alfaias do Santo, composta por bancos, estações da via sacra, mesas, castiçais e outros apetrechos.

No sábado à noite, pelas 20 horas, a imagem do Senhor dos Passos é trasladada dentro de um dossel fechado. A Irmandade e o povo seguem em silêncio, sem acompanhamento musical, apenas iluminados pelas tochas e velas. Somente os sinos tocam repetidamente. Mais tarde, desce a imagem da Mãe, a Senhora das Dores, geralmente acompanhada pelas mulheres, e no decorrer da noite, os fiéis vão passando pela frente da imagem encerrada no dossel.

No domingo, pelas três horas da tarde, a procissão do Senhor dos Passos sai, acompanhada pelo arcebispo sob o pálio, que é carregado pelas mais altas autoridades do Estado. A Irmandade do Senhor dos Passos abre a procissão, que neste momento carrega os guiões, estandartes e grande pompa. Uma banda filarmônica acompanha a procissão que vai seguindo um roteiro por diversas ruas da cidade.

A Imagem de Nossa Senhora das Dores segue outro trajeto, e no largo diante da Catedral, ocorre o encontro das imagens, e acontece o Sermão do Encontro para o qual sempre há um pregador convidado. A praça fica tomada por uma grande multidão que reúne pessoas das mais diversas categorias sociais, desde o governador do Estado, o Prefeito da Capital, deputados, senadores, autoridades dos diversos poderes constituídos, até os mais humildes cidadãos.

Nestes dias, as diferenças de toda ordem são anuladas, irmanados todos que estão na devoção ao Nosso Senhor Jesus dos Passos. Os devotos, que se contam aos milhares, tomam conta de todo o núcleo central da cidade, frente à Catedral e ruas adjacentes, todos em uma postura contrita, compenetrada, respeitosa, renovando sua fé, agradecendo graças alcançadas

e fazendo novos pedidos enquanto acompanham as imagens ao seu destino de origem.

### **1.2.3 Farra do Boi**

Até nos dias de hoje, na Ilha de Santa Catarina e municípios vizinhos de colonização de base açoriana, na época da Páscoa, apesar de uma proibição federal e de uma relativa repressão, a Farra do Boi, uma espécie de tourada de rua, é uma manifestação cultural persistente, que provoca muita polêmica na mídia e até mesmo nos círculos acadêmicos, com grupos a favor e contra.

Como a criação de gado para o corte na ilha sempre foi inexpressivo, a alimentação básica do ilhéu era peixe ovos, linguiça, carne de caça, uma galinha ou porco criado no quintal vez ou outra. Carne de gado mesmo, só se comia no Natal ou na Páscoa, na maioria das famílias. Por isso, durante a Semana Santa, tropeiros desciam da serra com o gado bravio para o consumo da população, cujas tropas, antes da construção da ponte Hercílio Luz, atravessavam o canal a nado.

Como não havia forma de conservar a carne por refrigeração, o gado só era abatido no sábado de Páscoa. Em consequência disto, até a sexta-feira de manhã de sábado, nos pastos ao redor das pequenas vilas, deixava-se o gado bravo que seria abatido para o consumo. A rapaziada então, por puro divertimento e demonstração de coragem, metia-se a farrear com os bois, atijando e deles fugindo, fazendo-os correr, e cansando-os até à exaustão, quando então eram sacrificados, repartidos entre os compradores proprietários, e consumidos no domingo de Páscoa.

Aquilo que era uma prática efetivada na Ilha e nas comunidades dos arredores, com uma população predominantemente de origem açoriana, passou a se constituir em uma tradição açoriana, uma atividade lúdica, sem maiores consequências, enquanto abundavam os espaços abertos, as matas e propriedades sem cercas.

Todavia, com o aumento da densidade populacional, com a reconfiguração dos espaços urbanos, com os novos proprietários cercando suas casas e seus terrenos, nas décadas finais do século XX a Farra do Boi

passou a se tornar um grande problema. A substituição das pastagens, das matas, e espaços amplos por propriedades e loteamentos cercados em decorrência da explosão imobiliária na região, bem como uma nova população que desconhecia aquela manifestação alterou o cenário de forma irremediável.

Um intenso conflito se estabeleceu entre os novos donos dos terrenos e os farristas, que subvertiam o direito da propriedade privada. Desencadeou-se uma intensa campanha nacional criticando a Farra do Boi em Santa Catarina. Na mesma época em uma reportagem de uma revista nacional apresentou o que havia de pior nas manifestações, gerando comoção nacional, até que em 1998 promulga-se lei considerando crime praticar qualquer ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais domésticos ou domesticados (Lei 9605/98). Embora a lei não denomine especificamente a Farra do Boi como um crime, ela é assim interpretada, sendo usada para coibir os praticantes desta tourada de rua, que apesar de proibida, segue sendo praticada ainda em muitas comunidades da Grande Florianópolis.

Hoje os farristas se organizam sem alarde e se cotizam para adquirir os bois e poderem continuar a brincar com o boi, como dizem. Contam também por vezes com o patrocínio de comerciantes, de pessoas com mais recursos e até de políticos que, apesar das restrições à prática, avaliam ser importante manter a tradição.

#### **1.2.4 Festa das Nações**

O Encontro das Nações acontece em Florianópolis no mês de Agosto, desde o ano de 1998. Este mês é considerado no Brasil como o mês do Folclore, por isto a Fundação Franklin Cascaes promove anualmente este encontro, que tem como objetivo reunir os mais diversos grupos étnicos catarinenses e até mesmo brasileiros, a fim de preservar, difundir e fortalecer estas manifestações da rica e variada cultura popular existente em Florianópolis, em Santa Catarina e no país. Principalmente em relação às tradições folclóricas, gastronômicas e artesanais, como elementos identitários fundamentais dos diferentes povos que constituíram especialmente este diversificado universo cultural florianopolitano e catarinense.

O Encontro das Nações tem uma duração de 05 dias, durante os quais o centro da cidade, sobretudo nos espaços abertos, em tendas de circo ou praças públicas grupos folclóricos catarinenses e alguns convidados de outros estados brasileiros se apresentam durante o dia inteiro, iniciando pela manhã e indo até à noite, com atrações das mais diversificadas. Além do artesanato e da gastronomia colocados à disposição, o público visitante pode apreciar uma extensa programação de apresentações de danças típicas, grupos musicais, folclóricos e folguedos vários.

Durante os dias do encontro, são apresentados em stands os produtos típicos de cada etnia, sendo expostos e colocados à venda pelos próprios grupos étnicos, em espaços criados pela organização da festa. Nestes espaços pode-se encontrar desde o artesanato guarani, e produtos de origem açoriana, afro, alemã, grega, italiana, polaca, japonesa, e até mesmo lançamento de livros com temáticas relacionadas à história ou à cultura das etnias participantes.

No espaço central, dedicado à gastronomia, pode-se encontrar os mais diversos pratos, desde carne de sol trazida por grupos do nordeste brasileiro, até o tradicional churrasco gaúcho vindo do Rio Grande do Sul; da feijoada típica brasileira produzida por cozinheiros afrodescendentes, aos frutos do mar tradicionais de Santa Catarina; todos estes pratos acompanhados do vinho e de chopp produzidos nas comunidades germânicas e italianas catarinenses. Cada uma das comidas mencionadas, com suas características específicas, é servida por representantes das etnias vestindo seus trajes típicos.

Paralelamente a estas atividades, ocorre também a realização de palestras, seminários e debates, com estudiosos da cultura popular e a comunidade em geral abordando questões ligadas às diversas tradições. Embora o encontro inclua outros estados brasileiros, os seminários são realizados, sobretudo, com temas ligados à cultura local e regional, promovendo os estudos etnográficos e culturais das mais diversas etnias catarinenses.

Normalmente, o Encontro das Nações é iniciado e finalizado com um belo desfile pelas ruas da cidade, com a participação de todos grupos folclores

presentes no evento, que atrai um grande público das mais diversas faixas etárias.

### **1.2.5 Carnaval de Florianópolis**

Para finalizar este passeio pelas principais festas étnicas da cidade de Florianópolis, pode-se citar o Carnaval que tem a sua culminância nos três dias que antecedem a Quarta-feira de Cinza, como um tempo de festa e fantasia, liberdade e desforra, quando então começa a Quaresma, período de jejum, penitência e contrição estabelecido pela tradição religiosa cristã.

Todavia, em Florianópolis, semanas antes os batuques, os sons dos tambores e dos ensaios das escolas de samba tomam conta do ambiente e a Cidade entra no clima carnavalesco com bastante antecedência.

Dentre as manifestações de Momo mais típicas, Florianópolis possui os chamados Blocos de Sujos que compõem o carnaval de Rua, caracterizados por grupos de homens vestidos de mulheres, que percorrem a cidade fazendo brincadeiras, mexendo com o público. Estes grupos se espalham pelas ruas do centro da cidade, completando um cenário onde são realizados eventos como concursos de fantasias, eleição da Cidadã Samba, Rei Momo e espetáculos de grupos de samba, marcados pela forte presença dos afrodescendentes.

Junto ao aterro da Baía Sul, no sambódromo Nego Quirido, acontece os desfiles das escolas de Samba de Florianópolis: Unidos da Coloninha, Copa Lord, Consulado do Samba, Protegidos da Princesa e União da Ilha da Magia. Estas cinco escolas desfilam no Sambódromo Nego Quirido, cada uma com milhares de componentes que juntos compõe um enredo em forma de desfile, apresentando temas como a etnicidade da Ilha e do Estado de Santa Catarina. Contam também com a participação do público que pode sempre adquirir uma fantasia especial para participar do desfile.

Nos últimos anos estas manifestações tem adquirido ainda mais notoriedade, pois há um movimento no sentido de dar prioridade às próprias escolas de samba como organizadores do evento, com incentivos públicos por parte da prefeitura. Embora não esteja mais na alçada da Fundação Franklin Cascaes, visto que até os anos 90 o carnaval era por ela organizado e

incluído no seu orçamento, as festividades de Momo há tempos são coordenadas pela Secretaria de Turismo.

Em épocas passadas o carnaval de Florianópolis era considerado um dos melhores do Brasil, só perdendo para o do Rio de Janeiro e de Salvador, na Bahia. Pelo movimento de seus clubes recreativos, pelas suas brincadeiras de rua e pela originalidade de seus desfiles, na qual se destacavam os carros de mutação, com suas surpreendentes transformações ao longo do trajeto, e pela animação contagiante, atraía foliões e expectadores das mais diversas cidades catarinenses e inclusive de outros estados brasileiros.

Com o tempo o seu prestígio foi se reduzindo, já que as festividades carnavalescas se desenvolveram muito em outras capitais e cidades brasileiras, e no quesito originalidade, o desfile de carnaval florianopolitano, que era muito expressivo, foi perdendo destaque, na medida em que, ao invés de reforçar suas características próprias, passou a se submeter a uma tendência de imitação do carnaval do Rio de Janeiro, considerado como o maior e mais belo espetáculo da Terra, que atrai gente de todos os continentes, e não encontra similar em termos de grandiosidade, exuberância e beleza.

Mesmo assim, sem as fontes de recursos, a estrutura e todo aparato de merchandising que envolvem a produção carioca, o carnaval de Florianópolis se mantém como uma das maiores manifestações culturais de Florianópolis, senão a maior, já que sua preparação se faz sentir por semanas de antecedência pelos ensaios das escolas de samba, pelas músicas carnavalescas que se ouvem em todos os ambientes e pela paralização de todas as atividades da cidade, nos 03 dias do seu apogeu.

## 2 FLORIANÓPOLIS E A GESTÃO PÚBLICA DE CULTURA

### 2.1 UMA VISÃO GERAL DE FLORIANÓPOLIS

Para se ter uma visão geral do que é a multietnicidade da cidade de Florianópolis atualmente, talvez o mais interessante seja realizar um passeio por suas ruas e pelos recantos mais afastados do centro, visitando freguesias, locais históricos, tentando criar, através da etnografia, uma descrição razoavelmente suficiente para apresentar a cidade em termos culturais e étnicos.

Para se chegar à Ilha de Santa Catarina, onde se situa a quase totalidade da cidade de Florianópolis há duas formas: uma delas é através dos voos que chegam diariamente de São Paulo, Rio de Janeiro ou de Porto Alegre e pelos quais os visitantes podem apreciar do alto a beleza da ilha e seus arredores. A outra forma é a via terrestre, vindo através da rodovia federal BR101, no sentido norte-sul, desembocando na rodovia federal BR 282 que corta o e Estado no sentido oeste-leste, e passando pela Ponte Pedro Ivo, uma das três que liga a ilha ao continente.

Neste percurso pelas rodovias, que só nos últimos anos se iniciaram as obras de duplicação, o que torna comum enfrentar congestionamentos no trânsito, ainda distante alguns quilômetros antes de chegar a ilha, é possível se avistar a Ponte Hercílio Luz, uma antiga ponte pênsil, cartão postal da Cidade. Esta ponte, a primeira a se estender sobre o canal ligando a ilha à área continental, que foi iniciada na gestão do governador Hercílio Luz, seria chamada a princípio de Ponte da Independência, como forma de declarar a libertação da ilha de sua condição de isolamento, da sua dependência dos demais municípios. Todavia, por ter morrido antes da inauguração, que se deu em 13 de maio de 1926, deram a ela o nome daquele que a iniciou. E há registros de que sabendo que o governador se encontrava em estado terminal, acometido por um câncer do estômago, seus correligionários lhe proporcionaram o prazer de encenar uma inauguração em uma réplica de madeira, na Praça XV, da ponte que levaria o seu nome.

Antes da Ponte Hercílio Luz, a travessia do canal era feita através de balsas e pequenas embarcações, sujeitas às condições do tempo, como

ventos adversos, chuvas e outras dificuldades. E a sua construção foi fundamental para integrar Florianópolis ao Estado de Santa Catarina, que enfrentava movimentos no sentido de tirá-la da condição de capital, pelas dificuldades que se tinha de a ela acessar (Andrade, 1981).

No decorrer da sua história, por ali passaram carretas de tração animal vindas de várias partes do Estado, com mantimentos de todo tipo, desde produtos agrícolas, frutas e hortaliças, material de construção, madeira, peixes, carne e até mesmo tropas de gado, pois a produção da ilha estava muito aquém do suficiente para abastecê-la. Os antigos habitantes da região contam que o assoalho da ponte durante muito tempo era composto de madeira, e passar por ela a cavalo ou com mula era perigoso, pois as vezes eles se assustavam, saíam dos trilhos, prendiam as patas nas frestas do madeiramento e caso quebrassem as pernas, eram sacrificados.

Quase sessenta anos depois da sua inauguração, incapaz de suportar um trânsito de automóveis, ônibus e caminhões e ainda carroças de tração animal (em determinados horários) da ordem de 45.000 veículos por dia, a Ponte Hercílio Luz foi interditada em 1982. Já estava em funcionamento a Ponte Colombo Salles, inaugurada em 08 de março de 1975 e em 1990 uma terceira ponte, a Pedro Ivo Campos seria acrescentada para facilitar o escoamento do tráfego crescente, com quatro pistas cada uma.

Tendo sido tombada pelo Estado e pela União no início deste século, a Ponte Hercílio Luz, motivo de orgulho dos florianopolitanos e catarinenses, interditada em 22 de janeiro de 1982, se encontra em processo de recuperação 03 décadas, pelo qual se procura reparar desgastes estruturais sérios, para que ela possa vir a ser reutilizada em um futuro breve.

Hoje, para se chegar à ilha, por via terrestre, deve-se obrigatoriamente passar pela Ponte Pedro Ivo Campos e para se chegar ao centro da Cidade deve-se fazer o contorno no Aterro da Baía Sul<sup>27</sup>. Aterro este que foi uma parte do mar tomada pelo homem na década de 70 do século XX. Antes era uma baía de águas calmas, que se encontrava constantemente repleta de embarcações, que viam de todos os lados, trazendo pessoas, e produtos diversos. Também era o lugar onde pousava o hidroavião que fazia o percurso

---

<sup>27</sup>Aterro da Baía Sul, efetuado na década de 1970 e onde hoje se encontram instalados a Passarela de Samba Negro Quirido, o Centro de Eventos, a Estação Rodoviária.

entre São Paulo e Porto Alegre e que, normalmente antes de amarrar, passava voando por baixo da Ponte Hercílio Luz, assustando àqueles que nela se encontravam.

Junto ao espaço onde foi efetuado o aterro da antiga Baía Sul, por volta de 1975, encontra-se um centro histórico composto por edifícios do sec. XVIII de estilo luso-brasileiro, típico do período colonial como a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja Matriz, e vários conjuntos de casas que ainda conservam sua utilidade no centro da cidade. Outros edifícios marcam este centro histórico, com estilos neoclássicos como o caso do Palácio Cruz e Sousa, que serviu de sede do governo do Estado de Santa Catarina e hoje abriga um museu com peças e ambientes de um período em que o Brasil ainda vivia a monarquia. O Palácio homenageia Cruz e Sousa (1861-1898), poeta negro que apesar de ter vivido ainda no período da escravidão no Brasil, tornou-se um dos maiores poetas simbolistas do seu tempo.

Outro edifício de destaque e que merece ser visitado é o Mercado Público Municipal, construído em meados do século XIX e que dispõe em seu interior alguns dos comércios mais característicos da cidade, como peixarias e açougues, artigos de pesca e artesanato. Em diversos boxes pode-se comprar o peixe vindo diretamente do pescador, camarões de todos os tamanhos, siris ainda vivos, ostras de cultivo recém colhidas. Encontra-se também louça de barro feita em olarias da região aos moldes da tradição açoriana, esteiras, balaies e cestos herdados dos antigos Guarani e outros artefatos.

Por ter se tornado também um lugar não só de compras, mas também de lazer, encontram-se no Mercado Público muitos bares populares, onde se pode degustar frutos do mar, um strudel alemão, kibes sírio-libaneses, pizzas italianas, feijoadas, queijos e salames. E o visitante encontra mesmo bares de maior requinte, como o BOX 32, conhecido internacionalmente, ponto de encontro de pessoas “vips”, com bebidas e pratos sofisticados, onde se pode consumir desde o melhor champanhe, até um bom jamon ibérico.

No Mercado Público ainda é possível assistir, nos fins de semana principalmente, eventos com música afro-brasileira, em espetáculos de pagodes e samba, em volta dos quais se reúne numerosa e animada plateia que acompanha os artistas, bebendo cerveja, cachaça (aguardente) e outros acompanhamentos. Ou ainda assistir a apresentações de capoeira, uma arte

marcial com aparência de dança, criada pelos antigos escravos afrodescendentes, preservada por séculos e que hoje é praticada por pessoas das mais diversas origens.

Ao observador atento, chama a atenção também a diversidade de tipos humanos que frequentam o ambiente. É uma diversidade étnica significativa, com gente clara e negra, com olhos azuis, verdes e escuros, gente com cabelos crespos, lisos, ruivos ou do mais puro aspecto afro, manifestando a influência dos numerosos povos que contribuíram para a composição da sociedade local. É talvez, o espaço mais democrático da cidade, onde se encontra pessoas dos mais diversos segmentos socioeconômicos, como desembargadores e comerciários, altos empresários e operários, intelectuais, artistas e vendedores de loterias e mesmo pedintes, usufruindo do mesmo local e até mesmo interagindo em aparente harmonia. Por esta razão, é também um espaço visitado com certa frequência pelos políticos da região, que tem a oportunidade de contatar os seus eleitores.

Saindo das dependências do Mercado Público, nas ruas da cidade, algumas ainda com pavimentação de paralelepípedos de granito muito antigos, pode-se deparar ali e acolá com alguns remanescentes do Mbyá-Guarani, que lembram os nativos pré-cabralinos que habitavam a região, normalmente mulheres e crianças, vendendo artesanato próprio, como pequenas esculturas zoomórficas, instrumentos musicais, arcos e flechas decorativas, cestos e adereços típicos.

É possível também, a qualquer hora do dia, nos movimentados calçadões do centro, apreciar a habilidade dos artistas de rua, vindos das mais diversas regiões do Brasil e do exterior, que tocam instrumentos musicais, pintam quadros, desenvolvem performances. Com alguma sorte, é possível ainda assistir a arte dos ambulantes, quase todos nordestinos, vendedores de rua de ervas e pomadas miraculosas, que curam qualquer tipo de doença ou malefício, que atraem plateias compostas de dezenas de populares, fascinadas por uma retórica poderosa e ininterrupta acompanhada pelas demonstrações práticas das técnicas de uso da medicação oferecida.

Além destas atrações, o centro urbano oferece uma quantidade enorme de restaurantes, com uma culinária bem diversificada onde predominam os frutos do mar, as massas e comidas das diversas etnias que

compõem o universo local, como o Fratellanza Italiana, da família D'Alascio. Este restaurante como muitos outros ainda preservam a culinária de seus antepassados, oferecendo ao visitante uma grande variedade de alternativas gastronômicas.

Encontra-se também muitas lojas e comércios de propriedade de sírio-libaneses, quase todos católicos, e de palestinos que ocupam as ruas mais populares da cidade, como a Rua João Pinto e a Rua Conselheiro Mafra e que, além da religião mulçumana, preservam sobretudo sua língua e seu estilo de vida. Facilmente se pode parar em um ou outro bar ou restaurante e encontrar grupos falando árabe ou servindo pratos típicos como kibes de vários tipos, servidos com pão sírio, dentre outros.

Saindo do Centro Histórico pelo lado oeste da Ilha e passando pela Beira-Mar Norte, encontra-se ali, além dos edifícios mais valorizados da cidade, dezenas de restaurantes das mais variadas etnias, como mexicana, italiana, japonesa, chinesa, irlandesa, alemã e estabelecimentos que servem alimentos típicos de vários Estados do Brasil, como São Paulo, Rio Grande do Sul, dentre outros.

Continuando neste mesmo sentido em frente, depois de uns dez quilômetros de sinuosas vias desde centro, encontra-se a paradisíaca Lagoa da Conceição, historicamente açoriana. Seus bairros, que fazem parte da história ocupacional da região, possuem origem nos primeiros povoadores açorianos que chegaram à Santa Catarina, em meados do século XVIII. Neles pode-se encontrar testemunhos culturais açorianos que ainda sobrevivem em pleno século XXI, como a pequena capela que resiste ao tempo, a renda de bilro, de crivo, pesca artesanal, cantos folclóricos como o Terno de Reis, e elementos da religiosidade tradicional como as manifestações em louvor ao Divino Espírito Santo. E outras heranças culturais adotadas pelos açorianos e transmitidas pelos indígenas que ali viviam antes destes primeiros povoadores, como a canoa entalhada em um único tronco de madeira<sup>28</sup>, a confecção de tarrafas e redes de pesca, além da rica mitologia chamada de

---

28 Utiliza-se a árvore do Garapuvu para entalhar canoa por sua madeira ser macia e leve.

açoriana com a presença constante do Boitatá<sup>29</sup> ou de bruxas, ainda presentes nas contações de histórias de alguma rendeira idosa.

Seguindo para o Rio Vermelho e Ingleses encontra-se ainda, em diversas épocas do ano, muito das expressões de origem açoriana, presentes nas manifestações religiosas, como a Festa do Divino ou mesmo nas manifestações populares como a Farra do Boi, na época da Páscoa, e o Terno de Reis nas semanas natalinas.

Pelas ruas que contornam a ilha, depara-se também com o casario ainda remanescente da época dos primeiros povoadores açorianos do século XVIII, como no centro histórico de Santo Antônio de Lisboa, onde se realiza uma das mais tradicionais Festas do Divino. Ali ainda o visitante encontra engenhos de farinha de mandioca, testemunho da combinação da engenharia europeia com a culinária indígena, através da produção de beijus<sup>30</sup>, farinha, cuscuz<sup>31</sup> e outros alimentos criados pelos silvícolas, agregados às receitas trazidas pelos açorianos ou mesmo por outros povos como os alemães e italianos.

No sul da ilha se encontra localidades que parecem ter parado no tempo, como o é caso do Ribeirão da Ilha. Este local possui um conjunto arquitetônico luso-brasileiro típico do século XVIII, que compreende quase o bairro inteiro, inclui um Império do Divino ao estilo dos açoriano, oferece uma via gastronômica repleta de comidas típicas açorianas, com pratos ricos em frutos do mar, farinha e produtos locais, com uma tranquilidade acolhedora.

No norte da Ilha, ao contrário, junto às praias maravilhosas, encontram-se os balneários mais sofisticados como Ingleses, Canasvieiras, Costão do Santinho, Praia Brava e Jurerê Internacional, que viraram redutos de gente abastada, proveniente das mais diversas regiões do país e do exterior. Jurerê Internacional mesmo, um bairro residencial constituído nas últimas décadas, impressiona o visitante pelas mansões suntuosas ao estilo de Miami, pelos

---

29 Boitatá, uma cobra de fogo que surge nas noites escuras para atormentar os desprevenidos, de acordo com a cultura indígena, que foi absorvida pelos imigrantes açorianos e passaram a representá-la como um boi que cospe fogo.

30 Espécie de bolacha de origem indígena incorporado pelos imigrantes açorianos, a base de farinha de mandioca e assada na chapa.

31 Alimento de origem indígena à base de farinha de milho prensada e torrada em chapa. Alimento típico dos primeiros habitantes da região e incorporado pelos imigrantes açorianos.

charmosos beach clubs, pelas luxuosas casas de shows, pelos requintados restaurantes e pelos automóveis Ferrari, Porsche, Lamborghini que desfilam por suas espaçosas ruas, utilizados por pessoas que são cidadãos do mundo, que fazem parte de uma elite que vive e usufrui de um universo transcultural.

Esta parte da cidade contrasta com aquele outro, bem menos glamouroso, composto por dezenas de favelas, que se constituíram em diversas regiões da cidade, decorrentes da concentração de renda, das desigualdades sociais, associadas ao crescimento populacional e a elevação dos preços do mercado imobiliário. Algumas mais antigas estão localizadas nos morros do centro, como o Maciço do Morro da Cruz, e até mesmo no acesso à Ilha, na parte continental da cidade. Estas áreas ocupadas por populações vítimas de um modelo socioeconômico que gera discriminação, preconceitos e pobreza, mostra que, para aqueles visitantes que não se limitam a passeios por atrativos turísticos, que também há limites, conflitos e graves problemas sociais na chamada “Ilha da Magia”.

## 2.2 FLORIANÓPOLIS: CULTURA E IDENTIDADE

Quando se trata de identidade cultural em Florianópolis, pode-se lembrar que no município, são comuns as referências às tradições culturais serem remetidas ao legado açoriano. Existia até recentemente, uma versão bastante difundida de que estas tradições são oriundas e restringe-se exclusivamente à herança açoriana.

Tal concepção, sem nenhum demérito à contribuição açoriana na formação do quadro cultural local, é simplista, pois concebe uma transposição cultural mecânica; excludente, pois desconsidera outras contribuições relevantes; e equivocadamente singular, em razão do quadro cultural local ser múltiplo, plural, composto por diversas e variadas contribuições.

De fato os açorianos, compondo a grande maioria da população constituíram-se no principal elemento formador da cultura da região. Deles herda-se uma forte religiosidade, expressa na denominação de nossas povoações, nas festividades religiosas, e numa mitologia onde pontuam bruxas e lobisomens. Legaram-nos ainda uma rica literatura popular que se

manifesta nos provérbios, nas cantigas, no pão-por-deus; nos folguedos como os fandangos e a ratoeira.

Porém, não deve-se esquecer que muitas das características culturais, elementos que identificam a identidade cultural local, se denominam de origem açoriana mesmo não o sendo. Como o próprio folguedo do Boi de Mamão, a pesca da Tainha, a produção de farinha de mandioca e os alimentos dela produzidos. Existe a influência africana em alguns aspectos de manifestações populares mescladas com as trazidas pelos Açorianos. Influência alemã, vicentista e tantas outras já mencionadas.

Este é um fenômeno pelo qual as manifestações culturais moldaram-se ao longo das últimas três décadas no litoral catarinense, e passou a fazer parte da própria cultura local, tornando-se parte da identidade destes povos, como a Festa do Espírito Santo estudada por Luiz Nilton Corrêa, por exemplo. Diz ele que as festas tanto nos Açores, quanto nas comunidades açorianas fora do Arquipélago, mesmo em Florianópolis, moldaram-se ao longo dos anos, mas nunca deixaram de possuir um papel marcador da identidade cultural, e promovem relações fortes em todos os níveis dentro destas comunidades, seja a nível cultural, social, político, econômico ou religiosos.

Estas festas estão presente no dia a dia e no imaginário destas comunidades, simbolizando a terra natal a ponto de se transformarem em sinônimo de Açores, como acontecem nas comunidades Açorianas na América do Norte, ou de representarem uma das mais preciosas heranças deixadas pelos imigrantes açorianos que povoaram o litoral Sul do Brasil.

Ocorreu aquilo que poderia se chamar de “criação de uma identidade cultural”, algo que deve ter acontecido em muitos locais, e que passou a ser subentendido como certo. Um fenômeno que não se limita às Festas do Espírito Santo, tendo em vista o fato de que ao descrever determinada região, sua gente e seus costumes, tende-se dar ênfase naquilo que, aos olhos do cronista, é diferente ou muito semelhante ao que existe em sua terra natal, e é a este “diferente” que se recorre para descrever o que teria sido comum a uma determinada cultura, transformando o “diferente” em algo identitário e dado

como certo, mesmo que este “diferente” tenha sido uma mera exceção ao comum.

Hoje, Florianópolis possui uma multietnicidade que representa e em certa medida reproduz a grande diversidade cultural catarinense, constituída por populações das mais variadas origens, que tiveram na Ilha o portal de entrada para o acesso às mais diversas localidades do Estado de Santa Catarina. Enquanto aguardavam para descansar da viagem e se atinham aos preparativos para seguir adiante, uns e outros, em menor ou maior numero, acabavam por se estabelecer na Ilha, desde os primeiros fluxos migratórios.

A multiculturalidade que se encontra hoje em Florianópolis tem seus remanescentes históricos. Ao longo dos séculos foi se constituindo incorporando a herança dos Guaranis pelos primeiros europeus e paulistas que tentaram as primeiras ocupações, até a chegada das levas de açorianos que, juntamente com os negros e demais etnias europeias mais recentes, estabeleceram as bases culturais da Ilha de Santa Catarina.

Assim como em quase todo o litoral catarinense, os traços culturais mais tradicionais de Florianópolis são marcadamente de base açoriana, por ter sido durante muito tempo o contingente humano mais numeroso na composição da sociedade local. Não se trata, entretanto, de uma cultura simplesmente transposta, mas de uma cultura que teve que se adaptar, modificar-se, por força das contingências impostas pelo novo e adverso meio e das circunstâncias políticas a que os açorianos e seus descendentes foram submetidos.

Destes imigrantes que tinham na agricultura e pecuária as suas principais atividades econômicas e que tiveram de desenvolver novas culturas, assimilar complexos inteiros como o da farinha de mandioca que não conheciam, e se tornar pescadores, ainda se percebe na sociedade florianopolitana atual, além do mencionado patrimônio material e de certos fazeres e saberes, uma forte religiosidade e um respeito acentuado à autoridade que beira a submissão, um falar rápido e cantado, com expressões singulares e uma disposição marcante de bem acolher os estrangeiros.

Dos Guaranis assimilaram o conhecimento da flora e da fauna desconhecidas, o cultivo de novas espécies para assegurar a alimentação,

técnicas agrícolas e de pesca como a confecção da canoa de garapuvu<sup>32</sup> e a utilização das ervas para uso medicinal, apenas para citar alguns elementos, que persistem até os dias de hoje.

Dos afrodescendentes que durante muito tempo contribuíram de forma inestimável para compor a infraestrutura econômica da sociedade local, mediante atividades produtivas e serviços diversos e cujos descendentes compreendem um contingente muito significativo da população atual, pode-se facilmente perceber a sua forte musicalidade, expressa nos batuques, no samba, no carnaval e ainda a força da sua religiosidade que, apesar das restrições, fez com que seus rituais persistissem até hoje e ganhassem adeptos entre as populações das mais diversas origens.

Dos imigrantes europeus, alemães, italianos, sírio-libaneses e outros, que vieram a partir do século XIX, a cidade recebeu um incremento empreendedor nas atividades industriais e comerciais, a implantação de novas técnicas de produção e de administração, um forte impulso educacional e um número expressivo de novos hábitos, costumes e tradições que vão sendo incorporadas à paisagem humana da cidade, que não cessa de se refazer, visto que continua sendo uma das cidades que mais cresce no Brasil.

As razões pelas quais este contingentes humanos, constituíram esta diversificada paisagem cultural, com o mais variados matizes étnicos, vão desde a busca da “Terra sem Males” do imaginário Guarani, à febre do ouro dos primeiros vicentistas; da busca de novos espaços para refazer a vida como no caso dos açorianos, à procura de uma terra prometida ou com intuito evangelizador como o caso dos Letões; do sonho empreendedor dos alemães e italianos à fuga da grande depressão da década de trinta do século XX como os austríacos de Treze Tílias e até mesmo a força, no caso dos africanos que vinham em navios negreiros para o trabalho escravo.

Todos e cada um destes povoadores deixaram um legado ainda muito vivo e que ajudaram a construir um ambiente cultural que se caracteriza pela pluralidade, pela interação contínua de múltiplas influências, resultante das diversas contribuições dos inúmeros grupos étnicos que se instalaram no Estado de Santa Catarina ao longo de sua história e, sobretudo, na cidade de

---

32 Garapuvu é a árvore símbolo de Florianópolis, e que por suas características específicas eram utilizadas na construção de canoas.

Florianópolis, capital do Estado, que incorpora, sintetiza, processa e difunde toda esta multiplicidade, num processo que continua agregando novos elementos, na medida em que, para muitos, esta cidade ainda continua a ser a “Ilha da Magia”.

Nas últimas décadas, atraídos pelas belezas naturais e pela acentuada qualidade de vida divulgada pela mídia, que diz ser Florianópolis o melhor lugar para se viver no Brasil, a população cresceu de forma exponencial. Milhares de migrantes de várias cidades catarinenses, de outros estados brasileiros e inclusive de outros países tem escolhido a cidade para estudar, para trabalhar, para se desenvolver profissionalmente, para encontrar um lugar mais seguro e promissor para suas famílias, para usufruir de sua aposentadoria num espaço que reúne beleza e relativa tranquilidade.

É para atender a este universo multicultural, composto pelas mais diversas contribuições que o constituíram ao longo de séculos, destacando-se os antigos guarani, os vicentistas, os açorianos e afrodescendentes, enriquecido posteriormente pelos imigrantes europeus alemães, italianos, gregos e sírio-libaneses e outros, e atualmente em acelerado processo de mudança ocasionado por novos fluxos de migrantes que vieram aos milhares nas últimas décadas, pela interação com novos padrões culturais influenciados pela globalização, pela internet, que se está construindo, de forma incipiente, um Sistema Municipal de Cultura.

### 2.3 ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

Na última década, Florianópolis teve importantes avanços na implementação de mecanismos institucionais necessários à estruturação do seu Sistema Municipal de Cultura. Este processo contou com a participação fundamental do Ministério da Cultura que, com grande empenho e determinação, começou a estabelecer um Sistema Nacional de Cultura, que prevê uma articulação conjunta dos órgãos de cultura federais, estaduais e de todos os municípios brasileiros.

A partir deste estímulo, que condicionava a obtenção de recursos federais para a área da cultura a consolidação de alguns requisitos institucionais, Florianópolis aderiu a este processo, realizando no curto espaço

de alguns anos quatro Conferências Municipais de Cultura, criou o Fundo Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Cultura e concluiu o Plano Municipal de Cultura para a cidade de Florianópolis.

Atualmente, a Estrutura do Sistema Municipal de Cultura é composta pelo órgão gestor da cultura, no caso de Florianópolis, pela **Fundação Cultural Franklin Cascaes**, pelas **Conferências Municipais de Cultura**, pelo **Fundo Municipal de Cultura**, pelo **Conselho Municipal de Cultura**, Junho de 2013, pela **Secretaria Municipal de Cultura**, criada em 2013 (ainda que se encontre até hoje, sem quadro de pessoal, contando exclusivamente com o Secretário, seu adjunto e uma secretária) e pelo **Plano Municipal de Cultura**, aprovado em 2015

O **Fundo Municipal de Cultura**, criado em 2010, constitui um mecanismo institucional que disponibiliza certos recursos para o desenvolvimento de projetos culturais através da realização de editais públicos periódicos, destinando para cada segmento cultural valores determinados previamente, conforme definição do órgão gestor do Fundo Municipal de Cultura, em consonância com as demandas setoriais.

Através do **Fundo Municipal de Cultura** os projetos são selecionados, e recebem diretamente os recursos para a sua realização, diferentemente da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, cujos projetos aprovados exigem do proponente o trabalho de captação de recursos junto às empresas locais, que podem destinar parte dos seus impostos municipais ao projeto que lhe aprovar. O Fundo Municipal de Cultura facilita e democratiza a realização de projetos culturais, visto que qualquer proponente pode concorrer e ser selecionado, tendo como critérios determinantes, a priori, a qualidade e a importância sociocultural dos projetos apresentados.

Para o ano de 2013, por exemplo, foram previstos recursos na ordem de um milhão e duzentos mil reais (R\$1.200.000,00), que seriam diretamente utilizados em projetos avaliados e aprovados por comissões especialmente constituída para este fim. Todavia, este valor foi reduzido e não realizado conforme previsto.

O **Conselho Municipal de Cultura** vem se reunindo mensalmente, debatendo os problemas estruturais e de gestão da cultura no município de Florianópolis, e intervindo através de proposições, junto aos poderes

constituídos, para que a cidade tenha uma vida cultural mais de acordo com as suas potencialidades. Trata-se de um importante avanço, já que este conselho havia sido criado em 1987, através de lei municipal, e somente vinte e quatro anos depois, em 2011, foi efetivamente constituído. Desde então, vem desenvolvendo uma atividade permanente com reuniões periódicas, nas quais se discutem os problemas e as proposições necessárias ao fomento cultural.

Há que se ressaltar que o papel do poder público foi de alta relevância na configuração deste arcabouço institucional, tomando a iniciativa na constituição destes diversos elementos do Sistema Municipal de Cultura. Talvez possa se afirmar que o protagonismo do poder público foi a causa principal nesta configuração, visto que, os setores artístico-culturais locais, sempre apresentaram grandes dificuldades de mobilização e de reivindicação de causas coletivas. Predomina ainda, de forma acentuada, entre os agentes e produtores culturais da cidade, a perseguição de objetivos individuais e não a defesa de interesses coletivos dos setores artísticos.

As **Conferências Municipais de Cultura** são fóruns propositivos reconhecidos pelo poder público como elemento de expressão da sociedade civil, e ocorreram nos anos de 2005, 2009, 2012 e 2013, contando com uma participação média de cerca de 250 participantes. Nestas conferências, a sociedade civil e os diversos segmentos artísticos-culturais podiam livremente manifestar as suas críticas e fazer proposições para melhorar a vida cultural local.

A participação da sociedade civil nas conferências sempre ficou aquém das expectativas, ainda que especialmente representada por integrantes dos setores artístico-culturais vinculados às áreas da artes visuais, cênicas, música e literatura, além da cultura popular. Em nenhuma delas houve, por exemplo, participação expressiva de estudantes de artes, nem logrou êxito em termos de participação de florianopolitanos em geral ou de outros segmentos como o empresarial, que estão envolvidos na vida cultural da cidade.

A ausência de um diálogo permanente entre os gestores municipais de cultura e os diversos segmentos sociais contribuiu para que a participação da sociedade civil, mais especificamente, do cidadão, não fosse tão expressiva. Entretanto, deu-se um avanço significativo na medida em que foram criados

fóruns de discussões setoriais, vinculados ao Conselho Municipal de Cultura. Tais instituições permitem, ao menos, a possibilidade de fomento da participação de novos atores na cena artística-cultural do município.

Nestas conferências são escolhidos pelo conjunto dos participantes, delegados para as conferências estaduais, em número proporcional ao número de inscritos na própria conferência, na proporção de 1 delegado por cada 50 membros inscritos. O resultado dos trabalhos das conferências fica disponibilizado, através da internet, em site próprio da Fundação Cultural Franklin Cascaes, o que permite sua acessibilidade a qualquer interessado

**O Conselho Municipal de Cultura** é constituído por representantes indicados pelo governo e representantes da sociedade civil de forma paritária, compreendendo no total, 30 membros. Nele estão representados os segmentos de artes visuais, artes cênicas, literatura, música, dança, cultura popular, audiovisual, patrimônio cultural, biblioteca, arte circense.

Os trabalhos são coordenados por um presidente, um vice-presidente, e uma secretaria escolhidos pelos próprios membros do conselho. Os membros governamentais são indicados pelo próprio Prefeito Municipal, enquanto que os membros da sociedade civil são indicados pelos fóruns setoriais dos diversos segmentos artísticos e culturais.

Ao menos, em tese, o poder público e a sociedade civil se encontram em condições paritárias para efetuar o acompanhamento, a fiscalização e a cobrança das atividades e ações culturais desenvolvidas na cidade de Florianópolis. Para que as atividades do conselho sejam possíveis, o próprio poder público disponibiliza espaço, pessoal (uma secretária), e equipamentos junto à Fundação Cultural Franklin Cascaes.

A **Secretaria Municipal de Cultura** foi criada em meados de 2013, atendendo a uma diretriz do Ministério da Cultura, a nível federal, que condiciona a participação no Sistema Nacional de Cultura aos municípios que possuam este órgão gestor, mas também, atendendo a uma antiga reivindicação dos segmentos culturais locais que entendiam a secretaria como um órgão de maior status e representatividade do que uma fundação.

A criação deste novo órgão gestor da cultura, retira o papel ocupado nos últimos 26 anos, pela Fundação Franklin Cascaes, como principal órgão de gestão da cultura de Florianópolis. A ideia é de que a secretaria defina as

políticas culturais e que a Fundação seja o órgão executor destas políticas, e ao mesmo tempo efetue a captação de recursos externos para a realização dos seus projetos, além daqueles diretamente previstos no orçamento municipal.

Entretanto, passados dois anos da sua criação, a Secretaria de Cultura é um órgão de ficção, sem quadros técnicos, contando apenas com o seu Secretário, que antes ocupava a Superintendência da Franklin Cascaes. A Fundação é que continua tentando desenvolver, agora de forma mais restrita, porque com menos recursos financeiros e humanos, os projetos que anteriormente implementava.

O **Plano Municipal de Cultura**<sup>33</sup>, por sua vez, é um documento construído coletivamente, através de fóruns como as Conferências Municipais de Cultura, os Fóruns Setoriais e audiências públicas, além do esforço de uma equipe de técnicos da Fundação Franklin Cascaes, dois assessores disponibilizados pelo Ministério da Cultura para sistematizar e formatar seu conteúdo, que demandou um trabalho relativamente demorado\*. Ele contempla um diagnóstico do quadro cultural local; estabelece diretrizes e prioridades; objetivos gerais e específicos; estratégias, metas e ações; prazos de execução; resultados e impactos esperados; recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; mecanismos e fontes de financiamento; e indicadores de monitoramento e avaliação, com vistas à promoção cultural no município, para um período de dez anos.

Trata-se de uma proposta de trabalho e ação na área da cultura a ser realizado pelos órgãos públicos, independente dos governos. É concebido para se constituir em uma política de Estado e não de governo, o que constitui algo de inovador nas gestões públicas de Florianópolis, como de costume em todo Brasil, onde predomina o caráter personalista de governar e o que importa é deixar uma marca pessoal e não dar continuidade às políticas bem sucedidas.

---

33 O Plano Municipal de Cultura de Florianópolis foi coordenado por Ademir dos Santos, com a participação dos técnicos Alzemi Machado, Jaqueline de Souza, Waleska R. B. C. De Franceschi da Fundação Franklin Cascaes, além de Ricardo Cavalheiro do Conselho Municipal de Cultura, os assessores Marcelo Seixas e Francisco do Vale Pereira, sob a supervisão em nível nacional do Professor Vicente Federico, da Universidade da Bahia.

Recentemente aprovado pela Câmara Municipal de Florianópolis, este Plano Municipal de Cultura representa um avanço extraordinário para a cultura local. Trata-se do primeiro Plano Municipal de Cultura realizado em Florianópolis, contemplando as mais diversas áreas e segmentos culturais e estabelecendo um marco na história da gestão da cultura no município.

Todavia, a rigor, permanece como simples documento oficial, sem implementação efetiva. A administração municipal tem restringido, sob alegação de contenção de despesa, os orçamentos de todas as pastas de governo, inclusive o do já escasso da cultura.

Pelo exposto, percebe-se que houve mudanças significativas nos últimos anos relacionadas à cultura no Município de Florianópolis, especialmente através da criação de mecanismos institucionais, de elementos estruturantes que podem dinamizar a gestão da cultura local. Notou-se no período uma maior mobilização dos agentes e produtores culturais, não havendo contudo uma resposta condizente da Prefeitura Municipal de Florianópolis no fortalecimento do seus órgãos de gestão da cultura e na percepção de que a cultura é um setor estratégico, e que não pode ser tratada com posturas meramente saudosistas ou de simples diversionismo. Não houve também um crescimento na participação do setor empresarial, dos setores econômicos da cidade, que poderiam contribuir e se beneficiar de uma cidade culturalmente mais efervescente. Não se ampliou a articulação com os outros órgãos da Prefeitura, e a cultura é ainda tratada de forma compartimentada. O positivo é que nestes fóruns, de forma incipiente, começa-se a pensar a gestão da cultura como um elemento estratégico de desenvolvimento tanto social quanto econômico.

## 2.4 POLÍTICAS CULTURAIS E O PROJETO NACIONAL DE CULTURA

De acordo com Antônio Albino Canelas Rubim um dos maiores estudiosos brasileiros sobre temas relacionados a cultura, em sua obra “Políticas Culturais no Brasil, Trajetórias e Contemporaneidade”, para se desenvolver alguma elaboração sobre políticas culturais no Brasil, há que, primeiramente, se definir um conceito de política cultural, que a princípio, será utilizado o de Nestor Garcia Canclini, que afirma:

... os estudos recentes tendem a incluir sobre este conceito, o conjunto de intervenções realizadas pelo estado, às instituições civis e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população, e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social.

Neste contexto, referir-se a políticas culturais, implica necessariamente em ações conjuntas e sistemáticas, atores coletivos e metas. Implica em outros elementos importantes tais como: Noções de política e de cultura; formulações e ações, objetivos e metas; atores; públicos; instrumentos, meios e recursos humanos, materiais legais e financeiros; interfaces com áreas a fins. Além da exigência de possuir um caráter sistemático e envolver diferentes momentos da cultura como criação e renovação; difusão; divulgação e transmissão; circulação e intercâmbios, trocas e cooperação; análise crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; fruição e consumo, conservação; preservação, organização, legislação e produção.

Entendendo políticas culturais com esta abrangência, pode-se constatar que elas inexisteram no Brasil durante o período colonial, durante o tempo do Império, e até mesmo durante a chamada República Velha, no período de 1889 a 1930. Apenas para ilustrar, enquanto no período de 1500 a 1800 foram criadas nas colônias hispano-americanas em torno de 30 universidades, no Brasil, nenhuma havia sido instituída. A cultura continuava a ser restrita a uma reduzidíssima minoria privilegiada. Somente com a fuga da família real para o Brasil (1808), algumas iniciativas pontuais começaram a se estabelecer, como a criação do Jardim Botânico, da Biblioteca e Museu Reais, do desenvolvimento de alguma pesquisa relacionada à identificação e catalogação das espécies vegetais locais, da criação de uma imprensa (ainda que por iniciativa e subordinada ao Estado), e em seguida, por volta do final da terceira década do século XIX, a implantação do ensino superior.

Durante o Período Regencial (1831-1840) e no Segundo Reinado (1840-1889), por quase 60 anos portanto, o governo de Dom Pedro II, por iniciativa própria do imperador, o Brasil esteve sintonizado com as inovações e avanços tecnológicos da época, haja vista, o Brasil ter sido um dos primeiros países a implantar o telefone, o uso do selo, a utilizar a fotografia, a implantar vias férreas, entre outras.

Com a consolidação do império, fazia-se necessário a criação de uma identidade nacional inexistente anteriormente pelo caráter fragmentário e disperso da sociedade brasileira, que tinha mais relação com a metrópole, Portugal e demais países europeus, do que com sua capital, Rio de Janeiro. Para isto, surgiu o interesse em criar instituições que pudessem fomentar uma identidade cultural nacional, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, surgiu após a criação da Academia Nacional de Belas Artes por volta de 1816. Dois elementos de grande importância na construção de uma identidade cultural nacional. As iniciativas e consequentes trabalhos destas instituições, não caracterizam propriamente políticas culturais com a abrangência anteriormente referida. Eram iniciativas que atendiam mais a demanda e os interesses da elite imperial, sem que houvesse qualquer participação das camadas populares. O povo, na sua esmagadora maioria, estava completamente à margem, impossibilitados de a elas acessarem.

Neste período também, foi estimulado a vinda de imigrantes de diversas nacionalidades, destacando-se dentre eles os alemães e italianos, além de outras, contribuindo de forma significativa para a constituição da diversidade cultural brasileira. Este processo se intensificou sobremaneira no final do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX.

Embora este movimento não tenha se constituído com a finalidade de criação de uma identidade nacional, mas com o interesse povoar e desenvolver o Brasil e de branquear a população, este estímulo à imigração aumentou ainda mais a necessidade do fomento à criação de uma identidade cultural nacional, que também englobassem estes estrangeiros, agora brasileiros, mas sem vínculos históricos com a jovem nação.

A vinda destes imigrantes de diversas etnias, resultou numa diversidade cultural bem mais ampla, visto que estas populações mais instruídas e organizadas do que as camadas populares brasileiras da época, elas próprias tomavam iniciativa de assegurar o resguardo e a manutenção das suas tradições, hábitos e costumes, fundando colônias que deram origem às cidades onde ainda hoje é possível perceber os fortes traços culturais da identidade original destes povoadores.

Assim, no início do século XX, fazia-se necessário tomar iniciativas que contemplassem as demandas destes novos elementos étnicos. A sociedade brasileira tinha se tornado mais complexa, mais diversificada, e com uma população mais participativa e atuante. Daí surge a necessidade de um projeto de unificação nacional que contemplasse a diversas regiões e os diversos componentes étnicos brasileiros.

Tal iniciativa, com a abrangência daquilo que pode-se chamar de um esboço de uma efetiva política cultural, vai ter início na década de 30 com o Projeto Nacional de Cultura, implementado pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945), utilizando-se do estado para incrementar políticas nacionalistas e que fomentassem a integração nacional. Em consonância com o regimes ditatoriais da época, as ações culturais davam grande importância ao elementos monumentais, a arquitetura, ao patrimônio histórico e as belas artes. A cultura popular era desprestigiada e o acesso às produções artístico-culturais mais eruditas era restrito às elites brasileiras.

Com o desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira a produção cultural foi se intensificando e a demanda por novas expressões e produções foi se acentuando. Todavia, qualquer sistematização mais abrangente que contemplasse toda a cadeia produtiva cultural estava por se fazer. No entanto, no período da democratização, após 1945, com o fim do governo Getúlio Vargas e da segunda guerra mundial, deu-se uma certa efervescência cultural, na qual as camadas populares tiveram uma maior participação e liberdade de expressão. Todavia, este período de maior liberdade de criação e expressão foi truncado pelo golpe militar de março de 1964, quando se estabelece uma ditadura de 21 anos, com fortes restrições à criação artística e à crítica, que não estivessem dentro dos cânones do regime militar ditatorial.

Posteriormente, com o processo de democratização a partir de 1985, a liberdade de expressão e de criação se expandiu, provocando um grande florescimento das manifestações culturais e artísticas, desde as expressões mais populares, até as mais refinadas criações contemporâneas. O Brasil tomou consciência, através da facilidade dos meios de comunicação e de locomoção, da sua enorme diversidade cultural, da grande quantidade de etnias que conviviam em seu território. As manifestações regionais e locais

começaram a adquirir uma maior valorização, contribuindo para que a cultura começasse a ser vista sob um novo enfoque. Não só no seu aspecto antropológico, mas também simbólico e sobretudo econômico.

Neste contexto, surge nas últimas décadas iniciativas do governo federal no sentido de promover a produção cultural. Entretanto, é só a partir de 2002, que o poder público federal dá início efetivamente a um Projeto Nacional de Cultura que contemple a diversidade cultural Brasileira, e as diversas fases de toda a cadeia produtiva no âmbito da cultura.

Trata-se de não apenas apreciar a arte e a cultura, mas de criar mecanismos instrumentos e condições para que o maior número de pessoas tenham realmente acesso, condições de produção, de fruição cultural. A cultura passa ser vista como um direito do cidadão e de todos os cidadãos. Trata-se de facultar a arte e a cultura a todos os brasileiros,

A adaptação deste Projeto Nacional em âmbito municipal exigiu a criação de Conselho Municipal de Cultura, de Conferências Municipais, do Fundo Municipal de Cultura e de um Plano Municipal de Cultura, tendo sido aberto para toda sociedade a possibilidade de participação. Estes órgãos vão constituir o Sistema Municipal de Cultura, que por sua vez estará articulado com o Sistema Estadual e o Sistema Nacional de Cultura. Isto possibilita que os recursos humanos, materiais e financeiros sejam otimizados, bem como estabelece uma sinergia entre os diversos entes federados, na medida em que são estabelecidas diretrizes objetivos e metas culturais bem definidas, a serem atingidas no prazo de uma década.

Trata-se ainda, pela primeira vez na história brasileira, da constituição de um projeto cultural de Estado, e não de Governo. Isto significa que as políticas culturais começam a ser pensadas a médio e longo prazo, e não apenas de acordo com a idiosincrasia e os humores do governante de plantão. Ou seja, uma continuidade dos projetos culturais começa a ser assegurada, e a possibilidade da sua permanente avaliação e aprimoramento, a priori, independentemente de governo, partidos políticos ou de gestores eleitos fica estabelecida. Este projeto, evidentemente, para se realizar, vai exigir a participação da própria sociedade e dos diversos segmentos culturais na produção de políticas públicas de cultura.

Atualmente, como já foi relatado, Florianópolis conta com o Sistema Municipal de Cultura praticamente concluído, com os seus principais componentes realizados ou estabelecidos. Bem recentemente, no ano de 2013, foi criada a Secretaria Municipal de Cultura, mantendo-se o antigo órgão, a Fundação Franklin Cascaes, com o intuito de valorizar e fortalecer a cultura no município; o Conselho Municipal de Cultura continua periodicamente se reunindo, ao menos uma vez por mês, para discutir as questões ou problemas da cultura local; o Plano Municipal de Cultura foi finalmente concluído; o Fundo Municipal de Cultura está aberto para apresentação e financiamento direto de projetos culturais e tem se procurado desenvolver uma atividade permanente de reunião e discussão dos diversos setores culturais da cidade.

Com isto, as bases para um projeto verdadeiramente endógeno, autóctone, que esteja adequado às necessidades culturais da cidade, estão efetivamente estabelecidas. Os diversos segmentos culturais tem agora a perspectiva de uma maior valorização da cultura, que começa a ser encarada como elemento estratégico de desenvolvimento e a possibilidade de desenvolver as suas potencialidades, para que Florianópolis se torne uma cidade criativa, com efervescência cultural, mais humanizada e com melhor qualidade de vida.

## 2.5 A VALORIZAÇÃO DA CULTURA: OBSERVAÇÕES ETNOGRÁFICAS

A valorização da cultura tem sido uma constante nos discursos oficiais dos gestores públicos de cultura de Florianópolis. Todavia, na prática, no cotidiano da instituição responsável por gerir a cultura no município, a contradição é flagrante, tendo em vista a escassez de recursos, tanto financeiros quanto materiais e humanos. Os recursos disponíveis sempre estiveram muito aquém das demandas geradas pela sociedade e até mesmo pelos projetos idealizados pelo corpo técnico da entidade.

Nos anos em que realizei meus trabalhos de campo na Fundação Franklin Cascaes, foi possível constatar permanentemente a restrição de projetos mais ambiciosos, com maior abrangência social pela impossibilidade de garantir os recursos necessários para a sua implementação. Ainda que

ficasse evidente a disposição dos técnicos da Fundação em desenvolver um trabalho o mais abrangente possível e de melhor qualidade, tal postura esbarrava sempre com as limitações orçamentárias. Ou seja, mesmo que se pretendesse desenvolver programas culturais mais amplos, eles se tornavam, com frequência, inviáveis.

Diante de tais limitações, estabeleceu-se por parte dos gestores maiores da municipalidade, os prefeitos, uma postura de contar exclusivamente com a capacidade dos técnicos e da coordenação da Fundação em angariar recursos externos. Nos discursos públicos se enaltecia a importância da cultura, entretanto não se disponibilizava recursos financeiros, nem materiais, nem técnicos para a implementação dos projetos na área.

Este descaso efetivo levava a que os técnicos comprometidos com o fomento da cultura, estivessem constantemente em romaria procurando obter financiamento junto ao empresariado local e permanentemente envolvidos com as leis de incentivo à cultura em nível federal, estadual e mesmo municipal, para viabilizar os próprios projetos da Fundação.

A escassez se mostrava tamanha, que a própria direção da Franklin Cascaes não via qualquer problema em se utilizar da própria lei de incentivo à cultura, criada pela entidade para estimular os produtores culturais locais, competindo com estes pela obtenção de recursos junto ao empresariado da cidade. Isto configurava uma situação responsável por muitas críticas ao órgão de cultura, visto que ele próprio se beneficiava de uma lei destinada aos produtores culturais, disputando de forma privilegiada a captação financeira junto às empresas.

Esta situação de ausência de recursos orçamentários próprios, e a aposta na capacidade dos técnicos em lograr êxito na captação de recursos, através das leis de incentivo fiscal, com frequência resultavam em situações extremamente estressantes, como a de não ter os recursos financeiros necessários à realização de um evento de grande porte, umas semanas antes da data aprazada e já publicamente divulgada.

Em tal contexto, era comum constatar uma atitude de quase mendicância dos funcionários públicos, e mesmo da direção da Fundação, na solicitação insistente, e muitas vezes, considerada até inconveniente, aos

empresários, para que doassem recursos para garantir a realização dos projetos. Esta era uma situação recorrente em praticamente todos os anos em que acompanhei e contribuí pessoalmente para que os projetos culturais da Fundação fossem bem ou mal realizados.

Além desta escassez de recursos financeiros, que prejudicava a qualidade dos projetos, seja na sua divulgação antecipada, na melhor mídia possível, e em toda logística. Acrescenta-se ainda, o sempre reduzido número de técnicos disponíveis para a realização de projetos de maior porte, tais como o Festival de Teatro, o Encontro das Nações, a Mostra de Dança. Os componentes da Fundação precisavam se tornar polivalente, desenvolvendo atividades múltiplas e obrigados a cumprir um horário de trabalho que excedia em muito a carga horária estabelecida (oficialmente de 06 horas diárias).

Houve ocasiões em que alguns técnicos, ocupando postos-chaves para a execução de determinado projeto, trabalhasse durante dias, em um expediente de 18 horas diárias, sem que, posteriormente, houvesse uma compensação financeira efetiva. Era comum, se acenar com a possibilidade de compensar com folga, ainda que tal benefício raramente ocorresse, visto que os eventos eram quase sempre sequenciais, independentes das atividades de rotina da Fundação que precisavam ser atendidas pelos mesmos técnicos.

Assim, não parecia incomum que funcionários responsáveis pela preservação do patrimônio cultural da cidade, nestas ocasiões, também se dispusessem a fazer serviços de recepção, de traslado de grupos convidados, por vezes utilizando carro próprio, acompanhando-os para suas acomodações e atendimento de suas necessidades, auxiliassem na no carregamento de materiais, e efetuassem trabalhos de secretaria junto a coordenação do evento.

Ainda relacionado à escassez de recursos, há que se considerar o deficiente quadro de pessoal, tanto em termos numéricos, quanto em suas formações específicas. Mesmo sendo a Fundação Franklin Cascaes o órgão de gestão da cultura de uma capital de estado, ela nunca teve um quadro de funcionários próprios e nunca realizou, nos seus 25 anos de existência, um concurso público para o preenchimento de vagas em funções específicas que demandam a gestão da cultura.

A totalidade dos seus técnicos, que em final de 2012 atingiu o número máximo de 54 componentes, são disponibilizados por outros órgãos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, sendo a sua maioria, oriunda da Secretaria de Educação. Este número se torna extremamente reduzido, se comparado com outras cidades catarinenses, e capitais brasileiras. Por exemplo, a Fundação Cultural de Curitiba, capital do Estado do Paraná, neste ano, possuía 650 funcionários; ou seja, 12 vezes mais do que a Fundação de Cultura de Florianópolis para uma população apenas 4 vezes maior. A disparidade entre os números, se torna maior ainda ao compararmos com a cidade catarinense de Joinville, situada no norte do estado, cuja fundação de cultura em 2012 possuía 250 funcionários, cerca de 5 vezes mais, ainda que com uma população apenas 20% (vinte por cento) maior do que a de Florianópolis.

Ou seja, ainda que Florianópolis, tenha se tornado um dos maiores destinos turísticos do Brasil, e se pretenda, a capital turística do Mercosul, na gestão da cultura, perde em termos numéricos para cidades catarinenses e seu órgão cultural se constitui um dos menores das capitais brasileiras. Acrescente-se a esta deficiência estrutural, a ausência de formação específica de boa maior parte de seus técnicos, nas diversas áreas atendidas por uma fundação de cultura.

O reflexo desta reduzida mão de obra, se comparada ao tamanho da missão da Fundação, talvez não seja percebida pela população durante a realização dos eventos, visto que os técnicos costumam “vestir a camisa” como se diz e não poupam esforços para que os eventos cheguem a bom termo. Mas se reflete negativamente em outras frentes de trabalho que são suspensas, à espera de quem as retome, e reflete ainda nos trabalhos acumulados que precisam ser atendidos depois da realização de grandes projetos.

### **3 FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES**

#### **3.1 FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES: GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA**

Completando em 2012 seu aniversário de 25 anos de existência, a Fundação Franklin Cascaes, o órgão de administração da cultura no município de Florianópolis, vem tentando cumprir, às duras penas, os objetivos para os quais foi criada, sendo bem sucedida em alguns e nem tanto em outros.

Durante este tempo a Fundação sofreu as consequências de 06 mudanças de Prefeito da Capital, o que nestes trópicos significa mudança de políticas, de posturas e mesmo do pessoal técnico, que quase sempre tem efeitos negativos em relação à continuidade dos projetos implantados, ao know-how da equipe, à própria gestão das diversas áreas de atuação e mesmo à imagem pública da Fundação. Estas mudanças periódicas provocam alterações nas diretrizes gerais da gestão da cultura, determinadas basicamente pela amplitude e limites da concepção de gestão cultural do escolhido para ocupar a Superintendência da Fundação Franklin Cascaes.

Designado pelo Prefeito da cidade no início de seu mandato, sem qualquer participação mais ampla dos segmentos culturais interessados, o que denota de forma expressiva a incipiência de nossa democracia, o pouco exercício da cidadania e a quase inexistente organização dos segmentos culturais, cada dirigente da Fundação, assim como de outros órgãos da Prefeitura, atende basicamente aos pleitos dos partidos que participaram da coligação eleitoral vitoriosa. Com a mudança de Prefeito, invariavelmente, ocorre a mudança do dirigente cultural e de seu staff.

Por vezes, tais alterações significam que novas prioridades serão assumidas e que outros projetos que estavam em andamento e com boa aceitação da população, deixam de ter continuidade, pois o enfoque do novo dirigente não se coaduna com o que já vinha sendo feito. Esta postura personalista, muito comum nos gestores locais, já inviabilizaram algumas iniciativas muito promissoras como as apresentações em espaços públicos de música, teatro e dança, de forma permanente durante todo o ano, por exemplo.

A ausência de um quadro de pessoal próprio, estável, que não esteja sujeito às retaliações político-partidárias, contribui para que nestas mudanças de gestores ocorram alterações no corpo técnico da Fundação, com funcionários retornando às suas secretarias de origem, provocando prejuízos à continuidade das atividades desenvolvidas; além de provocar uma permanente insegurança nos técnicos, pela possibilidade de serem transferidos pelos motivos mais variados.

Além desta condição instável, acresce-se o reduzido número de técnicos para gerir uma fundação de cultura digna da capital de um dos estados de melhor qualidade de vida do Brasil, que para boa parte dos seus setores conta com um único responsável ou nem existe. Os técnicos precisam ser polivalentes, desenvolvendo as mais diversas atividades, desde intelectuais como elaborar projetos, efetuar análises e pareceres e também carregar cadeiras para que o público se sente nos espetáculos. A Fundação não conta mais com uma equipe de serviços gerais que desenvolvia atividades deste tipo, e liberava os demais técnicos para as suas atividades específicas.

Desde o seu início, a luta por uma participação maior no orçamento geral do Município tem sido uma constante, e com resultados sofríveis. Enquanto cidades como Joinville aplicavam na cultura 2,8 % do seu orçamento, São Bento do Sul 3,0 %, Lages 3,2 % e Itajaí 4,0 %, em 2006, Florianópolis destinava 0,48 %, (Jornal A Notícia de 29.01.2006). E nos anos posteriores, ainda que os recursos destinados à cultura tenham aumentado, nunca chegou efetivamente a 1% (um por cento) do orçamento municipal.

Talvez este seja o dado mais significativo, que explica a maior parte dos problemas da Fundação Franklin Cascaes e a importância que os dirigentes municipais tributam à cultura. Enquanto em alguns se percebe um interesse efetivo em promover e difundir as manifestações artísticas e culturais, outros parecem não ver muito sentido. Poucos percebem a cultura como um elemento imprescindível de humanização da cidade, da qualidade de vida das pessoas e como grande fator de desenvolvimento sustentável do Município.

A Cultura é vista como um adorno ou como algo que dá distinção e status, mas não como um instrumento singular de inclusão social e como um

setor incomum de geração de emprego e renda, ou seja, como um dos mais importantes fatores dinamizadores da economia. Mesmo que na última década a cidade tenha se tornado um centro de referência de tecnologia da informação, que poderia estar vinculada à economia criativa, associada à economia da cultura. Mas até o presente estes segmentos econômicos se encontram distanciados e a gestão de cultura não estabelece qualquer interação com este dinâmico e promissor setor.

Além destas constatações, que não se alinham com aquilo que é feito em outras cidades do mundo que utilizam a cultura como fomento socioeconômico, uma política cultural efetiva, com perspectiva de continuidade independente do governo de plantão, ainda não foi estabelecida. A cidade e a população ficam sujeitas ao maior ou menor interesse, ao maior ou menor comprometimento do Prefeito eleito com relação à esta importante área.

Por outro lado, a sociedade civil que numa determinada época já fez grandes movimentações na cidade, como na Campanha das Diretas, em 1985, pelo fim da ditadura militar e pelas eleições para a presidência, e no movimento de Impeachment do Presidente Collor (1990-1991), atualmente se encontra desmobilizada para qualquer participação de maior consistência. Some-se a isso a notória dificuldade dos artistas e intelectuais de Florianópolis em se unir para defender alguma causa coletiva, visto que sempre priorizaram as alternativas individuais, pela proximidade com o governante eleito ou com elementos da estrutura de poder da ocasião.

Para quem participou de todo este processo de mais de duas décadas de gestão pública da cultura, através da Fundação Franklin Cascaes, não se tem visto uma evolução muito significativa da administração municipal nesta área, ainda que avanços institucionais e instâncias formais de fomento e gestão culturais tenham sido estabelecidos.

### 3.2 ESTRUTURAS FÍSICAS E SERVIÇOS DA FUNDAÇÃO

Atualmente a Fundação Cultural de Florianópolis, Franklin Cascaes conta com seis espaços culturais independentes fisicamente e que, em seu conjunto formam uma estrutura de apoio e fomento à cultura de Florianópolis.

Estes edifícios estão localizados em sua maioria no centro da cidade de Florianópolis, sendo que dois deles localizam-se no chamado Centrinho da Lagoa, na Lagoa da Conceição, um dos polos da cultura popular da ilha. São unidades instaladas em edifícios históricos, praticamente todos cedidos por outras instituições como o Banco do Brasil, o Governo do Estado ou mesmo por algum órgão da Federação.

São eles, o Forte Santa Bárbara, onde está situada a sede administrativa da Fundação; a Casa da Memória no centro de Florianópolis; o Teatro da União Beneficente Recreativa Operaria (UBRO); a Galeria de Artes Pedro Paulo Vecchiatti; o Centro Cultural Bento Silvério e a Casa das Máquinas, estes dois últimos na Lagoa da Conceição. Todos sendo administrados pela própria Fundação Franklin Cascaes com recursos próprios, repassados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, além de parcerias com o Ministério da Cultura e com o Governo do Estado para realização de eventos, exposições, oficinas de formação, cursos, palestras, apresentações e outras atividades.

### **3.2.1 O Forte Santa Bárbara**

O Forte Santa Bárbara, atualmente sediando a Fundação Franklin Cascaes, foi erguido em meados do século XVIII para compor o conjunto defensivo da Ilha de Santa Catarina idealizado pelo Brigadeiro José da Silva Paes. Abrigou as tropas que defendiam a vila de Nossa Senhora do Desterro. Foi também hospedaria e mais tarde funcionou como hospital militar até que foi abandonado ficando em ruínas.

O prédio foi reformado em 1873, sediou o governo provisório federalista, e a partir de 1875 abrigou a Capitania dos Portos do Rio Grande de São Pedro do Sul e de Santa Catarina, servindo às atividades da Marinha do Brasil até 1998. Sucessivos aterros nas imediações do imóvel, impedindo o acesso ao mar, resultaram na transferência da Capitania dos Portos para a região continental do Estreito, próximo a cabeceira da Ponte Hercílio Luz.

Após negociações do governo estadual e municipal com o comando do 5º Distrito Naval, o Forte Santa Bárbara foi novamente restaurado e cedido à Prefeitura Municipal de Florianópolis em junho de 2000. Desde então, abriga a

sede da Fundação Franklin Cascaes. Além de abrigar o corpo administrativo central da Fundação e os técnicos das diversas coordenadorias, em suas dependências são realizadas reuniões, exposições, espetáculos e nos últimos anos, ensaios e apresentações da Orquestra Escola, projeto que promove a iniciação musical de dezenas de crianças e adolescentes.

### **3.2.2 A Casa da Memória**

A Casa da Memória é um centro de documentação da vida cultural de Florianópolis que atua na organização, pesquisa e preservação da memória da cidade, e está situada na área central, num edifício histórico construído para abrigar a sede do Partido Republicano Catarinense, em 1929. De 1949 a 1978 abrigou o Tribunal Regional Eleitoral e, posteriormente, sede da seção catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil, até 1995. Abandonado e depois de passar por um processo de restauro, em 2004 passou a abrigar a Casa da Memória.

A unidade dispõe de biblioteca e auditório com 50 lugares onde são realizados cursos, palestras, lançamento de livros e eventos culturais. Além de desenvolver projetos voltados à preservação do patrimônio material e imaterial, sedia a editora da Fundação, responsável por várias publicações.

Conta ainda com um rico acervo composto por vídeos, filmes, fotografias, DVD, fitas de áudio com música e programas de rádio das décadas de 1940 e 1950, livros e documento de diversas épocas, incluindo o “Arquivo Zininho” (acervo pessoal do poeta Cláudio Alvin Barbosa). São registros que contam a história da cidade para as gerações futuras e estão disponíveis para consulta. Boa parte deste acervo é constituída por doações de documentos considerados de valor histórico para a cidade.

A Casa da Memória é resultado de uma ideia já proposta em 1985, mas que apenas se configurou como projeto e teve início efetivo em meados dos anos 90, quando estava à frente da Coordenadoria de Patrimônio Cultural o Técnico em Atividades Culturais Ademir dos Santos. E este importante centro de documentação, cabe ressaltar, não teria se consolidado sem a persistência e dedicação dos técnicos Eliane Veras da Veiga, Norberto Verani Depizollatti, Ângela Maria Nunes, Eliane Espíndola Vieira, Alzemi Machado e outros que

compuseram sua equipe, e que se esmeraram na preservação e ampliação de seus acervos.

### **3.2.3 O Teatro da União Beneficente Recreativa Operária (UBRO).**

Localizado na área central da cidade, o Teatro da UBRO foi construído nos anos de 1920 por uma associação que tinha como objetivo pugnar pelo crescimento intelectual da classe operária e assistir a família de seus membros em caso de desemprego ou doença, já que na época não havia assistência social e nem legislação trabalhista que amparasse os trabalhadores. O espaço mantinha uma pequena biblioteca e desenvolveu atividades interpretadas e dirigidas pelo seu grande animador cultural Deodósio Ortiga até o ano de sua morte, em 1951, quando o imóvel foi sendo desativado aos poucos.

Tombada pela Prefeitura de Florianópolis em 1986, e desapropriada pelo governo do Estado em 1992, a edificação começou a ser recuperada após entendimentos entre os governos municipal e estadual e depois de quase dois anos de obras de restauração, o antigo sobrado foi reaberto em 2001, agora sob a administração da Fundação Franklin Cascaes, preservando o seu nome histórico.

Atualmente o teatro conta com 104 lugares e equipamentos completos de iluminação, sonorização e climatização para receber pequenos espetáculos, palestras, seminários e oficinas. Neste local é realizada mensalmente uma variada programação que abrange shows musicais, peças teatrais, leituras dramáticas, saraus e apresentações de dança entre outras atividades.

### **3.2.4 A Galeria de Artes Pedro Paulo Vecchiatti.**

Inaugurada em 2004, a Galeria de Artes homenageia o tapeceiro e artista plástico catarinense Pedro Paulo Vecchiatti, que foi um grande pesquisador da cultura local. Situada na Praça XV, a edificação de dois pavimentos, de propriedade do Banco do Brasil foi totalmente restaurada, adaptada e cedida ao Município. No mesmo local está instalado o Arquivo

Histórico Municipal localizado no térreo. No andar superior fica a galeria de artes e um pequeno auditório para palestras e eventos.

Marcada pela multiplicidade de preposições, a Galeria de Artes Pedro Paulo Vecchietti recebe exposições de vários estilos, desde o contemporâneo à arte primitiva, procurando promover novos talentos e exibir trabalhos de artistas renomados. O calendário de exposições é definido por edital público anual, com avaliação efetuada por críticos de arte reconhecidos.

### **3.2.5 O Centro Cultural Bento Silvério.**

O prédio onde funciona o Centro Cultural Bento Silvério, na Lagoa da Conceição, típico da arquitetura pós-revolução industrial, foi construído em 1912 para abrigar uma estação rádio telegráfica. Após servir como moradia para algumas famílias e passar por um período sem utilização, o Casarão da Lagoa como é conhecido, foi transferido para a Prefeitura de Florianópolis na década de 1980.

No local são realizados cursos e oficinas gratuitas nas áreas de artes e artesanato. A unidade conta ainda com uma biblioteca, videoteca, gibiteca, sala de reuniões e de exposições. Este centro cultural também administra a Feira da Lagoa, que conta com a participação de mais de cem artesãos cadastrados e é uma referência entre as feiras de Florianópolis, constituindo-se numa das principais atividades de encontro e lazer na Lagoa da Conceição, em torno dos produtos artesanais.

### **3.2.6 A Casa das Máquinas**

Tombada pelo patrimônio municipal em 1985, a Casa das Máquinas é um espaço de artes, e se constitui na mais nova unidade da Fundação Cultural Franklin Cascaes, inaugurada no dia 02 de agosto de 2009. O prédio de propriedade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, foi inaugurado em 1912 para receber o maquinário da estação rádio telegráfica que funcionava no Casarão da Lagoa.

As instalações foram desativadas dois anos depois e na década de 1980 a edificação foi restaurada. Anos mais tarde, passou a sediar a décima

delegacia de Polícia Civil que funcionou no local até 2003. Em 2008 com a desocupação do espaço, a Prefeitura de Florianópolis realizou obras para a revitalização do imóvel que se transformou num espaço de artes para espetáculos de dança, música e teatro, entre outras atividades artísticas e culturais atendendo aos anseios da comunidade. Funciona integrada com o Centro Cultural Bento Silvério, na Lagoa da Conceição.

### 3.3 ADMINISTRAÇÃO, ESTRUTURA E IDENTIDADE DA FUNDAÇÃO

A Lei Municipal Nº 2647/87 cria a Fundação Franklin Cascaes, estabelece a constituição de um Conselho Deliberativo, define a instância responsável pela elaboração do Regimento Interno que configura o organograma da Fundação, define e organiza sua estrutura operacional com suas respectivas atribuições.

Tendo se reunido o Conselho Deliberativo, composto pelo Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, na qualidade de Presidente do Conselho, pelo Presidente do Conselho Municipal de Cultura, por 01 representante da Secretaria Municipal de Administração, por um representante da Secretaria de Educação, pelos 04 coordenadores da Fundação e pelo Superintendente da Fundação, na qualidade de Secretário Executivo do Conselho, foi aprovado o Regimento Interno da Fundação Franklin Cascaes, que passa-se a descrever nos seus principais elementos.

O Regimento Interno define como instância maior o Conselho Deliberativo; Órgãos de Administração Superior composto pela Superintendência e pela Coordenação Geral; Órgãos diretamente subordinados a Superintendência: a Assessoria Jurídica e Assessoria de Comunicação Social; Órgão de Atividades-Meio composto pela Coordenadoria Administrativa e Financeira; e, Órgãos de Atividades-Fim, compostos pela Coordenadoria de Patrimônio, pela Coordenadoria de Assuntos e Eventos Comunitários e pela Coordenadoria de Artes.

No dito regimento ainda estão estipuladas as funções de cada um dos órgãos e suas respectivas coordenadorias. Ao Conselho Deliberativo cabe as funções de examinar e aprovar o Plano de Trabalho da Fundação, o Orçamento Anual, o Plano de Aplicação de Recursos, o Plano de Contas e o

Regimento Interno da Fundação. Também propor quadro de pessoal, estabelecer a política cultural do Município, prestação de contas, relatório anual de atividades, reformas estatutárias, além de estabelecer convênios com outras entidades e órgãos afins.

À Superintendência compete encaminhar os trâmites de responsabilidade do Conselho Deliberativo, compor o quadro de pessoal, autorizar transferências de verbas, apreciar as operações de crédito, cumprir e fazer cumprir o regimento interno, o estatuto e as decisões do Conselho Deliberativo.

A Coordenadoria Geral por sua vez, tem como função elaborar programas e projetos, relatórios das atividades, supervisionar e coordenar a execução dos programas e projetos, promover a integração com órgãos municipais, estaduais e federais, substituir a Superintendência em suas faltas e impedimentos e tratar de outros assuntos de natureza técnica determinados pelo superintendente.

A Assessoria Técnica, diretamente subordinada à Superintendência, por sua vez, deve acompanhar e avaliar a execução dos programas e atividades no âmbito de suas atribuições, analisar programas e projetos, criar relatórios e projetos, propor diretrizes e metas gerais de planejamento, coordenar atividades e formalizar convênios e contratos em geral e gerir o planejamento geral.

Subordinada diretamente à Superintendência também está a Assessoria Jurídica, a quem compete prestar assessoramento jurídico de qualquer natureza à Superintendência; à Assessoria de Comunicação Social compete planejar e elaborar programas e projetos de comunicação social dos órgãos integrantes da Fundação, coletar informações veiculadas pela mídia de interesse da Fundação e promover a visibilidade da Fundação nos meios de comunicação.

À Coordenadoria de Patrimônio, diretamente subordinada à Coordenadoria Geral, compete elaborar e executar projetos relativos às áreas de letras, editoração, registro e pesquisa, apoiar e desenvolver iniciativas referentes à memória cultural do município; criar a Casa da Memória, constituindo seu acervo e sua preservação; promover estudos e pesquisas

sobre a história, as tradições, o folclore e outros aspectos de interesse cultural do Município.

A Coordenadoria de Assuntos e Eventos Comunitários, diretamente subordinada à Coordenadoria Geral, tem como finalidade planejar e coordenar programas e projetos de natureza artístico-cultural voltados para as comunidades; estimular a criação de núcleos culturais, dar apoio a iniciativas e projetos culturais formulados pelas comunidades do município.

À Coordenadoria de Artes, diretamente subordinada a Coordenadoria Geral, compete dar apoio às áreas de teatro, dança, música, circo, artes plásticas, artes visuais e artesanato; cooperar com grupos amadores nas áreas mencionadas; realizar cursos e oficinas de formação; promover seminários, mostras, encontros, congressos, festivais relacionados às artes.

Por fim, à Coordenadoria Administrativa e Financeira compete coordenar, supervisionar e controlar atividades relacionadas com administração de pessoal, financeira, orçamentária e patrimonial, além da administração de material e dos serviços gerais.

Em lei complementar posterior eram oficializadas as atividades que já estavam sendo exercidas e para preencher os cargos estabelecidos com a lei municipal 2647/87 foram criados cargos e funções que completam o quadro de pessoal da fundação: Superintendência, Diretor de Apoio Administrativo, Assessor Jurídico, Assessor de Comunicação Social, Coordenador Geral, Coordenador de Assuntos e Eventos Comunitários, Coordenador de Artes, Coordenador de Patrimônio, Técnico de Contabilidade, Técnico em Atividades Culturais, Assistente Administrativo, Assistente Técnico.

Sendo estipulado no mesmo artigo que todos os cargos deveriam ser preenchidos através de concurso público, excetos os cargos de superintendente, assessores, diretor de apoio administrativo e coordenador geral encontravam-se fora desta prerrogativa.

### 3.4 FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES E SEUS PROJETOS

A variedade de projetos desenvolvidos pela Fundação Franklin Cascaes nessas duas décadas de existência é bastante grande, todavia o que pode-se observar pelos registros, pelos relatos das pessoas ou mesmo pela

observação direta, já que de uma maneira ou de outra participa-se de todo este processo, é que a continuidade da programação quase sempre sofria problemas nas mudanças de governo. Felizmente, algumas iniciativas tiveram prosseguimento, se desenvolveram, outras não tiveram a mesma sorte, foram reduzidas ou até interrompidas.

De todos os projetos realizados, o mais bem sucedido em termos de continuidade, de crescimento e de repercussão é o Festival de Teatro Isnard Azevedo, com 16 edições ininterruptas, desde a sua criação em 1993. Mesmo que tenha havido mudanças de datas, adiamentos diversos por falta de recursos ou outros motivos, ele nunca deixou de acontecer e já se tornou uma referência em termos nacionais. A última edição, recentemente realizada, foi um recorde de duração e de público: o festival durou 13 dias, com espetáculos para o público infantil e adulto ocorrendo em diversas localidades da cidade, em alguns momentos de forma simultânea, com palestras, cursos e oficinas sendo ministrados durante toda a programação. Milhares de pessoas tiveram oportunidade, a baixos preços quando em casas de espetáculos ou mesmo de graça, de ter contato com o que de melhor se faz em termos teatrais no Brasil e na região. A presença do público foi marcante, principalmente de estudantes universitários e mesmo das escolas de primeiro grau da cidade, que podiam apreciar as peças gratuitamente.

Outra iniciativa que vem dando certo há anos e vem num crescendo são as oficinas de arte e artesanato realizadas nas comunidades. Tendo começado desde o início da Fundação com algumas modalidades, atualmente são oferecidas dezenas de oficinas de artesanato da região, de música, de desenho, de pintura e outras, atingindo centenas de pessoas de todas as idades, por todo o Município, durante todo o ano.

Um outro projeto que se destaca pela sua importância é a Orquestra Escola, que tendo sido iniciada nos anos de 1990, sofreu interrupção e recentemente foi retomado, com apoio institucional de uma empresa privada, com grande aceitação da população. É um projeto de inegável inclusão social, na medida em que permite que pessoas carentes possam ter acesso ao aprendizado musical erudito, dando perspectiva de vida para dezenas de crianças e adolescentes.

A Orquestra Municipal é outro projeto da área da música que apesar de interrupções, vem se mantendo e cumprindo um papel importante na sociedade local, qual seja de proporcionar música de qualidade às comunidades de Florianópolis, que de outra forma dificilmente teriam possibilidade de apreciar música clássica, música orquestrada ao vivo. Tanto este projeto, quanto o anterior, se deve em grande parte ao abnegado e persistente trabalho do incansável maestro Carlos Alberto Angioletti Vieira, que dá continuidade a uma tradição familiar de mais de 03 gerações dedicadas à música.

O Encontro das Nações é uma outra iniciativa que mesmo tendo problemas de continuidade e enfoques, vem se mantendo e contribuindo para que a população local e os visitantes possam conhecer e valorizar traços culturais das diversas etnias que fazem parte do universo cultural catarinense, com participação de grupos de outros estados brasileiros inclusive. Por ser realizado em espaços abertos, este projeto tem uma grande participação popular.

No campo do patrimônio histórico, a Casa da Memória é, sem dúvida, o projeto mais bem sucedido. Depois de uma longa gestação, a Casa da Memória se constitui hoje um importante centro de documentação histórico-cultural do Município que é intensamente frequentado por estudantes e pesquisadores em geral, e seu acervo não para de crescer, apesar das limitações orçamentárias vivenciadas.

A Maratona Fotográfica é um projeto exitoso da Fundação, que integra as comemorações de aniversário da cidade, que em 2015 completou 20 edições. Trata-se de um gincana realizada em 24 horas seguidas, na qual os participantes, fotógrafos profissionais e amadores, tem que produzir imagens inéditas sobre a paisagem urbana, sobre a história e a cultura de Florianópolis, com temas anunciados de quatro em quatro horas. É um evento que vem tendo uma participação crescente e que nas últimas edições reuniu centenas de participantes. As fotos selecionadas ampliam o acervo iconográfico da cidade que se encontra na Casa da Memória, e constituem documentos históricos, na medida em que retratam, anualmente, diversos aspectos do universo florianopolitano

No campo da editoração, a Fundação ao longo de sua história produziu bem poucos volumes, ainda que em uma época e outra tivesse produção diferenciada, com períodos de maior e de menor intensidade. Nos últimos tempos, depois de 03 anos sem qualquer produção, no final do mandato da gestão anterior alguns volumes foram lançados ou relançados, tendo um deles, o “13 Cascaes”, alcançado ampla repercussão pelo fato de ter sido indicado para a relação das obras que a serem solicitadas no exame do vestibular, de ingresso na Universidade Federal de Santa Catarina.

O jornal da Fundação, importante veículo de informação de qualquer instituição cultural, teve seu nome mudado diversas vezes de Jornal da Cidade, para Caldeirão, depois Folha da Cultura e por fim Fala Bernunça, quando sua veiculação foi interrompida no final da gestão da Professora Lélia Nunes e até o presente momento não foi retomada.

A Mostra de Dança, que proporcionava o fomento da dança e possibilitava principalmente à população de baixa renda o contato com uma arte considerada elitista, não teve também sucesso. Nos últimos 04 anos não houve qualquer edição daqueles espetáculos de rua que paravam o público em trânsito, admirado com a beleza dos movimentos, das coreografias.

O apoio às festividades comunitárias e religiosas é uma postura que persiste desde os primeiros tempos da Fundação Franklin Cascaes. Já é um traço cultural local a prática de solicitar apoio do poder público para qualquer iniciativa comunitária, seja laica ou religiosa, de lazer ou esportiva. O mesmo se dá em relação aos eventos de grupos étnicos. Da igreja católica e suas associações é que ocorre a maior demanda de auxílio financeiro, de pagamento de grupos e serviços diversos, de apoio institucional junto a outros órgãos públicos, etc. E a Fundação não tem se furtado a dar continuidade a esta prática que tem um nítido caráter clientelista, motivada em grande parte por fins eleitoreiros.

Desta forma, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura (1991), que isenta contribuintes de parte do pagamento de impostos caso apoie projetos culturais, é outro expediente muito utilizado desde o final dos anos 1990, para financiar muitas destas iniciativas e outras de reconhecido valor cultural. O problema desta lei é que o elemento determinante na definição dos projetos a serem apoiados passa a ser os empresários, que tem interesse só naqueles

que lhes dão retorno de mídia, mesmo que o real financiador seja o próprio governo, ao efetuar a renúncia fiscal.

Esta lei municipal, juntamente com outras similares em nível estadual e federal são cada vez mais utilizadas para garantir os projetos e eventos da própria Fundação. Talvez por isto o orçamento municipal começou a perder importância para os administradores, ficando cada vez mais reduzido, alcançando 0,48 % em 2012, apesar de todas as reivindicações dos movimentos culturais para que ao menos atinja 2 %.

Por fim, os trabalhos de pesquisa feitos pelo próprio pessoal da Fundação, que era uma bandeira defendida pelos primeiros técnicos da entidade e que efetivamente conseguiram manter por algum tempo, foi uma das propostas que não encontraram respaldo nos administradores da cultura. Além do estímulo e apoio a algumas produções e projetos desenvolvidos por terceiros, os técnicos da Franklin Cascaes transformaram-se sobretudo, em produtores de eventos.

## **4 OBSERVAÇÕES DE CAMPO: ETNOGRAFIA E INTERPRETAÇÕES**

### **4.1 ORIGENS E EVOLUÇÃO DA FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES**

A Fundação Franklin Cascaes, assim como outros órgãos de cultura de diversas capitais e cidades polos do Brasil, surge logo após o término da ditadura militar (1964-1985). Quando as forças democráticas vitoriosas estão imbuídas de um afã de criar um mundo novo, uma sociedade onde as liberdades sejam garantidas, onde as potencialidades humanas não sejam contidas, onde a criatividade seja plenamente estimulada. Tudo parecia estar por se criar ou se consolidar: novos valores, novos ideais, novas utopias, novas políticas, novas relações, novas instituições. Em suma, aquele período tenebroso de repressão e tortura, de autoritarismo e censura, de desrespeito aos direitos humanos e de cassação das liberdades democráticas, teria que ser superado de forma a nunca mais ser vivido.

Se ao povo foi negada a possibilidade de se organizar politicamente, de exercer sua capacidade criativa e de expressão, de ter seus direitos fundamentais assegurados, tratava-se de estabelecer as condições legais, políticas e institucionais, para que estas prerrogativas, próprias da democracia, não só fossem resgatadas, mas estimuladas e ampliadas. Parecia que se estava no limiar de uma nova era, na qual seria possível criar um novo homem, um cidadão mais pleno, uma sociedade mais justa, mais humana.

Estes valores, ideais e motivações, nortearam as ações das forças políticas que se tornaram hegemônicas, que tinham respaldo de amplos segmentos sociais, e foram responsáveis pela nova Constituição Brasileira, de 1988, que não por outra razão, foi denominada de “Constituição Cidadã”. E foi neste contexto, que contagiava a grande maioria da sociedade brasileira, que na segunda metade dos anos 80, foram criados diversos órgãos públicos de administração cultural pelo país afora, dentre eles a própria Fundação Franklin Cascaes.

Para entender um pouco mais sobre este contexto, visto que praticamente não houve nenhum trabalho científico até hoje que se

preocupasse em descrever a trajetória da Fundação nos seus mais de 25 anos de trabalhos prestados à cultura da cidade, foi fundamental estabelecer conversas com estudiosos, intelectuais e produtores culturais como o sociólogo João Carlos Silveira de Souza, um dos maiores conhecedores da vida cultural da cidade, um militante da cultura.

João Carlos, sociólogo e funcionário público municipal, por mais de três décadas desenvolveu uma intensa atividade política, ligada ao antigo Partido Comunista Brasileiro e ao seu sucedâneo, o Partido Popular Socialista, que sempre tributaram um importante papel para a cultura em seus estatutos e em suas práticas políticas, constituindo-a como condição necessária para a transformação social.

Neste período, João Carlos produziu uma quantidade expressiva de textos sobre a cultura. Talvez tenha sido até um dos primeiros, senão o primeiro, a esboçar uma proposta ampla e consistente de política pública para a gestão da cultura no município de Florianópolis, já em meados dos anos 80. Porém, lamentavelmente, os textos por ele produzidos não foram publicados, à exceção de alguns breves artigos em jornais. Isto porém, não impediu que suas ideias fossem discutidas e por vezes utilizadas em campanhas políticas, nas quais se destacou como protagonista local, em consonância com aquele grande movimento de mudanças pelo qual passava o Brasil pós-ditadura.

Além desta contribuição que serviu de apoio na eleição do primeiro prefeito alinhado com o Movimento Democrático Brasileiro, foi na verdade um dos responsáveis pela criação da Fundação Franklin Cascaes, e por mais de uma década nela atuou. Mesmo não fazendo mais parte do seu corpo técnico ou administrativo, deixava claro nas conversas e entrevistas, que continuava acompanhando e intervindo, mesmo que indiretamente, nas questões relativas à gestão da cultura em Florianópolis. Demonstrava também possuir um conhecimento detalhado e uma memória notável de cada momento importante da Fundação e até mesmo de como eram administradas as questões culturais no município antes da sua criação.

João Carlos Silveira de Souza esclareceu que antes da criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes (SETUR), em 1984, a Prefeitura de Florianópolis não possuía um órgão com a responsabilidade geral de desenvolver ações na área da cultura. Tradicionalmente, os eventuais projetos

categorizados como “culturais” eram, em geral, da iniciativa do Gabinete do Prefeito. De tempos em tempos, quase sempre pelo aniversário do Município, constituía-se uma comissão para erigir algum monumento público, ou se organizava algum concurso de literatura ou de música – como aquele que em 1965 escolheu o “Rancho de amor à Ilha”, de Cláudio Alvim Barbosa, o compositor “Zininho”, como hino oficial da Cidade.

Uma atividade mais permanente sempre ficou limitada ao Arquivo Histórico de Florianópolis e à Biblioteca Municipal Professor Barreiros Filho (1956), aos quais se agregou o trabalho do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (SEPHAN), criado com o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), em 1979.

Segundo ele<sup>34</sup>, a municipalidade só ganharia um órgão efetivo destinado à gestão pública da cultura apenas em 1984, com a criação da Divisão de Cultura da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. A Divisão de Cultura, entretanto, não foi pensada como órgão responsável por estabelecer uma política de cultura, mas sim como instrumento auxiliar da política de turismo, tanto que as suas atividades se concentravam na temporada de veraneio e privilegiavam a organização de eventos com grupos folclóricos.

Contudo, uma perspectiva nova para a cultura começaria a se desenhar, tanto dentro da própria Divisão quanto em âmbitos sociais e institucionais mais amplos, com especial desenvoltura, a partir da segunda metade de 1985, tendo por desdobramentos os projetos de lei de criação da Fundação Franklin Cascaes e do Conselho Municipal de Cultura, ambos da autoria do vereador Rogério Queiroz. O projeto do Conselho acabaria sendo aprovado conforme a iniciativa parlamentar, mas o da Fundação o foi conforme um projeto encaminhado pelo Executivo e aprovado em 29 de julho de 1987, cuja elaboração pertenceu à SETUR, ainda que o nome Franklin Cascaes, proposto pelo vereador, tenha sido mantido.

Sancionada a lei, era hora de se formular uma política cultural para o Município, cujo órgão gestor seria a Franklin, que deveria, inclusive, promover a incorporação dos demais centros de atividades culturais da prefeitura. Mas não foi o que ocorreu, pois o entendimento dominante era outro, implicando na

---

34 Em artigo publicado no jornal da Fundação Franklin Cascaes, “Folha da Cultura” de julho/agosto de 1994, com o título “As Origens da Franklin”.

continuidade das atividades culturais iniciadas pela ação da antiga DIRETUR e desenvolvidas pela SETUR, sua sucedânea.

De acordo com Silveira de Souza, em linhas gerais, a visão que presidia as ações dos dirigentes era a de fazer eventos e, se possível, algumas outras “coisas culturais”. Havia, contudo, um movimento em contrário, e uma das suas estratégias foi a realização de concurso público para a contratação de técnicos com formação específica na área cultural, visando a abertura de perspectivas mais amplas de orientação institucional (o concurso foi organizado pela própria SETUR e realizado nos primeiros meses de 1987, ainda antes da criação da Franklin, tendo sido contratados seis técnicos. O resultado dos novos ingressos foi um bom aporte técnico, porém insuficiente para a reorientação pretendida.

Conforme arquivos da própria Fundação, o corpo de técnicos e servidores que compunham o quadro inicial da Franklin foi formado com 04 integrantes da equipe remanescente da extinta Divisão de Cultura, João Carlos Silveira de Souza, Lílian Schmeil, Carin Machado e Maristela Figueiredo; mais os seis novos contratados Kátia Maheire, João Batista Martins, Murilo Silva, Sulanger Bavaresco, Márcio Schütz e Suzana Luz Cardoso; um funcionário oriundo da Administração, Maurício Espíndola; outro da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Prefeito, Ênio Rocha; outra da Secretaria de Educação, Márcia Mathias; outros 03 de outros setores da SETUR, Valério Leal, Nilo Padilha e Décio Bortoluzzi; e dois contratados temporários, Bebel Orofino Schaeffer e Cláudio Rios; além de 3 ou 4 cargos comissionados.

Fazendo uma análise mais pessoal, João Carlos Silveira de Souza, sustenta que quando a Fundação foi criada, parece ter havido certa indecisão do governo sobre a definição do seu comando, razão porque o Secretário de Turismo, André Francisco Câmara Schmidt, arquiteto, acumulou o seu cargo com a superintendência da Franklin. Isnard Azevedo, também arquiteto, professor e diretor de teatro, assumiu a Coordenação Geral e, mais tarde, passou à Superintendência. Os cargos de Coordenador de Patrimônio Cultural, de Coordenador de Artes e o de Coordenador Administrativo-Financeiro foram ocupados por funcionários de carreira. A Franklin era muito pequena e ocupava uma única sala, mesmo que grande, com cada uma das

coordenadorias ocupando um dos seus cantos, no Portal Turístico da cidade, situado na parte continental, próximo às cabeceiras das pontes Colombo Sales e Pedro Ivo Campos.

Nesta época, em novembro de 1987, quando a Fundação Franklin Cascaes ainda estava se estruturando, passei a compor o seu corpo técnico, oriundo da Secretaria Municipal de Educação, na qual estava atuando desde janeiro de 1986, depois de uma experiência de 05 anos no magistério de filosofia, no tradicional Colégio Catarinense, da Companhia de Jesus.

Todos muito animados com a possibilidade de transformar a cidade, humanizando-a e tornando-a um espaço onde a potencialidades humanas pudessem se realizar, através do resgate da memória, do patrimônio histórico, da promoção das manifestações populares, da disseminação das expressões artísticas e pela disposição de tornar a arte e a cultura acessíveis a todos.

Os principais projetos desenvolvidos neste primeiro período, dos quais fomos testemunhas e mesmo colaboradores, além dos trabalhos da Coordenadoria de Patrimônio, da qual fazíamos parte, foram a I Mostra de Novos Coreógrafos do Sul do Brasil, a FEIRARTE - Feira de Arte e Artesanato da Praça XV (que já vinha da Divisão de Cultura), uma primeira Mostra de Teatro Amador, a publicação de uma cartilha para estudantes primários da rede municipal com o título "Passa o tempo na Ilha" (projeto da Bebel Orofino), que seria mais tarde publicado independentemente em forma de livreto com o título "Florianópolis: uma síntese histórica", além de ser produzido o primeiro jornal da Franklin, o "Jornal da Cidade", que teve quatro edições e de ser criado o Centro Cultural Bento Silvério, o chamado Casarão da Lagoa, na Lagoa da Conceição.

Dos diversos setores da Fundação, a única área da nova instituição que revelaria a preocupação em desenvolver uma atividade mais permanente foi a Coordenadoria de Patrimônio Cultural, cujo programa/manifesto "Para uma Coordenadoria de Patrimônio Cultural Atual e Consequente" (1987), redigido por João Carlos Silveira de Souza, foi a primeira proposta de uma política cultural para a gestão da cultura, na qual se colocava o resgate e a difusão do patrimônio cultural local como a tarefa fundamental da Franklin Cascaes.

Entretanto, não encontrando respaldo político e os recursos necessários para implementar um ambicioso e pioneiro projeto de mapeamento cultural da cidade, a referida coordenadoria não logrou êxito no seu intento e, a opção institucional determinante foi por dar continuidade a uma política centrada nos eventos. E, como arremate da direção tomada, decidiu-se por esquecer a constituição do Conselho Municipal de Cultura, cuja instituição legal acabara de ser feita<sup>35</sup>.

A esfera de trabalho da Coordenadoria de Patrimônio Cultural era basicamente o que hoje é definido como “patrimônio imaterial” (sendo o patrimônio de pedra e cal da alçada do SEPHAN/IPUF), além de ter assumido a responsabilidade pela área da literatura, que o pessoal da Coordenadoria de Artes não tinha interesse, apesar de estar sob sua alçada no organograma da Fundação. O plano de trabalho inicial consistia basicamente de um levantamento geral de informações sobre a Cidade, com o objetivo de gerar um banco de dados a ser disponibilizado aos pesquisadores. Trabalho este que envolveu os cinco integrantes da coordenadoria por meses, mas que não foi concluído pelo fato da equipe ter sido desmontada.

Nesta época, com um novo governo iniciado em 1989, o prefeito de Florianópolis era Espiridião Amin Helou Filho e, nos primeiros tempos, os secretários de Turismo acumularam as superintendências da Fundação Franklin Cascaes e da Fundação Municipal de Esportes. Houve uma sucessão de gestões curtas: primeiro, Ênio Branco, depois Aristoclides Stadler, e em seguida, Luiz Roberto Barbosa. Durante essas gestões o comando efetivo da cultura foi exercido pelo Coordenador Geral, Paulo Fernandes Gonçalves, o Paulão. A sede da Fundação também mudou de lugar e foi transferida para a ponte Leste do Mercado Público, tendo aí ficado por mais ou menos um ano, quando retornou a uma das salas do Portal Turístico: a Franklin voltara a funcionar como divisão da SETUR.

Juridicamente a Fundação Cultural Franklin Cascaes é uma entidade com personalidade jurídica de direito público<sup>36</sup>, destinada a zelar pela conservação de do patrimônio histórico e cultural do município de Florianópolis; organizar e manter arquivos históricos do município; promover a

---

35 O Conselho só seria efetivamente constituído em 2011, conforme anteriormente relatado.

36 De acordo com a lei de sua criação, Lei Número 2647/87.

conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional; promover a edição de livros e outras publicações que estudem ou divulguem as tradições históricas e culturais do município; criar e manter bibliotecas, museus, pinacotecas, discotecas e outras atividades permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural; promover o estudo e pesquisa sobre história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do município; promover dentro de uma visão dinâmica e contemporânea o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades culturais locais.

Na época da criação da Fundação, em 29 de Julho de 1987, o cargo de prefeito da cidade de Florianópolis era ocupado pelo Senhor Edison Adrião Andrino de Oliveira, popularmente conhecido por Edison Andrino, um político comprometido com a redemocratização do país, com as campanhas das eleições diretas, com a construção de uma nova sociedade, onde a cultura, especialmente a cultura popular, como criação e expressão dos saberes e práticas do povo, era vista como imprescindível neste projeto.

No governo seguinte, tendo como Prefeito de Florianópolis o Senhor Espiridião Amin Helou Filho, do partido adversário ao do criador da Fundação, houve acúmulo de cargos da Secretária de Turismo, das Superintendências da Fundação Franklin Cascaes e da Fundação Municipal de Esportes, e uma sucessão de gestões curtas da Fundação de Cultura, cujos dirigentes foram Ênio Branco, Aristoclides Stadler, e Luiz Roberto Barbosa. Durante estas seguidas trocas de mandatários culturais, o comando efetivo da cultura foi exercido pelo Coordenador Geral, Paulo Fernandes Gonçalves. E houve mudanças de endereço da sua sede, quando saiu do Portal Turístico, seguindo para a ponte Leste do Mercado Público por mais ou menos um ano, quando retornou a uma das salas do Portal Turístico, voltando a funcionar como divisão da SETUR.

No final da década dos anos 1980, me afastei do corpo técnico da Fundação para atuar na representação sindical sem, contudo deixar de acompanhar os seus trabalhos, predominaram as pequenas atividades: apoio a festas comunitárias e/ou religiosas (geralmente na forma de pagamento de cachês artísticos para grupos folclóricos), produção de alguma folheteria para entidades, coordenação da Feira de Arte e Artesanato, um ou outro pequeno

evento. Uma série de exposições de pinturas, cada uma reunindo um nome novo e outro já renomado; foi criada a Coleção Memória de Florianópolis, que publicou cinco volumes relativos à história da cidade.

Segundo João Carlos Silveira, que continuava na Fundação, na segunda parte do governo Espiridião Amim, agora sob o comando do vice-prefeito empossado, Antonio Bulcão Vianna, a Superintendência foi passada ao jornalista Aldírio Simões, que organizou vários eventos – um “Festival Nacional da Magia”, um “Festival Nacional da Chanchada” e outros. Eram eventos de pequeno porte, mas todos chamados “nacionais”. Nesta gestão, um segmento interno pouco alinhado com a linha de trabalho desenvolvida aproveitou um projeto apresentado à Fundação e conseguiu bancar o maior evento do período – o Festival Nacional da Música (música erudita), com uma ampla programação de concertos e mais de vinte oficinas de diferentes instrumentos e de canto, e com nomes de real prestígio nacional. Este projeto contou com o decidido apoio dos técnicos e funcionários da Fundação. Foi este evento que lançou as bases da proposta de uma Orquestra Municipal de Florianópolis e que inaugurou a ligação que persiste até hoje entre a instituição e o trabalho artístico e pedagógico do maestro Carlos Alberto Angioletti Vieira.

De todo modo, a Fundação Franklin Cascaes completou o seu quinto ano de existência, e ingressou no sexto, sem ter conseguido implantar nenhum plano mais articulado de trabalho, refém de uma política de eventos e se arrastando atrás de projetos avulsos, descoordenados e sem continuidade. De outro lado, a crítica da política cultural do município, jamais escrita, mas efetiva, ganhou solidez e ressonância, inclusive com a realização de um pequeno seminário interno promovido pelos técnicos.

A crítica à política cultural do Município, que vinha sendo reforçada desde 1990, tomou corpo após as eleições de 1992, dentro e fora da Fundação Franklin Cascaes que, desde 1990 também, estava funcionando nos altos da Felipe Schmidt, nos fundos da Fábrica de Bordados do Grupo Hoepcke, quando deixamos o trabalho sindical e retornamos para o órgão municipal de cultura.

Nos debates entre as diversas forças políticas vencedoras das eleições, dentre as quais se destacavam o Partido Popular Socialista (PPS) e

o Partido dos Trabalhadores (PT), prevaleceram “as proposições dos técnicos” da Fundação, mais alinhados com o PPS, em grande parte pela competência teórica, argumentação consistente e pela respeitada capacidade de debatedor do militante e teórico engajado João Carlos Silveira de Souza.

Com o título “A situação da Fundação Franklin Cascaes exige mudanças”, o texto elaborado em final de 1992, parte de um histórico da instituição e de um diagnóstico da sua realidade para propor soluções aos problemas identificados e estabelecer estratégias de fortalecimento institucional que passavam, fundamentalmente, pela ultrapassagem de uma política sem consistência e sem continuidade, que se definiam por ações completamente desconectadas umas das outras e que não respondiam às necessidades concretas ou às demandas dos grupos mais expressivos da vida cultural local.

O documento em causa lançava como proposta políticas específicas para cada uma das principais linguagens artísticas, as quais seguiriam a norma geral de prever a articulação entre diferentes projetos, e atividades que respondessem às distintas exigências do seu desenvolvimento. Assim, um grande evento – mostra, festival, salão, conforme o caso- ocuparia o ápice de um conjunto de ações que incluiriam oficinas de formação e de aperfeiçoamento, auxílios à produção local, intercâmbios, pequenos eventos nas comunidades, etc. Propunha um trabalho sustentado de pesquisa, registro, documentação e criação de acervos para a área do Patrimônio Cultural; a desvinculação das atividades próprias da SETUR, especialmente as relacionadas ao Carnaval e a busca de uma ação mais articulada com a Secretaria de Educação. Defendia a instituição formal da Orquestra Municipal de Florianópolis, o fortalecimento do Centro Cultural Bento Silvério, na Lagoa da Conceição, e a criação de novos centros nos principais bairros e comunidades; a produção de um jornal informativo e de debate, e a incorporação do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural vinculado ao Instituto de Planejamento Urbano e da Biblioteca Barreiros Filho. Propunha também a democratização da gestão, inclusive com a constituição do Conselho Municipal de Cultura. Por fim, eram sugeridas, mas com registro de que não havia consenso entre os propositores do documento, as

municipalizações do Teatro Álvaro de Carvalho e do Centro Integrado de Cultura.

O tal documento foi aprovado sem reservas, depois de calorosas discussões, em um grande seminário da Frente Popular<sup>37</sup> realizado no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, no início de dezembro de 1992.

Porém, logo surgiram porta-vozes do governo eleito defendendo a continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido na Franklin e a confirmação no cargo do então superintendente, Aldírio Simões, que havia participado do governo anterior, inclusive com a argumentação de que a cultura deveria ficar de fora da política.

A proposta, no entanto, foi fulminada por militantes e dirigentes da Frente Popular, mais do Partido dos Trabalhadores, do que do PPS, o partido do Prefeito eleito Sérgio José Grando. Em decorrência disso, os patrocinadores da manobra empenharam-se em buscar alternativas, para impedir a plena vitória daquela vertente que ganhara o debate com uma proposta de elevado teor reformista. E assim, conseguiram forçar uma negociação pela qual o grupo participaria da equipe dirigente da Franklin, mas sem assumir o comando. Para a superintendência foi nomeado o escritor Salim Miguel; João Carlos Silveira de Souza assumiu a Coordenação Geral; Ademir dos Santos a Coordenadoria de Patrimônio Cultural; Décio Bortoluzzi a de Assuntos e Eventos Comunitários; Maurício Espíndola a Administrativo-Financeira; Luci Mendes voltou, após quatro anos, à Coordenadoria de Artes. Para a Assessoria Técnica, Salim Miguel trouxe Narciso Policarpo, e para a Assessoria de Comunicação foi nomeada Rosana Cacciatore.

A gestão começou com o corpo técnico desfrutando de elevada autoimagem, precisamente devido ao impacto de “A situação da Fundação Franklin Cascaes exige mudanças” e se implantou uma rotina de muito debate e participação, com reuniões gerais a cada mês. Ainda que houvesse responsáveis pelas coordenadorias e pelos projetos, todos podiam contribuir com propostas, sugestões, críticas, sobre qualquer área ou atividade, fosse a faxineira, o motorista ou o superintendente. Foi um período muito fecundo.

---

37 Composta pelo Partido Popular Socialista (ex-PCB), Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Brasileiro e Partido Comunista do Brasil e parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

O primeiro setor a se firmar foi o Patrimônio Cultural, com a entrada na equipe da socióloga Maria Rosânia Tomaz, da arquiteta Eliane Veras da Veiga, vinda do SEPHAN e da bibliotecária Ângela Nunes, vinda da Biblioteca Barreiros Filho e Jorge Alfredo Rodrigues, do Desenvolvimento Social. A coordenadoria criou a coleção Cadernos de Cultura e Educação, editou várias pequenas publicações e implantou uma biblioteca técnica com a aquisição mensal de obras sobre a história e a cultura de Florianópolis e começou a desenvolver um banco de imagens sobre a cidade, além de um acervo fonográfico, com discos e fitas cassetes de programas de rádio, pertencentes ao poeta Cláudio Alvim Barbosa, o Zininho. Estes diversos materiais combinados deram início ao acervo da Casa da Memória.

Pouco a pouco, firmaram-se trabalhos nas áreas do teatro, da dança (com o ingresso da professora Simone Simon, saída da Educação), das artes plásticas (com a vinda de Maurilo Roberge, oriundo da Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), e do folclore. Em seguida, iniciou-se um trabalho de composição da Orquestra Municipal de Florianópolis, apesar de não se ter conseguido recrutar nenhum quadro técnico para a área de música; dificuldade esta que foi superada pelos esforços e dedicação do maestro Carlos Alberto Angioletti Vieira. Criamos o Projeto Escadaria do Rosário, com apresentações artísticas semanais, e foi estruturada a Assessoria de Comunicação (particularmente com o aporte de Iur Gomes, contratado como prestador de serviços), e dá-se início à publicação do informativo “Folha da Cultura”.

Ainda no ano de 1983 foi realizada a primeira edição do Festival Nacional Isnard Azevedo de Teatro, projeto que só deslanchou depois de muita resistência, em face de um grande temor da direção da casa com relação aos custos, considerados muito elevados. Mas aconteceu e a resposta foi extraordinariamente positiva, conferindo grande prestígio à Franklin nos meios artísticos, na imprensa e nas esferas dirigentes da prefeitura. E foi o Festival de Teatro que abriu caminho para a criação de outros eventos de maior porte, a partir do segundo ano, como a Mostra de Dança de Florianópolis e o Encontro Estadual de Folclore (depois denominado de Encontro das Nações) todos com repercussão positiva, fazendo com que a

Franklin se tornasse responsável por mais de oitenta por cento do retorno de mídia não paga de toda a administração municipal.

No início de 1995 foi realizada a primeira edição do Seminário de Música de Florianópolis, um seminário que continuou pequeno, mas que produziu ótimos espetáculos, além de resultar na realização de um grande projeto, que foi a montagem da ópera O Guarani, de Carlos Gomes, nas comemorações do aniversário da Cidade em 1996. O maior evento já realizado pela Franklin, que reuniu em uma única apresentação um público de cerca de 30 mil expectadores, em frente à Igreja Matriz e imediações da Praça XV.

Em 1997, assumiu a prefeitura a Senhora Ângela Regina Heizen Amin Helou, que permaneceria no cargo por 08 anos com a sua reeleição, sendo designada superintendente da Fundação Franklin Cascaes a Professora Lélia Pereira da Silva Nunes.

No início deste governo, foram afastados da Fundação Franklin Cascaes sem maiores explicações nem justificativas explícitas, João Carlos Silveira de Souza, Ademir dos Santos, Marcos Xavier, Jorge Alfredo Rodrigues, e Lilian Regina Schmeil, retornando todos, à exceção da última, para a Secretaria de Turismo, onde tinham como serviço, prestar informações sobre a cidade aos eventuais turistas que buscassem informações sobre a cidade.

Ainda que ausentes do dia a dia da Fundação, o acompanhamento se dava à distância e o que se pode dizer, de acordo com João Carlos Silveira de Souza e outros é que a Professora Lélia Pereira Nunes, apesar das divergências políticas, fez um bom trabalho. Mário César Bittencourt ocupou a Coordenadoria Geral, a Coordenadoria de Artes foi ocupada por Margarete Philippi no primeiro mandato e por Ivo Frederico Schmithausen, que era cônsul honorário da Áustria no segundo; o jornalista Marcos Cardoso foi o Assessor de Comunicação Social (cargo ocupado, nos primeiros tempos da gestão, por Romeu Pompílio); a Assessoria Técnica ficou ao encargo de Maristela Figueiredo, ex-esposa do saudoso Aldírrio Simões; a Coordenadoria de Patrimônio ficou com advogado Egídio Bittencourt e a Coordenadoria de Eventos com a Karin Machado.

Foi uma gestão que se destacou pelo grande trabalho desenvolvido em torno da estruturação material da Fundação, com a aquisição de importantes equipamentos como a própria sede, o Forte de Santa Bárbara, cedido em comodato pela Marinha do Brasil, com o qual a instituição deixou de mudar de endereço a cada dois ou três anos. O segundo foi o estabelecimento da Casa da Memória no antigo prédio da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina, que o cedeu igualmente em regime de comodato. Também o Teatro da UBRO foi reconstruído no período com recursos federais e da municipalidade. O Centro Cultural Florianópolis foi outra conquista, situado na área central da cidade e cedido também em comodato pelo Banco do Brasil e que acolhe vários espaços culturais, inclusive a Galeria Municipal de Artes Pedro Paulo Vecchietti, administrada pela Fundação, o Memorial Meyer Filho (espaço com acervo de famoso artista local) e o Arquivo Histórico do Município.

Há que se ressaltar também a continuidade da quase totalidade dos projetos que vinham sendo desenvolvidos, como o Festival de Teatro, a Mostra de Dança, a Orquestra Municipal, o Encontro das Nações (folclore), a Mostra de Novos Talentos (artes plásticas) e outros; o prosseguimento do Jornal da Fundação com o nome de Fala Bernúnça, além de um intenso e variado programa de apresentações artísticas durante todos os oito anos. Ademais, este período foi marcado sobremaneira por um investimento notável no resgate, preservação, fomento e difusão das manifestações culturais de base açoriana, através da valorização do artesanato, do folclore, da pesquisa e edição de livros, da realização mostras, de seminários, encontros e de iniciativas objetivando o estreitamento das relações entre Florianópolis e os Açores. Tal diretriz, de acentuada valorização das tradições daquele arquipélago, tinha como grande responsável a própria superintendente, destacada militante do movimento açorianista em Santa Catarina (Leal, 2007).

E por fim, é preciso se fazer uma menção especial à valorização da cultura no governo de Ângela Amin e da Professora Lélia, quando os recursos destinados a esta área alcançaram em 2004 uma participação de 2,2 % da despesa orçamentária geral da municipalidade, porcentagem extremamente significativa, se confrontada com a do ano de 2009, por exemplo, que não chegou a 0,5 %, e que jamais foi alcançada nos anos posteriores.

Em 2005, sendo Prefeito Dário Elias Berger a Superintendência da Fundação foi ocupada por Vilson Rosalino da Silveira, professor universitário do departamento de engenharia, com alguma participação na área teatral, ex-militante do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), pelo qual se elegeu vereador, quando apresentou um projeto de Lei similar a outro já existente na cidade de Curitiba, que resultou na Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Desligado do PCB, ingressou no Partido Democrático Trabalhista e posteriormente ingressou no mesmo partido que havia deixado, agora denominado de Partido Popular Socialista.

Estes movimentos não o impediram de ser apoiado pela militância partidária e por parte significativa de setores do movimento cultural de Florianópolis, dentre os quais se destacava o fórum Conversas Culturais, criado por João Carlos Silveira de Souza e outros para promover a discussão e a reflexão sobre as políticas culturais da Fundação, o que resultou na sua indicação.

Esta gestão foi cercada de expectativas muito positivas, pois um superintendente oriundo de um partido político de tradições humanistas gerava um forte otimismo junto ao meio cultural. João Carlos Silveira de Souza, Lilian Regina Schmeil e eu, que tínhamos ficado no “exílio” durante os oito anos anteriores, retornamos à Fundação com muito entusiasmo. Todavia, surpreendentemente, as relações com os antigos camaradas de partido e com os segmentos culturais foi se deteriorando gradativamente, até o ponto de chegar a uma situação de total ausência de diálogo com os colaboradores internos, que passaram a meros tarefeiros e de interrupção das relações com os setores organizados do mundo da cultura.

O preenchimento dos demais cargos da Fundação, pautado mais por acertos político do que pela competência técnica, pelo comprometimento e habilidade no trato com o meio artístico-cultural, resultou extremamente problemático. A Coordenadoria Geral ficou vaga por mais de um semestre, tendo sido exercida officiosamente por João Carlos Silveira de Souza, sem poder algum de decisão, que logo entrou em rota de colisão com o superintendente por divergências profundas quanto à política cultural que efetivamente estava sendo imprimida. Posteriormente este importante cargo seria ocupado pelo escritor e editor Fábio Brüggemann, que ficaria no cargo

por alguns meses com uma atuação bastante limitada e por final também se afastaria, não de forma tranquila. O Cargo novamente ficou vago por meses, até ser ocupado pelo historiador e líder comunitário Sérgio Ferreira que permaneceria até o final de 2008.

Diversas outras mudanças ocorreram, com substituições de coordenadores e inclusive dispensa de pessoal de uma equipe que já era pequena. O postura rígida e pouco interativa do Superintendente em relação aos funcionários e a forma de administrar sem consultas e discussões inviabilizou uma maior participação dos funcionários e animadores culturais da cidade.

Ao mesmo tempo em que se estabeleceu um clima totalmente impróprio para se atuar em um campo em que se prima pela criatividade, a direção da Fundação se submeteu completamente às diretrizes municipais de restringir os gastos, o que inviabilizou inúmeros projetos, não permitiu que outros tivessem continuidade e tornou a entidade cultural da cidade uma instituição de pouca relevância, não fosse a realização de alguns eventos.

No seu segundo mandato, visando a superação dos problemas e das insatisfações geradas pelo referido gestor, o Prefeito Dário Berger solicitou que o seu Secretário de Educação, o Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, acumulasse a pasta de Educação e a de Cultura. Apesar de ser reconhecido em todo o estado catarinense e até mesmo no Brasil pelos seus relevantes serviços em prol da educação, e sua capacidade administrativa incontestes, a medida não foi bem vista por amplos setores do meio cultural. Afinal, a cultura precisava sim de alguém de peso, mas que não ficasse dividido em função de outras atribuições. E a Secretaria de Educação é uma pasta que demanda uma carga enorme de trabalho de seus dirigentes.

A situação foi atenuada com a indicação da Professora Roseli Maria da Silva Pereira, muito ligada à cultura popular, para o cargo de Superintendente Adjunta, que efetivamente passou tocar o dia a dia da Fundação, com o Professor Rodolfo participando das chamadas reuniões do colegiado (incluía os diretores, gerentes e assessores) semanais, comparecendo vez ou outra quando se fazia necessário e nos eventos promovidos pela Fundação

A partir das reuniões do colegiado, onde se tratava de todas as questões institucionais e daquelas relacionadas aos projetos e trabalhos da

Fundação, a Professora Roseli, que já havia sido diretora de escola por vários mandatos, juntamente com novos colaboradores que assumiram cargos de chefia, gerenciava a Franklin com muita energia, desenvoltura e dinamismo.

Esta nova gestão na qual se concluiu os trabalhos de campo foi marcada por um resgate da visibilidade da instituição perante a sociedade tendo em vista as inúmeras iniciativas relacionadas a cultura popular, como por exemplo a valorização dos grupos de Boi de Mamão, o apoio às festividades religiosas locais e uma interação maior com os setores artísticos culturais da cidade.

#### 4.2 ESTRUTURA E CULTURA DA INSTITUIÇÃO: UMA ETNOGRAFIA

Meses antes de um evento de grande porte como o Floripa Teatro - Festival Isnard Azevedo, praticamente todo o pessoal da Fundação Franklin Cascaes é mobilizado, o ambiente fica mais agitado, as pessoas mais tensionadas. Como o número de funcionários é bastante reduzido, grande parte das demais atividades fica em segundo plano. Quase todos os recursos humanos envolvem-se com o evento, e essa obrigatoriedade de envolver a todos, em razão da limitação de pessoas disponíveis, reflete no fluxo das outras atividades, como na demora das respostas às demandas externas habituais, na maior lentidão dos trâmites burocráticos internos, na alteração das rotinas dos mais diversos setores, na suspensão das reuniões periódicas de discussão sobre a demanda dos setores culturais, dos problemas cotidianos e sobre os encaminhamentos pertinentes.

Em uma das edições do Floripa Teatro - Festival Isnard Azevedo, a de 2006, considerando as dificuldades de realização de um festival de teatro e atendendo as reivindicações de alguns técnicos da Fundação, foi estabelecido um contrato com a empresa especializada em eventos artísticos culturais Gesto<sup>38</sup>, para que efetuasse a realização do festival. Esta iniciativa aliviava o quadro de pessoal da Fundação<sup>39</sup>, que se responsabilizava pela coordenação do evento, enquanto a parte operacional era efetuada por atores e atrizes,

---

38 Associação de Produtores Teatrais da Grande Florianópolis.

39 Conjunto de colaboradores ligados a área técnica.

pessoas com formação técnica em artes cênicas, com experiência de ensaios e vivência de palco, conhecimento da linguagem teatral, de iluminação, marcação de cena, enfim, das demandas e necessidades relacionadas ao teatro.

Mas a parceria não deve ter sido muito exitosa, pois não viria a ocorrer nos anos seguintes. Além das críticas à qualidade do pessoal disponibilizado, da sua capacidade de trabalho e competência, a relação do setor financeiro (Diretoria Financeira, Orçamentária e Recursos Vinculados) com este “pessoal de fora” não se deu sem contratempos.

Aliás, este é um elemento que precisa ser ressaltado nesta descrição, haja vista a recorrência das menções ao papel destacado deste setor nas dificuldades para a realização de qualquer evento ou iniciativa da Fundação que implicasse despesa, aportes financeiros. Eram frequentes as divergências e desacertos entre a Diretoria Financeira e as demais diretorias, gerências, assessorias e, por vezes, até mesmo com a superintendência, quando da realização de projetos, pois a postura habitual era a de restringir o planejado por falta de disponibilidade financeira ou ainda de vetar categoricamente por não ter previsão orçamentária, por não ter recursos disponíveis, por não ter tempo hábil, etc.

Na avaliação dos responsáveis pelos projetos havia uma falta de compromisso da Diretoria Financeira com a cultura, que se manifestava na pouca interação dos técnicos do setor com as demais áreas; na reduzida disposição para resolver diretamente os problemas decorrentes das contratações, dos pagamentos e das pendências documentais; na falta de empenho em ampliar os recursos de um ano para o outro, fazendo com que os problemas se repetissem; na pouca clareza das exigências para se efetuar contratações de pessoal e serviços, cujos requisitos ainda deviam ser cuidados pelo setor artístico ou por quem coordenasse os respectivos projetos.

A Diretoria Financeira estabeleceu uma rotina de trabalho da qual os demais técnicos envolvidos com as atividades-fim, com a produção artístico-cultural se ressentiam do seu pouco envolvimento com os prestadores de serviços, com os produtores culturais, com os grupos artísticos e com os artistas relacionados aos projetos da Fundação. Se a relação com os demais

setores da Fundação era reduzida, com as pessoas externas era ainda mais e se limitava ao mínimo necessário. Costumavam cobrar dos técnicos responsáveis pelos projetos os dados cadastrais, os estatutos das empresas, as certidões negativas, enfim, todos os documentos dos artistas ou grupos artísticos necessários para a efetuação dos contratos.

Assim, a pessoa que coordenava o Festival de Teatro, para citar um caso expressivo, além de ter que elaborar os termos dos editais, estabelecer contato e efetuar o convite aos diversos grupos, analisar e selecionar as peças e apresentações para a programação, fazer as suas inscrições, garantir a agenda dos teatros e a liberação dos demais espaços como ruas, praças, centros comunitários e escolas, garantir toda logística de acomodação, alimentação e transporte, ainda tinha de se encarregar de levantar os dados profissionais e bancários para a realização dos contratos, providenciar toda a documentação necessária e entregar ao setor administrativo financeiro para os devidos encaminhamentos.

Evidentemente que todas estas atribuições não eram feitas por uma única pessoa. Na medida em que as demandas se avolumavam, toda a Diretoria de Artes era mobilizada e os demais técnicos da Fundação eram convidados a se responsabilizar por atividades de apoio, para que o evento ocorresse da melhor maneira possível. Mas sempre ficava explícito, e às vezes de forma exasperada, a contrariedade dos técnicos de artes em ter que resolver problemas que julgavam atribuição do setor financeiro. Consideravam que já tinham problemas mais que suficiente ao terem que se responsabilizar pela garantia da qualidade do evento, pelo bem estar dos convidados e pela satisfação do público.

Esse distanciamento e conseqüente falta de conhecimento levavam os técnicos dos demais setores da Fundação a ficarem dependentes do pessoal especializado, formados em contabilidade, com expertise em administração pública. E no caso específico da Fundação, esta dependência era centrada na figura do Diretor Administrativo-Financeiro, que já havia desempenhado as mesmas funções em duas outras secretarias ao menos, a de Saúde e a de Turismo, antes de assumir o setor da Franklin Cascaes e exercer sobre ele um controle importante, a quem os próprios superiores, os superintendentes, normalmente respeitavam. Não era raro ouvir de algum técnico mais crítico

afirmações do tipo: “quem define as coisas na Fundação é o diretor administrativo financeiro, ele é quem diz o que pode e o que não pode ser feito”.

Ou seja, pelo que pude constatar neste período de uma observação mais acurada, talvez por falta de conhecimento das exigências burocráticas, havia quase um consenso entre os funcionários da Fundação de que o setor administrativo-financeiro não se portava como um setor intermediário que deveria ter uma função colaborativa na realização dos projetos, de facilitador dos trâmites burocráticos. A impressão que passava é de que exercia um papel normativo, de cobrança de ações, de fiscalização de procedimentos e não de executor efetivo. Por vezes agia como delimitador das possibilidades, exigindo cortes orçamentários e, excepcionalmente, tendendo não só a reduzir os recursos, mas até fazer economia, devolvendo valores para a administração central.

E isto era incompreensível e inaceitável para aqueles que, ano a ano, por falta de disponibilidade orçamentária, encontravam dificuldades desgastantes para implementar projetos relacionados com a promoção artística, com a preservação das manifestações culturais populares, com o resguardo e valorização do patrimônio cultural, para citar apenas algumas áreas mais abrangentes. Se os recursos para a cultura já eram tão escassos, como entender a não utilização deles integralmente?

Havia mesmo quem dissesse que se dependesse desse setor, o administrativo-financeiro, a Fundação viraria um departamento da Secretaria do Turismo ou mesmo seria extinta. Tais afirmações que eu pude constatar, mais acentuadas nas ocasiões dos “grandes eventos”, quando as dificuldades aumentavam, eram relacionadas ao distanciamento dos componentes da equipe administrativo-financeira em relação às manifestações artístico-culturais.

Para boa parte dos técnicos responsáveis pelos projetos, o setor financeiro não estava realmente empenhado em contribuir para o bom êxito das iniciativas, vendo-as apenas como períodos de sobrecarga de trabalho, sem se dar conta de que estava contribuindo para realizar algo apreciado pela cidade, por toda a sociedade local e seus visitantes. De um modo geral, os funcionários deste setor eram vistos como pessoas que se limitavam a dar um

suporte técnico, quando acionadas, no que se referia às despesas possíveis, à contratação de empresas, de artistas e grupos artísticos, no tocante às exigências para as prestações de contas, sem maiores envolvimento.

Durante todo o período de observação, que se deu basicamente nos anos de 2007 a 2012, com alguns períodos intermitentes de distanciamento, nunca escutei qualquer relato de alguma proposição deste pessoal para o aprimoramento de qualquer iniciativa artístico-cultural da Fundação. Nem de qualquer contribuição como uma relação sucinta dos itens mais importantes da Lei Federal nº 8.666/93, que normatiza no Brasil, para os diversos entes da Federação, as despesas públicas e os processos de licitação, uma lista dos procedimentos necessários para a contratação de grupos artísticos, ou uma síntese explicativa de como se efetuar uma boa prestação de contas.

Distantes, seja em decorrência da formação mais técnica, seja pela carência de sensibilidade ou de valorização do artístico e do cultural, na visão dos colaboradores da Fundação, estes técnicos pouco se comprometiam com a promoção cultural da cidade, no máximo desempenhavam mecanicamente as atribuições que lhes eram exigidas e compareciam a alguns eventos, principalmente naqueles mais festivos.

Em síntese, ainda de acordo com diversas manifestações de agentes culturais locais e de alguns colegas de trabalho que partilhavam do dia a dia da Fundação, eles não estavam realmente comprometidos com a cultura, não tinham formação, nem perfil apropriado para atuarem de forma propositiva, colaborativa, sintonizada com as especificidades próprias de um órgão de cultura. Segundo estes observadores mais críticos, os técnicos do setor financeiro fariam o mesmíssimo trabalho se estivessem atuando na Companhia de Melhoramentos da Capital, a COMCAP, que é responsável pela coleta de lixo e limpeza da cidade.

Mas é preciso assinalar que tais limitações anteriormente apontadas, pela inexistência de uma maior afinidade com área cultural, não se restringiam ao setor administrativo e ao financeiro. A rigor, a carência de um número razoável de funcionários com formação específica para a gestão e produção da cultura era generalizada. Durante os 25 anos da sua história, a Fundação operou quase sempre, com apenas um técnico responsável para atender as demandas de cada setor. E em diversos períodos havia setores que ficavam

totalmente descobertos ou com encarregados que, por diletantismo ou alguma afinidade, se dispunham a “dirigir” tal área. Então era visto com naturalidade alguém sem formação na área de música, por exemplo, por apreciar um certo gênero, ser tornar responsável por esta expressão artística que contempla inúmeros gêneros. Sem mencionar os casos de indivíduos que sem qualquer tipo de formação ou competência serem alçados à condição de coordenadores de importantes áreas de trabalho da Fundação, por apadrinhamento político, e apesar da notória incapacidade técnica tinha que ser tolerado.

Então, uma determinada pessoa era responsável pelo teatro, e outra pela música, e ainda uma terceira pela dança, outro pelas artes plásticas, alguém pelas manifestações populares, outro pelo patrimônio histórico, e assim por diante. Eventuais imprevistos, como uma doença ou que resultassem na necessidade de afastamento, geravam prejuízos evidentes para o setor. Exigiam que outro técnico acumulasse a responsabilidade pelas habituais demandas, para as quais nem sempre tinha as qualificações necessárias, ou simplesmente se comunicava que temporariamente fazia-se necessário aguardar o retorno do atendente.

No ano de 2012, quando a Fundação contava com o maior quadro de pessoal de sua história, os servidores à disposição e os cargos comissionados (nomeados politicamente) perfaziam um total de 54 pessoas, sem contar alguns estagiários. Deste número, a maioria ficava na sede da Fundação onde se encontrava o Superintendente com uma secretária, o Superintendente Adjunto, o Assessor Técnico, o Assessor Jurídico, a Assessora de Comunicação (com duas estagiárias), Diretora de Artes (com 06 técnicos), a Diretora de Eventos e Assuntos Comunitários (com 05 técnicos), o Gerente de Projetos e Promoção Cultural (com 04 técnicos), o Diretor de Finanças (com 05 técnicos), o Gerente Administrativo (com 06 técnicos e 03 motoristas).

Além da sede, outras unidades espalhadas pela cidade fazem parte da estrutura da Fundação: a Casa da Memória, que sediou o Diretor de Patrimônio Cultural (com 08 técnicos); o Centro Cultural Bento Silvério, com a sua Gerente (com 04 técnicos) e a Casa das Máquinas (com 04 técnicos), ambos na Lagoa da Conceição, o Teatro da UBRO, com o seu Gerente (com 04 técnicos), e a Galeria Pedro Paulo Vecchietti (com 01 técnico). Acrescente-

se a estes 04 estagiários, estudantes universitários que prestam serviços por 06 horas diárias, a que a Fundação tinha como cota, que desenvolviam trabalhos auxiliares, principalmente nos setores de administração, do financeiro e da assessoria de comunicação.

Em termos comparativos, apenas a título de ilustração, a Fundação de Cultura de Joinville, cidade catarinense um pouco maior do que a capital, na mesma época, contava com 250 técnicos, e a de Curitiba, capital do vizinho Estado do Paraná, conforme já anteriormente registrado, contava com 660 técnicos para fomentar a cultura local!

Portanto, no organograma efetivo da Fundação, algumas áreas amplas que compreendem diversos gêneros ou subdivisões como a dança, a música, o teatro, as artes plásticas, o patrimônio cultural, e uma área imprescindível, em um contexto de disponibilidade financeira escassa, como o setor de captação de recursos para que os empresários fizessem uso das leis de incentivo à cultura, destinando parte dos seus impostos aos projetos culturais, contavam com apenas um técnico para atender as suas demandas; outras como a fotografia, o cinema, o design, a escultura, o grafite, a de atividades circenses, para citar só algumas, nem tinham encarregados diretos.

E ainda assim, aqueles responsáveis por alguma área se envolviam com outros afazeres rotineiros e, nos eventos maiores, quase todos eram convocados para desempenhar alguma atividade de apoio. Consequentemente, não era incomum se ouvir reclamações em relação ao reduzido quadro de pessoal para tocar de forma mais adequada os projetos da Fundação e atender as demandas externas.

Tal situação exigia que boa parte dos técnicos, principalmente daqueles mais capacitados e mais colaborativos, desenvolvesse o dom da polivalência, assumindo simultaneamente diversas funções. Só para citar um caso emblemático destes, de alguém com quem convivi por quase três anos, o servidor Alzemi Machado, formado em biblioteconomia, com especialização em restauro de acervos impressos e mestrado em história, durante alguns anos trabalhou na Casa da Memória cuidando do acervo de fotografias já que tinha também especialização em restauro, desenvolvia um trabalho junto às escolas do município sobre a história da cidade e sobre a história do livro, fazia pesquisas sobre o patrimônio cultural e era membro do Conselho da

Infância e da Adolescência entre outras atividades.

Tendo sido convidado mais tarde para fazer parte da Gerência de Promoção Cultural e Projetos e aceitando, passou a ser um dos responsáveis pelo atendimento aos produtores culturais que encaminhavam projetos à Lei Municipal de Incentivo à Cultura; assumiu a secretaria da Comissão de Apoio e Incentivo à Cultura – CAIC (comissão paritária, com membros da sociedade civil e do governo, que analisa os projetos encaminhados à Lei Municipal de Incentivo à Cultura); participava da Comissão de Análise de Prestação de Contas; assumiu uma cadeira no Conselho Municipal de Cultura; fazia parte do Conselho do Fundo de Previdência dos Servidores; era frequentemente convidado a compor a Comissão de Fiscalização de Eventos da FCFFC; durante praticamente todo o ano de 2012 participou da Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Cultura; e, além destas funções que exigiam competências, muito tempo e trabalho para desempenhá-las a contento, contribuía ainda para a Gerência de Promoção Cultural e Projetos, ministrando oficinas de elaboração de projetos culturais e de prestação de contas, elaborando o primeiro manual de prestação de contas da FCFFC, participando das discussões para o aperfeiçoamento da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e durante os eventos de maior porte da Fundação contribuía na fiscalização e no apoio.

Ainda que se tratasse de um técnico de notável competência e de uma postura colaborativa incomum, o seu caso não se constituía em exceção isolada, pois havia outros que exerciam de forma semelhante diversas funções.

Além deste reduzido número de técnicos, de especialistas com formação nas mais diversas áreas artístico-culturais, principalmente se comparada com outros órgãos de administração da cultura de outras cidades brasileiras de porte similar, é preciso lembrar de que a Fundação Franklin Cascaes, nos seus 25 anos de existência, realizou um único concurso para selecionar 04 técnicos em 1987, ano de sua criação, quando necessitava de um quadro de pessoal mínimo para iniciar as atividades próprias de uma fundação de cultura, visto que estava tudo ainda por se fazer. O número de funcionários da Fundação nesta época não ultrapassava 15 pessoas. Com o desenvolvimento de suas atividades, ela pouco a pouco foi incorporando

novos colaboradores, todos eles provenientes de outras secretarias da prefeitura.

Com o tempo, a secretaria que mais disponibilizou pessoal passou a ser a secretaria de educação, na maioria professores com alguma formação em artes. Algumas pessoas do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), cujos arquitetos até hoje tem a responsabilidade de cuidar pela preservação do patrimônio arquitetônico de cidade, e ainda com um ou outro técnico oriundo da secretaria da administração, da secretaria de finanças, e mesmo da COMCAP (Companhia de Melhoramentos da Capital), responsável pela limpeza e coleta de lixo da cidade, que disponibilizou um técnico administrativo que tinha como hobby o desenho livre e a pintura de aquarelas, e que viria a responder pelas Artes Plásticas na Fundação.

Em todas as gestões que ocorreram desde 1987 sempre se falou na necessidade da criação de um quadro próprio de pessoal para a Fundação Franklin Cascaes, mas esta decisão administrativa, aparentemente óbvia e necessária, nunca logrou ultrapassar os limites do discurso de ocasião, e até o presente não se efetivou. A discussão era com frequência levantada por aqueles técnicos que compunham a Fundação e concebiam a cultura como um elemento importante de transformação, que tinham a compreensão de que, para se desenvolver um bom trabalho relacionado à cultura, havia necessidade absoluta de um quadro técnico próprio, mais numeroso e com formação específica nas mais diversas áreas artístico-culturais.

Nas conversas efetuadas com antigos funcionários da Fundação, pude verificar que, ainda que esta fosse uma solicitação recorrente em todas as administrações, ela nunca foi realmente assumida pelos dirigentes como uma meta a ser alcançada. Ou seja, depois de 25 anos de existência, a Fundação Cultural da capital do Estado de Santa Catarina não possui um quadro próprio de pessoal e com isto, não pode realizar concursos para ampliação e preenchimento de cargos para atender as demandas crescentes da cultura.

Além desta deficiência organizacional, há um outro importante elemento de conotação política que está relacionado à estabilidade do técnico vinculado às artes, à cultura. Não tendo uma lotação própria na Fundação, qualquer técnico pode ter a sua disposição ao órgão cultural suspensa, tendo que retornar à sua secretaria ou órgão de origem. Ou seja, a permanência do

técnico na mudança de governo, vai depender da boa vontade do dirigente de plantão. Há informes, e eu próprio constatei durante meu período de estudo, de que não foram raros os casos em que por divergência política ou mesmo por questões pessoais, técnicos tiveram que deixar a Fundação, interromper os seus trabalhos e voltar para sua secretaria de origem, sem qualquer justificativa consistente.

Voltando à questão do reduzido quadro de pessoal, pude verificar que quando da realização de eventos de grande porte, como o Festival Floripa Teatro, boa parte dos funcionários da Fundação cumpria uma carga horária de mais de 14 horas por dia, alguns chegando a 18 horas, durante todo o desenrolar do evento, que neste caso, em setembro de 2012, foi de 10 dias consecutivos. Era uma maratona laboral exaustiva.

Nestas ocasiões, por exemplo, o funcionário responsável pela logística do transporte dos grupos de teatro provenientes dos mais diversos estados brasileiros, do pessoal da coordenação, do apoio e ainda de materiais diversos, era comum ficar resolvendo problemas de traslado até duas horas da madrugada, e ter de acordar por volta das 5 ou 6 horas da manhã, por telefone, para resolver problema como a chegada de algum grupo no aeroporto sem qualquer pessoa para recebê-los. Situação presenciada algumas vezes durante meus trabalhos de campo.

Depois destes eventos, além do cansaço que ficava estampado durante dias na disposição dos funcionários, eram frequentes as reclamações de que as horas extras trabalhadas não seriam pagas, e outros ainda se ressentiam de que tampouco a compensação em dias de folga ocorria, pelo fato de que as atividades rotineiras da Fundação precisavam ser retomadas e para tal fazia-se necessário o comprometimento e a presença dos mesmos funcionários.

Como o excesso de trabalho nestes eventos era algo repetitivo, e ademais, sempre havia problemas com relação ao pagamento das horas extras e compensação em folgas, e ainda assim os funcionários continuavam a atuar, é possível aceitar como verdadeiras as declarações daqueles que mais se comprometiam, de que realizavam aquele trabalho por “amor a causa”, porque se sentiam contribuindo para o fomento da vida artístico-cultural da cidade.

Se para alguns dirigentes tal situação laboral manifestava a abnegação, a dedicação e a “garra” dos funcionários em prol da promoção da cultura, quase sempre lembradas e agradecidas nas falas de abertura e de encerramento dos eventos, para certo número de servidores, ainda que admitisse a necessidade de um esforço conjunto para garantir que os espetáculos artísticos fizessem parte do calendário de eventos da cidade, isto manifestava a real situação da cultura no município: sem recursos, sem pessoal suficiente, sem condições adequadas, desprestigiada efetivamente, ainda que nos discursos oficiais fosse exaltada.

Talvez, implicitamente, esta situação manifeste certa crença difundida em amplos segmentos sociais, manifestada em algumas intervenções espontâneas, de que a arte não tem utilidade, não tem serventia, conforme o linguajar típico dos descendentes açorianos, e portanto não há motivo para valorizá-la, perder com ela muito tempo, nem dispor recursos financeiros para que ela seja fomentada. Talvez subjaza, a concepção de que as manifestações artísticas sejam vistas como simples meios de entretenimento. E ainda, como a arte, nas suas mais diversas linguagens, tradicionalmente era restrita às classes abastadas, a insistência em estendê-la ao conjunto da sociedade ainda seja vista com estranhamento para os mais diversos segmentos sociais.

Esta desvalorização fica mais evidente quando se considera que um evento, como o Festival Floripa Teatro, em sua 19ª edição no ano de 2012, ainda não contava com recurso próprio ou com um patrocínio garantido. A cada ano, e por quase duas décadas, se repetiam as mesmas dificuldades, os mesmos problemas, as mesmas incertezas e inseguranças, de acordo com as pessoas responsáveis pela sua realização, já que a Prefeitura não garantia os recursos necessários, incluindo-o no orçamento do município, apesar de projetar a cidade nos meios de comunicação.

Um evento que já havia alcançado em certa época prestígio nacional, não encontrava guarida do poder público, ficava sempre na dependência do apoio financeiro de empresas da cidade, e quando se passou a utilizar às leis de incentivo à cultura, mediante a transferência de impostos, este recurso passou a ser fortemente estimulado. Mas, dado o volume de recursos necessários e as restrições legais, poucas eram as empresas na cidade

capacitadas para efetuarem estes repasses. O que tornava cada edição uma experiência de insegurança, ao ponto de em um ou outro ano haver necessidade de alterar a data, ao menos uma vez, por não se ter os recursos necessários para garantir a realização do evento.

Florianópolis, no aspecto econômico, não dispõe de um número expressivo de empresas que movimentam grande volume de capital e que poderiam fazer uso das leis de incentivo para viabilizar projetos de maior monta. Ademais, há que se considerar se os eventos se coadunam com a política de marketing dessas empresas, se não há outras prioridades e se o cronograma dos possíveis repasses das empresas coincide com as demandas financeiras do projeto. Ou seja, apesar da existência das leis de incentivo à cultura, contar com estes recursos para viabilizar algum projeto é incorrer na possibilidade da sua não realização.

As dificuldades recorrentes, são de tal magnitude que a Fundação passou a fazer uso sistemático da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Florianópolis, que ela própria era responsável pela sua aplicação para fomentar as iniciativas culturais da cidade. A Fundação encaminhava projetos para serem avaliados por comissão paritária, com membros pertencentes à própria entidade, para que ela mesma pudesse captar recursos oriundos de tributos municipais.

Esta prática, ainda que tivesse se tornado habitual, não encontrava unanimidade nem entre os próprios funcionários. Alguns levantavam objeções ao prejuízo da isenção necessária à avaliação dos projetos, pelo fato de que parte da comissão que analisava, aprovava ou reprovava os projetos pertencia à própria instituição que tinha interesse na aprovação dos mesmos. Havia entendimento também que a lei era feita para estimular os agentes e produtores culturais da cidade e não órgãos públicos municipais. E ainda por se estabelecer uma situação controversa, em que a instituição responsável para fomentar a cultura, acabava por concorrer com os próprios agentes culturais locais, disputando com eles os sempre limitados recursos do mecenato.

Ademais, poucas são as empresas que consideram importante associar a sua marca a produtos culturais e tem condições de fazê-lo. Parte dos empresários locais ignora as possibilidades e benefícios das leis de incentivo

à cultura, outros acham que fazer uso das referidas leis, colocam as suas empresas na mira da fiscalização, e outros ainda, simplesmente, mesmo se quisessem não teriam condições pelo pequeno fluxo de caixa, visto que fazer uso das leis de incentivo exige antecipação de receita, para desconto posterior nos impostos vincendos.

Há que se considerar ainda que as iniciativas, por parte da Fundação, para divulgar as leis de incentivo à cultura ao conjunto dos contadores e empresários, para que percebessem aspectos positivos ou vantagens no apoio à cultura, foram muito reduzidas, não ocorriam de forma sistemática, permanentemente, e as que foram feitas foram pouco expressivas. Esbarrava-se sempre na crônica e persistente falta de recursos para uma ampla convocação através dos meios de comunicação, para elaborar um material impresso e audiovisual de qualidade, para a realização de uma campanha informativa e motivacional sobre incentivo cultural.

Diante desta situação de penúria crônica, que parecia natural e insuperável, e que afetava qualquer iniciativa, desde os grandes eventos até a abertura de uma pequena mostra de um artista local, chegou-se ao ponto de se desenvolver, durante um certo período, uma prática insistente de solicitar recursos de determinadas empresas de uma forma que para alguns<sup>40</sup> beirava a condição vexatória de mendicância, ao se solicitar reiteradas vezes à mesma empresa, recursos financeiros para a realização de coquetéis para a abertura de eventos, lançamentos diversos e outros gastos triviais. Ou seja, para alguns funcionários mais críticos, a mendicância era institucionalizada para se atender minimamente as demandas artístico-culturais da cidade.

A falta de segurança no financiamento dos eventos, seja ele de grande ou pequeno porte, resultava em outro problema que era a impossibilidade de estabelecer um calendário anual de eventos com datas precisas. Sabia-se que seria mais ou menos num determinado período, porém, a falta de financiamento poderia alterar facilmente a data de realização do evento. Isto trazia permanentes transtornos não só para o pessoal da Fundação, mas gerava problemas sérios para os próprios grupos e artistas participantes que normalmente trabalham com uma agenda, implicavam em cancelamento e

---

40 Relatado, sobretudo, por um de meus informantes que solicitou permanecer no anonimato.

mudanças de pautas dos locais de apresentação, já tão escassos, além de não consolidar a atração no calendário de eventos da cidade, de gerar inseguranças e complicações para todos os envolvidos, criar uma sensação de pouca seriedade e de pouco profissionalismo.

A escassez de recursos também se refletia no material de propaganda e divulgação, que invariavelmente era produzido e disponibilizado às vésperas do início dos eventos. Houve mesmo caso em que a programação impressa de um festival de 10 dias ter sido distribuída à população na abertura do evento. A mídia televisiva, devido aos seus altos custos, sempre era muito reduzida, quando não, completamente ausente. Os outdoors, quando utilizados, não passavam de meia dúzia no centro da cidade, não sendo instalados nos demais bairros; os busdoors, por serem mais baratos e existirem quotas disponíveis para a Prefeitura, através dos convênios com as empresas de ônibus eram mais utilizados, quando a arte final dos anúncios ficava pronta com a antecipação necessária para produção e instalação dos mesmos.

Internamente os fluxos de informação também encontravam dificuldades. Com frequência os funcionários reclamavam do não repasse de informações, de que desconheciam o que era programado em outros setores e até do desconhecimento das reuniões das chefias. É provável que isto tivesse razão de ser pelo fato de que, por vezes, alguns integrantes da Fundação manifestavam que ficavam sabendo de algum evento ou de alguma iniciativa por terceiros ou através da imprensa local e não através dos mecanismos internos da própria instituição a que pertenciam!

Os problemas relacionados à divulgação dos eventos eram tantos e tão frequentes, que havia mesmo aqueles que ironizavam, afirmando que a Fundação Franklin Cascais estava criando uma nova estratégia de marketing, que seria fonte de exaustivos estudos acadêmicos futuros, que consistia em efetuar a divulgação dos eventos apenas durante a sua realização e depois deles ocorrerem, nunca antecipadamente!

Em outros tempos, esta falta de comunicação interna era praticamente inexistente, pela determinação dos gestores em tratar coletivamente todas as questões. Além das reuniões semanais da Superintendência com os coordenadores, que repassavam aos membros da sua equipe o que era

tratado e decidido, havia reuniões periódicas amplas de avaliação dos eventos e da atuação da Fundação Franklin Cascaes, com todos os componentes da instituição, das quais tive a oportunidade de participar diversas vezes nos anos 90, mas deixaram de existir.

Nestas reuniões participavam desde o superintendente, os diversos coordenadores e técnicos, até os motoristas, os auxiliares de serviços gerais, e a telefonista. Todos ficavam sabendo do que estava ocorrendo, tinham liberdade de opinar, criticar, sugerir, independente do seu cargo, se estabelecia um processo decisório coletivo e com isso se estimulava o espírito de equipe, de pertencimento, criava-se uma sinergia proativa com consequências bem positivas para o enfrentamento dos desafios então colocados, não muito diferentes dos existentes no tempo presente. Para alguns, este período de 1993 a 1996 foi o período mais criativo e mais expressivo da FFC, quando se implantou projetos estruturantes como o da Casa da Memória, e se estabeleceu um leque de iniciativas e patamares de produção e de intervenção na cidade jamais reproduzidos nas gestões seguintes.

No período em que foi efetuada a pesquisa de campo, as reuniões coletivas, quando ocorriam, eram as festivas ou de confraternização de final de ano, onde as avaliações críticas e planejamentos não tinham espaço ou não eram convenientes. Ocorriam sim reuniões semanais da Superintendência, com os diretores, gerentes e assessores, que alcançavam no máximo umas 10 pessoas e que consistiam basicamente no tratamento dos problemas de cada setor e da forma para manter o funcionamento da instituição da melhor maneira possível.

Nestas reuniões restritas, depois de se destacar este ou aquele aspecto merecedor de elogios, ou aquela ou outra apresentação espetacular, se efetuavam breves avaliações dos eventos realizados, onde predominavam considerações genéricas do tipo “foi muito bom”, “valeu a pena”, “foi cansativo, mas valeu”, “as falhas que ocorreram, poucas, não prejudicaram o todo”, “deu tudo certo no final”, “estamos todos de parabéns”.

Uma avaliação rigorosa, fazendo um check-list de todos os itens envolvidos no evento e tomando resoluções a serem seguidas para a execução da próxima edição, não era procedimento usual. Todavia era espaço

para desabafos, reclamações, confrontos, e até manifestações emocionais fortes, quando de cobranças de falhas nos serviços pelos quais um ou outro era responsável.

Nestas ocasiões, sempre envoltas em uma tensão emocional, a tendência era o dito responsável procurar se justificar, transferindo a terceiros o problema, alegando ter feito de tudo para que a coisa saísse da melhor maneira, e por vezes lembrava a todos que já conheciam o prestador de serviços que tinha sido contratado, cuja qualidade dos materiais e serviços prestados não era dos melhores, mas que tinha vencido a licitação, como nos anos anteriores e era assim mesmo... Por fim, apaziguados os ânimos prevalecia um certo conformismo e uma certa resignação, pois apesar de tudo, de todas as dificuldades, tinham levado a bom termo mais uma dificultosa empreitada.

Outras, todavia, eram as avaliações que se escutava nos corredores ou nas conversas informais. Os funcionários destacavam quase sempre a estafante carga horária despendida; os recorrentes problemas operacionais e a falta de condições adequadas de trabalho (o sistema de refeições não funcionou legal, o de transporte foi deficitário, etc.); a má qualidade das estruturas de arquibancadas, palcos e lonas, principalmente nas comunidades; a falta de apoio das demais secretarias; o desprestígio das autoridades municipais que não compareciam às apresentações; o atraso da programação impressa e a reduzida publicidade televisiva em canal de pouca audiência, e assim por diante, acrescidas por vezes de um ou outro ainda manifestar de que se recusaria a trabalhar no próximo evento. Ameaças nunca realizadas, pois nos eventos seguintes, os mesmos indivíduos estavam lá, “carregando o andor”, com o dedicados da mesma forma dedicados, e alguns que faziam corpo mole novamente não se excedendo no cumprimento das tarefas.

Apesar das limitações de toda ordem, a Fundação conseguiu heroicamente realizar grandes eventos, como as edições do Festival Isnard Azevedo de Teatro, que além de espetáculos de qualidade, com grupos oriundos de diversas partes do Brasil e mesmo do exterior, levou a arte cênica a bairros distantes do centro da cidade, oportunizando a muitas crianças e mesmo adultos experiências inesquecíveis. Não era raro alguém das

comunidades do interior da Ilha dizer que tinha visto uma peça teatral pela primeira vez.

As apresentações anuais da Orquestra Escola, composta por alunos de instrumentos de corda e sopro, com idades que variavam de 05 a 50 anos, regida pelo dedicado professor e maestro Carlos Alberto Angioletti Vieira, realizadas em espaços abertos ao público eram acontecimentos enternecedores. E por ser um projeto destinado prioritariamente a crianças e jovens carentes, os avanços por eles alcançados na aprendizagem musical renovava a convicção da transformação da vida pela arte, como dizia orgulhosamente o maestro.

As apresentações do Encontro das Nações, com os representantes das diversas etnias existentes em Florianópolis e região, desfilando com seus trajes típicos pelas ruas centrais da cidade e depois apresentando suas danças, em espaço que defronte ao palco permitia que as pessoas pudessem degustar pratos da gastronomia de cada povo, e tivessem contato com um variado artesanato, durante 05 dias, eram muito apreciadas principalmente pelas camadas populares e, nestes dias, atraíam milhares de visitantes.

Até o período em questão, a Fundação de Cultura de Florianópolis não possuía uma agenda cultural impressa, nem virtual, com a programação anual a ser desenvolvida, que pudesse ser acessada pelos seus próprios funcionários e público em geral. Nos últimos anos, entretanto, no site da Prefeitura Municipal, que contempla todos os seus órgãos, uma página da Fundação vem sendo periodicamente alimentada, dando informações sobre os principais eventos programados.

#### **4.2.1 A SEDE E SUA ESTRUTURA FÍSICA**

A sede da Fundação Franklin Cascaes, quando da realização desta pesquisa de campo, ficava situada na região central de Florianópolis, na Rua Antônio Luz 260, no Forte Santa Bárbara, que fazia parte do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina projetado pelo Brigadeiro Silva Paes, em meados do século XVIII. Próxima ao coração da cidade, esta edificação dista uns 200 metros da atual Praça XV de Novembro, onde se imagina que se

instalou o primeiro núcleo de ocupação efetiva, estabelecido pelo vicentista Francisco Dias Velho, no distante ano de 1673.

Foi a partir desta área que se desenvolveu a antiga vila de Nossa Senhora do Desterro depois denominada de Florianópolis, e nela se encontram os edifícios mais antigos e mais importantes da capital dos catarinenses: a Igreja Matriz, o Palácio do Governo e a Casa de Câmara e Cadeia, como era chamada a Câmara dos Vereadores, e alguns sobrados ainda hoje presentes, expandindo-se para o entorno e ruas adjacentes, onde se encontrava também a referida fortaleza, fazendo parte do denominado centro histórico.

Ainda que não se tenha uma data precisa, estima-se que o Forte Santa Bárbara tenha sido construído por volta de 1786. De propriedade da Marinha do Brasil, que abrigava a Capitania dos Portos, a edificação foi cedida à Prefeitura de Florianópolis no ano de 2000, para nela ser instalada a sede administrativa da Fundação Franklin Cascaes. Com 12 anos de existência, durante a gestão de 04 prefeitos, a FFC continuava sem sede própria e já tinha passado por 06 mudanças de endereço. Neste local ficaria até a Marinha do Brasil encerrar o contrato de comodato, no início de 2013, quando então faria uma nova mudança, ocupando dois andares de um prédio comercial recém-construído, de que nada mais lembrava o patrimônio cultural local. Reproduzia de certa forma a trajetória do seu patrono, Franklin Cascaes, que durante toda a sua vida adulta, não teve casa própria e vivia em imóvel alugado

Originariamente a edificação se erguia sobre uma ilhota rochosa, em forma de um tradicional sobrado luso-brasileiro, de um só pavimento, feito de alvenaria de pedras, com paredes de quase um metro de espessura, com cobertura em quatro águas, abrigando o quartel da tropa, o armazém e a casa de pólvora, armada com uma dúzia de canhões, e se ligava à ilha por um passadiço, construído em arcos de alvenaria.

Após os grandes aterros que alteraram a configuração urbana da área central, nos inícios dos anos 70, o Forte Santa Bárbara deixou de se localizar em uma ilhota, pois os aterramentos efetuados incorporaram-no à Ilha de Santa Catarina. E mesmo depois de inúmeras intervenções, adaptações e restauros, efetuados ao longo de sua história, a construção que restou

preserva ainda uma certa imponência, continua a evocar outros tempos. Registra uma história, afirma um intento de domínio, constitui um elemento expressivo de identidade local.

Quando cedido pela Marinha do Brasil à Fundação Franklin Cascaes, tal ato foi comemorado efusivamente pela Superintendente da época, a Professora Lélia Pereira da Silva Nunes. Prestes a completar 23 anos, agora a Fundação de Cultura de Florianópolis tinha uma sede digna, adequada à sua finalidade de preservação do patrimônio histórico, além de resgatar um tempo marcante para a história e a cultura da cidade, que foi a vinda da grande leva de açorianos entre os anos de 1748 a 1756, que garantiu a ocupação efetiva da Ilha de Santa Catarina e estabeleceu os traços culturais predominantes da região pelos séculos seguintes.

Foi nesta época também, durante a gestão da Professora Lélia, acompanhando-se o que era noticiado na mídia impressa ou televisiva, e por informes de membros da própria Fundação, como João Batista e Décio Bortoluzzi, foi o período em que a Franklin Cascaes mais promoveu e apoiou iniciativas que valorizassem aspectos considerados típicos da cultura açoriana, como as festividades do Divino Espírito Santo, a Procissão de Nosso Senhor Jesus dos Passos, as rendeirias artesanais e suas rendas de bilros, as louças de barro, as cantigas, cantares e bailados originários dos Açores. Até intercâmbios entre grupos locais e daquele arquipélago foram realizados.

Ainda que a estrutura originária do forte tenha sofrido inúmeras alterações ao longo dos séculos, e mais recentemente tenha passado por adaptações internas para uso administrativo, seja pela Marinha do Brasil que o utilizou para sediar a Capitania dos Portos, seja pela própria Fundação, o Forte Santa Barbara preserva ainda em suas características externas traços de solidez, consistência, firmeza e sobriedade típicas de uma instalação militar.

O edifício, localizado em uma área murada de mais ou menos 5000 m<sup>2</sup>, cujo acesso é franqueado por uma guarita, distingue-se do seu entorno, por sua arquitetura despojada, de formato retangular, todo em linhas retas, com janelas retangulares na fachada e nas laterais, com portas de entrada para o primeiro e segundo pavimentos, sendo que a este último é possível acessar

por duas escadas frontais em diagonal, uma à esquerda e outra à direita da fachada, que se encontram em uma pequena plataforma frente à porta principal.

De acordo com a arquiteta e professora de história da arte Eliane Veras da Veiga (Veiga, E. V. 2010: 2), “as linhas ecléticas que haviam adornado as fachadas do forte, foram abandonadas no início do século XX, quando nova reforma lhe imprimiu uma fachada geométrica, Art Déco, típica dos anos 30, aparência que conserva até hoje”.

No primeiro pavimento, logo à entrada, depara-se com uma grande sala, na qual a fundação realiza exposições de arte, lançamento de livros, apresentações de música, ensaios da orquestra escola, encontros com agentes da cultura, efetua comemorações e eventos culturais diversos. Neste salão encontram-se dezenas de cadeiras plásticas empilhadas, uma mesa grande para reuniões e um piano de parede usado nas aulas de música ou ensaios. Duas salas pequenas, situadas ao fundo deste salão, são utilizadas como depósito de equipamentos musicais e outros materiais.

Um espaço lateral à esquerda, e outra sala aos fundos, com um banheiro conjugado, bem como outra saleta em anexo, são utilizados pela diretoria administrativa financeira; neste referido anexo, em frente da saleta, separado por um vão pavimentado de uns 5 metros, há uma garagem que é utilizada para depósito de materiais.

Também existe uma sala com acesso externo, atrás da sala ocupada pelo setor administrativo financeiro, destinada a guarda de materiais de expediente, como papel, lápis, caneta, régua, pastas e tudo o mais utilizado pelos funcionários da Fundação no desempenho de suas atividades diárias. Este depósito permanece permanentemente fechado, sob a responsabilidade de uma funcionária que guarda a chave, somente abrindo-o, quando lhe é solicitado algum material. Todavia, como pude presenciar, não raro, por uma questão de confiança, ao próprio solicitante era facultado adentrar sozinho no recinto e pegar o material desejado. E ademais, não era perceptível qualquer controle efetivo de saída de material, nem qualquer registro ou assinatura da pessoa a quem foi destinado o material retirado. A informalidade, a confiança entre companheiros, principalmente entre aqueles de mais longa data ou que ocupavam um cargo de chefia, parecia ser a norma imperante.

Ao final do prédio, há uma pequena escada em alvenaria que permite o acesso aos fundos do terreno murado, onde se encontra um pátio em terra batida, com uma garagem para 5 carros oficiais da Fundação. Este pátio se amplia na lateral esquerda, onde veículos de visitantes são estacionados.

No pavimento superior, após se passar pela recepcionista que também opera uma central telefônica com alguns ramais, situada bem a entrada em uma pequena escrivania, encontram-se diversas salas que ladeiam um corredor que se estende até o gabinete do superintendente, situado na parte final do edifício. Cabe destacar que esta pessoa, a recepcionista (na verdade umas três ou quatro ocuparam esta função no período estudado) não só recebia os que chegavam, mas dava informações sobre as atividades da Fundação, distribuía material informativo e encaminhava as pessoas visitantes ou ligações telefônicas para os setores solicitados. Ainda que fossem as responsáveis por acolher quem quer que se dirigisse à instituição, não faziam do corpo da Fundação, visto que todas elas eram de empresa terceirizada, quase todas com reduzida formação escolar e com muito pouco conhecimento do universo cultural local.

Ainda na entrada, após as duas pequenas saletas junto à recepção, uma à esquerda usada nos últimos anos pela secretaria do Fundo Municipal de Cultura, e outra à direita, usada pela Assessoria Jurídica, encontra-se um salão amplo que foi transformado em duas salas, com instalação de divisórias de fórmica e vidro, separadas por um espaço que dá continuidade ao corredor de acesso às demais salas, nas quais funciona a Gerência de Projetos e Promoção Cultural e a Diretoria de Assuntos Comunitários.

Seguindo-se adiante, encontra-se, frente a frente à sala da Diretoria de Artes e a da Assessoria de Imprensa, passa-se por uma porta de ferro com vidros pela qual se tem acesso ao piso inferior, por uma outra que fecha um cubículo que funciona como arquivo, abarrotado de projetos antigos encaminhados à lei municipal de incentivo à cultura, e em seguida, chega-se a um espaço mais ampliado que o corredor, em que se depara com a mesa da Secretária do Superintendente, algumas cadeiras de espera, uma porta de acesso à sala da Assessoria Técnica de um lado, e de outro, atrás de um biombo de madeira, pode-se acessar os banheiros masculino e feminino, únicos no pavimento.

Ao fundo, encontra-se a sala da Superintendência, que excluindo o salão do piso inferior, é o mais amplo espaço da Fundação, com uma vista panorâmica única do entorno, por ter quase toda parede dos fundos vazada por janelas de vidro transparente. Sua mobília é bem reduzida, sendo composta apenas por uma mesa de reuniões de dez a doze lugares, a espaçosa mesa de trabalho do Superintendente, sobre a qual se encontram dois telefone e toda sorte de documentos, revistas e publicações, com uma cadeira confortável de espaldar alto, duas cadeiras confortáveis à frente para visitantes, e uma mesinha anexa do lado direito da cadeira do Superintendente, onde se encontram um notebook, para uso exclusivo do detentor do cargo. Ainda a esquerda da mesa de trabalho, vê-se um pequeno armário de prateleiras, usado para guardar CDs, publicações do Ministério da Cultura e mesmo obras que eventualmente são ofertadas a visitantes pelo Superintendente.

Ao lado deste móvel, encontram-se umas prateleiras de vidro, nas quais se dispôs alguns troféus com a imagem símbolo da Fundação, a Bernunça (personagem da manifestação folclórica local mais popular, O Boi de Mamão), algumas placas de homenagens recebidas e alguns exemplares de louças de barro. É possível encontrar ainda na sala, um cartaz de um grupo folclórico da Ilha Terceira dos Açores que visitou Florianópolis, emoldurado e revestido por vidro.

Quem tem acesso à superintendência, após passar pela secretária, percebe os espaços vazios, a distância de vários metros para se chegar à mesa do Superintendente, e a decoração simples, despojada, na qual se destaca o retrato de Franklin Cascaes, feito a lápis, com traços bem definidos, firmes e expressivos, em uma moldura discreta e protegido por vidro, assinado por Maurilo Roberge, artista funcionário da Fundação e responsável pelo setor de Artes Plásticas. Este quadro, retratando o patrono da Fundação, encontrava-se no salão de entrada do pavimento superior, de lá, passando para a sala da superintendência, quando aquele espaço se modificou, transformando-se em dois ambientes de trabalho.

No período da segunda gestão em que efetuei a pesquisa, além dos elementos já citados, era possível encontrar um artefato exuberante, colorido feito de uma estrutura de madeira leve, revestida de espuma e tecidos

coloridos, configurando o personagem do Boi, da popular coreografia do Boi de Mamão, e algumas referências às festividades do Divino Espírito Santo, como uma Bandeira do Divino, e a própria representação do Divino em forma de uma pomba branca. E ainda, um pequeno quadro envidraçado, com um tipo de renda de bilro, feito pelas rendeiras locais, que preservaram até os dias de hoje o artesanato trazido dos Açores.

Neste período, a Superintendente Adjunta da Fundação, que efetivamente administrava a entidade, era muito envolvida com cultura popular, ela própria descendente de açorianos e participante ativa de grupos folclóricos e de entidades ligadas às Festividades do Divino. Nesta gestão, além dos convênios efetuados com grupos de Boi de Mamão para que se apresentassem em diversas ocasiões, em datas festivas, através de um acordo de cooperação com o Ministério da Cultura, formalizado em maio de 2010, o Casarão da Lagoa se transformou também em um Centro de Referência das Mulheres Rendeiras, com o intuito de valorizar estas artesãs, seu artesanato e realizar oficinas para que a sua feitura tenha continuidade.

Aos fundos, em um dos cantos da sala, à direita da mesa do Superintendente, há uma porta que dá acesso à cozinha, constituída por um pequeno cômodo com fogão, aparelho de micro-ondas, armário para guardar algumas panelas, bules e talheres, uma pequena mesa de madeira onde as serventes, além de efetuarem a limpeza da sede, fazem café para os funcionários. Este espaço também é utilizado para fazer ou esquentar a comida que funcionários (serventes, motoristas e auxiliares de serviços), trazem de casa. No horário do intervalo para o almoço, é possível encontrá-los fazendo suas refeições, conversando sobre questões relacionadas à Fundação, sobre problemas de trabalho, acontecimentos da cidade ou simplesmente contando causos ou piadas.

Por conhecer há muito tempo o pessoal operacional, conseguia entabular conversas francas com eles, sobre qualquer problema, mas mesmo assim percebia, que a conversa era interrompida, quando inesperadamente chegava alguém que exercesse algum cargo comissionado ou de chefia. Além da cordialidade e da atenção a quem quer que se aproxime de um grupo, habitual entre os nativos locais que compunham a grande maioria dos componentes da Fundação, esta mudança denotava também, uma deferência,

um sinal evidente de diferenciação hierárquica, e até mesmo de admissão de subalternidade, na medida em que o superior deve ser prontamente atendido.

Generalizando, em toda sede administrativa da Fundação, adotando a perspectiva de um visitante observador, é possível constatar um padrão de simplicidade, de despojamento e de ausência de ostentação, presente em todas as suas dependências e no seu entorno. Toda pintura interna é de uma única cor, branca, e a externa de uma cor creme, com abertura em vermelho ocre, sem adornos ou elementos decorativos, expressivos. Este mesmo padrão se reproduz nos equipamentos e mobiliários disponíveis nos diversos setores para uso dos funcionários, bem como nos cinco outros espaços que fazem parte da estrutura da Fundação (a Casa da Memória, o Teatro da UBRO, a Galeria de Arte Pedro Paulo Vecchietti, o Centro Cultural Bento Silvério, conhecido como Casarão da Lagoa, e a Casa das Máquinas). Em todos estes espaços

Não se pode deixar de estabelecer uma correlação entre as características arquitetônicas, o mobiliário, os equipamentos, a arrumação dos espaços, os componentes decorativos, com a própria casa de Franklin Cascaes, descrita por Gelci José Coelho, o Peninha, no prefácio do livro de Adalice Maria de Araujo, *Franklin Cascaes, o mito vivo da Ilha*:

Fui convidado para ir ao seu Museu. Tratava-se de um pequeno quarto com uma janela, uma tosca escrivaninha, uma cadeira, um grande armário de estilo, com portas envidraçadas, guardando preciosos livros; duas paredes cobertas de prateleiras de tábuas largas, repletas de esculturas, estudos, bustos, livros, papéis, régua, mapas, desenhos,... um verdadeiro gabinete de curiosidades. Destacava-se na parede sobre a escrivaninha uma gravura em branco e preto de um Santo Antônio.

Nos fundos da casa um telhado de zinco. Tratava-se de um puxado improvisado, cobrindo o tanque de lavar roupas e o ateliê de esculturas; mesa, torno, banquetas, cavaletes, ferramentas, arames,... alçapões de tudo quanto era tamanho com vestígios e restos de materiais e tintas. Um armário desconjuntado guardava latas e vidros com produtos químicos, gesso e corantes. Por todas as prateleiras, pedaços de esculturas, gaiolas desmanteladas, moldes, vasos

Semelhante ao espaço que o patrono, que encarnava a cultura local e dela era a sua maior expressão popular, imaginava para guardar os seus trabalhos

para as gerações seguintes: “eu acho que o mais importante para que se pudesse mostrar o acervo é construir um galpão grande, um galpão humilde, sem luxo, como é a própria obra”. (Caruso, 1989, p.29)

A grande maioria dos móveis e dos computadores é antiga, muito deles cedidos por outros órgãos da Prefeitura, ou de outras instituições públicas, quando da renovação dos seus equipamentos de trabalho. Apesar das reiteradas reclamações dos funcionários da obsolescência dos equipamentos, as mudanças com a aquisição de novos aparelhos levavam anos para ocorrerem e quando ocorriam sempre eram aquém das necessidades, insuficientes para atender a todos. Semelhante ao espaço que o patrono, que encarnava a cultura local e dela era a sua maior expressão popular, imaginava para guardar os seus trabalhos para as gerações seguintes: “um lugar sem luxo”.

Em relação aos computadores especificamente, não havia para todos os técnicos que precisavam utilizar a internet, elaborar textos ou desenvolver algum projeto. Tal situação levava alguns a aguardar a liberação da máquina pelo colega para poder desenvolver seus trabalhos. Além da não disponibilidade a todos, era visível a antiguidade das peças, e alguns com misto de chacota e de crítica, expressavam que aquelas peças estariam melhor situadas em museus. Um ou outro, que pedia para não ter seu nome citado, dizia “é uma vergonha trabalhar com estas velharias, estas sucatas sobre as mesas que os outros descartam, é o que sobra para a Fundação, mas não adianta reclamar, o negócio é tocar pra frente”. A rigor, com exceção de um ou outro computador, usados pela Superintendência, e pela Assessoria de Comunicação, que necessitava de equipamentos com maiores recursos, para trabalhos de designer e propaganda, todos os demais equipamentos eram de modelos ultrapassados há mais de uma década.

Pude constatar pessoalmente que alguns funcionários, depois de cansarem de esperar, para desenvolver suas atividades, começaram a trazer seus notebooks particulares de casa e os usavam permanentemente no serviço. Com o tempo, esta atitude passava a ser encarada com naturalidade, como se o poder público não precisasse disponibilizar os recursos necessários para que seus funcionários pudessem cumprir suas obrigações.

Ao descaso e à omissão do poder público somava-se um conformismo generalizado,

Nos quase seis anos a acompanhar o dia a dia da Fundação, as reclamações quanto à necessidade de melhorar a velocidade da internet eram periódicas, sem que todavia se fizesse realmente algo para solucionar. Toda reclamação era seguida por uma promessa de que algum setor da Prefeitura já estava providenciando, que as solicitações pertinentes já tinham sido encaminhadas ou simplesmente, que era preciso esperar para ser inserido no orçamento para o ano seguinte. E efetivamente, as coisas continuavam do jeito como estavam, e as pessoas iam “tocando como dá e fazendo o que é possível”.

Esta condição de despojamento se reproduzia em todos os outros espaços ocupados pela Fundação Franklin Cascaes, seja na galeria Paulo Vecchietti, na Casa da Memória, no Teatro da Ubro, no Casarão da Lagoa, e na casa das máquinas. Todos espaços cedidos por outras entidades públicas, com recursos materiais deficitários, desatualizados ou insuficientes. Esta condição de deficiência de recursos, falta de equipamentos, restrições orçamentárias, é histórica, assinalada por funcionários como Décio Bortoluzzi, pertencente aos quadros da Fundação desde a sua origem, que diz: “a gente sempre trabalhou com dificuldade, com poucas condições, mas a gente faz as coisas com raça, por amor à camisa”.

Evidentemente, que esta condição deficitária está relacionada aos poucos recursos orçamentários que a Prefeitura Municipal dispõe para a cultura, que na última década, efetivamente, nunca alcançou 1% do orçamento municipal ao ano. Esta escassez de recursos faz da área da cultura um dos menores orçamentos da municipalidade.

#### 4.3 FRANKLIN JOAQUIM CASCAES: PATRONO DA FUNDAÇÃO

Para se ter uma compreensão maior do que seja a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes será preciso, antes de qualquer coisa, conhecer um pouco de seus componentes, sobretudo de seu ícone maior, o estudioso da cultura popular de Florianópolis, principalmente aquela de base açoriana que, 09 anos após a sua morte, recebeu a homenagem de ter seu

nome denominando o órgão municipal de administração da cultura, que ele tanto prezava e pela qual dedicou sua vida.

Franklin Joaquim Cascaes nasceu em 1908, em Itaguaçu, na época um bairro pertencente ao Município de São José da Terra Firme, situado defronte à Ilha de Santa Catarina. Seus pais eram proprietários de terras na região, donos de engenho de farinha, possuíam empregados dentre os quais escravos, que tinham na agricultura a sua principal atividade, complementada pela pesca.

O menino Franklin Cascaes sempre demonstrou interesse pelas histórias contadas nas rodas de raspagem de mandioca, nas farinhadas à luz das pombocas (pequenas luminárias à base de querosene) que versavam sobre bruxarias, assombrações e lobisomens. Cresceu em um ambiente cultural ainda fortemente marcado pelos costumes, hábitos e concepções herdadas do emigrante açoriano que se instalaram na Ilha de Santa Catarina e arredores, entre 1748 e 1756.

Descendente de açorianos, o ambiente em que se criou era carregado de religiosidade, de superstições e com um cotidiano pontuado por atividades sazonais de pesca, plantações, colheita, trabalho no engenho de farinha de mandioca e no de cana de açúcar, e de estrita observância do calendário religioso.

Quando inicia um trabalho efetivo de pesquisa e registro da cultura popular, por meados dos anos quarenta, o que lhe motiva é a saudade do passado. A saudade de um tempo que findava foi a mola propulsora do projeto de recolher na Ilha o que sobrava de todas aquelas tradições açorianas. Sabendo-se participante de um mundo em acelerada transformação, que de acordo com sua visão se modificava para pior, deteriorando-se, empenha-se em registrar e guardar para as futuras gerações a história, as vivências, e os valores que estavam desaparecendo. Eram histórias de assombração, de fantasmas, lobisomens, de boitatás, de bruxarias, de pescarias, crenças e superstições, hábitos e costumes que o impressionaram desde criança e que continuariam a lhe impressionar por toda a vida. Histórias e vivências que considerava fabulosas.

O seu desencanto com o novo tempo era explícito: “Quando eu comecei a trabalhar com a cultura açoriana, em 1946, já estavam começando

a desmontar a nossa cidade de Nossa Senhora do Desterro, começaram a derrubar prédios antigos em toda cidade, e depois construíram estas favelas de rico, os prédios de apartamento” (Caruso, 1998:24).

Com poucos subsídios teóricos, praticamente um autodidata, Franklin Cascaes tornou-se um dos mais respeitados estudiosos da cultura popular de base açoriana de Santa Catarina. Não só realizou um trabalho etnográfico notável, registrando o que observava, o que escutava pacientemente das pessoas por anos a fio, como também desenvolveu uma obra artística admirável, desenhando e modelando em barro os tipos humanos, situações do cotidiano local, representações do imaginário regional.

Todo este acervo, que reúne centenas de pequenas esculturas, desenhos e folhas de texto, muito cobiçado por pesquisadores e universidades estrangeiras, foi doado a Universidade Federal de Santa Catarina, onde se encontra no museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

De acordo com Caruso (1998), percebe-se o diletantismo apaixonado do pesquisador, que efetuava seu trabalho de coleta de dados e registros nos finais de semana, nas horas de folga da atividade de professor secundário, sem qualquer apoio institucional, com recursos próprios, e sem embasamento científico consistente (em nenhum momento seus escritos fazem referência a qualquer teórico) Franklin Cascaes foi registrando lembranças e memórias, histórias de pessoas simples deste universo em que estava tão inserido e que o fascinava.

Nestes registros o pesquisador descreve a vida sofrida dos pescadores, da gente do povo, que vivia em condições de subsistência; descreve um tempo em que cada família vivia quase para si mesma, onde quase não havia comércio e as pessoas trocavam entre si as coisas necessárias e o dinheiro era muito raro. As casas eram distantes umas das outras, e nas famílias, compostas não raramente por 15, 18 ou 20 filhos, imperava um sistema patriarcal autoritário, onde o pai escolhia o marido da filha.

Neste mundo sem energia elétrica, com pouco acesso a informações, com uma grande quantidade de iletrados e analfabetos, as superstições povoavam o imaginário ilhéu, repleto de forças sobrenaturais, entes fabulosos, feiticeiros, bruxas, rezas e benzeduras que protegiam de qualquer mal. Mas

também de trabalhos bruxólicos que desgraçavam a vida de qualquer um e causavam até a morte.

Era um tempo no qual os parentes se visitavam nos finais de semana, passando todo o dia juntos, conversando, colocando em dia as raras novidades, descrevendo a participação em alguma festa do calendário religioso, relatando os casos de doenças, de morte, falando sobre os trabalhos do dia a dia, sobre problemas com a criação (animais), com os filhos.

As pessoas recorriam à natureza, às ervas para produzir os remédios, os chás, os emplastos destinados a curar esta ou aquela doença. E os curandeiros e benzedores, pessoas reconhecidas na comunidade pelas curas que realizavam, eram frequentemente consultados e alguns chegavam a realizar sangrias para aliviar a pressão alta, ajeitar membros fora do lugar ou ossos quebrados em algum acidente; respeitadíssimos, substituíam os médicos, que não eram muito acessíveis à pessoas simples e a quem se recorria só em último recurso.

Cascaes registra um tempo onde era forte a religiosidade, marcada pelo domínio absoluto do catolicismo, com as suas missas e celebrações que preenchiam todo o ano, e que para as pessoas simples eram os únicos eventos sociais de que participavam. Uma religiosidade cujas práticas como os sermões e as confissões procuravam orientar e controlar todas as instâncias da vida humana, com sua moral conservadora, intransigente com outras crenças, rigorosa na defesa de seus interesses, e que recorria com frequência à estratégia aterradora do fogo do inferno para os indisciplinados, transgressores ou os que dela faziam pouco caso.

Época em que, de acordo com Franklin Cascaes, a política era marcada por enganações, expropriações, abusos, autoritarismo e acentuadamente oligárquica, onde os políticos ignoravam a verdade, e não cumpriam o que prometiam.

Incansável como pesquisador da cultura popular de Florianópolis, Cascaes desenvolveu seus trabalhos praticamente até o final de sua vida, em 1983, deixando um acervo valiosíssimo, uma coleção que leva o nome de Coleção Professora Elisabete Pavan Cascaes, em homenagem à sua esposa, que é composta de manuscritos, esculturas em argila crua e em gesso, com

adereços confeccionados em tecido, madeira, papel, metais, desenhos a bico de pena e grafite, produzidos ao longo de quarenta anos.

As representações destas imagens tanto escultóricas quanto gráficas têm formas e temáticas diferenciadas que, no seu conjunto, descrevem a vida do homem do litoral catarinense e das comunidades pesqueiras da ilha.

O conjunto composto por esculturas é dividido em 42 conjuntos temáticos, com obras de pequeno porte, representando figuras antropomórficas, zoomórficas, ferramentas de trabalho, instrumentos e utensílios domésticos diversos. Peças elaboradas com matéria prima de origem orgânica (madeira e outras fibras têxteis) e inorgânica (metais, pedras, argila e gesso). Estas peças combinadas constituem uma composição cenográfica, como maquetes, que remetem aos engenhos e à fabricação da farinha de mandioca, ao rancho de pescadores, à casa típica açoriana, às manifestações religiosas, a cenas do cotidiano ilhéu.

Os manuscritos produzidos por Cascaes compõem um conjunto de 124 cadernos escolares pequenos, 22 grandes e 476 manuscritos em pequenos pedaços de papéis avulsos, que agrupados perfazem uma quantidade máxima de 15 páginas, escritas a caneta esferográfica, caneta tinteiro e grafite. Também fazem parte desta coleção 114 documentos, dentre os quais estão diários de classe, cadernos de recortes de jornais, provas de alunos, cadernos de aulas, de visita a exposições e cadernos de apontamentos de Elizabete Pavan Cascaes.

Quanto aos desenhos, a produção é extremamente vasta, composta por 1.439 trabalhos, afixados em 941 suportes de papel de variados temas, que estimulam diferentes discussões e análises. Nestes desenhos, Cascaes reproduz cenas do universo do povo simples relativas à pesca, ao cultivo de mandioca, às festas profanas e religiosas. Também retrata as moradias, a arquitetura própria do povo ilhéu, e elementos do imaginário que inclui bruxas, boitatás, lobisomens, sem esquecer o registro de componentes do cotidiano, como os vendedores de peixes, por exemplo.

Foi justamente por todo este trabalho de registro dos hábitos e costumes, dos saberes e fazeres, da linguagem e das crenças, que tão bem

retratou o tipo ilhéu, o *manezinho*<sup>41</sup> da ilha, que o então Prefeito Edson Andrino fez uma homenagem a este pesquisador ao criar a Fundação de Cultura de Florianópolis, denominando-a de Fundação Franklin Cascaes. Por tudo o que ele realizou, pelo que representava para a cultura popular, por sua própria imagem, visto que era identificado como “O Bruxo da Ilha”, “O Mito Vivo”, quando o nome foi proposto, não encontrou nenhuma resistência, sendo considerado como a única opção para designar uma instituição cultural para o município.

Hoje, a obra de Franklin Cascaes é intensamente visitada por estudiosos dos mais diversos campos do conhecimento. É lembrado através de livros de contos como o “13 Cascaes”, indicado como literatura obrigatória para os estudantes que prestam exames do vestibular (para ingresso na universidade); ou de outros estudos como “Franklin Cascaes, o mito vivo da ilha”; “Franklin Cascaes uma cultura em transe”; ou “Na Cauda do Boitatá: estudo do processo de criação nos desenhos de Franklin Cascaes”. Sua obra é tema de trabalhos acadêmicos, denomina concursos, premiações e recebe homenagens até em monumentos, em reconhecimento ao importante trabalho de pesquisa, preservação e difusão das raízes culturais da cidade de Desterro<sup>42</sup>.

A Fundação Franklin Cascaes, desde a sua criação e ao longo de sua história de alguma forma incorporou as características, o espírito e a missão do seu patrono, que passaram inconscientemente a fazer parte dos colaboradores que viriam a compor o seu quadro de pessoal. A valorização das manifestações culturais populares; a dedicação e o empenho na realização dos trabalhos mesmo com escassez de recursos; a consciência de estar realizando uma missão elevada, que procura resguardar valores sociais ameaçados e busca a melhoria do conjunto da sociedade; a aceitação do despojamento como condição dos que realizam este “sacerdócio”, que inclui

---

41 Manezinho era um termo pejorativo que adquiriu uma conotação positiva nos últimos anos, é utilizado para designar o tipo característico do descendente açoriano ou daquele que assumiu o seu modo de falar ou seus hábitos e costumes; tem origem no diminutivo de Manuel, nome tipicamente português.

42 Franklin Cascaes jamais aceitou a alteração do nome da cidade de Desterro para Florianópolis, uma “homenagem” de Floriano Peixoto em 1984 depois da revolução que culminou com o fuzilamento de 185 catarinenses na ilha de Anhatomirim. Até o fim de sua vida manteve-se fiel ao antigo nome da cidade, referindo-se sempre como Desterro.

nem ter casa própria, são alguns elementos que caracterizam a identidade da própria Fundação e que são inculcados nos técnicos que a compõe, através de discursos recorrentes, dos elogios e censuras, dos cerimoniais, das rotinas diárias e de uma série de outros procedimentos que compõe as dinâmicas de seu cotidiano.

#### **4.3.1 FRANKLIN CASCAES: UM LÍDER INSPIRADOR**

Normalmente é no período fundacional de uma instituição que o papel do líder fundador apresenta-se como imprescindível. Ele apresenta a missão, o caráter e a cultura própria emprestando-a para a instituição. Seu nome simbólico, que faz lembrar sua biografia que normalmente segue em construção, transmite para a instituição toda uma série de simbolismo que definirá o caráter da mesma.

Uma analogia que poderia ser feita a este momento fundacional, pode ser encontrada através dos produtos e suas marcas, símbolos que ultrapassam a simples processo de fabricação e o valor utilitário do objeto. Quando uma peça de roupa, uma bolsa ou um acessório de moda recebe uma etiqueta de uma determinada marca, recebe ao mesmo tempo toda história, perfil e status que esta marca possui e que também pode ser apropriado por quem a utiliza, uma agregação simbólica.

No caso da Fundação Franklin Cascaes, a escolha do nome do etnógrafo para apadrinhar a instituição deu a ela o caráter, a missão e o status necessário para conduzir-se ao longo de sua “marcha”. E a Fundação assumiu automaticamente certas diretrizes representativas da biografia do patrono. Era dada automaticamente uma etno-história que passou a ser também simbólico dentro da Fundação.

Se comparados às comunidades primitivas e isoladas, além das diferenças que devem ser respeitadas na forma de estudá-las em relação a instituições atuais, também encontra-se uma característica interessante quando se trata da etno-história, uma vez que percebe-se que nas sociedades ditas primitivas o passado se limita à história oral, nas culturas organizacionais pode-se conhecer essa etno-história através de documentos e de um passado registrado. No caso da Fundação Franklin Cascaes, esta história é a própria

história do etnógrafo, e que segue sendo construída e reconstruída na medida em que novas elaborações sobre sua vida e sua obra são efetuadas.

Franklin Cascaes serve como um “messias”, que durante toda sua vida realizou um intenso trabalho de salvamento de uma cultura que se perdia, e cuja missão, ou a “longa marcha”, cessou com sua morte e renasceu novamente com a criação de uma fundação cultural com seu nome. Isto fez com que sua identidade fosse “ressuscitada”, não como uma mera lembrança, mas sim como uma instituição ativa, com um personalidade que é assumida por cada um dos seus integrantes. E o mais marcante exemplo disto é a forma como o corpo técnico da Fundação se engaja nos trabalhos em momentos culminantes, dos grandes eventos.

Nestas ocasiões, os membros da Fundação chegam a trabalhar 14 ou 16 horas por dia, fazendo diligências com seus carros próprios e extrapolando suas funções, em prol de um objetivo comum, o resgate, divulgação e promoção da cultura e da identidade da cidade de Florianópolis e suas potencialidades artístico-culturais. Certamente inspirados na etno-biografia do pesquisador Franklin Cascaes, que seguia com seus trabalhos de investigação e resgate de forma voluntária, sem apoios financeiros ou institucionais.

Uma observação importante que se deve ter em conta, quando se fala de liderança na Fundação Franklin Cascaes, é o facto de que a Fundação, para além de seu líder “fundador”, Franklin Cascaes, responsável pela “longa marcha” a ser seguida, conta também com o líder gestor, o superintendente, nomeado de quatro em quatro anos, normalmente, a cada nova gestão municipal, o que provoca certas conturbações na cultura institucional.

Franklin Cascaes era denominado por alguns como “O Mito Vivo da Ilha”. Isto nos leva ao trabalho de Angel Aguirre que afirma que “o mito é uma narração sagrada” (Aguirre, 2004:128). Assim, as histórias de Cascaes, lembrando um tempo que já passou, apresentam-se ao imaginário das pessoas como elaborações mitológicas. Seu trabalho de campo, resgatando lendas junto aos pescadores, nos ranchos de canoas e anotando tudo em cadernos, tornam-se quase como exemplo para qualquer trabalho heroico em prol do resgate da cultura local. Estas narrações míticas são essenciais para a organização como apoio e forma de convencimento da importância da sua

missão. O fundador será sempre visto como alguém incomum, excepcional, com um caráter heroico, na medida em que enfrentou todas as adversidades para deixar um legado fabuloso às gerações futuras.

#### **4.3.2 PATRONO E CULTURA DA FUNDAÇÃO**

Uma das primeiras coisas que se pode observar quando se menciona a Fundação Franklin Cascaes, é a sua própria denominação Franklin Cascaes, que remete a um indivíduo, a uma espécie de “líder fundador carismático ou inspirador” (Aguirre, 2004), que foge das ideias de Max Weber, enquanto surge como líder fundador sobretudo após o seu desaparecimento, e que nem por isto impede que seu carisma esteja presente na cultura da Fundação.

É interessante lembrar disto pois o verdadeiro criador da Fundação Franklin Cascaes, o então prefeito Edson Andrino, não é lembrado como fundador da instituição, até porque o carisma fundacional não lhe pertenceria. No momento em que o nome do etnógrafo Franklin Cascaes é sugerido e aceito de forma praticamente unânime, o carisma, a personalidade e a identidade dele passam a condicionar a própria identidade da instituição.

Assim, neste caso, é ultrapassada a fase habitual no percurso natural da história evolutiva das instituições, quando o líder fundador inicia seu papel na instituição já como líder mitológico, agregado de uma série de valores biográficos que passam a ser transmitidos e assumidos pela instituição. Torna-se a personificação do líder ideal, com uma atribuição coletiva das características exemplares que o tornam especial.

Estas características assumidas pela instituição e trabalhadas por seus membros, de forma muitas vezes inconsciente, são fundamentais para moldar a sua própria cultura, expressa em atitudes, comportamentos, juízos de valores e avaliações que em muito lembram a maneira de ser e de trabalhar de Franklin Cascaes.

Franklin Cascaes, como patrono da Fundação, exerce uma forte influência até mesmo nos dirigentes da instituição, que de uma forma ou de outra, apesar de suas características pessoais, tendem a não deixar de

valorizar e promover aquelas tradições e manifestações populares tão significativas para ele.

Esta missão de preservar uma cultura que se perdia, que estava sendo ameaçada, a qual Franklin Cascaes dedicou toda a sua vida, talvez tenha se tornado o objetivo fundamental da instituição, na medida em que é inegável o empenho persistente da Fundação no resgate e preservação da cultura popular de Florianópolis, mesmo que fomenta outras expressões culturais e linguagens artísticas diversas.

No momento em que o então prefeito Edson Andrino deu o nome Franklin Cascaes para Fundação que estava sendo criada, deu ao mesmo tempo um perfil para a futura Fundação, um caráter e uma alma cultural. E ao mesmo tempo que a nova instituição era batizada, também recebia uma das mais fortes influências balizadoras de sua cultura interna e organizacional.

O patrono Franklin Cascaes, um etnógrafo que trabalhava a antropologia de salvamento por várias décadas na ilha de Florianópolis, induziu e ainda hoje induz os trabalhos, projetos, as formas e a disposição quase sacrificial de executá-los. Desde a escolha de ícones e símbolos, até a escolha de projetos, pode-se perceber a preponderância de elementos da arte popular como símbolos da cultura em Florianópolis, o que não acontece com elementos das artes consideradas eruditas.

Ao longo dos trabalhos de pesquisa foi possível notar que a vida de Franklin, seu método e foco de trabalho, estão presentes no estilo e nas práticas dos colaboradores da Fundação, que se manifestam tanto na informalidade de suas condutas do dia a dia, quanto na própria execução dos projetos, que na maioria das vezes são produzidos de forma amadora, sem grandes preocupações metodológicas ou conceituais.

Quando se trata de ícone e símbolos da Fundação, pode-se citar a Bernunça, um elemento do folguedo do Boi de Mamão, que surge como um símbolo apropriado para identificar a Fundação, no seu caráter de cultura popular. Diferente de outras instituições culturais onde são escolhidos edifícios ou conjunto de ícones identitários. Provavelmente diferente do que aconteceria se o patrono da instituição fosse um maestro, um escritor sofisticado ou um artista plástico de renome. Nota-se aí mais um elemento

fortemente influenciado pelo patrono da Fundação, relacionado à cultura popular.

Este exemplo também pode ser visto no jornal criado entre final da década de 1980 até final da década 1990, para divulgar as atividades da Fundação, que teve nomes como “Jornal da Cidade”, “Folha da Cultura”, mas também “Caldeirão”, com referência lógica à Ilha da Magia, título que resultou dos trabalhos de Franklin Cascaes sobre mitologia açoriana, e por último “Fala Bernunça”, também influência da cultura popular estudada por Franklin Cascaes.

Outro aspecto que pode ser considerado inspiração de seu patrono é o hábito instituído desde o início da Fundação e que persiste até a atualidade, que consiste no apoio dado às festividades comunitárias e religiosas, e que pode ser considerado uma marca cultural da instituição, que valoriza a forte religiosidade da cultura popular.

#### 4.4 A SUPERINTENDÊNCIA E A CULTURA DA FUNDAÇÃO

O cargo de superintendente tem se mostrado determinante na linha de atuação e no perfil preponderante da Fundação Franklin Cascaes. A definição de quem vai ocupar este cargo, como o dos demais órgãos da Prefeitura, é prerrogativa do Prefeito. Normalmente esta escolha é efetuada dentro de um círculo restrito composto por pessoas que privam da confiança do prefeito eleito (ou reeleito), por lideranças do seu partido, por representantes dos partidos aliados, de algum dirigente de expressivo movimento social, não descuidando dos apoiadores de campanha, dos vereadores eleitos dos quais se espera apoio na Câmara Municipal e que costumam fazer indicações.

Todavia, como não há uma discussão prévia das propostas para a cultura e a definição de quem melhor teria condições de levar adiante este projeto, junto à sociedade civil e aos setores culturais, normalmente alguns nomes são cogitados, através da mídia, como balões de ensaio para verificar as reações, e não havendo manifestações expressivas contrárias, e geralmente não há, o prefeito faz a sua escolha.

Através deste processo, no qual os segmentos relacionados à cultura

na verdade têm pouca participação, seja pelo poder decisório concedido ao Prefeito eleito, seja pela dificuldade crônica de mobilização deste setor, os nomes indicados à Superintendência, nem sempre foram pessoas reconhecidas nos meios artístico-culturais. Se alguns tinham grande empatia popular ou eram reconhecidos pela atuação no mundo da cultura, outros surpreendiam pela formação completamente diferenciada, com pouquíssima ou nenhuma inserção neste setor. Daí que dentre os superintendentes já houve diretores teatrais, escritores, pesquisadores de cultura popular, mas também enfermeiros, advogados, administradores de empresas, engenheiros e outros.

Dependendo do superintendente que se encontra à frente de fato da Fundação esta assume determinadas características. Poderá estabelecer mais formalidade ou menos formalidade na sua gestão, pode assumir uma abertura maior ou menor em relação às demandas das pessoas vinculadas à cultura, estimular mais as manifestações culturais populares ou os tradicionais gêneros artísticos, ter uma visão mais ampla de cultura ou mais restrita, ser mais receptivo ao atendimento ao público ou mais refratário, ampliar os canais de comunicação com os diversos segmentos sociais ou não. Este personalismo ainda impera, pelo fato de não se ter estabelecido uma política de cultura que independa do mandatário de ocasião.

No período em que esta pesquisa foi realizada, foi possível conviver com dois tipos de chefia bem distintos: uma mais autoritária, centralizadora, pouco acessível, sem experiência em gestão pública e que pouco valorizava as manifestações populares; outra mais comunicativa, dinâmica, ativista incansável, funcionária municipal com larga experiência em gestão pública e que tinha como prioridade a cultura popular.

Normalmente o Superintendente imprime o seu estilo de gestão, estabelece uma rotina de trabalho, uma forma de atender as demandas sociais, de se relacionar com os diversos segmentos artísticos, de se relacionar com as demais instâncias da prefeitura e da sociedade em geral. Todavia, mesmo que um ou outro tenha uma personalidade mais forte ou até mesmo autoritária, normalmente a sua autonomia é limitada por questões hierárquicas. Não era raro verificar, para quem fazia parte do núcleo diretivo subordinado ao Superintendente, que vez ou outra ele tinha que atender

alguma demanda diretamente solicitada pelo Gabinete do Prefeito, mesmo contrariando procedimentos que havia estabelecido. Ou seja, por vezes, práticas flagrantemente clientelistas por parte do Prefeito, para atender alguma comunidade ou alguma instituição, se sobrepujam às normas habituais de atendimento das demandas.

Os superintendentes da Fundação, assim como os secretários das outras pastas do governo municipal, são nomeados e exonerados pelo Prefeito. Portanto, mesmo que o indicado tenha notória competência e até respaldo político, se quiser manter o cargo, não é aconselhável ter descaso para com as solicitações dos alcaides. E, de um modo geral, estes gestores são bastante prestativos, não medindo esforços para agradá-los, mesmo que para isso tivessem que se dispor a devolver parte dos já escassos orçamentos para a cultura.

Por vezes esta postura clientelista é praticada pela própria direção da Fundação, contrariando normas e procedimentos de algum setor, para atender algum conhecido, algum líder comunitário ou responsável por alguma festividade religiosa. Não raro estas determinações estão subordinadas a interesses políticos pessoais, com fins eleitoreiros.

Ao Superintendente da Fundação é disponibilizado um carro oficial para ficar à sua disposição para poder estar presente em reuniões, cumprir protocolos de representação, atender aos convites relacionados à vida cultural da cidade. O motorista deste veículo, normalmente escolhido pelo próprio superintendente entre os dois ou três disponíveis na Fundação, tem o encargo de buscá-lo em sua residência para iniciar a agenda diária, seja na própria Franklin Cascaes ou em outro local. Ao final dos compromissos, o mesmo motorista se encarrega de deixá-lo em sua casa.

Os demais diretores ou gerentes da Fundação não dispõem deste privilégio e quando precisam se locomover, solicitam ao diretor administrativo ou ao próprio Superintendente a disponibilização de um veículo, que geralmente é outro que não o utilizado pela superintendência. Na falta de um carro, por motivos diversos, que vão desde a problemas mecânicos até o uso em outros compromissos, não era raro ver um diretor ou gerente utilizar o seu veículo pessoal para cumprir um compromisso em outra instituição.

O papel de um novo superintendente e sua importância como guia da

instituição pode ser notada com a nomeação de um novo superintendente. Quando este tem uma conexão mais forte com a identidade cultural de Florianópolis, e sobretudo com o perfil da fundação, o clima interno que se produzia era no sentido de que estava chegando alguém que teria condições de resolver problemas antigos ou mesmo de fazer cumprir a missão da instituição.

Embora, quase todos os superintendentes nomeados e que assumiam a superintendência da Fundação acreditassem que eram capazes de resolver todos os problemas e administrar melhor do que os superintendentes anteriores, e inclusive discursassem neste sentido para se afirmarem como líderes gestores, estas crenças normalmente eram vistas com certo ceticismo pelo corpo técnico da Fundação.

Assim, da mesma forma que um novo superintendente, com perfil ligado a cultura e aceito pelo grupo como adequado gerava um clima favorável ao andamento da instituição, um novo superintendente que não tivesse conexões mais claras com a identidade cultural de Florianópolis, ou mesmo com a área de cultura, gerava uma espécie de desânimo e decepção, pois dele não se poderia esperar uma boa atuação para solucionar os problemas crônicos da Fundação, nem incrementar a cultura do município.

Por mais que este novo líder seja escolhido de forma a direcionar um trabalho mais conectado com a cultura, sempre será considerado um líder gestor, e inevitavelmente causará uma certa tensão no momento de sua posse. A posse de um novo líder gerencial para um período de 4 anos deve passar por todas as fases que envolvem a instituição e sua missão, começando pela admissão e submissão aos princípios da instituição e demissão ao final de 4 anos. E o que torna tão importante cada um destes momentos é que cada um deles define o tempo de permanência do superintendente na instituição, e o sucesso ou não desta permanência.

A admissão é feita por decreto do prefeito, que nomeia o indivíduo para exercer o cargo em comissão de Superintendente da Fundação. Porém, não está livre de um certo critério nesta nomeação, um critério de competência, uma vez que administrará uma equipe que deverá, obrigatoriamente, reconhecer nele um líder apto a missão da instituição, sem margens para

dúvidas, o que poderia gerar uma forte oposição (contracultura) no interior da própria instituição.

Esta admissão é feita quase sempre com um cerimonial ritualístico, onde o novo superintendente é apresentado aos representantes da sociedade, dos diversos segmentos culturais e à toda a equipe. Ocasão em que fala de si e de suas propostas para o setor, com um discurso muitas vezes de ruptura com o passado “imperfeito”, cheio de problemas e equívocos, com o vislumbrar de um futuro onde as coisas realmente devem acontecer, onde com a sua força e capacidade, tudo será diferente.

É normal que aconteça, em muitos casos, a tentativa de uma ruptura com a gestão anterior. Talvez uma necessidade pessoal de se mostrar disposto a produzir uma gestão de excelência, ou mesmo de adquirir adesão do grupo com o qual vai trabalhar e exercer a sua liderança. Existindo casos, inclusive, de um novo superintendente se colocar como o protagonista de uma revolução na gestão de cultura do município, implicando uma total mudança de perspectivas, métodos e posturas. O que nem sempre tem os resultados pretendidos. Sobretudo por que em casos de tentativa de ruptura com o estilo anterior, há sempre uma tendência de endurecimento nas palavras e no comando, de forma a mostrar autoridade, de transformar a autoridade delegada em uma autoridade natural.

Estes são momentos de expectativas e de tensão no dia a dia da Fundação, pois é um período de reequilíbrio de forças, de reestruturação dos comandos e “reposicionamento das tropas”, no sentido mais literal possível. Acentuados quando o novo líder, com o objetivo de desenvolver um trabalho mais notório do que a direção anterior, projeta um futuro glorioso e auspicioso, denegrindo o passado e desvalorizando as competências de líderes anteriores, esquecendo que a equipe de técnicos continuará praticamente a mesma, com seus trabalhos, vínculos e afinidades.

Este “reposicionamento das tropas” costuma deixar vítimas quando há uma forte divergência, seja de ordem política ou metodológica, quanto aos trabalhos da Fundação. Enquanto alguns componentes da equipe se esforçam em agradar o novo líder, outros rechaçam todas as atitudes autoritárias e “revolucionárias” do novo gestor. E em casos mais extremos, alguns colaboradores chegam a deixar a instituição, ou ainda são dispensados dela

por iniciativa da nova liderança, seguindo para outros departamentos da administração municipal. Ou ainda, por vezes, podem gerar uma contracultura tão forte e intensa, ao ponto de despertar no conjunto da equipe, uma postura relativa de sabotagem ou indisposição permanente na execução dos projetos do novo superintendente, como também na execução das tarefas básicas da Fundação.

#### 4.5 ETNOGRAFIA E CULTURA DA INSTITUIÇÃO

Na sede da Fundação Franklin Cascaes, normalmente, o movimento é bem discreto na parte da manhã, visto que o horário oficial de trabalho, como na maioria das secretarias e fundações da Prefeitura Municipal de Florianópolis, é no período vespertino, das 13 às 19 horas. Isto não impede, entretanto, que alguns funcionários deem expediente matutino, para efetuar o serviço de limpeza, para dar conta de atividades específicas como elaboração de empenhos do setor financeiro, resolver questões pendentes, antecipar determinadas tarefas, dado o habitual volume expressivo de demanda de quase todos os setores, ou para ficar à disposição da superintendência como é o caso dos motoristas.

Nos últimos anos em que foram desenvolvidos os trabalhos de acompanhamento das atividades do dia a dia da instituição, com frequência se percebia a presença da Superintendente Adjunta no período matutino, em reuniões com o Diretor Administrativo, com a Assessora de Comunicação ou com a Diretora de Artes para tratar de questões com mais tempo, que seria difícil em outro horário onde havia muita demanda externa. Se por um lado a superintendência, os diretores, as chefias recebiam uma gratificação financeira pelo exercício do cargo, a superintendente e alguns deles a faziam por merecer, pois cumpriam uma carga horária que em muito excedia as seis horas habituais.

Este empenho que se fazia a todos conhecido, seja através de informes em reuniões, seja através de manifestações a outros de cansaço, seja através de lamentos de que o marido ou os filhos estavam sendo deixados de lado, quase sempre em tom de brincadeira, permitia que em determinadas ocasiões cobranças aos subalternos fossem feitas com mais legitimidade, em relação

ao cumprimento da carga horária, por exemplo, ou que solicitações a um esforço extra que ultrapassasse a habitual rotina funcional encontrasse menos resistência.

É no período da tarde que o movimento se intensifica, com a chegada dos funcionários e com o atendimento ao público. Como nunca prosperaram na Fundação de Cultura iniciativas tais como relógio de ponto ou os chamados pontos eletrônicos, os funcionários vão chegando ao seu local de trabalho gradativamente, por volta das 13 horas, sem um controle rigoroso. Desde o início, falam os mais antigos, os horários da Franklin Cascaes são mais flexíveis, pois o pessoal da cultura e das artes não se coaduna com essa rigidez de expediente de fábrica, e como eles habitualmente trabalham além do horário do expediente ou mesmo em finais de semana, às vezes sem receber horas extras, certa tolerância lhes é assegurada e eles a tem por direito.

De acordo com alguns dos mais antigos integrantes da instituição, era algo natural esta informalidade e falta de rigidez no horário, muitas vezes compensadas por trabalhos realizados à noite, em fins de semana ou feriados: “... como a gente se dedica de corpo e alma para Fundação, trabalha adoidado além da carga horária, trabalha até nos finais de semana, recebendo um salário merreca, pelo amor de Deus, vamos ser razoável, a gente trabalha com a cultura pessoal...”

Este “trabalhar com a cultura” parece que estabelece algumas diferenciações e permite algumas pequenas regalias em comparação aos trabalhadores de outros órgãos da PMF, segundo alguns destes mais antigos. Para eles, haveria uma certa distinção na atividade de promover a cultura local, de possibilitar a apresentação de espetáculos de teatro, de dança, de música, etc. Alguns mesmo, tem em alta conta o trabalho que desempenham, e por terem de trabalhar em horários irregulares e por vezes além do contrato funcional, consideram justificável se atrasar ou sair mais cedo em determinados dias ou mesmo não comparecer no serviço uma vez ou outra.

Mas, de forma geral há consciência das obrigações do serviço público, e aos poucos, a partir das 13 horas, os integrantes da Fundação Franklin que trabalham no Forte Santa Bárbara, vão chegando. Aqueles que não têm tarefas mais urgentes ligam os seus computadores, navegam um pouco na

internet, batem um papo com os que chegam, procuram tomar um cafezinho trazido nas garrafas térmicas pela dona Lourdes, dão uma olhada nos dois únicos exemplares disponíveis de jornais, O Diário Catarinense e Notícias do Dia, trocam entre si algumas novidades, e assim por diante...

Em alguns setores, estas preliminares podem se estender por certo tempo com mais tranquilidade, dependendo do maior ou menor volume de trabalho pendente em cada setor, dependendo da chegada ou não de alguém de fora para solicitar alguma informação, até que alguém ou o próprio chefe diga em tom meio sério, meio brincalhão “pessoal, vamos pegar no batente?”, que é o indicativo de que o recreio acabou e que já está na hora de cada um cuidar dos seus afazeres.

Mas, normalmente, ao menos nos períodos de intervalo entre eventos maiores, o dia a dia na sede da Franklin Cascaes transcorre de forma amena, quase sempre descontraída, com muita conversa entre os colegas de setor, sem muito stress. Mesmo o atendimento ao público, que ocorre à fundação em busca de informações sobre a história da cidade, sobre programação cultural, sobre as oficinas de arte-educação, sobre a orquestra escola, sobre encaminhamento de projetos à lei municipal de incentivo, enfim, sobre uma ampla e diversificada gama de assuntos, é efetuado de maneira calma, atenciosa, sem maiores transtornos.

Todavia, em determinados dias, quando se encerra o prazo para o encaminhamento de projetos a serem apreciados para inclusão na Lei Municipal de Incentivo à Cultura, pela qual os produtores culturais da cidade podem conseguir patrocínio a seus projetos, junto às empresas locais, através de renúncia fiscal, formam-se filas para o atendimento; o mesmo se dá quando das inscrições para a Maratona Fotográfica, por exemplo. Como é de hábito entre os brasileiros deixar tudo para a última hora, e os florianopolitanos não são diferentes, em ocasiões deste tipo o ambiente fica mais movimentado, por vezes menos descontraído, e até com episódios de certa tensão, visto que não raro é preciso administrar interesses contrariados por falta de documentos, por insuficiência de dados, por encaminhamentos indevidos, etc.

Sob este aspecto, talvez seja conveniente destacar que há entre a maioria dos funcionários da Fundação o hábito de atender bem e da melhor

maneira possível o público que a ela se dirige, com um acolhimento, com um esforço de esclarecer e de encontrar soluções para as questões demandadas, que a distingue de outros órgãos da Prefeitura, nos quais o atendimento é mais formal, mais burocrático, mais impessoal, com bem menos interatividade, mais acelerado.

Além da afinidade com o público que também é composto de artistas, produtores culturais, artesãos, este diferencial talvez esteja relacionado ao fato de que a maioria do seu pessoal seja formada por professores de diversas linguagens artísticas, de educadores que tem na pedagogia, na orientação e na formação humana o seu metier; e ainda, pelo fato de que eram servidores municipais que procuraram trabalhar na Franklin por valorizar a cultura e suas diversas manifestações, por apreciarem as artes, tendo convicção de sua importância humanizadora. Não apenas por receber uma gratificação financeira mensal, concedida aos que ficassem à disposição da Fundação, que poderia ter sido o motivo principal de um ou outro nela trabalhar.

Ainda que à primeira vista cada setor trabalhe com certa autonomia, tenha as suas atribuições, decida e estabeleça procedimentos e critérios para atender as demandas externas, em última instância quem decide é a Superintendência. Não foram poucos os casos de um produtor cultural ou artista apresentar um projeto à lei de incentivo com deficiências que o inviabilizariam, ser entregue fora do prazo e o respectivo setor depois de rejeitá-lo ter que rever a sua posição por determinação superior.

Obviamente a ausência de controle rigoroso não significa que não haja controle. O registro de atrasos frequentes de alguns é efetuado ao menos na memória da chefia correspondente e mesmo por colegas, e quando ultrapassa um certo limite (definido conforme o critério de cada chefe), normalmente é feita uma solicitação geral para se ter um certo cuidado com o horário de trabalho e de atendimento ao público.

Uma ou outra chefia é mais exigente e até rigorosa na cobrança da pontualidade, assim como em outros quesitos como presteza, qualidade e correção nas tarefas solicitadas, para citar apenas algumas. Neste caso, quase sempre, trata-se de alguém fora do quadro de funcionários da Prefeitura, que está ocupando um cargo por indicação política, não tem

experiência na administração pública, não tem a vivência e a visão própria do servidor público municipal.

Nestes casos, apesar de reclamações de cobranças exageradas e até de abuso de poder por parte de alguns funcionários, ao final, o conjunto se submete ao estilo mais autoritário do mandatário, mesmo que nos corredores e em diálogos mais restritos reclame e até mesmo xingue a chefia como estúpida, grosseira, incompetente para lidar com pessoas, despreparada. O que denota um certo conformismo, aliado à dificuldade de estabelecer um confronto direto com vistas a uma solução mais democrática, menos impositiva. De um modo geral, quando algum funcionário recebia uma reprimenda forte na frente de outros, mesmo que boa parte percebesse como exagerada ou injusta, a tendência dos demais era não tomar partido, se omitir.

Durante os anos de estudo procurei observar mais atentamente a maneira como eram desenvolvidas as atividades da Fundação, constatei pessoalmente diversas cenas de confrontos exaltados, com alterações de ambas as partes, onde uma atribuía à outra a não solução de algum problema pendente, o não cumprimento de determinado prazo para o encaminhamento de alguma documentação, o não repasse de informações, e assim por diante.

Os responsáveis pelos eventos reclamavam de que depois de todas as solicitações de documentos e informações serem feitas aos grupos e componentes participantes terem sido atendidas, “invariavelmente” aparecia alguma exigência não levantada anteriormente por parte do administrativo financeiro, sem o qual não seria possível efetivar o contrato! Exigir uma nova informação que não havia sido anteriormente elencada, ou alegar que “não é mais assim, houve mudança, e precisa ser refeito”, para eles, fazia parte de um enredo recorrente e sempre desgastante.

Em suma, as normas, os procedimentos burocráticos, os trâmites e exigências legais, próprios da administração pública, não eram claros, não eram ordenados e sistematizados de forma a serem facilmente apreendidos pelos técnicos das diversas áreas culturais. Apesar de todos os problemas resultantes, até 2014 não havia sido feito um manual orientador para definir com clareza os procedimentos legais obrigatórios, para facilitar os trabalhos dos técnicos responsáveis por qualquer projeto.

Os coordenadores do evento, por sua vez, envoltos em mil e uma

dificuldades e limitações iam aumentando a sua carga de estresse. Por falta do conhecimento da burocracia exigida, e pelo excesso de atribuições, volta e meia se ouvia pelos corredores da Fundação alguém esbravejando: “Não aguento mais, assim não dá pra trabalhar. A gente tem que fazer tudo. Estou ficando maluca! Esse pessoal não faz nada para ajudar. Só sabe cobrar”. Por vezes, o clima ficava tão incontornável que os responsáveis pelo projeto exigiam uma reunião emergencial com a superintendência para encontrar uma saída diante da exiguidade dos prazos e para forçar uma maior colaboração do setor administrativo-financeiro. E de forma curiosa, quase que invariavelmente, depois de muita exasperação, quase na hora de se abrir as cortinas do teatro, parecia que se descobria o caminho das pedras e os procedimentos necessários eram efetuados, para alívio geral.

Há que se assinalar que o pessoal da Fundação diretamente ligado aos projetos artístico-culturais, quase todos com formação em artes ou vinculados às ciências humanas, de um modo geral não demonstra muita afinidade com as várias legislações sobre aplicação e prestação de recursos públicos. Entre o pessoal das artes, raríssimas são as exceções que têm algum interesse por esta área de conhecimento, que habitualmente lhe é estranha, problema que a princípio não teria sido resolvido até os dias de hoje.

#### **4.5.1 LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO**

A identidade cultural de uma instituição é a base pela qual se constrói a comunicação externa da mesma, e a imagem que a empresa transmite é parte de sua cultura, reflete para o exterior a cultura interna da instituição. Ela acredita que é aquilo que diz que é e tenta ser o mais possível semelhante ao que diz que é. No caso da Fundação Franklin Cascaes, esta característica condiz com a própria cultura e o espírito do líder fundacional Franklin Cascaes, enquanto desenvolve predominantemente, projetos relacionados as manifestações culturais populares da cidade de Florianópolis, sob pena de perder prestígio e credibilidade pondo em risco sua própria identidade.

No trabalho de observação participante, uma das primeiras coisas que podem ser identificadas tem a ver com os níveis de linguagem, podendo se

identificar vários níveis de comunicação interpessoal. Dentro da Fundação estes níveis de linguagem são explícitos quando se trata de identificar a forma como cada indivíduo se comunica com um colega do mesmo departamento, ou de outro departamento, a forma como conversa com algum visitante ou artista, ou mesmo quando se comunica com alguém hierarquicamente superior.

Dentro da Fundação Franklin Cascaes, pode-se identificar a nível interno, uma linguagem setorial própria da cultural, e que se diferenciam de outras áreas. E dentro deste tipo de linguagem, ainda se pode diferenciar as linguagens setoriais, que se encontra em cada departamento ou setor, como o setor financeiros com seus termos como “empenho”, “licitação”, termos típicos do setor financeiro, ou do setor de comunicação, como “release”, “clipagem” ou “edição”, típicos da área de marketing. Termos, que como muitos outros, podem ser utilizados também em outras instituições.

Porém, em um outro nível de comunicação, mais geral, é possível encontrar termos ou expressões próprias da Fundação Franklin Cascaes, criados dentro da instituição, ou por ela apropriados, como por exemplo:

“**Super**”. Outra denominação de superintendente como todo poderoso (superman), que faz as coisas acontecerem, decide, e apesar de cordial e simpático, impõe um respeito reverencial e mantém certa distância dos funcionários.

“**O Homem**”, outra referência ao superintendente, com viés mais autoritário e temperamental, por vezes alterado em suas cobranças aos funcionários que se sentem intimidados.

“**A Toda Poderosa**”, referência a uma superintendente dinâmica, que movimentava o ambiente na sua presença, misturando fácil trato com os funcionários, simpatia, mas também decidida e exigente nas cobranças.

“**Gente Boa**”, referência aos colegas amigos, ou pessoas externas vista positivamente por serem amigáveis e não causarem problemas.

**“Coisa Ruim”**, referência às pessoas negativamente valorizadas, por serem inconvenientes, incomodar ou destratar os funcionários, podendo nesta categoria incluir desde colegas de trabalho até a própria superintendência.

**“Vestir a Camisa”**, apelo utilizado pelas chefias ou superintendência para que o pessoal se comprometesse com os trabalhos apesar das dificuldades.

**“Pessoal, vamos trabalhar”**, chamamento utilizado por chefias ou mesmo por colegas para que as conversas informais ou brincadeiras fossem interrompidas e os trabalhos retomados.

**“Nós somos da cultura, pessoal”**, frase utilizada para justificar a falta de atenção e recursos do poder público para a cultura, mas que apesar disto, é preciso dar conta dos compromissos.

**“Temos que dar conta do recado”**, expressão utilizado para distinguir a missão destinada para cada equipe, e a necessidade de fazer cumprir os objetivos ou missões incumbidas, independente das adversidades.

**“Valeu”**, termo algumas vezes utilizado com agradecimento, no sentido de “muito obrigado”, ou ainda de que se está satisfeito com o cumprimento das atividades.

#### **4.5.2 SUBCULTURAS E CONTRA CULTURA**

Dentro de uma cultura maior, na globalidade de uma instituição, pode-se identificar também subculturas, com grupos compartimentados em setores ou departamentos. Subculturas internas em níveis que podem chegar ao individual, e sofrem influência da mesma forma que um indivíduo muda sua cultura a cada nova experiência em cada instante de sua vida, com pequenas e imperceptíveis mudanças que vão se acumulando e resultam em grandes mudanças ao final de um determinado período.

Pela observação atenta do objeto de estudo, a própria Fundação Franklin Cascaes e suas dinâmicas, foi possível observar a compartimentação de atividades, tanto de forma horizontal quanto vertical. No caso da primeira, através dos departamentos e setores que se responsabilizam por atividades específicas da Fundação. Já a divisão vertical envolve a hierarquia, com o superintendente no topo, os diretores, as chefias e os técnicos na base.

Ambas são responsáveis por uma variada forma de comunicação e geração de cultura e subculturas, e mesmo de contraculturas quando no caso de algum falha na comunicação da missão da instituição. Contraculturas evidentes em situações geradoras de críticas, clima desfavorável, conflitos ou rejeição da própria missão da instituição, provocadas pelas ideias e atitudes de um novo superintendente com disposição de mudanças radicais.

Cada departamento desenvolve uma subcultura que contribui para compor a cultura geral da instituição. Estas subculturas são como pequenos bairros em uma cidade, isolados até determinado nível, mas que interagem com os outros departamentos. No caso da Fundação, esta interação por vezes, entre alguns setores, é quase inexistente, tendo em vista o fato relativamente corriqueiro de que alguns deles descobrem ou tem informações das atividades dos outros através da mídia.

A comunicação interdepartamental acontece sobretudo através dos seus líderes, os chefes de departamentos que se comunicam entre si nas reuniões com a superintendência. A falta de comunicação entre os departamentos eleva as diferenças entre a cultura dos vários setores, contribuindo para a fragmentação da cultura geral da instituição.

Dentro da Fundação este é um fator decisivo para a setorialização da cultura da instituição, já que os problemas de comunicação entre os diversos departamentos, propiciam processos de formação de subculturas mais definidas e diferenciadas.

#### 4.6 APONTAMENTOS SOBRE A CULTURA INSTITUCIONAL

Quando se trata de cultura das organizações, de acordo com Angel Aguirre, um dos erros mais comuns é a confusão entre cultura e o clima da instituição, pois o clima é algo momentâneo, enquanto que a cultura é mais

permanente, apesar de mutável. Da mesma forma seria um erro confundir cultura com valores, pois estes são aspectos da cultura e condutores de cultura, mas a cultura em si é muito mais profunda do que os valores. Também se deve ter cuidado, adverte o autor, de não supor que a cultura se revela a si mesma com facilidade, pois raramente se sabe com exatidão o que se está buscando (Aguirre, 2004:174).

No caso da Fundação Franklin Cascaes, esta identificação exigiu o difícil exercício de desconexão do trabalho que realizava no dia a dia da instituição. Torna-se complicado observar e identificar com olhos externos a cultura de algo no qual se está inserido. Assim, estudar a cultura da instituição Fundação Franklin Cascaes é como estudar a minha própria cultura. Desta forma, o afastamento da Fundação, que se deu durante um certo período, além de leituras de teoria e muitas reflexões, fizeram com que fosse possível observar e entender mais objetivamente o meio e as dinâmicas nas quais estava inserido.

Daí ter percebido que a cultura envolve vários âmbitos e sistemas, dentre eles as práticas de recompensa e de castigo, presentes em qualquer grupo social. Na Fundação Franklin Cascaes estas práticas são bastante comuns, quando se nota o esforço de determinados integrantes em agradar ou impressionar o líder gestor, e o próprio superintendente as reforça quando elogia o desempenho ou colocações verbais de algum técnico e contraria, desconsidera ou ignora a atuação e as intervenções de outros.

Neste contexto, a intensidade do castigo ou da recompensa, pode ser expressa em diversas formas, como por exemplo, a condição de “pôr na geladeira” para se referir a um tipo de punição caracterizada pela segregação, dada a quem expressa ou dá voz à contracultura. Esta punição pode chegar ao máximo com a dispensa do técnico, que neste caso, é direcionado para sua secretaria de origem na Prefeitura, ficando assim excluído do grupo ao qual pertencia. Ou positivamente, quando diante da atuação de algum técnico ele era publicamente elogiado ou ganhava uma função gratificada.

Da mesma forma como os primeiros antropólogos descobriam e estudavam grupos humanos geograficamente isolados, no âmbito dos seus trabalhos de campo, e percebiam traços culturais específicos, tentou-se desenvolver um trabalho para identificar os elementos da cultura da Fundação

Franklin Cascaes, semelhante a tantas outras instituições públicas das sociedades urbanas, que se identificam como um grupo, que possuem suas fronteiras, mas se interligam com outras instituições e interagem com um amplo e diversificado espectro social.

Por tudo o que anteriormente foi exposto, percebe-se que a Fundação Franklin Cascaes possui características próprias e específicas de um grupo humano aberto, características semelhantes a tantas outras instituições da sociedade organizada. É uma sociedade com intensas relações com outras instituições e com o “mundo externo”, mas que possui uma etno-história própria, crenças específicas, valores, linguagem e produtos que a diferenciam das demais organizações.

Porém, diferente de Malinowski em seus estudos nas Ilhas Trobriand por exemplo, que observou as várias dimensões de uma cultura, sejam elas econômicas ou do cultivo/agrícola, sempre em uma perspectiva mais geral, o estudo da cultura da instituição não nos permite este tipo de observação em níveis diferenciados. Na instituição a observação deve ser global, uma vez que cada dimensão se impregna pela missão, cultura e caráter do líder fundador, no caso o próprio Franklin Cascaes, assim como também de cada um dos membros do grupo.

Esta forma de observação global não invalida o fato de seu território de atuação ser delimitado e circunscrito ao município de Florianópolis, e seu objetivo ser a promoção da cultura local. Semelhante às comunidades estudadas pela antropologia, e diferente das comunidades “isoladas”, a Fundação absorve a cultura do seu território de atuação, a municipalidade florianopolitana, com a qual interage de forma ativa, o que não impede de manter sua própria cultura como instituição.

Assim, todas estas características, como um objetivo comum, um território definido, um patrono que transmite a identidade do grupo, ou mesmo um inimigo comum (as mudanças tecnológicas que colocam a cultura local em risco) contribuem para uma coesão interna, reforçada pela identidade do grupo em relação ao seu exterior. São características de sua configuração identitária, que acabam por reforçar ainda mais sua identidade cultural.

De forma geral, ao profundar-se no estudo da cultura da organização, é preciso ter em mente que o próprio conceito de cultura das organizações

passa primeiro pelo conceito de cultura, e este é tão abrangente, e por vezes tão subjetivo, que dificilmente se poderia pretender de defini-la com precisão ou com a abrangência necessária.

Para isto, pode-se observar, por exemplo, alguns dos autores selecionados pelo pesquisador Angel Aguirre, como por exemplo, William G. Ouchi para o qual cultura é um conjunto de símbolos, cerimônias e mitos que comunicam valores e crenças subjetivas da organização a seus empregados (Aguirre, 2004:156). Mas a citação que pode parecer mais pertinente talvez seja a de Terrence Deal e Allan Kennedy (1982), que diz que a existência da companhia está nos corações e nas mentes de seus empregados, uma soma de símbolos virtuais (não físicos), como valores, mitos, heróis e símbolos, (Aguirre, 2004:156).

O próprio Aguirre apresenta uma definição de cultura que pode se estender para a estrutura organizacional:

Um sistema de conhecimento que nos proporciona um modelo de realidade através do qual damos sentido a nosso comportamento. Este sistema está formado por um conjunto de elementos interativos fundamentais, gerados e divididos pelo grupo ao qual identificam, pelo que são transmitidos aos novos membros sendo evidentes na consecução dos objetivos. (Aguirre, 2004:156)

Se é difícil definir cultura organizacional com a abrangência e dimensão adequada, mais simples é a caracterização desta cultura e os itens que a compõe. Isto pode ser observado já em um primeiro olhar, que vai se aprimorando à medida que o estudo torna-se mais profundo e minucioso, englobando desde a etno-história, inserida pela biografia do “fundador” da instituição, Franklin Cascaes, até as crenças e a cosmovisão, com as estratégias ou missão, valores e normas, religião, ideologia, mito, filosofia, comunicação, símbolos, linguagem e produções diversas.

A cultura forma-se pelo conjunto de culturas individuais, de cada um dos técnicos da Fundação, por todas as experiências individuais e grupais, sejam elas projetos ou festivais como o Festival de Teatro Isnard Azevedo, ou mesmo a falta de recursos de cada setor da instituição. Da relação entre cada técnico e cada área, com o todo dentro da Fundação, ou com o exterior,

relacionado a outras instituições. E no caso de nosso objeto de estudo, com uma constante mudança de perfil na demanda, nas diretrizes políticas, e sobretudo no volume de investimento dedicado ao produto final da instituição, a promoção da cultura.

Angel Aguirre nos fala da construção da cultura afirmando que se constrói fundamentalmente pelo líder que cria ou que conduz a cultura. Esta também é formada pelos membros da organização agrupados em subculturas, ou departamentos. E se a vitalidade da cultura organizacional é dada pelo diálogo entre o líder e os grupos ou departamentos (Aguirre, 2004:164), da mesma forma, a falha neste diálogo pode criar conflitos (contraculturas), como as que pude observar nas críticas em relação a determinadas políticas e processos dentro da própria Fundação.

Um dos principais erros percebidos, tanto através da bibliografia consultada, quanto no trabalho de campo desempenhado, foi a compreensão das dinâmicas culturais da instituição observada. Trata-se da ideia inicial de que a cultura de uma instituição poderia ser manipulada ao gosto de quem a administra, como algo controlável, direcionando segundo interesses pessoais até aquilo que poderia ser considerado ideal. Tal pretensão foi se desconstruindo à medida que minhas leituras eram comparadas com os aspectos que observava na instituição estudada.

Assim, percebe-se que não se pode injetar cultura em uma instituição, pois esta é formada por um conjunto de processos que se constroem ao longo do tempo, como as conversas entre os técnicos, seja ela na hora do cafezinho, numa reunião sobre a organização de algum evento ou minutos antes do lançamento de algum festival. Também não é o resultado de um processo democrático, ela surge com os problemas e as soluções que vão se produzindo à medida que a missão da instituição é executada, na forma de visualizar ou imaginar as metas da instituição e a própria instituição, tanto pelos técnicos quando pelos superintendentes ou artistas que se relacionam com ela. E por fim, para ser efetiva, deve ser direcionada ao processo necessário e à função da instituição, preservar, resgatar e promover a cultura e a identidade cultural da instituição. E quanto mais atender às dinâmicas e necessidades da instituição, mais consistente ela será.

Dentro de uma instituição, a cultura organizacional terá também suas mudanças à medida que cada indivíduo exerça um papel influenciador na mesma, e este papel é exercido já com a própria entrada do membro no grupo. Sua cultura familiar ou profissional, seu conhecimento e histórico terá um determinado peso no seu comportamento que inevitavelmente influenciará nos demais colegas e na cultura da instituição como um todo. E a Fundação Franklin Cascaes possui neste âmbito algo que deve ser tomado em conta, o fato de que a cada quatro anos, um novo superintendente toma posse em consequência das eleições municipais, alterando toda a direção gestora.

E percebe-se aí dois momentos culminantes na cultura da Fundação. A posse de um novo superintendente, e a posse de um novo prefeito municipal. Ambos surgem justamente no mesmo momento, e as influências que estas duas dinâmicas exercem são profundas e de caráter diferente.

Enquanto a entrada de um novo superintendente tem forte influência na cultura da Fundação de forma interna, a entrada de um novo prefeito exerce uma forte influência no âmbito externo da Fundação, na forma como esta vai ser valorizada pela Prefeitura Municipal, quanto a manutenção de técnicos, funções delegadas e montante das verbas públicas encaminhadas.

Para além destas duas dinâmicas, todos aqueles que se inserem no grupo, por adesão à missão proposta (admissão), por mais que seja apenas um colaborador remunerado ou não, o fato de estar dentro do grupo, o faz parte do mesmo, portanto, influenciador. Por outro lado, mesmo que esteja empregado, com remuneração e função técnica, não estaria necessariamente dentro do grupo, pois necessitaria estar submetido (submissão), participando e aderindo a missão (comissão), abraçando a missão do grupo, seguindo no mesmo sentido, sob pena de exclusão e mesmo, “demissão” (afastamento por não integrar a missão, omissão).

É fácil entender que quanto maior a influência do indivíduo no conjunto, quanto maior sua hierarquia e poder, maior será sua influência na formatação da cultura institucional, no sentido de desenvolvimento cultural (cultura em movimento). Assim, um colaborador da limpeza terá sua influência na cultura do grupo menos percebida do que o papel de um chefe de setor, embora a qualidade de seu trabalho na limpeza pode alterar o ambiente de trabalho da instituição.

Neste sentido, um dos principais responsáveis pelas mudanças ou permanência no rumo em que a cultura da organização pode tomar é o próprio chefe, o líder gestor, que no caso da Fundação Franklin Cascaes é o superintendente. E aí se encontra um caso interessante de destacar, quando a instituição possui duas fortes influências: primeiro a do seu patrono, o próprio Franklin Cascaes, que com sua biografia vai estabelecer uma diretriz na missão da instituição e conseqüentemente na cultura da mesma; e depois, o superintendente, que com base nesta diretriz, vai exercer seu papel de superintendente ao seu estilo, forçando mudanças culturais e estruturais dentro da instituição.

Vale lembrar que por mais que se teorize sobre uma cultura forte ou fraca, dentro de uma organização, seria a mesma coisa que debater ou questionar a qualidade superior ou inferior de uma cultura. O que pode-se afirmar, talvez com mais propriedade, é que algumas culturas estão mais adaptadas ao grupo, a missão e aos objetivos da instituição ou estão melhores adaptadas. Caso contrário, estas culturas se encontrarão fragilizadas, voláteis e susceptíveis a mudanças, levando ao declínio da instituição, a sua perda de motivações.

Assim, diversidade cultural dentro de uma instituição como a Fundação Franklin Cascaes, pode ser uma forte característica de uma cultura consistente, quando esta diversidade consegue construir uma unidade, apesar de toda sua diversidade, como aconteceu com Estado de Santa Catarina, ou mesmo, Florianópolis, onde a diversidade é a característica de uma unidade.

Por fim, não se pode, no entanto, menosprezar o poder da cultura institucional como a da Fundação Franklin Cascaes, pois ela cria em todos os seus componentes, um sentimento de pertença, uma identidade de grupo que permite a eles se diferenciarem dos demais membros da administração pública municipal, e se autorreferenciarem enquanto partícipes e produtores do universo da cultura, que tanto valorizam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito para além de estudar apenas a cultura de uma organização que é a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, este trabalho também traz à tona um esboço da formação histórica e cultural do município de Florianópolis, com a apresentação de várias etnias que povoaram e contribuíram para a criação de uma identidade cultural própria. Desde os povos que já viviam na região antes mesmo da chegada dos europeus até as migrações do século XIX e XX, ou mesmo aqueles que chegaram de forma forçada como os africanos com seu legado cultural profundamente presente em todo o Brasil.

Assim, num primeiro capítulo aborda-se a pré-história da ilha, com povos Guaranis e suas relações com os outros povos indígenas da região, e também o legado destes, uma herança deixada para os portugueses que vinham da Capitania de São Vicente em busca de índios que seriam levados como escravos para o Nordeste brasileiro. Mais tarde, para os açorianos que tinham por objetivo povoar a região sob risco dos interesses estrangeiros, especialmente espanhol.

Não foi esquecida a contribuição dos alemães e italianos que muito contribuíram para esta formação cultural, e outros imigrantes como os gregos, sírio-libaneses, espanhóis, palestinos, etc. E ainda mais recentemente, leva expressivas de migrantes vindas de todo o Brasil em busca de mais qualidade de vida e melhores condições econômica, ao ponto de hoje, mais da metade da população do município ser composta por pessoas de fora que chegaram nas últimas quatro décadas.

Neste mesmo capítulo percebe-se que a identidade cultural mais antiga não deixou de ser praticada, promovendo assim, cada vez mais o legado dos primeiros povoadores, como referimos ao apresentar as festas do Divino Espírito Santo ou do Senhor dos Passos, ou manifestações controversas como a Farra do Boi, ou mesmo a Festa das Nações promovida pela própria Fundação em prol da diversidade cultural local.

Num segundo capítulo foi possível observar em linhas gerais a gestão pública da cultura no Brasil e em Florianópolis, com uma visão global da

cidade, que demonstrou como esta diversidade cultural se manifesta nas ruas do centro histórico ou nas comunidades mais afastadas, o que leva a uma imagem mais real da identidade cultural local. E neste contexto, também, das políticas culturais e dos projetos que a gestão pública desta cultura promove.

O Terceiro capítulo promoveu um mergulho na Fundação Cultural e sua' dinâmica interna como gestora pública de cultura. Onde foi possível perceber que a identidade dos administradores e de seu conjunto de colaboradores formam o que se poderia chamar de uma cultura organizacional, flexível e mutável, na medida em que um ou outro administrador é substituído ou na medida em que as dinâmicas locais, políticas e estruturais são modificadas.

Neste capítulo foi possível observar e identificar a configuração e as dinâmicas próprias da cultura institucional e seus reflexos na administração da Fundação, com os projetos e modo de organizá-los, meios econômicos e organização da mesma como instituição, finalizando com a descrição de alguns dos projetos e demonstrando que esta cultura tem forte influência da identidade e decisões tomadas diante de qualquer conjuntura.

Ha que se ressaltar alguns aspectos negativos próprios da gestão pública de cultura da Fundação Franklin Cascaes, tais como a descontinuidade dos projetos e ações por ela desenvolvidos, quando das mudanças de governo, interrompendo iniciativas significativas para a população, pelo fato de que a cada nova direção, procura estabelecer um novo programa cultural, mantendo somente os eventos já consagrados.

Entre as políticas públicas para o município de Florianópolis, a de cultura é uma das menos consideradas, apesar dos discursos oficiais e de campanha eleitoral dizerem o contrário. Além dos míseros orçamentos, da escassez de pessoal técnico tanto quantitativa quanto qualitativamente, falta uma política efetiva de estado com perspectivas de médio e longo prazo, independente dos governos periódicos.

A cultura ainda é vista como um acessório, como um adorno que remete às coisas belas, saudosistas, emocionalmente significativas ou ao mero entretenimento. Não é compreendida como elemento estratégico de desenvolvimento socioeconômico, de transformação social e de humanização dos espaços, sejam urbanos ou rurais. Não é percebida como fomentadora de

inclusão social e conseqüente redutora da marginalidade e violência, pois a Fundação prioriza a promoção de eventos em detrimento da formação cultural, que contribuiria em muito para que os munícipes pudessem exercer de forma mais plena sua cidadania.

Os gestores públicos de Florianópolis parecem não ter consciência da potencialidade da cultura para promover melhorias na qualidade de vida da cidade, através do acesso, produção e distribuição dos bens. Nem a percebem como um recurso especial de desenvolvimento econômico, através da economia da cultura ou da economia criativa, para uma cidade cujo espaço é bem delimitado e que quer preservar o seu meio ambiente e suas belezas naturais.

Pelas manifestações colhidas durante todo o tempo da pesquisa, ficou evidente que as pessoas relacionadas ao mundo das artes e da cultura esperam que os gestores da Fundação de cultura do município sejam mais qualificados, tenham mais autonomia, desenvolvam uma gestão mais democrática, mais participativa, que valorize o patrimônio cultural mas que também fomente as produções contemporâneas, que possibilite e dê apoio à expressão das subculturas, dos excluídos da cultura tradicional da cidade.

Também a burocracia, com suas legislações normativas, suas práticas e procedimentos rotineiros, dificulta mais do que ajuda a atuação da Fundação Franklin Cascaes. Qualquer projeto que implique em custos precisa se submeter a um longo, demorado e desgastante trâmite, que desestimula as iniciativas internas e dificulta ou inviabiliza a efetivação de demandas externas. Com o tempo, os gestores tendem a se acomodar, devido às dificuldades de mudança, e quase não se percebe iniciativas para simplificar e agilizar os procedimentos, seja no campo das leis, seja nas suas práticas e padrões de comportamento habituais.

Ao efetuar o levantamento da estrutura física da Fundação, é possível perceber a dimensão espacial e estrutural que constitui a instituição, com seus seis espaços culturais, independentes fisicamente e que, em seu conjunto, formam uma estrutura de apoio e fomento à cultura de Florianópolis. Localizados em sua maioria no centro histórico da cidade de Florianópolis, sendo dois no Centrinho da Lagoa, na Lagoa da Conceição. Todos restaurados de forma a manter suas características históricas originais.

São eles, o Forte Santa Bárbara, onde estava situada a sede administrativa da Fundação até inícios de 2013; a Casa da Memória no centro de Florianópolis; o Teatro da União Beneficente Recreativa Operaria (UBRO); a Galeria de Artes Pedro Paulo Vecchietti; o Centro Cultural Bento Silvério e a Casa das Máquinas, estes dois últimos na Lagoa da Conceição.

Todos sendo administrados pela própria Fundação Franklin Cascaes com recursos próprios, repassados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, além de parcerias com o Ministério da Cultura e com o Governo do Estado para realização de eventos, exposições, oficinas de formação, cursos, palestras, apresentações e outras atividades. Todo este conjunto, modesto na sua totalidade, pelo que foi possível averiguar, é considerado bem reduzido para as demandas dos produtores culturais, que gostariam de ter mais espaços de cultura disponibilizados por toda a cidade.

No quarto e último capítulo pode ser considerado o cerne do trabalho, pois é nele que se centra as observações de campo realizadas através de uma descrição etnográfica e do estudo das dinâmicas da instituição. Com base em todos os outros itens abordados anteriormente e com as observações realizadas no interior da instituição, junto a cada colaborador em situações diversas. Assim, foi possível ter uma imagem mais profunda sobre estas dinâmicas que envolvem a cultura e identidade interna da Fundação.

Embora não tenha havido um trabalho propriamente comparativo, apenas um estudo sobre as dinâmicas da Fundação, foi possível entender conjunturas antropológicas que não são perceptíveis em um primeiro olhar, mas que se tornam muito importante para um entendimento mais amplo tanto da cultura local quanto da própria gestão pública desta cultura. E isto demonstra que um futuro estudo comparativo com outras instituições brasileiras e mesmo estrangeiras, poderá promover novas reflexões e revelar novas dinâmicas ainda não percebidas.

A Fundação Franklin Cascaes, assim como qualquer outra instituição, seja ela aberta ou fechada, um partido político, uma fábrica ou uma comunidade isolada, possui uma cultura e uma identidade institucional própria, quase imperceptível por parte de seus colaboradores, mas ao mesmo tempo impregnada nas ações e pensamentos dos mesmos. E esta cultura não surge apenas do ideário ou de um estatuto interna da instituição, é construída por

uma série de fatores que vão do comportamento e ideologia dos colaboradores até a personalidade dos superintendentes.

Desses fatores, um que exerce uma influência determinante, no caso da Fundação Franklin Cascaes, é a própria personalidade e o caráter do trabalho do patrono Franklin Cascaes, embora a Fundação tenha sido criada anos depois de sua morte. Esta influência pode ser observada não só pelo fato de que o nome do etnógrafo é sugerido para nomear a Fundação, sendo aceito de forma quase unânime e como óbvia. Mas também pelas decisões tomadas pelos seus superintendentes e pelos projetos desenvolvidos pela instituição, em grande parte relacionados à valorização das manifestações culturais populares, com as quais o patrono da Fundação se identificava e que constituíram o universo de pesquisa de toda a sua vida.

Apesar da amplitude do tema, a administração pública de cultura em nível municipal, seja no Brasil ou em qualquer país do mundo, foi preciso limitar os temas abordados a fim de seguir o objetivo inicial que foi tão somente estudar a instituição e como ela efetua a gestão cultural na cidade de Florianópolis. Fez-se necessário deixar de abordar certos temas importantes, mas que fugiriam ao escopo deste trabalho.

Deste modo, temas como a gestão pública de cultura e o desenvolvimento local, o impacto das políticas públicas de cultura na qualidade de vida da população, ou estudos comparativos com outras instituições de cultura no Brasil e mesmo no exterior, ficam para ser desenvolvidos e efetuados no futuro, a fim de ampliar e aprimorar ainda mais as observações e conclusões que este trabalho apresenta.

Porém, o que se pode acrescentar neste aspecto é que a criação da Fundação Franklin Cascaes e o seu trabalho fizeram com que a cultura local passasse a ter uma estrutura organizacional destinada à sua promoção, ao seu fomento. Mesmo continuando a ter um orçamento exíguo, insatisfatório para as demandas da população e extremamente limitante para a realização de amplos projetos culturais, a existência da Fundação desencadeou processos significativos de mobilização dos agentes culturais, e atendeu com relativa dignidade, ainda que de forma reduzida as demandas de alguns setores da sociedade.

Pela gestão cultural realizada pela Franklin Cascaes, a Cultura, que era relegada a uma mera rubrica nas gestões públicas, ao menos para alguns de seus gestores passasse a ser considerada um setor estratégico de desenvolvimento econômico.

Neste mesmo enfoque, a gestão pública municipal de cultura em Florianópolis poderá se constituir também num forte elemento de inclusão social, na medida em que proporciona perspectivas de vida e contribui para o exercício da cidadania, além de ajudar na redução da marginalidade e da violência tão presentes nas áreas urbanas. Experiências diversas tem demonstrado a melhoria nos índices de desenvolvimento humano, a ampliação da qualidade de vida nas cidade que adotam a cultura como prioridade em suas políticas públicas.

Não há como medir com precisão o resultado da dinâmica e valorização cultural na qualidade de vida de cada região, mas pode-se perceber nitidamente que a criação da Fundação Franklin Cascaes ou a atenção maior para a cultura de Florianópolis surgiu justamente com uma melhora na qualidade de vida na cidade. O que culminou com o cenário atual de Florianópolis que é hoje o terceiro maior centro de Economia Criativa do Brasil, no que se refere ao setor de tecnologia da informação, de software, por exemplo, atrás apenas de São Paulo e Recife<sup>43</sup>.

Na gastronomia, Florianópolis também vem se destacando pelos pratos feitos à base de frutos do mar, especialmente provenientes da produção de ostras em cultivo, representando 80% da produção nacional. Mas também incrementou uma variedade de cardápios que reflete a diversidade étnica que movimenta a economia local através do turismo cultural. Um turismo que não se centra apenas nas praias, mas também no patrimônio material e imaterial da cidade.

Sobre a questão do desenvolvimento humano, através de ações educativas, como os projetos de arte/oficinas, desenvolvidos especialmente nas áreas de risco social, onde crianças e adolescentes são fortemente atraídos para o mundo do tráfico de drogas, centenas deles tiveram a oportunidade de participar de aulas de educação musical, teatro, dança, de

---

43 Isto é tanto mais significativo na medida em que estas cidades, São Paulo e Recife, em termos populacionais, a primeira tem cerca de 20 vezes a população de Florianópolis, e Recife cerca de 8 vezes mais.

inclusão digital, que lhes possibilitou perspectivas de vida socialmente valorizadas.

Para finalizar, é perceptível que as investigações e as conclusões de uma pesquisa neste âmbito não ficam apenas no que o trabalho apresenta, pois, se estende na medida que cada capítulo recebe novas interpretações, com novas observações e novas dinâmicas. E sendo a cultura algo vivo e mutável, será sempre com novos olhares que este trabalho poderá ser visto, e para além disto, terá sempre novos temas a serem pesquisados e desenvolvidos.

Quer isto dizer que, o trabalho de pesquisa e observação não termina e nem se conclui com esta tese doutoral, visto que se trata de um estudo pioneiro, e por si só, abre portas para novos questionamentos e novas dúvidas que devem ser esclarecidas com novos estudos, novas pesquisas e novas questões tanto pra mim como antropólogo quanto para as gerações seguintes.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

Jornal Diário Catarinense, **Caderno de Cultura**, 2004 a 2009.  
 Jornal Fala Bernúncia, Fundação Franklin Cascaes,  
 Jornal da Cidade, Fundação Franklin Cascaes,  
 Jornal Caldeirão, Fundação Franklin Cascaes,  
 Jornal a Folha, Fundação Franklin Cascaes,  
 Jornal Folha da Cultura, Fundação Franklin Cascaes, 1988 a 2003.  
 Jornal A Notícia, 2000 a 2007.

### BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas de. **Arte Indígena e Pré-Histórica no Litoral de Santa Catarina**, Florianópolis: Bristot, 2001.

AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas de. **Manual de Arqueologia Rupestre: Uma Introdução ao Estudo da Arte Rupestre na Ilha de Santa Catarina e Ilhas Adjacentes**, Florianópolis: Ed. IOESC, 2002.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana, 1999.

ALMEIDA, Candido J. M. de. **A arte é capital. Visão aplicada do marketing cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ALVES, Luiz Roberto. **Culturas do trabalho. Comunicação para a cidadania**. Santo André: Alpharrabio, 1999.

ANDRADE, Djanira Maria Martins de. **Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina**, Florianópolis: Ed. UFSC, 1981.

ARANTES, Antonio Augusto (org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARAUJO, Adalice Maria de. **Franklin Cascaes: o mito vivo da ilha**, Florianópolis: Ed. UFSC. 2008.

ASHTON, Mary Sandra Guerra (org.). **Turismo: sinais de cultura**. Novo Hamburgo: Editora FEEVALE, 2001.

BADARÓ, Murilo Gustavo Capanema. **A revolução na cultura**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e cultura no Brasil**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1998.

BARBALHO, Alexandre. *O Estado pós-64: intervenção planejada na cultura*. In: **Política e Trabalho**. João Pessoa: (15): 63-78, 1999.

BARBALHO, Alexandre. *Estado nacional, cultura nacional. Dois momentos paradigmáticos*. In: BARREIRA, Irllys, VIEIRA, Sulamita (orgs). **Cultura e política. Tecidos do cotidiano brasileiro**. Fortaleza: UFC, 1999, p. 77-98.

BARBALHO, Alexandre. **Estado autoritário brasileiro e cultura nacional: Entre a tradição e a modernidade**. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n.19, Porto Alegre: 2000. p. 71-82.

BARBALHO, Alexandre. **Políticas de cultura, políticas de identidade**. *Revista Pré-Textos para Discussão*. Salvador: VI (11): 55-68, 2001.

BARBALHO, Alexandre. *Política cultural*. In: RUBIM, Linda (org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 33-52.

BARBALHO, Alexandre. **Textos Nômades: Política, Cultura e Mídia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

BARBATO JR., Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular. Os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2004.

BARCELOS, Jalusa. CPC-UNE. **Uma história de paixão e consciência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BARRIO, Angel-B. Espina, **Manual de Antropologia Cultural**, Recife: Ed. Massnagana, 2005.

BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo e ROLLAND, Denis (orgs.). **Intelectuais: sociedade e política (Brasil – França)**. São Paulo: Cortez, 2003.

BECK, Ana Maria, **A Variação do Conteúdo Cultural dos Sambaquis do Litoral de Santa Catarina**, Erechim: Ed. Abilis, 2007.

BERLINK, Manoel T. **Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas: Papyrus, 1984.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas (org.). **Mário de Andrade hoje**. São Paulo: Ensaio, 1990.

BERGER, Paulo (coor), **Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. Veranópolis: ITERRA, 2000.

BOMENY, Helena. *O patrimônio de Mário de Andrade*. In: CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p. 11-26.

BOMENY, Helena. **Os intelectuais da cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BORON, Atilio A. (2006), **After the Sacking: Latin American Capitalism at the Beginning of the XXI Century**, Disponível em: <<http://sgboehm.googlepages.com/boron.doc>> Acesso em: 20 Ago. 2006.

BOSI, Alfredo. *A educação e a cultura nas constituições brasileiras*. In: BOSI, Alfredo (org.) **Cultura brasileira. Temas e situações**. São Paulo: Ática, 1992, p.208-217.

BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e outros. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRANDT, Leonardo. **Mercado Cultural**. São Paulo: Escrituras, 2002.

BRANDT, Leonardo (org.). **Políticas culturais**. São Paulo: Manole, 2003.

BRASIL, (2005a), **O dia-a-dia da cultura**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>, Acesso em: 16 Mar. 2005.

BRASIL, (2005b), **O dia-a-dia da cultura**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>, Acesso em: 12 Ago. 2005.

BRASIL, (2005c), **O dia-a-dia da cultura**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>, Acesso em: 13 Set. 2005.

BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria. **Historia de Santa Catarina: séc. XVI a XIX**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

BRANT, Leonardo. **Políticas Culturais V.I**. Barueri: Manole, 2003.

BRUNO, Artur e CUNHA FILHO, Humberto. **Normas básicas da atividade cultural**. Fortaleza: INESP, 1998.

BUENO, Eduardo. **A Viagem do Descobrimento Vol. I**, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1998.

BUENO, Eduardo. **Náufragos Traficantes e Degradados Vol. II**, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1998.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil Vol. III**, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1999.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro: Memória**, Florianópolis: Ed. UFSC. 1972 V. I.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues, **História de Santa Catarina**, Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1987.

CALLONI, Antonio e outros. **Com a palavra, os artistas**. Rio de Janeiro: Quártica, 1997.

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta de Pero Vaz de Caminha**, São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003.

CAMPOS, Marta. **Colonialismo cultural interno. O caso Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1986.

CANDIDO, Celso e SCHÜLER, Fernando (orgs.). **Política cultural**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negro em Florianópolis**, Florianópolis: Ed. Insular, 2000.

CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CARNEIRO, Glauco, **Florianópolis: Roteiro da ilha encantada**, Florianópolis: Ed. Banco Bandeirantes, 1987.

CARUSO, Raimundo. **Vida e Cultura Açoriana em Santa Catarina: Dez entrevistas com Franklin Cascaes**, Florianópolis: Ed. Edições da Cultura Catarinense, 1997.

CARUSO, Raimundo C.; CARUSO, Marilea M. Leal. **Imigrantes: 1748 – 1900**, Tubarão: Ed. UNISUL, 2007.

CASTRO, S. R. **Estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **O nacional e o popular na cultura brasileira. Seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia. 4. ed.** São Paulo: Cortez, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

COELHO, Teixeira. **O intelectual brasileiro: dogmatismos e outras confusões**. São Paulo: Global, 1978.

COELHO, Teixeira. **Usos da cultura. Políticas de ação cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COELHO, Teixeira. *Para não ser alternativo no próprio país. Indústria das imagens, política cultural, integração supranacional*. In: **Revista USP**. São Paulo: (19): 06-15, 1993.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Fapesp/Illuminuras, 1997.

COLEÇÃO OPINIÃO. **Ciclo de debates do Teatro Casa Grande**. Rio de Janeiro: Inúbia, 1976.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. **Aspectos da política cultural brasileira**. Rio de Janeiro: CFC, 1976.

CORADINI, Lisabete, **Praça XV: espaço e sociabilidade**, Florianópolis: ED. Fundação Franklin Cascaes, 1995.

CORRÊA, Luiz Nilton. Emigração açoriana para Curaçao. In: Maria Lucinda Fonseca (Coord). **Atas da Conferencia Internacional Aproximando Mundos: Emigração, imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares**. Lisboa: 2010.

CORRÊA, Luiz Nilton. **Festa do divino Espírito Santo, dos Açores ao Brasil, um estudo comparativo**. Salamanca: USAL. 2012. Disponível em: <[http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/115633/1/DSC\\_NiltonCorreaL\\_FestadoDivino.pdf](http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/115633/1/DSC_NiltonCorreaL_FestadoDivino.pdf)> Acesso em: 12 Jan. 2015.

CORRÊA, Luiz Nilton; AGUIRRE, Angel. **A Pesquisa Etnográfica**. Florianópolis: Bookess. 2015.

CORRÊA, Marcos Barreto. **Do marketing ao desenvolvimento cultural**. Belo Horizonte: 2004.

CORREA, Carlos Humberto P., **Historia de Florianópolis**, Florianópolis: Ed. Insular, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade na Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil, **A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**, Rio de Janeiro: CPDOC, 1997.

- CUÉLLAR, Javier Pérez. **Nossa diversidade criadora. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento.** Campinas: Papirus, 1997.
- CUNHA, Maria Helena Melo da. **Gestão cultural: profissão em formação.** Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. **Patrimônio cultural: proteção legal e constitucional.** Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria e prática da gestão cultural.** Fortaleza: Unifor, 2002.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Cultura e democratização na Constituição Federal de 1988. A representação de interesses e sua aplicação ao Programa de apoio à Cultura.** Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.
- DAMATTA, Roberto, **O Que Faz o Brasil, Brasil?.** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DASSIN, Joan. **Política e poesia em Mário de Andrade.** São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- DEMO, Pedro. **Dimensão cultural da política social.** Recife: Massangana, 1982.
- DEMO, Pedro. **Intelectuais e vivaldinos. Da crítica acrítica.** São Paulo: Almed, 1982.
- DENNING, Michael. **A Cultura na Era dos Três Mundos.** São Paulo: Ed. Francis, 2005.
- DONATO, Hernani. **Brasil Cinco Séculos.** São Paulo: Ed. Green Forest do Brasil Editora, 2000.
- DOUGLAS, Mary. **Estilos de pensar: ensayos criticos sobre el buen gusto.** Barcelona, Gedisa Editorial, 1996.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo. São Paulo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. DOUGLAS, Mary. **Símbolos naturales, Exploraciones en cosmología.** Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- DÓRIA, Carlos Alberto. **Os federais da cultura.** São Paulo: Biruta, 2003.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURAND, José Carlos. **Arte, privilégio e distinção. Artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985.** São Paulo: Perspectiva, 1989.

ESTEVAM, Carlos. **A questão da cultura popular.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

EVANS-PRITCHARD, Edward. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978

EVANS-PRITCHARD, Edward. **Antropologia Social da Religião.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1978.

FADUL, Anamaria. Políticas culturais e processo político brasileiro. In: MELO, José Marques de (org.). **Comunicação e transição democrática.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 180-209.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio (org.) Estado e cultura no Brasil. São Paulo, Difel, 1984, p. 21-40.

FARIA, Hamilton. **Agenda cultural para o Brasil no presente.** São Paulo: Pólis, 2003.

FARIA, Hamilton e SOUZA, Valmir de (orgs). Experiências de gestão cultural democrática. In: **Pólis.** São Paulo: (12): 01-107, 1993.

FARIA, Hamilton e SOUZA, Valmir de (orgs.). Projeto cultural para um governo sustentável. In: **Pólis.** São Paulo: (17): 01-131, 1994.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores Ao Brasil Meridional: Uma viagem no tempo.** Florianópolis: Ed. Do Autor, 1998.

FARIAS, Vilson Francisco de. **São José 250 Anos: Natureza, Historia, Cultura.** São José: Ed. Do Autor, 2001.

FARIA, Hamilton e OLIVEIRA, Sônia (orgs.) **Laboratório de desenvolvimento cultural.** São Paulo: Pólis, 2001 (Cadernos Polis n ° 3).

FARIA, Hamilton e GARCIA, Pedro. **Arte e identidade cultural na construção de um mundo solidário.** São Paulo: Instituto Polis, 2003.

FARIA, Hamilton e FERRON, Francisco (orgs.) **Cartas de cultura.** São Paulo: Polis, 2003 (Cadernos Polis n °7).

FARIA, Hamilton e MOREIRA, Altair. *Cultura e governança: um olhar transversal de futuro para o município.* In: **Pólis.** São Paulo: número especial para o Fórum Social Mundial, 2005, p.26-31.

FCFFC, **Roteiro das Manifestações Culturais do município de Florianópolis**, Florianópolis: Ed. Fundação Franklin Cascaes, 2008.

FCFFC, **Florianópolis, Síntese Histórica**, Florianópolis: Ed. FCFFC, 2008.

FEIJÓ, Martin Cezar. **O que é política cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FEIJÓ, Martin Cezar. **O revolucionário cordial. Astrogildo Pereira e as origens de uma política cultural**. São Paulo: Boitempo, 2001.

FERREIRA, Sergio Luiz. **O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Das Águas, 1998.

FILHO, Dalmo Vieira, **Santa Catarina 500 Anos**. Florianópolis: Ed. A Notícia, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FOSSARI, Teresa Domitila, *Cultura pré-histórica da Ilha de Santa Catarina*, in Osvaldo Ferreira de Melo, (coord.). **História Sócio-Cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Clube Doze de Agosto: I.H.G.S.C.: Lunardelli, 1991.

FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE CULTURA. **Encontro Nacional de Política Cultural**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (orgs.) **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **A indústria cultural no quadro da economia brasileira**. Brasília: MINC, 1987.

FURTADO, Celso. Sete teses para a cultura brasileira. In: **Revista do Brasil**. Rio de Janeiro: 1(2): - , 1984.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREYRE, Gilberto, **Casa Grande e Senzala**, Ed. Global, São Paulo: 2006.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas**. São Paulo: Loyola, 1982.

GEERTZ, Clifford, **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1989.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Capanema: o ministro e o ministério**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / IPHAN, 1996.

GULLAR, Ferreira. **Vanguarda e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HANSON, Dennis. **Gestão e Cultura: um panorama dos argumentos, pró e contra**. Disponível em:  
<[http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/11\\_Hanson%20Gestao%20e%200Cultura.pdf](http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/11_Hanson%20Gestao%20e%200Cultura.pdf)> Acesso em: 23 Jul. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

HERDER, Johann Gottfried Von, **Filosofia de la Historia para la Educación de la Humanidad**, Buenos Aires, Editorial Nova, 1950.

HERRERA, Felipe. **O contexto latino-americano e o desafio cultural**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

HERRERA, Felipe e outros. **Novas frentes de promoção da cultura**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

HOLANDA, Sergio Buarque de, **Raízes do Brasil**, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de. Letras e escritas. Música, futebol, cultura. In: **Nossa História**. Rio de Janeiro: (6):45-49, abril de 2004.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem. CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de e GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

IHGSC (Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina), **A Ilha de Santa Catarina: Espaço, tempo e gente**. Florianópolis: Ed. IHGSC, Florianópolis, 2002, Vol. I e II.

JUNIOR, Manuel Diegues. **Etnias e Culturas no Brasil**. São Paulo: Circulo do Livro, 1975.

LEAL, João. **Cultura e Identidade Açoriana**. Florianópolis: Ed. Insular, 2007.

LEITÃO, Cláudia (org.) **Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claud. **Mito e Significado**. Lisboa: Edições 70, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropología Estructural**, Ediciones Paido, Barcelona, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Arte Lenguaje Etnología**. México: Siglo Vintinuno Editores, 1971.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Tradução: Tânia Pellegrini. Campinas, Papyrus. 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mirar, Escuchar, Leer, Ediciones Siruela**. Madrid: 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Barcelona: Paidos, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raza y cultura**. Madrid: Editorial Catedra, 1992.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura. Política para o livro**. São Paulo: Summus, 2004.

LOIOLA, Elisabeth; MIGUEZ, Paulo. **Sobre cultura e desenvolvimento. Anais III ENECULT**. Salvador: 2007

LOPES, Alexandre Herculano e CALABRE, Lia (orgs.) **Diversidade cultural brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa / Ministério da Cultura, 2005.

LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia, (Org.), **Diversidade Cultural Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Casa Rui Barbosa Edições, 2005.

LUZ, Aujor Ávila da. **Santa Catarina Quatro Séculos de Historia – XVI ao XIX**. Florianópolis: Ed. Insular, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma Teoria Científica de Cultura**. Coimbra: Edições 70, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, Ciencia y Religión**. Barcelona: Planeta-Agostini, 1994.

MARX, Karl. & ENGELS, Friederich. **Sobre a Religião**. Lisboa: Edições 70, 1972.

MAUSS, Marcel. **Sociología y Antropología**. Madrid: Editorial Tecnos, 1979.

MAUSS, Marcel. **Essais de sociologie**. Paris: Minuit, 1968.

MATOS, Claudia. **Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MATTOSO, José. **História de Portugal, Volumes II, III e IV**. Lisboa: Ed. Estampa, s/d.

MELO, Osvaldo Ferreira de Melo. **Historia Sócio-Cultural de Florianópolis**, Florianópolis: Ed. Lunadelli, 1991.

MEC, SPHAN, PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: 1980.

MEDEIROS, Roberto. Marketing na cultura x cultura no marketing. In: **Marketing**. São Paulo: (148):43-44, 1986.

MELLO, Osvaldo Ferreira de. **Reflexões para uma política cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC / Editora Movimento, 1982.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MICELI, Sérgio (org.) **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILANESI, Luis. **A casa da invenção. Centros de cultura: um perfil**. São Paulo: Siciliano, 1991.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política cultural**. Brasília: 1986.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura em novos tempos**. Brasília: 1986.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **O Ministério da Cultura em 1986**. Brasília: s/d.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura é um bom negócio**. Brasília: MINC, 1995.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Legislação cultural brasileira**. Brasília: MINC, 1997.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **O registro do patrimônio imaterial. Dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2000.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus. Memória e cidadania**. Brasília: MINC, 2003.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares**. Brasília: MINC, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Atividades culturais: realizações da área cultural do MEC no período 1974/1978**. Rio de Janeiro: MEC, 1979.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Política Nacional de Cultura**. Brasília, 1975.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Política nacional e desenvolvimento**. Brasília: S/D. (Eduardo Portella)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC**. Brasília: 1981.

MOTA, Carlos Guilherme da. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1977.

MOISÉS, José Álvaro. Os efeitos das leis de incentivo. In: SOUZA, Márcio e WEFFORT, Francisco (orgs.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1998, p. 421-444.

MOISÉS, José Álvaro. **Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. Cadernos do Nosso Tempo: cultura e democracia**. Rio de Janeiro: Funarte, v. 1, pp. 13-55, 2001.

MOISÉS, José Álvaro e BOTELHO, Isaura (orgs.). **Modelos de financiamento da cultura. Os casos do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997.

MORAES, Dênis de. **O imaginário vigiado. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MUYLAERT, Roberto. **Marketing cultural & comunicação dirigida**. São Paulo: Globo, 1993.

NAPOLITANO, Carlos. **Cultura brasileira. Utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (2005), **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática, 2. ed.**, São Paulo: Cortez.

NOVAES, Regina e outros. Tangolomango. In: **Cadernos de Memória Cultural**. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.

NUSSBAUMER, Gisele. **O mercado da cultura em tempos (pós) modernos**. Santa Maria: UFSM, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria Castro (orgs.) **Estado Novo. Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. **Cultura neoliberal. Leis de incentivo como política pública de cultura**. São Paulo: Escrituras / Instituto Pensarte, 2004.

OLIVEIRA, Juliana Cristina de. **Recursos de poder e a transformação da lógica do campo: um estudo sobre o Festival de Dança de Joinville 2008**. Florianópolis: 132f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PAULI, Evaldo. **A Fundação de Florianópolis**. Florianópolis: ED. Lunardelli, 1987.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder e HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs.) **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PIAZZA, Walter. F.; HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina História da Gente**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1987.

PIAZZA, Walter. F., **A Epopéia Açórico-Madeireinse: 1748 – 1756**. Florianópolis: Ed. UFSC e Lunardelli, 1992.

PIAZZA, Walter. F., **A Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994.

POERNER, Arthur José. **Identidade cultural na era da globalização. Política federal de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

PORTELLA, Eduardo. **Política de Educação e Cultura**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1979.

PORTELLA, Eduardo. **O intelectual e o poder**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

POZENATO, José Clemente. **Processos culturais. Reflexões sobre a dinâmica cultural**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, Estado e lutas culturais. Anos 50/60/70**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura**. São Paulo: Thomson, 2003.

REIS, Eustáquio. **Economia do cinema no Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 1998.

RIBEIRO, Darci, **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROHR, PE. João Alfredo. **O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul SC – F10**. Florianópolis: Ed. IOESC, 1977.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil: Trajetória e contemporaneidade**. Disponível em: <<http://ebookbrowse.net/politicas-culturais-no-brasil-trajetoria-e-contemporaneidade-doc-d140889684>> Consultado em 08/Ago/2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Ditadura, cultura e mídia: o cruel e o persistente. In: **A Tarde Cultural**. Salvador: 27 de março de 2004,

RUBIM, Antonio Albino Canelas e RUBIM, Lindinalva. Televisão e políticas culturais no Brasil. In: **Revista USP**. São Paulo: (61): 16-28, março / abril / maio de 2004

RUBIM, Linda (org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafio e enfrentamentos**. Anais III ENECULT. Salvador: 2007.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Terceiro Milênio, 2007.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura do poder**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Missão do Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2002 (Cadernos de Nosso Tempo número 08).

SARCOVAS, Yacoff. O incentivo fiscal no Brasil. In: **Teoria & Debate**. São Paulo: (62)58-62, abril / maio de 2005.

SARNEY, José. Incentivo à cultura e sociedade industrial. In: JELÍN, Elizabeth e outros. **Cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000. p. 27-44.

- SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira. Ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
- SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade.** São Paulo: Peirópolis / Edusp, 2003.
- SOARES, Maria Susana A. (org.). **Os intelectuais nos processos políticos da América Latina.** Porto Alegre: UFRGS, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A luta pela cultura.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- SOUZA, Márcio. **Fascínio e repulsa. Estado, cultura e sociedade no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000 (Cadernos de Nosso Tempo número 02).
- SACHET, Celestino. **Santa Catarina 100 Anos de Historia.** Florianópolis: Ed. Século Catarinense, 1997. Vol. I e II.
- SODRE, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- SODRÉ, Nelson Verneck. **Síntese de Historia da Cultura Brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.
- SOUZA, Evandro Andre de., **Franklin Cascaes,: Uma cultura em tranze.** Florianópolis: Ed. Insular, 2002.
- STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil.** São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007.
- TEIXEIRA, João Gabriel; GARCIA, Marcus Vinicius Carvalho e GUSMÃO, Rita (orgs.). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização.** Brasília: UNB, 2004.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias.** São Paulo: Ática, 1977.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (org.) **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB.** Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- TOMAZ, Hugh, **La Trata de los Esclavos: História del Trafico de seres humanos del 1440 a 1870.** Barcelona: Editorial P`laneta S.A. 19987,
- TURINO, Célio. **Na trilha de Macunaíma. Ócio e trabalho na cidade.** São Paulo: SENAC, 2006.
- VACA, Cabeza, **Naufrações e Comentários, LP&M Pocket.** Porto Alegre: 1999.

VEIGA, Eliane Veras da. **Forte Santa Bárbara: História, resistência e modernidade.** Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/1762.pdf>> Acesso em: 15 Nov. 2014: 23:30:00.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: Memória Urbana.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1993.

VARZEA, Virgílio. **Santa Catarina A Ilha,** Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1985.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas, 1987.

VENTURA, Zuenir. **Cultura em trânsito. Da repressão à abertura.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964).** Rio de Janeiro: FUNARTE / Fundação Getúlio Vargas, 1997.

VILLAÇA, Marcos Vinicius. **Por uma política nacional de cultura.** Brasília: Ministério da Educação e Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

WEFFORT, Francisco e SOUZA, Márcio (orgs.) **Um olhar sobre a cultura brasileira.** Brasília: Ministério da Cultura, 1998.

WILLIAMS, Daryle. Gustavo Capanema. Ministro da Cultura. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) **Capanema: o ministro e seu ministério.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.251-269.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

ZOTZ, Werner. **Gente Catarina: Origens e Raízes.** Florianópolis: Ed. Gentes Brasileiras, 2002.

